



IDENTIDADES, MOVIMENTOS e CONCEITOS

Fundamentos para Discussão da Realidade Brasileira

2ª edição

Rodrigo Perla Martins
Carlos R. S. Machado
Organizadores

ISBN 978-85-7717-157-6



9 788577 171576 >



UNIVERSIDADE
FEEVALE



IDENTIDADES, MOVIMENTOS e CONCEITOS

Fundamentos para Discussão da Realidade Brasileira

2ª edição

Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo - ASPEUR
Universidade Feevale



IDENTIDADES, MOVIMENTOS e CONCEITOS

Fundamentos para Discussão da Realidade Brasileira

2ª edição

Rodrigo Perla Martins

Carlos R. S. Machado

Organizadores



Novo Hamburgo - Rio Grande do Sul - Brasil

2013

PRESIDENTE DA ASPEUR

Luiz Ricardo Bohrer

REITOR DA UNIVERSIDADE FEEVALE

Ramon Fernando da Cunha

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Inajara Vargas Ramos

**PRÓ-REITOR DE PESQUISA
E INOVAÇÃO**

João Alcione Sganderla Figueiredo

**PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO
E ADMINISTRAÇÃO**

Alexandre Zeni

**PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO
E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS**

Gladis Luisa Baptista

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Inajara Vargas Ramos

EDITORA FEEVALE

Celso Eduardo Stark

Daiane Thomé Scariot

Graziele Borguetto Souza

**CAPA, PROJETO GRÁFICO
E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA**

Graziele Borguetto Souza

REVISÃO TEXTUAL

Rosi Ana Grégis

Valéria Koch Barbosa

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Universidade Feevale, RS, Brasil

Bibliotecário responsável: Fabrício Schirrmann Leão - CRB 10/2162

Identities, movimentos e conceitos [recurso eletrônico] : fundamentos para discussão da realidade brasileira / Rodrigo Perla Martins, Carlos R. S. Machado (Organizadores). – 2.ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: <www.feevale.br/editora>

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7717-157-6

1. Brasil - História. 2. Movimentos sociais - Brasil. 3. Identidade social - Brasil. I. Martins, Rodrigo Perla. II. Machado, Carlos R. S.

CDU 981

© **Editora Feevale** – TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos do autor (Lei n.º 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Universidade Feevale

Câmpus I: Av. Dr. Maurício Cardoso, 510 – CEP 93510-250 – Hamburgo Velho – Novo Hamburgo – RS

Câmpus II: ERS 239, 2755 – CEP 93352-000 – Vila Nova – Novo Hamburgo – RS

Fone: (51) 3586.8800 – Homepage: www.feevale.br



Apresentação

Esta edição, em e-book, reúne textos sobre aspectos importantes da realidade brasileira. Este foi o desafio que os autores receberam neste novo momento: reavaliar e atualizar os textos escritos há quase 10 anos. Além disso, cinco textos foram acrescentados à obra. Esses são inteiramente novos porque incorporamos outras discussões pertinentes à agenda política brasileira. Mesmo assim, todos continuam abrindo possibilidades de discussão na disciplina de Fundamentos da Realidade Brasileira e Cidadania na Universidade Feevale.

Na edição de 2004 perguntava-mos: o que significava a palavra realidade em um mundo constantemente mutável? Existe uma realidade brasileira a ser conhecida? O que significa ser um cidadão brasileiro hoje? E mais ainda, ser brasileiro significa a mesma coisa para um nordestino e para um paulista? Passados esses anos desde a primeira edição, essa pergunta continua a merecer uma reflexão coletiva. Mais complexo ainda é que, nesse curto espaço de tempo histórico, a realidade brasileira mudou muito. Certamente com mais avanços do que com retrocessos, sendo otimista como a maioria dos brasileiros.

Cabe lembrar também que os textos são uma percepção da realidade brasileira que é diversa, subjetiva e cambiante. Assim o objetivo foi lançar certos parâmetros e “andaimes” para que cada um dos leitores e leitoras pudesse trilhar um caminho, construindo sua própria perspectiva e questões orientadoras na leitura do Brasil.

Compondo estes fundamentos a que se propõe, o livro encontra-se dividido em três partes. A primeira delas está intitulada com a indagação mais visceral da

humanidade: Quem somos? Questão sempre presente nos interstícios destes primeiros textos é na História Brasileira que Cristina Ennes da Silva, Cláudia Schemes, Magna Lima Magalhães, Gisele Becker, Rodrigo Perla Martins, Alessandro Mário Kerber e Luiz Antônio Maroneze vão buscar as maneiras de compor esse mosaico de histórias e identidades que é o Brasil. Identidades plurais e diversas, e, sobretudo mestiças, híbridas, mescladas pelo encontro com o outro, construídas pelos mais variados contextos, sejam eles políticos, sociais, econômicos ou culturais. Ao focar a História, pretende-se que o passado, colocando suas raízes no terreno movediço das identidades, contribua para clarear o espelho onde procuramos nos enxergar.

Para onde vamos? É a pergunta que dá nome para a segunda parte deste livro. Nela estão reunidos textos que falam de movimentos incessantes e rápidos, revolucionários e transformadores. Os autores Inês Caroline Reichert, Valdir Pedde, Margarete Nunes, Fabiano Engelman, Rodrigo Perla Martins, Márcia Blanco Cardoso, Micheline Neumann, Margarete Araujo, Cleber Prodanov e Lélia Filippsen procuraram retratar esses movimentos que fizeram e fazem com que o cenário do mundo contemporâneo seja complexo e dinâmico. Um cenário que traz à luz do palco novos atores sociais e termos novamente pronunciáveis, como cidadania, questões étnicas, meio ambiente, democracia e direitos, ao lado de fenômenos emergentes em escala planetária, como a globalização. “O mundo não é, ele está sendo.” Parece-nos que Paulo Freire ao pronunciar essa frase, aponta para o que devemos refletir com os conceitos abordados nos textos desta parte do livro.

A terceira parte da obra congrega textos que se tornam similares ao procurarem responder a inquietante interrogação “Como estamos indo”? É uma questão que coloca na pauta da discussão a forma e a maneira como estamos conduzindo o processo vivido. Esta parte aponta para o presente e para nós mesmos. Os autores Gabriel Grabowski, Carlos Machado e José Wilson Schlickmann desacomodam valores caros ao Iluminismo e ao projeto moderno de mundo, relativizando conceitos como a liberdade, a educação e a ética e matizando-os sob outras óticas. Podemos dizer que olhar o mundo de outros pontos de vista, ainda que desacomodados, é um grande avanço no sentido de colocarmos balizas mais flexíveis, diversas e justas para a compreensão da realidade brasileira.

Por último, mas não menos importante, cabe ressaltar as informações complementares feitas pelos autores no final de cada texto, especificamente no que tange aos filmes e documentários indicados no final de cada reflexão. Essas indicações servirão para que possamos visualizar os processos analisados nas reflexões e, assim, de forma relativa, aprofundar conhecimentos estruturados em cada parte deste livro.

Rodrigo Perla Martins



Sumário

PARTE I

QUEM SOMOS? HISTÓRIA E IDENTIDADES BRASILEIRAS

História do Brasil: Mudanças e permanências História do Brasil Colonial	11
--	----

Claudia Schemes

História do Brasil: Mudanças e permanências Brasil Imperial	18
--	----

Magna Lima Magalhães

História do Brasil: Mudanças e permanências Primeira República (1889-1930)	21
---	----

Cristina Ennes da Silva

História do Brasil: Mudanças e permanências O Estado Brasileiro pós-revolução de 30: a Era Vargas (1930-1945)	26
--	----

Gisele Becker

História do Brasil: Mudanças e permanências	
Brasil 1945-1990: processo político-econômico e histórico	33
<i>Rodrigo Perla Martins</i>	

O desafio de implementar a lei 10.639/2003	
no currículo escolar	41
<i>Eliane Regina Martins Anselmo</i>	

Complexidade brasileira:	
a realidade dual de nossa cultura	55
<i>Luiz Antonio Gloger Maroneze</i>	

Uma breve história da cultura	
e da identidade nacional brasileira	62
<i>Alessander Mário Kerber</i>	

PARTE II

PARA ONDE VAMOS? CIDADANIA NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO

Globalização: histórico, fases e características	78
<i>Rodrigo Perla Martins</i>	

Globalização: além do Neoliberalismo	84
<i>Margarete Panerai Araujo</i>	

Meio Ambiente: responsabilidade de todos	96
<i>Micheline Krüger Neumann</i>	

A questão Indígena Contemporânea:	
um olhar para a América Latina	108
<i>Inês Caroline Reichert</i>	

“Novos” Movimentos Sociais: movimentos reivindicatórios, identitários e de construção de cidadania116

Valdir Pedde e Margarete Fagundes Nunes

América Latina na segunda metade do século XX: luta por liberdade num mundo em conflito.....130

Márcia Blanco Cardoso

Cidadania e efetivação de direitos no Brasil: caminhos e perspectivas.....138

Fabiano Engelmann

O fim do emprego145

Cleber Cristiano Prodanov

Transformações societárias151

Lélia Aparecida Filippesen

PARTE III

COMO ESTAMOS INDO?

DEMOCRACIA, CIDADANIA, EDUCAÇÃO E ÉTICA

Educação, cidadania, democracia e liberdade: ontem e hoje em debate160

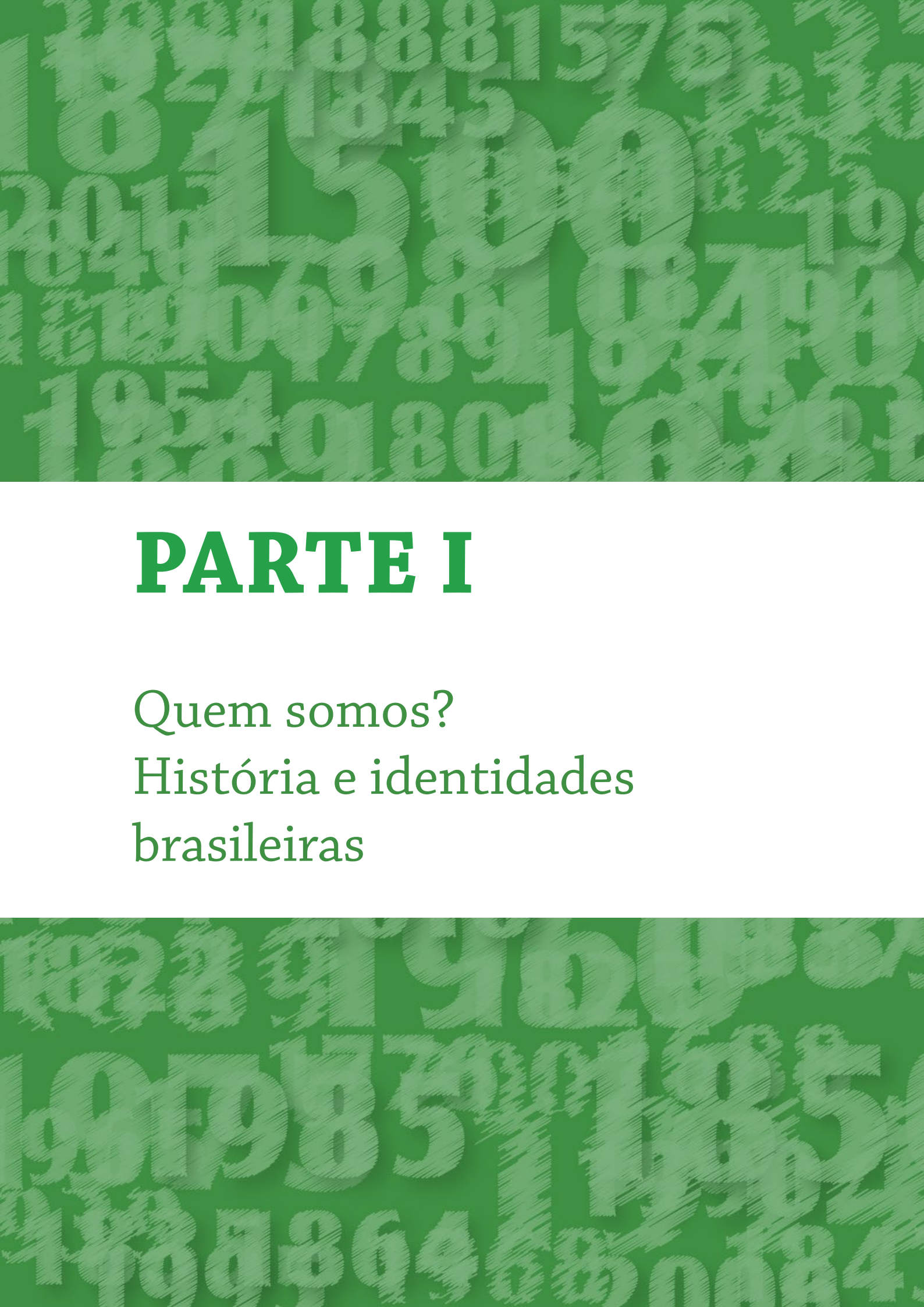
Carlos R. S. Machado

Políticas Públicas, Estado e Cidadania173

Gabriel Grabowski

O Ser Humano se constrói crítico na história que constrói191

José Wilson Schlickmann



PARTE I

Quem somos?
História e identidades
brasileiras

História do Brasil: Mudanças e Permanências

História do Brasil Colonial



Claudia Schemes¹

O período colonial brasileiro iniciou em 1500, com a chegada dos portugueses nestas terras, e terminou em 1822, com a independência política do Brasil de Portugal. Embora a historiografia oficial tenha definido estas datas como marcos deste período, não podemos esquecer que a nossa história já havia começado muito antes.

Devemos lembrar que estas terras já eram habitadas pelos indígenas e que, desde o início da exploração portuguesa, foram considerados “inferiores” e um atraso ao nosso “desenvolvimento”.

A chegada dos portugueses representou uma mudança muito radical para as suas vidas: sua cultura foi desqualificada e houve a imposição dos valores culturais europeus, além das graves doenças trazidas pelo homem branco que levaram muitos índios à morte. Quando os portugueses chegaram aqui, havia, aproximadamente, 4 milhões de índios (Portugal tinha 1 milhão de habitantes) e, hoje, a população indígena brasileira está reduzida a, mais ou menos, 240 mil pessoas.

Esta população que aqui vivia não era homogênea, ou seja, havia vários grupos indígenas dispersos pelas terras brasileiras. Alguns se aliaram aos portugueses, outros foram submetidos a eles, mas muitos se isolaram em contínuos deslocamentos para áreas cada vez mais remotas, o que permitiu sua preservação biológica, social e cultural. Não é à toa, portanto, que hoje os índios brasileiros se encontram na situação de penúria e marginalidade que conhecemos.

¹ Professora do Curso de História da Universidade Feevale. Doutora em História pela PUCRS.

Podemos dizer que o contato com o europeu resultou numa população de mestiços que existe até hoje na nossa sociedade.

Entretanto, podemos dizer que a mão-de-obra indígena foi a responsável pela extração do pau-brasil logo que os portugueses tomaram estas terras, já que este foi o primeiro produto econômico lucrativo aqui encontrado. Os índios, então, trocavam seu trabalho por produtos trazidos pelos portugueses e que eles desconheciam, como pentes, tecidos, miçangas, espelhos, agulhas, etc.

No início foi muito difícil encontrar pessoas dispostas a habitar estas terras repletas de mistérios e perigos e, além de não possuir nenhum produto econômico muito atrativo, o Brasil passou a ser alvo de invasões estrangeiras, principalmente da França, que não reconhecia o Tratado de Tordesilhas, que dividia o novo mundo entre Portugal e Espanha.

A solução encontrada pelo rei de Portugal foi distribuir as propriedades entre aqueles que se mostravam interessados em vir para cá. O rei criou, então, as capitanias hereditárias, que foram quinze grandes faixas de terra distribuídas entre doze donatários, como eram chamados os donos das capitanias.

Percebe-se, já neste momento, que a má distribuição de terras no Brasil tem uma longa história. Não é por acaso, portanto, que hoje existam grupos da sociedade civil, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST, que lutam para resolver com justiça o problema da terra no Brasil.

A mão de obra utilizada durante todo o período colonial e imperial foi a escrava, primeiro a indígena e, depois, a negra, mas a escravidão não foi uma prática exclusiva do Brasil, pois ela já existia desde a Antiguidade; entretanto nosso país foi um dos últimos a aboli-la. Com relação aos índios podemos afirmar que sua submissão se deu de duas formas: uma foi a captura e o trabalho compulsório, a outra foi através dos jesuítas nas missões, onde os índios eram aldeados, trabalhavam na terra, recebiam educação cristã, mas não eram escravizados.

Os índios resistiam tanto quanto os negros à escravidão, inclusive para eles era muito mais fácil algumas formas de resistência, como a fuga, pois conheciam bem estas terras, o que não acontecia com os negros.

Já o trabalho escravo negro foi o responsável pela cultura do açúcar, pela extração dos minérios e de outros produtos econômicos coloniais, como tabaco, algodão, cacau, etc. Entretanto, este trabalho braçal, pesado e não remunerado, era considerado inferior, e os negros pessoas de segunda categoria, possuidores de baixa inteligência, o que era justificado por teorias “científicas” do passado.

A escravidão negra foi seguida de muita violência e injustiça. Os escravos trabalhavam de sol a sol, eram castigados pela menor falta e viviam em condições subumanas, principalmente nos engenhos de açúcar e nas áreas de mineração. A resistência também ocorreu com os escravos negros: fugas, assassinatos de senhores, suicídios, quilombos, etc. Entretanto, a Coroa portuguesa e a Igreja nunca se opuseram à escravidão, pelo contrário, justificaram-na.

Até hoje sofremos as consequências dessa mentalidade escravocrata, quando vemos que os negros no Brasil precisam até de uma legislação especial contra a discriminação racial que, como vimos, também não surgiu no nosso tempo: os negros vêm sendo discriminados desde o início da nossa história.

No último levantamento feito pela ONU (Organização das Nações Unidas) do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), no qual se mede a qualidade de vida da população dos países do mundo todo, o negro brasileiro ficou em 101º lugar, enquanto o branco está no 46º lugar. Ou seja, os negros têm qualidade de vida comparável a de países pobres, como Vietnã e Argélia, já os brancos têm qualidade similar a de países com alto desenvolvimento humano.

Os brancos são 54% da população brasileira, enquanto os negros (pretos e pardos, segundo IBGE) são 45%. A taxa de alfabetização de brancos e negros no Brasil é de 91,7% (brancos) e 80,2% (negros), a expectativa de vida é de 71,23 anos (brancos) contra 65,12 (negros) e a renda média familiar *per capita* em R\$ é de 406,35 (brancos) e 174,26 (negros). (Fonte: Folha de São Paulo, 06/01/2002)

Pela divisão internacional do trabalho, determinada pelo capitalismo, o Brasil, mesmo depois de sua independência, tinha o papel de exportador de matérias primas e importador de produtos manufaturados. Isto estava definido, também, pelo pacto colonial imposto pela metrópole, que dizia que as colônias tinham que suprir as necessidades das metrópoles produzindo somente aquilo que dava lucro. Portugal tinha, portanto, o monopólio da economia colonial brasileira.

O poder político na colônia estava, na prática, nas mãos dos grandes proprietários rurais, mas existia um governador-geral subordinado ao rei de Portugal e câmaras municipais dominadas pelas elites locais e que eram uma espécie de prefeitura. A grande maioria da população, formada pelos escravos e por alguns trabalhadores livres e outros profissionais livres pouco ou nada participavam, o que acabou gerando uma série de revoltas, ocasionadas, também, pelas péssimas condições de vida da grande maioria da população brasileira.

A desigualdade social no Brasil já iniciou no período colonial, mais especificamente no Nordeste brasileiro, onde havia os grandes engenhos de açúcar. Os proprietários destes engenhos eram muito ricos, como também eram os comerciantes que exportavam o açúcar e importavam outras mercadorias e escravos. Muitas vezes estes comerciantes eram até mais ricos que os próprios senhores de engenho. Na escala social, abaixo desta classe mais alta existia um número razoável de trabalhadores livres que viviam muito modestamente. Por fim, vivendo nas piores condições possíveis estavam os escravos. Entretanto, podemos afirmar que estas diferenças sociais não surgiram por acaso, ou porque uns gostavam de trabalhar mais e outros menos, mas por causa de uma exploração que existiu desde os inícios da nossa colonização e que não deu igualdade de condições a todos que aqui viviam.

Nos primeiros séculos de exploração colonial, o açúcar foi o principal produto econômico, entretanto, sua produção entrou em declínio devido à concorrência do açúcar produzido pelos holandeses em suas colônias e que tinha um preço mais competitivo.

Entretanto, depois de muita procura, finalmente encontrou-se o ouro e os diamantes no Brasil. No século XVII, nosso país foi o maior produtor mundial de ouro e diamante, mas engana-se quem pensa que isso resolveu o problema da pobreza porque passávamos. Pelo contrário, a sociedade mineradora foi uma das mais desiguais da nossa história. A novidade foi o surgimento de uma classe média colonial, formada por aquelas pessoas que não eram latifundiários, donos das minas ou grandes comerciantes, nem trabalhadores pobres ou escravos, mas eram pequenos proprietários de pontos comerciais, médicos, advogados, etc.

Esse período da mineração foi marcado por uma série de revoltas, como a Guerra dos Emboabas (rivalidades entre paulistas e forasteiros na região das minas) e contra a exploração de Portugal, como a Revolta de Vila Rica (protesto contra as casas de fundição do ouro).

Não podemos deixar de lembrar que várias outras revoltas aconteceram no Brasil no período colonial como a Revolta de Beckman (contra o monopólio da Companhia de Comércio do Maranhão), a Guerra dos Mascates (rivalidade entre senhores de engenho de Olinda e comerciantes de Recife), a Revolução Pernambucana (contra a opressão colonial).

É importante citarmos que a economia brasileira já não estava limitada ao ouro e açúcar. Também era aqui produzido o algodão, o tabaco, as drogas do sertão (castanha-do-pará, baunilha, guaraná, madeiras, ervas medicinais, cacau), além da criação de gado, que servia de alimento e era um importante meio de transporte e de integração entre as regiões coloniais.

Essa situação de exploração e péssimas condições de vida da grande maioria da população já havia produzido algumas revoltas, mas foi com a crise do sistema colonial que aquela situação vislumbrou possibilidades de mudança. Vejamos:

O Brasil tinha sido proibido pela rainha de Portugal, D. Maria I, em 1785, de possuir manufaturas. Por exemplo: exportávamos algodão para Portugal que o reexportava para a Inglaterra, que passava por um processo de industrialização, e lá produzia roupas, que se quisessem ser consumidas pelos brasileiros tinham que ser importadas! Ou seja, o Brasil tinha matéria-prima, mas estava proibido de produzir o que quisesse com ela, além de não poder exportar para o país que achasse melhor (lembre do pacto colonial!).

Esse motivo foi um dos que levou a população brasileira a questionar sua situação de dependência, além do fato de muitas idéias de liberdade, decorrentes do movimento iluminista europeu, chegarem ao Brasil junto aos estudantes universitários que vinham da Europa. Somado a isso, os Estados Unidos declararam sua independência da Inglaterra em 1776.

No final do século XVIII aconteceram, então, as principais revoltas contra a situação de exploração colonial e pela independência do Brasil: a Inconfidência Mineira, em 1789 e a Conjuração Baiana, em 1798.

O movimento de Minas Gerais teve como participantes a elite local, pois o ouro estava acabando e o governo português continuava cobrando impostos cada vez

maiores dos mineradores. Porém, embora seus líderes fossem de elite, foi o revoltoso de origem humilde, Tiradentes, que foi o único a ser executado para servir de exemplo!

Já o movimento baiano teve a participação dos trabalhadores livres e pobres e da classe média e lutava contra a fome e a miséria porque passava o Nordeste naquele período. Não é nem necessário dizer que o movimento foi violentamente reprimido pelo governo central, com muitos presos, exilados e enforcados.

Analisando estes dois movimentos, podemos nos perguntar: por que a Inconfidência Mineira ficou muito mais conhecida na História que a Conjuração Baiana, já que ambas tiveram, praticamente, a mesma importância?

Além desses movimentos pela independência do Brasil, um fato importante e que ajudou no nosso processo de libertação foi a vinda da corte portuguesa ao Brasil em 1808, que representou uma série de transformações na nossa sociedade, sendo a principal delas a abertura dos portos brasileiros liberando o comércio com outras nações e pondo fim ao pacto colonial. Estava permitida, também, a manufatura no Brasil e foi criada toda uma estrutura administrativa que permitiu que este país se tornasse a capital do Reino Português.

Entretanto, o que abreviou a independência do Brasil foi a necessidade de D. Pedro I em voltar para Portugal e a pressão feita pelos fazendeiros, comerciantes e classes médias pela independência do Brasil, que queriam um país dominado pelos grandes proprietários.

Quando o Brasil, em 1822, se tornou, finalmente, independente, aproximadamente 80% da população era analfabeta e a maioria era escrava. A nossa economia continuava totalmente dependente do exterior e baseada na agricultura e nos latifúndios e o governo servia, principalmente, para reprimir qualquer manifestação contrária a ele.

Em outras palavras, podemos dizer que quando o Brasil se separou de Portugal, aqui não existia uma idéia de pátria, nem de cidadãos brasileiros.

Referências

- FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo, SP: Edusp, 2001.
- FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **A Civilização do Açúcar**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1994.
- MAESTRI, Mario. **O Escravismo no Brasil**. São Paulo, SP: Atual, 1994.
- SCHMIDT, Dora. **Historiar**. São Paulo, SP: Scipione, 2002.
- SCHMIDT, Mario. **Nova História Crítica**. São Paulo, SP: Nova Geração, 2001.
- VERGUEIRO, Laura. **Opulência e Miséria nas Minas Gerais**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1981.

Filmes indicados

A MISSÃO. Direção: Roland Joffé. Produção: David Puttnam e Fernando Ghia. 1 Disco (126 min.): DVD, Ntsc, son., color. Ing., 1986. Disponível em: <<http://vimeo.com/41609236>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

CARAMURU – a invenção do Brasil. Direção: Guel Arraes. Produção: Eduardo Figueira e Daniel Filho. 1 Disco (100 min.): DVD, Ntsc, son., color. Port., 2001. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=h0R5Af2BBiU>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

INDEPENDÊNCIA ou morte. Direção: Carlos Coimbra. Produção: CINEDISTRI. 1 Disco (108 min.): DVD, Ntsc, son., color. Port., 1972. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=cRuCgVOi3wo>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

QUILOMBO. Direção: Carlos Diegues. Produção: Augusto Arraes. 1 Disco (114 min.): DVD, Ntsc, son., color. Port., 1984. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=VR2IrSMeQoU>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

PINDORAMA. Direção: Arnaldo Jabor. Produção: Walter Hugo Khouri. 1 Disco (95 min.): DVD, Ntsc, son., color. Port., 1971.

XICA da Silva. Direção: Carlos Diegues. Produção: Jarbas Barbosa, Airton Correa, Hélio Ferraz e José Olivosi. 1 Disco (117 min.): DVD, Ntsc, son., color. Port., 1976. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=TNCSrAFSpQ>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

História do Brasil: Mudanças e Permanências Brasil Imperial

Magna Lima Magalhães¹

A história do Brasil Imperial abarca cronologicamente o período iniciado em 1822, marcado pela independência brasileira, e termina em 1889 com a Proclamação da República. É geralmente dividido em três fases: Primeiro Reinado (1822 a 1831), Período Regencial (1831 a 1840) e Segundo Reinado (1840 a 1889).

A independência política do Brasil (1822) estabeleceu a autonomia em relação a Portugal, entretanto a jovem nação iniciava sua trajetória de país independente com um elevado número de escravos e sob o estigma do poder dos latifundiários.

A nova ordem política, que começava a esboçar-se no Brasil, alicerçava-se na velha estrutura conservadora, agroexportadora, escravista e dependente do mercado internacional. Essa nascia sob a tutela da elite, cujo pensamento antidemocrático e conservador impunha como forma de governo uma Monarquia Constitucional, de caráter centralizador, que se utilizava de instrumentos legais para excluir a participação das massas populares da vida política do país, como, por exemplo, através do voto censitário, estabelecido na Constituição outorgada de 1824, na qual o texto refletia o autoritarismo e o intervencionismo da política imperial.

O período de 1822 a 1831 (Primeiro Reinado) pode ser visto como a fase de consolidação da independência e de inserção da nação ao sistema internacional. Fazia-se urgente o reconhecimento da nossa independência por outras nações, principalmente

¹ Professora do Curso de História e Pesquisadora do Grupo Cultura e Memória da Comunidade da Universidade Feevale.

devido à dependência econômica. O atrelamento ao mercado externo impunha ao Brasil uma situação desfavorável para negociações, levando-o a conceder privilégios comerciais em troca do reconhecimento.

A primeira nação a reconhecer a nossa emancipação foi os Estados Unidos da América, dotado da Doutrina Monroe (1823), que apregoava o anticolonialismo a partir da máxima “América para os americanos”. A Inglaterra, nação em amplo processo de ascensão, percebia a relevância da estabilidade política e da unidade territorial para a prosperidade de seus negócios e para a manutenção de seus privilégios em solo brasileiro. Após muitas negociações, reconheceu a nova situação brasileira, mas não sem antes reafirmar as vantagens comerciais que já havia conquistado, além da obtenção de outras. Portugal, por sua vez, aceitou a emancipação do Brasil a partir da interferência inglesa e mediante ao estabelecimento de vantagens alfandegárias, bem como do recebimento de uma indenização. Com relação às Repúblicas latino-americanas, o processo de reconhecimento ocorreu de forma gradual, a partir de 1825.

A independência brasileira, inserida no cenário internacional, reduziu-se à substituição da exploração portuguesa pela inglesa, secundada por outras nações européias e pelos Estados Unidos da América. Emancipando-se politicamente, ajustávamo-nos à ordem econômica internacional moldada pelo capitalismo industrial.

A abdicação de D. Pedro I, em 1831, deu início ao período de governo comandado pelos Regentes, situação essa que perdurou até 1840, ano em que D. Pedro II assume o trono. Os governos regenciais foram marcados por considerável instabilidade política e depararam-se com a intensificação dos conflitos deflagrados por quase todo o território nacional, situação que se agravou ainda mais após a abdicação. No geral, manifestavam-se contra a excessiva centralização política e contra a arbitrariedade por parte do governo, a cobrança dos inúmeros tributos, bem como a situação de miserabilidade da maioria da população, além de reivindicar a liberdade de participação política. Essas aspirações, ou pelo menos parte delas, estavam presentes no discurso que movia a luta das chamadas rebeliões regenciais (a Sabinada - Bahia, 1837-1838; a Balaiada - Maranhão, 1838-1841; a Cabanagem - Pará, 1835-1840; a Revolução Farroupilha - Rio Grande do Sul, 1835-1845).

O período foi marcado pela forte repressão por parte do governo a qualquer manifestação social; como instrumento repressor aos levantes populares, fez uso da Guarda Nacional (1831), milícia armada comandada pelos grandes proprietários de terras. Os descontentamentos esboçavam-se de diversas formas, fomentando uma instabilidade política incômoda para o recente Estado, representando também uma ameaça constante à unidade territorial. As revoltas populares que eclodiam por quase todo império objetivavam alterar a ordem política e social vigente até então. Inserido a esse cenário, contribuindo com a fragilidade política, existiam ainda as divergências entre os grupos políticos (restaurador ou caramuru, liberais exaltados ou jurujubas e liberal moderado ou chimango) em relação à forma de governar. O temor por parte da elite frente às ameaças de levantes populares, somados à situação de debilidade dos governos regenciais, instigou a articulação política responsável pela antecipação da maioridade de D. Pedro II, a partir

do chamado Golpe da Maioridade. As forças mais expressivas do cenário político nacional sedimentavam o centralismo oligárquico, o qual garantia a unidade nacional.

A antecipação da maioria de Pedro de Alcântara inaugura o início do Segundo Reinado. O Brasil continuava sendo um império, marcado pela força da elite agrária, de base escravista e latifundiária, promovendo a continuidade do processo histórico de dependência delineado desde o início do período colonial. O Segundo Reinado, sob o comando de D. Pedro II, manteve a ordem sócio-econômica em vigência e representou o expoente maior dos interesses das elites brasileiras. Houve, por parte do governo, a preocupação de estabelecer uma aliança entre os poderosos do país, garantindo assim a monarquia, a unidade territorial e a mínima participação popular.

É a partir da segunda metade do século XIX que o cenário sócio-econômico passa por alterações, oriundas principalmente do surto industrial e do processo de urbanização. As significativas mudanças promoveram, por exemplo, a gradativa substituição da mão-de-obra escrava pela assalariada, constituída basicamente de imigrantes. Aos poucos, o eixo econômico do país deslocava-se do nordeste para o sudeste. São Paulo paulatinamente transformou-se no reduto dos barões de café, produto principal da economia nacional entre 1850 e 1870 e propulsor da fase mais próspera da economia imperial brasileira. Os cafeicultores fixaram-se na área urbana e direcionavam seus investimentos para outras atividades, como o comércio, bancos e indústrias, impulsionando uma diversificação da economia. Realidade essa que desencadeou a exigência de melhorias dos meios de transporte (estradas de ferro, portos) e dos meios de comunicação (telégrafo, telefone). O crescimento da indústria e das cidades fomentou o desenvolvimento da classe média urbana e a origem da classe operária no Brasil. A classe média urbana começou então a aspirar a uma participação direta no poder e nos anos 70 e 80 passou a defender o fim da escravidão e a instituição de um governo republicano federativo.

É durante o segundo reinado que o Brasil enfrenta pressões externas, principalmente inglesa, que exigiram a libertação da mão-de-obra escrava. Somam-se a isso as forças internas (rebeliões de escravos) e novas forças sociais (operariado, por exemplo) que pressionavam o governo para que decretasse o fim do regime escravocrata de trabalho no Brasil. Apesar da intensa campanha abolicionista que envolvia vários segmentos da sociedade brasileira, o governo, objetivando ganhar tempo e minimizar as pressões tanto externas como internas, decretou as seguintes leis: a lei do Ventre Livre (Lei Rio Branco-1871) e a dos Sexagenários (Lei Saraiva-Cotegipe- 1885). A abolição era inevitável, entretanto foi consolidada no Brasil somente em 1888, com a Lei Áurea, cujo texto não contemplava a preocupação em integrar o negro à sociedade brasileira. Neste contexto, o governo imperial enfrentou, em relação à política externa, a Questão Christie com a Inglaterra e participou de todas as guerras platinas, das quais se destacou a Guerra do Paraguai (1864-1870), conflito este que rendeu ao Brasil perdas em âmbito sócio-político e econômico.

Os anos 70 e 80 marcaram o declínio do Império brasileiro. O desgastado governo monárquico não tinha habilidade política para enfrentar a insatisfação por

parte do exército, que desde a Guerra do Paraguai ganhava maior força política. Havia também a insatisfação por parte da Igreja de estar submetida à tutela estatal. Incapaz de resolver os problemas oriundos das transformações socioeconômicas, o governo imperial, enfraquecido politicamente, sem uma base de sustentação, tornava-se alvo fácil da campanha republicana. Em 15 de novembro de 1889, os militares do Exército, aliados aos fazendeiros de café, proclamaram a República; chegava ao fim o governo imperial brasileiro.

Referências

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. 2. ed. São Paulo, SP: EDUSP, 2006.

DORIGO Gianpaolo; VICENTINO, Claudio; **História do Brasil**. São Paulo, SP: Scipione, 1999.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. Da Independência à vitória da ordem. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História Geral do Brasil**. 9. ed. São Paulo, SP: Campus, 2000. p. 129 -143.

Filmes indicados

MAUÁ – o imperador e o rei. Direção: Sérgio Rezende. Produção: Joaquim Vaz de Carvalho. 1 Disco (132 min.): DVD, Ntsc, son., color. Port., 1999. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=P3WYECiqM0I>>. Acesso em: 12 jun. 2013

NETTO perde sua alma. Direção: Beto Souza e Tabajara Ruas. Produção: Beto Souza, Esdras Rubim e Tabajara Ruas. 1 Disco (100 min.): DVD, Ntsc, son., color. Port., 2001. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=ZeofgsrbcZs>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

Indicações literárias

AZEVEDO, Aluísio de. **O cortiço**. Fundação Biblioteca Nacional - Edição de referência.

ASSIS, Machado. **Conto**: Pai contra mãe. In: Relíquias da Casa Velha (1906). Contos machadianos.

História do Brasil: Mudanças e Permanências Primeira República (1889/1930)

Cristina Ennes da Silva¹

O período conhecido na história brasileira por Primeira República compreende os anos que vão de 1889 até 1930. Os fatos que determinam esta rígida delimitação cronológica são a proclamação da República brasileira e a Revolução de outubro de 1930. Todavia, é importante ressaltar que estes fatos são apenas demarcadores cronológicos, uma vez que sendo a história um processo não há como determinar, com precisão, o momento exato no qual os elementos de um novo sistema estão atuantes no vigente; assim, ainda em pleno período monárquico encontraremos as sementes que tornaram a República uma realidade. Bem como, se assim quisermos, podemos achar fortes evidências de questões monárquicas no período republicano.

Em 15 de novembro de 1889, Deodoro da Fonseca a frente do exército proclama a República, para muitos considerado um golpe militar. A monarquia foi deposta e “novos” agentes assumiram o papel principal no cenário nacional. Cabe ressaltar a existência de diversos grupos republicanos (Positivistas, Políticos, Intelectuais) que, há tempos, discutiam essa alternativa para o Brasil.

Num primeiro olhar poderíamos concluir que nada mudou, contudo, não podemos esquecer que havia um processo de transformação em andamento e assim os elementos já se encontravam no período monárquico. As mudanças estavam presentes em vários setores da sociedade. Grupos haviam se formado e se constituído em agentes

¹ Professora do Curso de História da Universidade Feevale. Doutora em História pela PUCRS.

sociais importantes (uma pequena classe média urbana). Os ideais de República eram defendidos e exemplos republicanos, aparentemente bem sucedidos, eram citados e enaltecidos (caso da Argentina). Assim, a ordem republicana, para muitos, apresentava-se, desde antes de 15 de novembro de 1889, como a única solução para resolver os problemas existentes no Brasil.

Diversas mudanças aconteceram na passagem de monarquia para República. A descentralização do poder; a construção de uma república federativa (parecido com os EUA); a separação do Estado da Igreja e o fim do poder moderador (característica do Império brasileiro).

Parte das classes dirigentes da época desejavam as mudanças (principalmente a Oligarquia do Café), mas não queriam conturbações no cenário nacional ou perturbações da ordem. Deodoro da Fonseca, como novo dirigente, deveria assegurar a estabilidade do novo regime, promovendo desenvolvimento e enfrentando os problemas sociais que se manifestaram logo depois de passada a euforia da República.

O sistema republicano instalado tinha como um de seus primeiros desafios a elaboração de uma nova constituição e a definição de quem assumiria o poder: civis ou militares. Dessa forma, foi instalada uma Assembléia Constituinte (em eleições com moldes monárquicos: fraudes, ameaças, etc.), que elegeu Deodoro da Fonseca como presidente e Floriano Peixoto, um militar republicano, como vice-presidente. Todavia, o presidente eleito encontrava certa dificuldade em aceitar as “novidades” da República e, em fevereiro de 1891, resolveu dissolver a Assembléia, devido a “desobediências”. Este fato provocou a saída de Deodoro da Fonseca da presidência, assumindo o vice-presidente Floriano Peixoto.

O novo presidente tinha em suas mãos, no momento em que tomou posse, dois problemas: promover a consolidação da República e convencer seus pares militares de que o sistema era eficiente. No tocante aos militares, suas preocupações eram justificadas e a Revolta da Armada, abafada através do apoio internacional, veio a comprovar tal fato. Neste ínterim, a República assumiu paulatinamente um caráter civil, isto é, os civis (principalmente paulistas) ocupavam os cargos de destaque do governo e a prova contundente deste caráter deu-se com a sucessão de Floriano Peixoto em 1894, por um civil: Prudente de Moraes.

O governo de Prudente de Moraes (1894/1898) foi marcado pela necessidade de consolidação do sistema republicano, pois o fantasma da monarquia ainda rondava o país, e pelo início da afirmação dos civis no poder. Em seu governo eclodiu a Revolta de Canudos na Bahia, instalando uma crise na jovem república recém instaurada. Esta revolta, para além das questões sociais envolvidas (questão agrária brasileira) também era uma suposta ameaça para a jovem República, porque seu líder (Antônio Conselheiro) bradava que o mal do Brasil era a separação entre Estado e Igreja (condição básica da República).

O sucessor designado por Prudente de Moraes na presidência da República, Campos Sales, teve não só a incumbência de promover a manutenção dos civis no poder, como também de garantir que estes fossem do Partido Republicano, ao qual pertencia.

Para resolver a questão pertinente à manutenção no poder de membros do Partido Republicano, Campos Sales praticou a “Política dos Governadores”, que estabelecia uma estreita relação de dependência e cumplicidade entre as diversas instâncias de poder. Assim, o poder local gozava de certa autonomia, sendo ao mesmo tempo subordinado ao poder central que lhe garantia o apoio. Neste acordo, os poderes eram independentes, mas as decisões do poder central predominavam; o legislativo não administrava e nem governava, ele estava subordinado ao executivo que não aceitava oposição e que garantia, em contra partida, vantagens para ser apoiado pela maioria do legislativo.

Desta forma, na instância local, o poder dos coronéis, que detinham o “voto a cabresto”, constituiu-se num importante elo na corrente de poder. O coronel, através de práticas repressivas e corruptas garantia a maioria dos votos para os membros da situação que por sua vez colocava em suas mãos tanto o judiciário quanto a polícia, que aceitava os desmandos e caprichos dos coronéis. A força do coronel existia enquanto ele compactuasse com o governo. Com a existência de tal pacto, não adiantava eleições, pois o resultado era sempre o determinado pelo governo. Aliás, cabe ressaltar que a corrupção eleitoral é uma verdade histórica no período em questão.

Entre suas medidas, Campos Sales instituiu a denominada “Política do Café-com-leite”, que consistia numa aliança entre São Paulo e Minas Gerais, que passaram a alternar-se no poder central. Essa política assim ficou conhecida pela hegemonia econômica dos estados citados.

Na economia, nos primeiros momentos da República, forças divergentes buscavam dominar o cenário nacional, de um lado os cafeicultores paulistas que, atentos aos novos ares republicanos, empregavam mão-de-obra assalariada (em geral de imigrantes) em suas lavouras e desejavam a manutenção do Brasil como um país essencialmente agrário, monocultor e exportador. De outro lado, grupos com interesses econômicos diversificados que não se beneficiavam com esse modelo e por isso não desejavam tal situação. Aliás, é nesse momento que surgem novos interesses diversos dos vinculados a agroexportação. Inicia-se um período de urbanização e com ele pequenas indústrias e um comércio citadino se forma nas grandes cidades. Estes investimentos começaram a interagir com a política e novos grupos políticos entram na arena nacional brasileira.

O ministro das finanças de Deodoro da Fonseca, Rui Barbosa, apoiava o sistema no qual o crescimento do comércio e da indústria dar-se-ia através da emissão de papel-moeda e estabeleceu uma política econômica conhecida como “encilhamento”, que entre outros aspectos, incentivava a criação de sociedades anônimas e lhes concedia empréstimos (muitas delas fantasmas). Este estratagema desagradava profundamente os cafeicultores pois gerava inflação que onerava as exportações e incentivava a indústria, prejudicando os negócios.

No governo de Floriano Peixoto, a pasta das finanças ficou ao cargo de Rodrigues Alves, que inaugurou uma política econômica de defesa do café (sendo continuada por seus sucessores). A política econômica adotada previa que quando o preço do café

estivesse em alta, a quantia que fosse arrecadada com a venda do produto pagava as importações. Contudo, os problemas surgiram quando a concorrência externa fazia com que o preço do café baixasse, então a taxa de câmbio era alterada e os cafeicultores continuavam a receber as mesmas quantias de sempre. O capital que faltava era obtido através de inúmeros e volumosos empréstimos externos.

A partir da última década do século XIX, ocorreram vários momentos de crises do café, provocando o aumento da dívida estrangeira. Durante o governo de Prudente de Moraes, o volume da dívida chegou a índices assustadores gerando reação dos credores estrangeiros. Tal situação foi contornada no governo de Campos Sales que aceitou a renegociação da dívida segundo as imposições dos banqueiros internacionais.

A economia nacional foi estabilizada e assumiu o governo Rodrigues Alves (1902/1906), revelando-se um conservador autoritário, desagradou tanto a elite cafeicultoras ao se colocar contra o “Convênio de Taubaté” (1906), quanto aos grupos urbanos empobrecidos desde o governo de Campos Sales.

Seu sucessor, Afonso Pena, elegeu-se apoiando a “política de valorização artificial do café”, que foi a solução encontrada para enfrentar o problema das crises do café. Nela, o governo comprometia-se em comprar os excedentes de produção, estocando-os até que o preço compensasse a venda do produto. Para a compra, novos empréstimos foram negociados no Convênio de Taubaté, em condições igualmente desfavoráveis e a moeda brasileira sofreu constantes desvalorizações. A maioria do país pagava os benefícios obtidos pelos cafeicultores paulistas. Esta situação perdurou até as duas primeiras décadas do século XX, quando crises externas e internas provocaram não só o desprestígio do café como produto rentável e confiável, como também o endividamento extremo do país.

Contudo, a economia do país não era mais exclusivamente agrária, é justamente na República Velha que a indústria brasileira tem seu incremento. São Paulo constituiu-se no espaço privilegiado para o início da industrialização brasileira, pois lá se encontrava a maior parte da mão-de-obra assalariada do país. Os trabalhadores, explorados ao extremo na área rural, viram no espaço urbano a oportunidade de melhoria na condição de vida e rumaram para a cidade.

A presença dos trabalhadores provocou o crescimento da indústria, que mesmo com a crise provocada pela Primeira Guerra Mundial, continuou a desenvolver-se. Entretanto, esse desenvolvimento e prosperidade não representaram necessariamente a melhora na condição do trabalhador, pois também na cidade ele sofria a exploração. O movimento operário (com forte influência da imigração) fez-se presente no Brasil com ideais de cunho socialista, anarquista e comunista, e as oligarquias dominantes demonstravam sua incapacidade de lidar com os problemas sociais. Além dos conflitos operários e greves, as revoltas tenentistas (movimentos de base e origem militar) convulsionaram o país, lutando por moralização na vida pública, voto secreto e a defesa dos interesses econômicos nacionais.

Cabe também registrar, dentre as muitas revoltas do momento, a da Chibata. Símbolo da luta contra os desmandos da época, ela representava, em última instância, uma rebelião de marinheiros (negros, pobres e, em sua maioria, analfabetos) contra os

castigos físicos que recebiam dos oficiais. Isto é, mesmo com a abolição da escravatura, ainda persistiam práticas de castigos nos navios da Marinha Brasileira (cabe ressaltar também que os oficiais desta arma detinham linhagem de nobreza). A revolta chocou a capital da República pela ameaça imposta. Como podia a cidade, considerada a Paris nos Trópicos (moda, reformas urbanas, costumes e espaços de sociabilidade copiados da capital francesa), estar ameaçada por marujos?

Assim, nas primeiras décadas do século XX, as manifestações proliferavam-se pelo país, civis e militares demonstravam toda a insatisfação com o regime republicano. Internamente a desarticulação e discordâncias sucessórias reinavam associadas a uma profunda crise econômico-financeira. O país vivia um mal-estar generalizado que culminou no movimento de 1930.

Referências

CARONE, Edgar. **A República Velha**. Evolução Política 1889-1930. 2. ed. São Paulo, SP: Difel, 1978.

TEIXEIRA, Francisco Carlos. **Brasil**. História e Sociedade. São Paulo, SP: Ática, 2000.

LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História Geral do Brasil**. 9. ed. São Paulo, SP: Campus, 2000.

Filmes indicados

DEUS E o diabo na terra do Sol. Direção: Glauber Rocha. Produção: Luiz Augusto Mendes e Luiz Paulino dos Santos. 1 Disco (115 min.): DVD, Ntsc, son., color. Port., 1964. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=OlgBrV-E0v0>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

GUERRA de Canudos. Direção: Sérgio Rezende. Produção: Mariza Leão. 1 Disco (170 min.): DVD, Ntsc, son., color. Port., 1997. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=P4OYhj7Io0E>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

O CANGACEIRO. Direção: Lima Barreto. Produção: Anibal Massaini Neto. 1 Disco (105 min.): DVD, Ntsc, son., color. Port., 1953. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=oOumq-kWf-Y>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

SONHOS tropicais. Direção: André Sturm. 1 Disco: DVD, Ntsc, son., color. Port., 2001. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=fieH3FqzrZ0>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

História do Brasil: Mudanças e Permanências O Estado Brasileiro pós-revolução de 30: a Era Vargas (1930-1945)

Gisele Becker¹

A República Velha viveria seus últimos instantes especialmente a partir do momento em que Washington Luís quebrou a *política dos governadores*, indicando o governador de São Paulo, Júlio Prestes, em detrimento do candidato da vez, o mineiro Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Através disso, percebe-se a união dos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba para a disputa presidencial, prevista para o ano seguinte, formando a *Aliança Liberal*². Com Getúlio Vargas, governador do Rio Grande do Sul, postulando a presidência, e João Pessoa, da Paraíba, como vice, o grupo dissidente perdeu as eleições de março de 1930 para Júlio Prestes, o candidato oficial. As suspeitas de fraude eleitoral, as cassações de todos os deputados paraibanos e mineiros eleitos pela Aliança Liberal e o assassinato de João Pessoa, na capital paraibana, motivaram os elementos mais jovens da oposição, entre eles tenentes e civis, como Juarez Távora, João Neves da Fontoura e Osvaldo Aranha, a ambicionar uma reação violenta contra o poder central. A chamada *Revolução de 1930* teve seu início em três de outubro, com revolucionários do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e do Nordeste rumando para a capital federal. A presidência já não estava mais com Washington Luís, que havia sido deposto por uma Junta Militar de Pacificação. Esta, cedendo às pressões do movimento, transmitiu o poder a Getúlio Vargas, no dia 24 daquele mês.³

¹ Doutora em História pela PUC-RS.

² Visava atrapalhar a candidatura de Prestes, bem como melhorar a distribuição do poder e acabar com as fraudes eleitorais.

³ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1997.

A Revolução de 30, ao mesmo tempo em que oportunizou a chegada de uma nova geração política ao poder, produziu um *Estado de Compromisso*⁴, cuja base social era indefinida, mas que nem por isso deixou de influir nas diretrizes brasileiras ao longo dos próximos quinze anos. A primeira etapa da chamada Era Vargas (1930-45) passou por diferentes conjunturas nacionais, como as fases do governo provisório (1930-34), constitucional (1934-37) e ditatorial (Estado Novo, 1937-45), nas quais foram dados decisivos passos para a modernização econômica e militar do país, ao lado de uma política nacionalista.

Neste momento inicial organizou-se um novo tipo de Estado, que se distinguia do oligárquico pela centralização do poder. No Estado pós-revolução de 30, a centralização tornou-se uma arma contra a resistência dos velhos caciques. Ainda em seu início, o governo Vargas apresentou como característica a busca da proteção aos trabalhadores urbanos (política trabalhista), um poder central atribuído às forças armadas e um Estado que objetiva a promoção do capitalismo nacional (com base nas Forças Armadas e em uma aliança entre a burguesia industrial e setores da classe trabalhadora urbana). Ao mesmo tempo, as oligarquias brasileiras tentavam uma rearticulação, contra a qual se opunham os “tenentes” que apoiavam Getúlio Vargas. Como medidas centralizadoras no governo provisório, o Congresso Nacional foi dissolvido e são demitidos os governadores estaduais. Em seu lugar, foram nomeados interventores federais, que governariam através de um “Código de Interventores”.

No próprio programa da Aliança Liberal, que deu base ao novo momento da política brasileira, existiam algumas formulações, como o equívoco da valorização do café⁵, a diversificação da produção agrícola, a importância da industrialização - tanto para fortalecer a economia, como para modernizar as forças armadas -, e a grande necessidade de desenvolver uma indústria de base, em especial a de um complexo siderúrgico, capaz de transformar o ferro e o aço e diminuir a dependência dos produtos importados. Embora tais princípios já estivessem no horizonte do grupo chefiado por Getúlio Vargas, não havia uma diretriz claramente definida em relação à política externa a ser adotada logo nos primeiros anos do governo. A partir do segundo semestre de 1934, porém, a possibilidade de concretizar a modernização econômica e militar passou a ser vislumbrada com a aproximação do Brasil em relação às principais potências capitalistas do período: os EUA e a Alemanha.

O processo político que se estendeu até a estruturação do Estado Novo, em 1937, foi bastante conturbado. Getúlio enfrentou, em 1932, a Revolução Constitucionalista,

⁴ De acordo com Francisco Weffort, o novo Estado deveria “mover-se sempre dentro de uma complicada faixa de compromissos e conciliações entre interesses diferentes e por vezes contraditórios. De nenhum dos grupos participantes – as classes médias, os grupos menos vinculados à exportação e os setores vinculados à agricultura do café – se poderia dizer que teria assegurado para si as funções de hegemonia política. Por outro lado, nenhum desses grupos tem condições para oferecer as bases de legitimidade do novo Estado, para apresentar seus próprios interesses particulares como expressão dos interesses gerais da Nação.” WEFFORT, Francisco C. **O Populismo na Política Brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 69.

⁵ Apesar de defender a industrialização, o setor do café não foi totalmente abandonado. A produção do café é federalizada. Continua-se colocando em prática algumas medidas de valorização do produto (estocar uma parte da produção do café, em função da baixa dos preços. A idéia é reduzir a oferta e sustentar os preços).

através da qual paulistas pegaram em armas contra o governo buscando defender uma constituinte liberal. O presidente não foi deposto em função da fraca adesão de gaúchos e mineiros ao processo. O Brasil ainda assistia às reivindicações operárias (com a eclosão de uma série de movimentos grevistas) e ao crescimento de campanhas contra o fascismo. É justamente neste contexto que o início do Estado Novo começou a ser articulado. Aproximavam-se as eleições de 1938 e os futuros candidatos são apresentados por volta do ano anterior: Armando de Salles Oliveira (Partido Constitucionalista, aliança do PD com partidos de menor expressão), Plínio Salgado (Partido Integralista) e José Américo de Almeida, o candidato oficial. O PRP, reconstituído, se aproximava de Getúlio, que não se dispunha a abandonar o poder. Como estratégia para manter o presidente em seu cargo forjou-se o chamado *Plano Cohen*, uma suposta conspiração comunista no Brasil. Sob a sombra da “ameaça”, Getúlio revoga a Constituição sancionada três anos antes. Argumentou-se, neste momento, que para proteger a nação brasileira do perigo comunista, seria necessário um Estado com amplos poderes, mais forte e centralizado. É o Golpe do Estado Novo (1937).

O fato repercutiu na imprensa. O *Diário Carioca*, por exemplo, legitimou o ocorrido:

Dando ao Brasil outra Constituição o Sr. Getúlio Vargas se reinveste na qualidade de chefe da Revolução de 30 e retoma o ritmo interrompido de sua grande obra. É, pois, na autoridade moral do presidente da República, nos anseios da Nação que quer viver e prosperar sem os tropeços de formalismos irrealistas e no sangue dos brasileiros imolados por um Brasil maior, que vamos encontrar a legitimação da nossa nova Carta Política.⁶

De acordo com o jornal *A Batalha*,

O presidente da República dos Estados Unidos do Brasil: Atendendo as legítimas aspirações do povo brasileiro à paz política e social, profundamente perturbada por conhecidos fatores de desordem, resultante da crescente agravação os dissídios partidários, que uma notória propaganda demagógica procura desnaturar em luta de classes, e da extremação de conflitos ideológicos, tendentes, pelo seu desenvolvimento natural, a resolver-se em termos de violência, colocando a Nação sob a funesta iminência da guerra civil; atendendo ao estado de apreensão criado no país pela infiltração comunista, que se torna dia-a-dia mais extensa e mais profunda, exigindo remédios de caráter radical e permanente; atendendo a que, sob as instituições anteriores, não dispunha o Estado de meios normais de preservação e da defesa da paz, da segurança e do bem estar do povo; com o apoio das forças armadas e cedendo às inspirações da opinião nacional, umas e outras justificadamente apreensivas diante dos perigos que ameaçam a nossa unidade e da rapidez com que se vem processando

⁶ **Diário Carioca.** Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1937.

a decomposição das nossas instituições civis e políticas; resolve assegurar à Nação a sua unidade, o respeito à sua honra e à sua independência, e ao povo brasileiro, sob um regime de paz social, as condições necessárias à sua segurança, ao seu bem estar e a sua prosperidade; decretando a seguinte Constituição, que se cumprirá desde hoje em todo o país: (...).⁷

O Brasil sob o Estado Novo

A nova fase da política brasileira teve início com a formulação da Carta de 1937, através da qual a centralização do poder ficou mais evidente. É declarado estado de emergência em todo o país, que tão cedo não seria revogado. Com o novo documento, Getúlio recebeu poderes para confirmar ou não o mandato dos governadores eleitos nas próximas eleições. Além disso, o Parlamento, as Assembleias Estaduais e as Câmaras Municipais foram dissolvidos e as liberdades civis, suspensas. A Constituição entrou em vigor imediatamente, devendo ser submetida a um plebiscito nacional. Na verdade, o que se observou neste momento é que Getúlio governaria constantemente através de decretos-lei, pois o plebiscito não chegou a ser realizado. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) se encarregou de instalar uma censura no Brasil.

Os rumos do Estado Novo foram tomados tendo-se em vista um grande objetivo, não apenas por parte do presidente Getúlio Vargas, como de setores da economia e da política brasileira: a industrialização. As negociações da política externa brasileira neste período são permeadas por este grande projeto nacional. A burocracia civil do país defendia o programa de industrialização por considerar que era este o caminho certo para a verdadeira autonomia. Os militares também se constituíam em forte apoio para o projeto, por acreditarem que o fortalecimento de nossa economia seria um componente importante para o amadurecimento da segurança nacional. Acreditava-se, enfim, que o impulso da efetiva industrialização do Brasil dependia de uma maior intervenção do Estado.

Entretanto, o Brasil não tinha recursos para promover este grande projeto, simbolizado pelo sonho da construção da Companhia Siderúrgica Nacional. O Capital a ser investido na indústria, portanto, teria que vir do exterior. Tentar atrair investimentos para a implantação da indústria nacional era o objetivo do *jogo duplo de Vargas*. No plano internacional, havia duas grandes potências capitalistas capazes de fornecer os investimentos para a industrialização: Estados Unidos e Alemanha, que disputavam mercados entre si. O Brasil, neste sentido, conquistaria poder de barganha.

⁷ **A Batalha.** Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1937.

A ambas havia o interesse de ampliar suas áreas de influência econômica, mas cada uma fazia isso a sua maneira: os Estados Unidos⁸, defendendo o liberalismo econômico e a Alemanha⁹ adotando uma política protecionista. Assim, é com estas potências detentoras de capitais excedentes, e com disposição de investi-los em outras áreas, que o Brasil tentou atrair investimentos para seus planos de industrialização. O Brasil assinou tratados econômicos com as duas potências, buscando manter os contratos para não perder o poder de barganha. Por serem Estados Unidos e Alemanha conflitantes, a ambos interessava se aproximar de países periféricos, como o Brasil.

O acordo com a Alemanha parecia oferecer desvantagens, pois sendo um acordo para comércio de compensação, não geraria saldos na balança comercial e não criaria, portanto, disponibilidade de compras no exterior. Mas parecia difícil para o Brasil interromper repentinamente o comércio já volumoso que mantinha com a Alemanha e Itália. A alternativa mais conveniente parecia ser a assinatura do tratado livre-cambista com os Estados Unidos sem abdicar completamente do comércio compensado com a Alemanha. Com a insistência norte-americana, o Brasil rompeu com a Alemanha em 1939, em pleno contexto de Segunda Guerra Mundial, e aderiu definitivamente aos Estados Unidos. Iniciou-se o período da Boa Vizinhança, no qual se percebeu uma forte influência da cultura norte-americana no país, especialmente com a instalação de sua base aérea em Natal. A partir deste momento de aproximação, o Brasil declarou guerra ao Eixo, enviando tropas da Força Expedicionária Brasileira (FEB) ao Grande Conflito.

Entretanto, a própria política externa do Estado Novo acabou gerando contradições internas, em função da declaração de guerra ao Eixo e do alinhamento aos aliados democráticos, pois o próprio Brasil não era um país democrático, vivendo a ditadura Vargas. Neste sentido, houve a organização de uma oposição, que percebeu estas contradições. O Estado Novo começou a mostrar sinais de desgaste, inclusive porque o objetivo maior do jogo duplo já havia sido atingido: a construção da Companhia Siderúrgica Nacional. Instalou-se o movimento conhecido como *Queremismo*, através do qual defendeu-se um processo de democratização, que deveria ser conduzido por Getúlio Vargas. Perdendo também o apoio dos militares, Getúlio é deposto em 1945.

⁸ EUA foram os únicos que conseguiram manter a industrialização sem sofrer os abalos da guerra. Desta forma, eram os únicos capazes de lucrar com o livre comércio e emprestavam dinheiro para os países arrasados pela guerra. Para os EUA, interessava o intercâmbio de produtos livres para que pudesse exportar mais.

⁹ Medidas protecionistas eram comuns em países arrasados por guerras. Para proteger o mercado interno, foi preciso impedir a entrada de produtos estrangeiros. A Alemanha defende medidas protecionistas: qualquer produto que ela comprava de outros países era pago com marcos especiais, uma moeda não conversível. Assim, o país que vende para a Alemanha fica obrigado a comprar da Alemanha, garantindo-se a importação e a exportação do país.

Referências

BORGES, Vavy Pacheco. **Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista**: história de uma esperança e de muitos desenganos através dos jornais da oligarquia: 1926-1932. São Paulo, SP: Brasiliense, 1979.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2000.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo, SP: Edusp, 1997.

GAMBINI, Roberto. **O Jogo Duplo de Getúlio Vargas**: influência americana e alemã no Estado Novo. São Paulo, SP: Símbolo, 1977.

MOURA, Gerson. **Sucessos e ilusões**: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

MOURA, Gerson. **Autonomia na Dependência**: a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1980.

WEFFORT, Francisco C. **O Populismo na Política Brasileira**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1980.

Diário Carioca. Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1937.

A Batalha. Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1937.

Filmes indicados

FOR ALL – o trampolim da vitória. Direção: Buza Ferraz e Luiz Carlos Lacerda. Produção: Jaime A. Schwartz. 1 Disco (95 min.): DVD, Ntsc, son., color. Port., 1997. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=T1IN3_aBIL0>. Acesso em: 12 jun. 2013.

GETÚLIO Vargas. Direção: Nei Sroulevich. 1 Disco (80 min.): DVD, Ntsc, son., Port., 1974. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=CI3PX1ovCRU>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

MADAME satã. Direção: Karim Ainouz. Produção: Isabel Diegues, Marc Beauchamps, Maurício Andrade Ramos, Vincent Maraval, e Walter Salles. 1 Disco (105 min.): DVD, Ntsc, son., color. Port., 2002. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=CJqUSrVwEeo>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

NÓS QUE aqui estamos por vós esperamos. Direção: Marcelo Rasgado. Produção: Marcelo Rasgado. 1 Disco (73 min.): DVD, Ntsc, son., color. Port., 1999. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=maDnJcVbAoQ>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

O MUNDO em que Getúlio viveu. Documentário. Direção de Jorge Ileli. 1 Disco (97 min.): DVD, Ntsc, son., color. Port., 1964. Disponível em: <<http://www.enterplay.com.br/filme/o-mundo-em-que-getulio-viveu-42182.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

REVOLUÇÃO de 30. Documentário. Direção: Sylvio Back. 1 Disco (118 min.): DVD, Ntsc, son., color. Port., 1980. Disponível em: <<http://www.filmesepicos.com/2011/05/revolucao-de-30-1980.html#.UbjBque1GAk>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

SENTA A pua! Direção: Erick de Castro. Produção: Christian de Castro e Erik de Castro. 1 Disco (112 min.): DVD, Ntsc, son., color. Port., 1999. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=0dxdCuVL6Oo>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

História do Brasil: Mudanças e Permanências

Brasil 1945-1990: Processo político-econômico e histórico

Rodrigo Perla Martins¹

O ano de 1945 na história do Brasil é marcado pelo fim da ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945). Para além das questões econômicas desenvolvimentistas que ainda refletiram e refletem no Brasil nos dias de hoje, esse período foi marcado por uma ditadura civil, liderada por Getúlio Vargas, com forte apoio do Exército.

No período que vai de 1930 a 1945, o Brasil assistiu ao lançamento de bases industriais na sua estrutura econômica, ao se concretizar o surgimento da CSN (Cia Siderúrgica Nacional), base da industrialização brasileira, e da Cia Vale do Rio Doce (empresa de mineração). Esse processo histórico ficou conhecido como “Projeto Nacional Desenvolvimentista” ou até mesmo como “Projeto Getuliano de Desenvolvimento”. Esse projeto tinha por objetivo tirar o Brasil da dependência externa agro-exportadora e colocá-lo dentro de uma economia industrial de produção.

A partir dessas considerações, podemos refletir a respeito de como o momento pré-1945 pode ainda fazer parte do Brasil ainda em nossos dias? Essa problematização deve ser respondida com um olhar um pouco mais apurado do processo histórico-político brasileiro vivido entre os anos 50 e os dias atuais. E é isso que procuraremos apresentar no texto que segue.

O fim da Segunda Guerra Mundial (1945) refletiu-se de várias formas no Brasil. No que se refere às questões políticas, inquietações afluíram na sociedade brasileira.

¹ Professor do Curso de História da Universidade Feevale. Doutor em História pela PUCRS.

A chamada ditadura verde-amarela (Estado Novo) ao mesmo tempo em que apoiava os aliados (EUA, França, URSS e Inglaterra) contra o Nazi-Fascismo (Alemanha, Itália e Japão) reprimia qualquer tipo de oposição interna ao regime. Essa contradição levou a protestos pró-democracia liderados pela UNE (União Nacional dos Estudantes). Depois de muita pressão da sociedade civil organizada, o Exército (o mesmo que tinha apoiado a ditadura) derrubou Vargas do poder e convocou eleições para presidente, bem como uma nova constituinte.

Dentro de um processo político controverso, Getúlio Vargas conseguiu se articular e fundou dois partidos políticos: o PSD (Partido Social-Democrático) de cunho conservador e articulado às elites urbanas e aqueles que não concordavam com a oposição a Vargas e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) de caráter progressista e vinculado aos grupos urbanos. O próprio Vargas tornou-se presidente de honra dos mesmos. Essa artimanha política, podemos assim dizer, levou-o a participar, de forma indireta, do processo eleitoral de 1945, já que ele indicou o candidato vencedor, do PSD à presidência da república, general Eurico Gaspar Dutra. Isso é, mesmo longe do poder, Vargas distribuiu as cartas e ainda jogou de mão como popularmente se conhece.

O pleito eleitoral aconteceu em 1946 com a vitória do candidato indicado, o General Eurico Gaspar Dutra, do PSD. Em seguida, a Assembléia Nacional Constituinte foi convocada para escrever uma nova Constituição para o Brasil, já que a anterior, que prevaleceu ao longo do período do Estado Novo, foi baseada na constituição da Polônia fascista (a mesma ficou conhecida como a “Polaca”) e, com essa característica, várias garantias individuais e civis foram deixadas de lado. Cabe lembrar ainda que nesse período curtíssimo de história política, depois de 1930 – essa Carta constitucional já era a terceira².

No governo Dutra (1946-1951), as divisas externas do Brasil, acumuladas ao longo da Segunda Guerra, com o fornecimento de produtos agrícolas para a Europa, foram empregadas na importação (compra) de produtos plásticos (última tecnologia americana na produção de bens de consumo); *whisky*, *cadilacs* e suspensórios para calças masculinas. Para além da discussão da utilidade dos mesmos pelo mercado interno, duas questões devem ser ressaltadas: A) Esse governo não continuou o processo de substituição de importações³ iniciado por Vargas, já que importou tudo, principalmente bens de consumo. B) Gastou as divisas acumuladas que poderiam servir para consolidar o processo industrial brasileiro.⁴

Pelo lado político, nesse governo, houve o recrudescimento da Guerra Fria (EUA x URSS). Nos Estados Unidos iniciou-se um movimento de tolhimento de

² A primeira constituição foi a de 1934, a segunda de 1937 (a “polaca”) e essa de 1946.

³ Processo econômico de compra de maquinário para a produção interna. Em vez de se comprar o produto pronto e da venda de matérias-primas, se compra máquinas (bens de capital) e se produz manufaturas com a matéria prima antes vendida. Um produto manufaturado vale muito mais no mercado externo do que produtos primários. Com isso a balança comercial ficava superavitária com produtos com alto valor agregado.

⁴ Ainda hoje a discussão sobre as medidas tomadas por esse governo no que concerne à abertura comercial e a “queima” de divisas externas é controversas. Isso porque muitos afirmam que as divisas da segunda guerra não existiam em espécie, mas sim somente em papéis junto aos credores. Assim não se poderia gastar aquilo que não se tinha... Independente disso um endividamento externo foi concretizado com essas importações.

liberdades, quando pessoas supostamente simpáticas a ideias de esquerda começaram a responder processos no senado americano. Esse período ficou conhecido como machartismo⁵. No Brasil isso se refletiu em rompimento de relações diplomáticas com a URSS e com a cassação de mandatos de deputados e senadores comunistas que tinham sido eleitos para a Assembléia Nacional Constituinte de 1946. Nomes como Jorge Amado, Luís Carlos Prestes e João Amazonas, no âmbito federal, e Dyonélio Machado (escritor gaúcho), no âmbito estadual, tiveram seus mandatos parlamentares cassados. Esse alinhamento total às teses americanas ideológicas e políticas de alguma forma representavam um projeto para o Brasil que se caracterizava pela subserviência e pelo andar a “reboque” da potência ocidental.⁶

Em 1951 aconteceu outra eleição para presidência da república e Getúlio Vargas foi eleito presidente. Depois de um retiro de quase 7 (sete) anos em sua fazenda, em São Borja, sem falar em política⁷, Getúlio volta ao poder “nos braços do povo”, como ele mesmo gostava de afirmar. Em sua fase mais nacionalista e democrática de governo, Vargas tentou retomar seu projeto nacional desenvolvimentista. Fundou um banco de fomento federal (BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico); nacionalizou o petróleo em solo brasileiro (depois de uma campanha popular para o mesmo sob o lema “O petróleo é nosso”). Além disso, retomou a construção da infraestrutura econômica para o país.

Depois de muita oposição de grupos estrangeiros articulados com grupos nacionais, Vargas suicidou-se deixando uma carta escrita a próprio punho, mostrando a herança de seus governos para o país. Para muitos esse suicídio representou muito mais que a morte física de Vargas, mas sim também do ocaso de seu projeto desenvolvimentista. Independente disso, o projeto varguista continuou até fins de 1990 com defecções no seu bojo, mas mantendo sua essência que era construir um país com base industrial.

A eleição de Juscelino Kubistchek de Oliveira, em 1955, representou de alguma forma uma certa continuidade do projeto de Vargas, principalmente na figura do vice de JK, João Goulart e no aspecto desenvolvimentista, já que no período Dutra isso tinha se perdido. Na figura do vice, João Goulart, que era afilhado político de Vargas, os opositores ao projeto econômico varguista centravam suas críticas ao governo de JK.

JK, como era conhecido o presidente, lançou um plano econômico denominado “Plano de Metas”. Como ele mesmo afirmava, o Brasil deveria se desenvolver “50 anos em 5”, incentivando uma nova fase de desenvolvimentismo no Brasil. Só que agora

⁵ Nome em homenagem ao senador americano que liderou tal processo.

⁶ Somente a título de informação. O Brasil nesse momento foi mais realista que o rei, já que o próprio EUA não rompeu relações diplomáticas com a URSS. E, ainda por cima, continuava mantendo-as e com um bom mercado consumidor de venda de seus produtos. O Brasil, além de abrir mão de relações diplomáticas, deixa um grande mercado consumidor para seus produtos.

⁷ Apesar de ter sido eleito por dois estados como senador, Vargas nunca colocou os pés no RJ para trabalhar em seu mandato.

baseado na produção de bens de consumo. Isso é, em vez de indústria pesada (CSN e Vale do Rio Doce do período Vargas), começou-se a produzir automóveis e outros bens de consumo. As primeiras indústrias de carros instalaram-se no ABC paulista, como a GM e a Ford. Além disso, o governo concedeu incentivos para todos os tipos de indústrias: geladeiras, fogões, vidro, cimento etc.

A construção de Brasília foi a “ideia força” deste governo na história do Brasil, já que, depois de quase 500 anos a capital deslocou-se para o interior do Brasil. Uma idéia que vinha ainda do tempo de D. Pedro II. Muita controvérsia já se produziu sobre a sua construção. Dizem que as reservas técnicas do tesouro foram utilizadas para tal obra e que essa quebrou o sistema, já que não se financiou e não devolveu o montante utilizado para o tesouro nacional. Uma cidade construída em 1000 dias e totalmente planejada com um custo aproximado de 115 bilhões de dólares. Esse governo ficou na lembrança dos brasileiros como um período de Democracia e Desenvolvimento, já que não tínhamos ditadura e o país crescia de maneira significativa do ponto de vista industrial. Além da figura do presidente bossa nova, também marcou o país o início da televisão, bem como as rodovias e o surgimento de uma classe média que tinha no consumo uma de suas formas de viver.

A eleição de 1961 trouxe a figura de um político paulista eleito de nome Jânio Quadros e de seu vice, novamente eleito pelo PTB, João Goulart. Na realidade, foi um curto governo de delírio sob alguns aspectos e que marcaram seu espaço na história. Ao mesmo tempo em que proibia brigas de galo e biquínis em Copacabana, reatava relações diplomáticas com a URSS e condecorava o revolucionário cubano-argentino, Ernesto Che Guevara com a ordem do Cruzeiro do Sul⁸. Com esses atos deixava a direita espantada e a esquerda confusa. Isso é, não se sabia se o governo era de esquerda ou de direita. Depois de 7 meses tresloucados, Jânio renunciou alegando que “forças ocultas” não o deixavam governar. Sabe-se hoje que a crise econômica era grande, resultado principalmente das dívidas deixadas por JK na construção de Brasília.

Jânio Quadros também sistematizou um conceito de Política Externa Independente, a partir do trabalho de seu ministro das relações exteriores, San Tiago Dantas. Essa política tinha por base um certo distanciamento em relação aos EUA e a tentativa de construção de um amplo mercado externo para venda de produtos brasileiros. Além disso, previa uma não intervenção em assuntos internos dos países; uma autodeterminação dos povos e o desarmamento das nações. Essa política não era bem vista pelos EUA, bem como pelo seus aliados internos.

Em 25 de agosto de 1961, Jânio renunciou quando seu vice estava em visita à China de Mao Tse Tung. O presidente previa que os militares não deixariam que Jango assumisse o poder em virtude de sua filiação a Vargas. Com isso, Jânio esperava uma recondução ao cargo de presidente com plenos poderes para fazer as reformas econômicas que o país necessitava, em seu ponto de vista.

⁸ Ordem de condecoração máxima do Brasil.

Com a constituição afirmando que, em caso de ausência do presidente, o vice deveria assumir o cargo, os militares não aceitaram tal cláusula e impediram a aterrissagem de seu avião em Brasília e no Rio de Janeiro. Seu cunhado, Leonel de Moura Brizola governador do RS na época, convocou a conhecida “Campanha da Legalidade”, quando defendeu o respeito à constituição e à posse do vice João Goulart. Depois de muitas idas e vindas achou-se um meio termo e a emenda do parlamentarismo surgiu como solução à crise política instaurada.

Em março de 1964, depois de Jango já ter se restituído de poderes plenos de presidente da república – via plebiscito de janeiro de 1963 – os militares praticaram um golpe de Estado e derrubaram o governo eleito. Instauraram um governo militar que depois se transformou em um regime que durou 21 anos. A alegação para o golpe de estado era de que o Brasil vivia um processo revolucionário onde os sindicalistas e comunistas estavam prestes a assumir o poder e transformar o Brasil em uma república sindicalista.

Ao longo desse regime, o país viveu um processo de fechamento político. A oposição só poderia se manifestar dentro dos quadros propostos pela ditadura.

Nesse período (1964-1985) o Brasil cresceu economicamente e chegou a ocupar a colocação de oitava economia do mundo industrial. Com crescimento anual na média de oito por cento ao ano, os militares aprofundaram o projeto desenvolvimentista varguista tentando assim construir um projeto de Brasil potência média com sólida base industrial. Isso é, ao mesmo tempo em que eram contra Vargas e seu projeto, os militares consolidaram o processo industrial brasileiro. Para muitos, os militares continuaram o projeto varguista por outras vias.

Os presidentes em sua maioria eram do Rio Grande do Sul. Todos com mandatos previamente legalizados pelo congresso nacional. Depois de 5 governos, o regime militar chegava ao seu fim em 1985. Ao longo desses 21 anos, reprimiu-se a oposição e combateu-se a luta armada levada a cabo por grupos oposicionistas. Fatos que devem ser ressaltados nesse período foram: O plano de estabilização econômica feito pelo governo Castello Branco (crise econômica advinda ainda da época de JK); o AI-5 (Ato Institucional número 5) no período de Costa e Silva (quando se cassou opositores e fechou-se o regime); a dura repressão militar do período Médici (considerado o período mais obscuro do regime); a política externa do período Geisel, bem como a abertura lenta gradual e segura, a política nuclear e, por fim, a abertura política do governo Figueiredo.

As crises do petróleo que o mundo viveu ao longo da década de 70 determinaram o fim do projeto industrial brasileiro. Como não se tinha autossuficiência no produto, o país dependia quase que exclusivamente da importação do produto. Com as crises a majoração do mesmo a níveis não suportados pela economia brasileira, o projeto desenvolvimentista e o próprio regime começam a enfraquecer.

A abertura política culminou na volta dos exilados políticos e numa pressão da sociedade civil por diretas para presidente da república, que levou multidões às ruas do país com o slogan “Eu quero votar para presidente”. A emenda do deputado

Dante de Oliveira não foi aprovada pelo Congresso Nacional. Com isso, as eleições de 1985 aconteceram de forma indireta; elegeu-se Tancredo Neves para presidente e José Sarney para vice. A chapa opositora era Paulo Salim Maluf que recebeu 35% dos votos do congresso.

Com a morte de Tancredo Neves, assume José Sarney que dá início a fase de transição de um regime ditatorial para a democracia. Os partidos políticos consolidaram-se e as eleições de 1988 foram as primeiras depois de um longo período de jejum de urnas que o povo brasileiro viveu ao longo de 21 anos. Esse governo foi marcado pela nova constituição de 1988, conhecida como a constituição cidadã e pela alta taxa inflacionária. Em 1989 acontecem eleições para presidente da república, nas quais filhos e pais votaram lado a lado.

Fernando Collor de Mello elegeu-se prometendo acabar com a inflação de uma só vez. Além de não conseguir isso, o presidente mergulha em uma crise política-institucional seríssima. Depois das descobertas de corrupção dentro do próprio gabinete do presidente, o país passou por um processo de impeachment. Desse processo surgiu a geração cara-pintada, estudantes que foram para a rua protestar contra o presidente e a corrupção.

Collor ainda deixou de herança para o país a abertura comercial. Adepto do Consenso de Washington⁹, esse período é marcado pelo fim do projeto nacional-desenvolvimentista iniciado em 1930 por Vargas. Essa abertura sem nenhum tipo de negociação resultou em uma crise econômica muito aguda que gerou desemprego e fechamento de vagas.

Ao longo de todos os anos 90, o país tentou acertar o passo na vida política bem como na economia, na qual foram feitas diversas tentativas. O que se pode afirmar é que o Brasil vive em pleno regime democrática sem chances de volta ao passado obscuro de um regime ditatorial.

Entre os anos de 1992 e 2010, o Brasil viveu um momento pleno de liberdades civis e avanços democráticos e sociais. A partir do governo Itamar Franco (1992-1994), passando pelos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002), pelos dois períodos de mandato de Lula (2003-2006 e 2007-2010), o país inverteu muito da sua própria percepção. Isto é, os avanços sociais, políticos e democráticos proporcionaram a retomada do desenvolvimento interno que inclui milhões de pessoas no mercado consumidor e, principalmente, na vida política e social.

A consolidação da democracia, a reorganização das contas públicas com o Plano Real e as políticas públicas sociais fizeram que com o Brasil crescesse economicamente e apresentasse ao mundo um novo tipo de sociedade inclusiva e participativa.

⁹ Acordo de abertura econômica por parte dos países do terceiro mundo.

Referências

COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura**. Rio de Janeiro, RJ: Record, 1999.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo, SP: Ed. USP, 1995.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida N (Org.). **O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964)**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2003. (Livro 3).

_____. **O Brasil Republicano: O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2003 (Livro 4).

GOMES, Angela de Castro (Org.). **O Brasil de JK**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Ed. da FGV, 2002.

VIZENTINI, Paulo G. F. **A política externa do regime militar**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 1999.

Filmes indicados

BELA NOITE para voar. Direção: Zelito Viana. Produção: Cláudia Furiati e Daniel Sroulevich. 1 Disco (87 min.): DVD, Ntsc, son., color. Port., 2006. Disponível em: <<http://www.filmesonlinegratis.net/assistir-bela-noite-para-voar.html>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

CABRA cega. Direção: Toni Venturi. Produção: Toni Venturi. 1 Disco (107 min.): DVD, Ntsc, son., color. Port., 2005. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=Kjq5wz8k2C8>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

HÉRCULES 56. Direção: Silvio Da-Rin. Produção: Suzana Amado. 1 Disco (99 min.): DVD, Ntsc, son., color. Port., 2006. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=xxPNQfNpkOo>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

JANGO: como, quando e porque se depõe um presidente da República. Direção de Silvio Tendler. 1 Disco (117 min.): DVD, Ntsc, son., color. Port., 1984.

JÂNIO a 24 quadros. Direção: Luiz Alberto Pereira. Produção: Luiz Alberto Pereira. 1 Disco (85 min.): DVD, Ntsc, son., color. Port., 1981. Disponível em: <<http://www.enterplay.com.br/filme/janio-a-24-quadros-41348.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

LAMARCA. Direção: Sérgio Rezende. Produção: Andréa Queiroga, José Joffily, e Mariza Leão. 1 Disco (131 min.): DVD, Ntsc, son., color. Port., 1994. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=eIodZz9bOw8>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

O ANO em que meus pais saíram de férias. Direção: Cao Hamburger. 1 Disco (106 min.): DVD, Ntsc, son., color. Port., 2006. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=fnrhYwuxaTs>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

O QUE É isso, companheiro? Direção: Bruno Barreto. Produção: Lucy Barreto e Luiz Carlos Barreto. 1 Disco (113 min.): DVD, Ntsc, son., color. Port., 1996. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=9_ODe6ar7ag>. Acesso em: 12 jun. 2013.

OS ANOS JK: uma trajetória política. Direção: Silvio Tendler. Produção: Silvio Tendler. 1 Disco (110 min.): DVD, Ntsc, son., color. Port., 1980. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=LhmAJi77PsY>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

O desafio de implementar a lei 10.639/2003 no currículo escolar

Eliane Regina Martins Anselmo¹

No último ano do século XX, os cientistas que sequenciaram o genoma humano declararam a morte da raça. O mito raça, entretanto, no lugar de se dissolver como uma crença anacrônica, algo parecido com a antiga crença em bruxas, persiste ou renasce na esfera política, desafiando a utopia da igualdade [...] (MAGNOLI, 2009, p. 16).

O presente artigo foi concebido a partir de algumas questões que permeavam meu trabalho enquanto professora da Rede Municipal de Ensino de Novo Hamburgo, na função de assessora técnico pedagógica na Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SMED), onde foi possível participar como ouvinte e/ou ministrante em inúmeros cursos, seminários, palestras e oficinas de formação de professores do Ensino Fundamental, cuja temática era a questão étnico-racial no currículo escolar, a partir da lei nº 10.639/2003. Em tais atividades, ficou evidente que tal legislação causou polêmica e preocupação em todos os âmbitos da educação.

Como implementar essa temática no currículo escolar se os professores a desconhecem, na medida em que ela não é contemplada no currículo de formação de professores? E, assim, como poderão trabalhá-la em sala de aula?

¹ Docente da Universidade Feevale, Pedagoga, Mestre em Educação, Doutorando em Educação UFRGS e professora da rede municipal de ensino de Novo Hamburgo – RS.

Como o termo raça costuma ser entendido?

Ao tratar da lei 10.639/2003, entende-se ser fundamental esclarecer mesmo que brevemente, de qual conceito de raça se está falando. Para alguns estudiosos como Pena (2002), no sentido morfológico, fenotípico, raça é o “conjunto de características físicas que permite identificar indivíduos como pertencentes a um certo grupo. No Brasil, a palavra “cor” é usada como sinônimo nesse contexto”; também “pode denotar origem em uma região do globo, assumindo o significado de ancestralidade geográfica (raça oriental, raça africana)”; e “no sentido biológico, para referir uma população geneticamente diferenciada, isto é, uma subespécie”. Atualmente, “já existe um consenso entre antropólogos e geneticistas, de que, sob este prisma, raças humanas não existem” (p. A3).

De acordo com Barbujani (2007), um dos mais importantes geneticistas contemporâneos, “a xenofobia e o racismo, que até alguns anos atrás eram percebidos como resíduos de um subdesenvolvimento destinado a desaparecer, tornaram-se problemas globais, e não há área do mundo que seja imune a eles”. O autor destaca que o debate sobre raça percorre os séculos XVIII e XIX, até inflamar-se e tornar-se particularmente carregado de consequências no século XX. Nos anos 1990, a palavra “raça” voltou a estar na moda. “Recomeçam publicação de estudos genéticos e antropológicos e as brigas a respeito de seu significado” (idem, 2007. p. 12-13).

Desse modo, Munanga (2005), retoma algumas ideias de Buffon, Helvétius e Voltaire, grandes pensadores iluministas do século XVIII, que contribuíram pra consolidar a noção inferiorizada do negro quando destacaram aspectos como: a feiura, a sexualidade, a preguiça e a indolência, ou seja, uma forma depreciativa, inferiorizada do negro em relação à exaltação da beleza, e “perfectibilidade humana”, a superioridade do branco com o pressuposto de progresso. Para Munanga (2005) “nesses filósofos é transparente o europocentrismo” (p. 31). O pensamento desses filósofos estava amparado pelo discurso científico da época, o da superioridade da raça branca baseado em aspectos biológicos. Postulados da modernidade que permanecem até os dias de hoje.

Para Barbujani (2007), há na África mais diversidade do que em qualquer outro continente, pois há uma grande diferença genética entre as populações africanas. Pena (2002), também ressalta: “ao estudar a variabilidade genética humana, vemos que de 90% a 95% dela ocorre dentro dos chamados grupos raciais, e não entre eles. Cada um de nós é um ser humano único e igualmente diferente de qualquer outro ser humano, viva ele em Belo Horizonte, Tóquio ou Luanda” (pág. A3). O autor conclui dizendo: “certamente raças existem como construções sociais e culturais, e o racismo é uma realidade, por mais perverso e detestável que seja” (pág. A3).

Do conceito de raças ao conceito de afrodescendência, um longo e tortuoso caminho foi percorrido. Pena (2002) aponta para a questão dos usos e significados dos termos preto, negro ou afrodescendente? Há ainda uso equivocado do termo preto como sinônimo de negro, ou afrodescendente, ao referir-se a indivíduo da raça negra. “preto” e “negro” são palavras com acepção morfológica, enquanto “afrodescendente”

relaciona-se com ancestralidade. Existem, atualmente, exames de marcadores de DNA que permitem calcular um Índice de Ancestralidade Africana, ou seja, estimar, para cada genoma humano, qual proporção originou-se na África. No Brasil, conforme demonstram os estudos, “há uma baixa correlação entre a cor de um indivíduo e o Índice de Ancestralidade Africana” (pág. A3).

Assim, a definição de quem é negro ou afrodescendente é uma questão a ser “resolvida” na arena política. Guimarães (2002) afirma que se “os brasileiros acreditam em raças e agem de acordo com elas, então elas existem” (p. 46). Para Munanga (1996), “elas são uma categoria de exclusão e dominação que traz problemas na realidade. Mesmo que não existam biologicamente, elas criam vítimas” (p. 46).

Ao trazer a questão sobre raça e racismo, Gomes (apud MUNAGA, 2005), remete a discussão também para o âmbito da escola, dizendo que se o racismo ainda é “insistentemente negado no discurso brasileiro”, ele está presente nos sistemas de valores e comportamentos da sociedade, “expressando-se através das mais diversas práticas sociais” (p. 148). Diante disso, a autora questiona o comportamento da escola, afirmando que tanto ela quanto os professores manifestam ambiguidade em seu discurso e suas práticas.

Gomes (apud MUNAGA, 2005), afirma:

Muitos professores ainda pensam que o racismo se restringe à realidade dos EUA, ao nazismo de Hitler e ao extinto regime do Apartheid na África do Sul. Esse tipo de argumento é muito usado para explicar a suposta inexistência do racismo no Brasil e ajuda a reforçar a ambiguidade do racismo brasileiro. Além de demonstrar um profundo desconhecimento histórico e conceptual sobre a questão, esse argumento nos revela os efeitos do mito da democracia racial na sociedade brasileira, esse tão falado mito que nos leva a pensar que vivemos num paraíso racial (p. 148).

Segundo Munanga, há, portanto, dois tipos de práticas contra o racismo: a prática “discursiva e retórica” e a prática “das leis, organizações e programas de intervenção”. Nesse sentido, como se constituem as práticas discursivas e de intervenção apresentadas nas políticas de formação de professores para a educação étnico racial?

As alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a questão étnico-racial

O art. 3º da Lei 9394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), coerente com o texto constitucional, arrola os princípios que dão forma ao ordenamento jurídico na educação nacional, isto é, define as bases sobre as quais o ensino será ministrado. “A formação deve reconhecer os direitos humanos,

em especial das minorias² e ainda reconhece a existência do multiculturalismo” e “a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

O art. 61º dessa mesma lei define: “a capacitação em serviço que permita a formação permanente, aperfeiçoamento constante, podendo ser realizado na modalidade de ensino a distância, sendo responsabilidade do sistema de ensino e da instituição onde atua o professor”. Portanto, hoje é inegável a visibilidade de políticas públicas voltadas à formação de professores, onde também são colocadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana como diretriz nacional para a construção de políticas de combate ao preconceito e discriminações.

Dentre as atuais políticas públicas, destaco a lei 10.639/2003, que altera a LDB com o acréscimo dos seguintes artigos: 26 A, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e 79-B, que inclui no calendário escolar o “20 de novembro”, como o dia Nacional da Consciência Negra.

Posteriormente, com a publicação da Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, ocorre outra alteração, incluindo o estudo da questão indígena. O art. 26-A da LDB passa a vigorar com a seguinte redação:

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (NR)

Cabe ressaltar que anterior a lei 11.645/2008, acima citada, o Ministério da Educação, na perspectiva de estabelecer “uma arquitetura institucional capaz de enfrentar as múltiplas dimensões da desigualdade educacional do país” (p.12) criou a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). Essa Secretaria surge com o desafio de desenvolver e implementar políticas de inclusão educacional, considerando as especificidades das desigualdades brasileiras e

² Para Poutignat (1998), o termo ‘minorias’ era uma das concepções adotadas pela sociologia americana para etnicidade entendida como “característica de um grupo minoritário definido por traços culturais específicos”, “subgrupos residuais” às margens da sociedade (p. 80).

assegurando o respeito e valorização dos múltiplos contornos de nossa diversidade étnico-racial, cultural, de gênero, social, ambiental e regional.

Com esta obrigatoriedade, o governo decreta uma urgência no nível das mantenedoras dos sistemas de ensino para oferecer a formação continuada específica aos professores sobre a questão étnico-racial. Na legislação educacional, determina-se o reconhecimento dos direitos da população negra, afro-brasileira e indígena.

A consolidação de políticas de ações afirmativas³ para a educação

À Secretaria de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), criada em março de 2003, “compete assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial [...]”. A partir daí propõe uma forma de tratamento para a questão racial no cotidiano escolar. Ao estabelecer “novas diretrizes e recomendar práticas pedagógicas que reconheçam a importância dos africanos e afrobrasileiros no processo de formação nacional”, justifica sua proposta de Formação Continuada como um auxílio aos professores para a execução de sua tarefa, compartilhando, assim, de seu trabalho diário na consolidação dessa proposta.

Entendendo a própria SEPPIR, bem como suas ações, como um dispositivo de governo que trata, dentre outras coisas, da questão racial e suas implicações nas situações de preconceito e discriminação, constata-se que é remetido à escola e, de modo específico, ao professor, a tarefa de tratar a questão, considerada “urgente e de abrangência social”. Ou seja, tais dispositivos⁴ atuam como reguladores da escola, apontando quando e como tal questão deve ser tratada.

Diante disso tudo, pode-se perguntar: como se instituiu, na atualidade, a ideia de formação para a educação étnico racial? Que discurso valida o processo atual de “formação continuada” e suas diferentes significações no contexto educacional brasileiro, considerando os pressupostos da educação para a igualdade contemplando a diversidade da população, colocados pelo MEC?

O Ministério da Educação e Cultura, a SEPPIR e SECAD disponibilizam materiais para consulta e reprodução nos sites oficiais do governo, distribuem livros paradidáticos e materiais audiovisuais, oportunizam programas e projetos de formação para professores em diferentes modalidades (em parceria com instituições formadoras), bem como a promoção de ações articuladas junto ao Ministério da Cultura, demais ministérios, organizações não governamentais, etc.

³ Para alguns estudiosos como Blajberg (1996), a ação afirmativa refere-se “a uma variedade de programas que procuram corrigir e compensar desigualdades raciais e de gênero históricas” (p. 20).

⁴ Foucault (1979), define dispositivos como: um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discurso, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (p.244).

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana

A Resolução CNE Nº 1, de 17 de junho de 2004⁵, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Art. 1º A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas pelas Instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da Educação Brasileira e, em especial, por Instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores.

§ 1º As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP. 3/2004.

§ 2º O cumprimento das referidas Diretrizes Curriculares, por parte das instituições de ensino, será considerado na avaliação das condições de funcionamento do estabelecimento.

Tais diretrizes partem do princípio de que o professor precisa apropriar-se dos conhecimentos sobre as culturas negra e indígena para ensiná-los na escola. Desde a alteração da LDB em 2003, através da lei 10.639/2003, que inclui a questão etno-racial no currículo escolar, e também da Resolução nº 1/2004 do Conselho Nacional de Educação, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, percebe-se um amplo movimento com diferentes ações do governo via Secretaria da Diversidade (SECAD), no sentido de implementação dessa legislação na educação Básica, a nível nacional. Tal movimento inclui explicitar princípios que devem conduzir as ações dos sistemas de ensino, dos estabelecimentos e dos professores. São eles: consciência política e histórica da diversidade; fortalecimento de identidades e direitos; ações educativas de combate ao racismo e a discriminações.

Nas escolas tal movimento vem na esteira das discussões a nível nacional, no âmbito dos movimentos sociais. Cito como exemplo o Estatuto da Igualdade Racial (2005), de autoria do senador Paulo Paim, aprovado após dez anos tramitando no Congresso Nacional, sancionado com inúmeras alterações e que traz em seu parágrafo VII: “implementação de programas de ação afirmativa destinados ao enfrentamento das

⁵ CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CONSELHO PLENO RESOLUÇÃO Nº 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004. (*) Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.. O Presidente do Conselho Nacional de Educação, tendo em vista o disposto no art. 9º, § 2º alínea “c”, da Lei nº 9.131, publicada em 25 de novembro de 1995, e com fundamentação no Parecer CNE/CP 3/2004, de 10 de março de 2004, homologado pelo Ministro da Educação em 19 de maio de 2004.

desigualdades raciais na esfera da educação, cultura, esporte e lazer, saúde, trabalho, mídia, terras de quilombos, acesso justiça, financiamentos públicos, contratação pública de serviços e outras”.

Breve relato de uma experiência em escola de anos iniciais do Ensino Fundamental

Nos anos de 2005 e 2006 houve uma grande mobilização a nível nacional, contemplando vários estados brasileiros para a formação de professores, voltada à educação étnico-racial. Participei juntamente com mais 75 colegas, professoras da rede municipal de ensino, da formação do Projeto “A Cor da Cultura”⁶, que ocorreu em Porto Alegre.

No decorrer do curso, o maior desafio lançado aos professores foi o de como implantar a lei 10639/2003 na currículo escolar via Projeto Político Pedagógico, e no cotidiano da sala aula? Um dos livros do Projeto a Cor da Cultura, intitulado “Saberes e Fazeres- modos de ver” traz uma sinopse breve de alguns saberes e referenciais afro que foram considerados necessários na busca de vencer tal desafio. São eles os seguintes:

- a) A circularidade- “no círculo a energia circula, início e fim se imbricam” a roda de samba, a roda de capoeira, as conversas ao redor da fogueira, nos rituais religiosos, nas festas.(p.98)
- b) A oralidade onde a fala e a escuta são valorizadas, a tradição oral mantida pelos **griôs**⁷(o conto, a lenda, a história, a música...)
- c) A corporeidade- o corpo visto como “história individual e coletiva, potência e possibilidade”(p.98)
- d) A musicalidade – a música, a sonoridade, a melodia e o ritmo marcam profundamente a cultura e história afro-brasileira.
- e) A ludicidade presentes na capacidade de sorrir, brincar, jogar e dançar.
- f) A memória – “o povo negro carrega uma memória da nossa história”. (p.98)

⁶ A Cor da Cultura é um projeto educativo de valorização da cultura afro-brasileira, fruto de uma parceria entre o Canal Futura, a Petrobras, o Cidan – Centro de Informação e Documentação do Artista Negro, a TV Globo e a Seppir – Secretaria especial de políticas de promoção da igualdade racial. O projeto teve seu início em 2004 e, desde então, tem realizado produtos audiovisuais, ações culturais e coletivas que visam práticas positivas, valorizando a história deste segmento sob um ponto de vista afirmativo.

⁷ Griôs - palavra griot é francesa, griot no masculino e griote no feminino e designa os griôs como depositários de saberes e práticas de tradições negro-africanas. Entende-se por Griô aquela pessoa que, pela experiência vivida na família e na comunidade, desempenha o papel de agente cultural, transmitindo oralmente valores, costumes e tradições aos seus descendentes e ao grupo, constituindo um elemento central na cultura afro-brasileira. São personagens presentes na diversidade étnico-cultural que nos formou enquanto nação. [...].

- g) A cooperatividade/comunitarismo – a cultura negra, e afro-brasileira baseada no coletivo e na cooperação.
- h) A religiosidade onde tudo é sagrado, é divino e considera todos os elementos da natureza, todos os seres.
- i) A energia vital (AXÉ) – “tudo tem energia vital, é sagrado e está em interação: planta, água, pedra, gente, bicho, ar, tempo”. (p. 98)

BRANDÃO (Projeto a Cor da Cultura, 2006).

Em 2006, período em que retomei a atividade como alfabetizadora nos 1º e 2º anos do Ensino Fundamental, fui responsável pela elaboração e execução do projeto “A cor da Cultura” na escola, como condição parcial para receber o certificado de conclusão do curso. Em parceria com as outras professoras, de modo mais efetivo com as colegas com formação em Arte, Educação Física, Informática Educativa e também a responsável pela biblioteca escolar, revisamos e executamos o projeto, de curta duração, com o engajamento da equipe diretiva, de todas as turmas, dos professores e dos funcionários da escola.

Realizamos reuniões que envolveram leituras, pesquisa, discussões, assistimos vídeos, palestras e realizamos análise documental e entrevistas com a comunidade escolar. A culminância do projeto ocorreu no formato de oficinas como: contação de histórias, culinária, percussão, confecção de artesanato e máscaras africanas, estudo do vocabulário, exibição de vídeos(filmes e documentários) estudo de mapas da diáspora africana, análise de dados atuais sobre o continente africano, análise de dados da população na escola, no bairro e no município considerando o critério raça/cor, organizou-se rodas de capoeira, entrevistas de africanos que residiam no município e apresentações musicais, buscou-se a parceria com o projeto Banda Mirim⁸ e com escola de samba da Sociedade Esportiva e Recreativa Cruzeiro do Sul. O projeto foi desenvolvido a partir de materiais como livros, jogos, cd e DVDs, que faziam parte do o Kit “A Cor da Cultura”. Atualmente, o referido material encontra-se disponibilizado no site do MEC. O projeto foi aprovado pelos coordenadores do curso e amplamente divulgado. O desafio para escola foi o de retomar o tema, não no âmbito de projeto, mas de implementá-lo em seu Projeto Político Pedagógico(principal documento norteador da proposta pedagógica da escola), e, posteriormente em seus Planos de Estudo (documento que traça as diretrizes curriculares para cada ano ou série da escola).

⁸ O Banda Mirim Projeto de Extensão realizado pelo programa de extensão Identidade, etnia e gênero - NIGERIA/ Feevale - em parceria com a Horta Comunitária Joana de Angelis, Comunidades Carnavalescas de Novo Hamburgo/ RS, COPAA (Comitê Pró-ações Afirmativas/NH), no qual foi desenvolvido o Quizomba, um programa que atendeu mais de cem crianças, para o desenvolvimento de políticas afirmativas por meio da implementação da lei 10.639, de 09/01/2003.

Para Tecer algumas Reflexões Finais: Relação entre a Lei 10.639/2003, os dados Estatísticos e as Cotas

O Censo Demográfico de 2010

Na reportagem do Jornal O Globo, de abril de 2011, ocasião em que o IBGE divulgava dados preliminares do Censo de 2010, a manchete chama a atenção:

Pela primeira vez na história do Censo, a população do Brasil deixa de ser predominantemente branca”. Pelos dados de 2010, as pessoas que se declararam brancas foram 47,73% da população, enquanto que, em 2000, foram 53,74%. Nos outros Censos, até agora, os brancos sempre foram mais do que 50%.

O texto destaca alguns dos resultados obtidos:

A população negra aumentou em quatro milhões, indo de 10.554.336 em 2000 para 14.517.961. Já a parda aumentou em 16,9 milhões: foi de 65.318.092 para 82.277.333. A parcela de indígenas cresceu de 734.127 para 817.963, e a amarela, de 761.583 para 2.084.288. A população branca foi, assim, a única que diminuiu.

A partir da leitura do Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil; 2009-2010⁹.

O Relatório reafirma o critério da auto classificação como forma do indivíduo identificar-se no item raça ou cor segundo o IBGE. Atualmente: “As principais pesquisas e registros oficiais existentes no Brasil procuram obedecer ao sistema de autoclassificação, no qual o próprio entrevistado identifica a própria cor ou raça dentro de um grupo fechado de opções” (p. 28). No tratamento do quesito cor ou raça o próprio Relatório obedece a esse sistema de classificação.

De uma forma geral, os indicadores das pessoas que se declararam de cor ou raça preta foram analisados em conjunto com as pessoas que nas pesquisas demográficas oficiais declaram ter a cor ou raça parda, adotando-se a designação pretos & pardos. Isso ocorre pelos seguintes motivos: i. a usual proximidade dos indicadores sociais dessas duas populações, tal como já descrito por uma vasta literatura que trata do tema das relações raciais; ii. esta aproximação só se torna compreensível pelo fato de que

⁹ O Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil é uma publicação organizada pelo Laboratório de Análises, Econômicas, Históricas, Sociais e estatísticas das relações Raciais (LAESER), núcleo do Instituto de Economia (IE) da Universidade do Rio de Janeiro. Tem como principal objetivo analisar a “evolução das assimetrias de cor ou raça e grupos de sexo no Brasil, mormente através dos indicadores sociais presentes nas bases de dados que contenham informações estatísticas sobre a população residente no país” (p.15).

os pardos, tal como pretos, são identificados e discriminados no à sua realização socioeconômica;iii. existência de uma perspectiva política, no movimento negro, de entendimento de que os diversos matizes comportam uma unidade

O eixo temático da edição 2009-2010 vem a ser a Constituição Federal, promulgada em 1988, e a evolução das assimetrias de cor ou raça e gênero desde o momento da sua promulgação.

Tal consideração pode ser ratificada pelas palavras do atual ministro do Supremo Tribunal Federal, o magistrado Joaquim Barbosa, que em estudo sobre os marcos legais das ações afirmativas nos EUA, ao tecer comentários sobre a efetiva aplicação das leis antirracistas no Brasil, apontou: *“Na órbita jurídica interna, além dos dispositivos constitucionais genéricos que proíbem a discriminação racial e criminalizam certos comportamentos discriminatórios, o Direito brasileiro se singulariza pela esdrúxula estratégia de pretender extinguir a discriminação racial e seus efeitos mediante leis de conteúdo criminal (Lei n. 7.716/89 e Lei n. 9.459/97). Ineficazes, tais leis são muitas vezes objeto de deboche por parte de alguns operadores do Direito aos quais incumbiria aplicá-las. Não se tem notícia de um único caso de cumprimento de pena por condenação criminal fundada nessas leis”* (BARBOSA, 2001, p. 12-13 apud Paixão 2011).

Para Marcelo Paixão (2011):

Pode-se entender que, hoje, a agenda da promoção da equidade racial se viabiliza através de dois eixos básicos. Em primeiro lugar, pela adoção de políticas públicas pró-afrodescendente de cunho transversal, acompanhando o conjunto das políticas públicas em todos os planos em que esta operar (educação, saúde, mercado de trabalho, justiça, combate à pobreza etc.). Em segundo, mediante a constituição de medidas de ações afirmativas em diversos espaços públicos como no acesso à universidade e ao mercado de trabalho estruturado, seja pelo incentivo à adoção de mecanismos voluntários, seja através de formas mais impositivas como é o caso das cotas para o acesso a determinadas oportunidades de ascensão social.

Cotas: direito ou privilégio?

Segundo Valente (2002), em relação às políticas públicas de cotas temos: “De um lado, setores importantes e representativos do movimento negro que defendem, com intransigência, a necessidade premente de medidas específicas a serem implementadas”, como forma de saldar dívidas históricas com os negros. “De outro

lado, parcelas expressivas da sociedade nacional, com igual veemência, abominam toda e qualquer proposta desta natureza, por não verem razão para um “tratamento especial” para os negros. Estes últimos são acusados, pelos que se posicionam a favor da política de cotas, de reafirmarem o “mito da democracia racial”.

Para alguns, as discussões enfocam os ‘pressupostos paternalistas’ na adoção de políticas públicas no Brasil, representadas também pelo sistema de cotas. Ao mesmo tempo em que este sistema se destina a facilitar o acesso e a oferecer justiça compensatória, questiona-se a sua redução a um mero programa de promoção, a um assistencialismo para os desfavorecidos em termos de raça, gênero e de situação sócio-econômica.

No Brasil, nos últimos anos, tem havido um deslocamento da ênfase dada à divulgação e implementação da lei 10.639/2003 - que estabelece a inclusão da temática “história e cultura afro-brasileira” no currículo escolar com as discussões sobre o sistema de cotas na educação. Este sistema, contudo, não emergiu apenas da necessidade de responder às demandas sociais da população negra, através da pressão exercida pelo Movimento Negro Brasileiro, exigindo providências governamentais em relação à discriminação e ao preconceito, mas também, como um dispositivo de governo para responder a “questões urgentes que devem necessariamente ser tratadas”, como a violência, a marginalidade, a exclusão, a saúde, os preconceitos.

O sistema de cotas para negros, pardos e pobres pretende produzir indivíduos que não se sintam discriminados ou vítimas de preconceito, pela falta de oportunidades. Já a lei 10.639/2003, pretende produzir indivíduos que não discriminem ou tenham preconceito. A reivindicação de um direito não é uma tarefa fácil. Antes de tudo, é preciso convencer a sociedade da importância e validade de tal reivindicação. A igualdade de oportunidades vale, em princípio, para todos, independentemente de raça ou etnia, de classe social, etc. Contudo, basta consultar o censo de 2000 e 2010 do IBGE, onde os dados mostram claramente a existência da persistência de desigualdades que atingem sobretudo os negros e indígenas. Neste contexto, postular a “igualdade de oportunidades” significa garantir oportunidades precisamente aos mais discriminados.

Referências

BARBUJANI, Guido. **A invenção das raças**. São Paulo: Contexto, 2007.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção I, p. 27834-27841.

_____. **Lei nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>.

_____. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana.** Brasília, 2009.

_____. **Diretrizes curriculares nacionais para a Educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana.** Brasília, outubro, 2004.

_____. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>.

GOMES, Nilma Lino (Org.). Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. IN: MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. p. 143-154. 2005

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Vencendo na raça. **Revista Super Interessante**, São Paulo, Abril, n. 187, p. 42-50, abr. 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Características Étnico-Raciais da População:** Um estudo das Categorias de Classificação de Cor ou Raça 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo do IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica>>. Acesso em: 10 maio 2012.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **IBGE divulga resultados de estudo sobre cor ou raça.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1933&id_pagina=1>. Acesso em: 22 jul. 2011.

MAGNOLI, Demétrio. **Uma gota de sangue:** história do pensamento racial. São Paulo: Contexto, 2009.

MUNANGA, Kabengele. O anti-racismo no Brasil. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Estação Ciência, 1996. p. 79 - 94.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

MARTINS, José de Souza. **Cotas para negros na universidade.** Disponível em<<http://www.politicasdacor.net/bletim/noticias/cota%20para%negros%20na20%universidade.doc>> Acesso em: 30 maio 2003.

PAHIM, Paulo. **Estatuto da igualdade racial**. Brasília: Senado Federal, 2003.

PAIXÃO, Marcelo. **Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil**: 2009-2010. Laboratório de Análises Econômicas, históricas, sociais e estatísticas das relações raciais (Laeser). UFRJ: 2011.

PAIXÃO, Marcelo. **A Agenda perdida**: Igualdade racial no Brasil. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2689:catid=28&Item>.

PENA, Sérgio Danilo. Os múltiplos significados da palavra raça. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 dez. 2002. (Opinião - Caderno 3, Tendências/Debates).

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**: Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

Projeto A Cor da Cultura. Disponível em: <<http://www.acordacultura.org.br/pagina/Kit%20a%20Cor%20da%20>>. Acesso em: 24 jul 2012.

ROCHA, Rosa M. de Carvalho. **Almanaque pedagógico afrobrasileiro**. Mazza Edições. Belo Horizonte, 2001.

Conversa Griô. Disponível em: <<http://www.aphrioclaro.sp.gov.br/projetos/conversa-gri>>. Acesso em 10/06/2013. Arquivo Público e Histórico de Rio Claro.

VALENTE, Ana Lúcia. Os negros, a educação e as políticas de ação afirmativa. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 76-86, 2002.

Filmes indicados

ATLÂNTICO NEGRO – na rota dos orixás. Direção: Renato Barbieri. 1 Disco (53 min.): DVD, Ntsc, son., color. Port., 1998. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=5h55TyNcGiY>>. Acesso em: 23 jun. 2013.

CRASH – no limite. Direção: Paul Haggis. Produção: Bob Yari, Cathy Schulman, Don Cheadle, Mark R. Harris e Paul Haggis. 1 Disco (100 min.): DVD, Ntsc, son., color. Ing., 2004.

ESCRITORES DA liberdade. Direção: Richard LaGravenese. Produção: Danny DeVito. 1 Disco (123 min.): DVD, Ntsc, son., color. Ing., 2007.

HOTEL Ruanda. Direção: Terry George. Produção: A. Kitman Ho e Terry George. 1 Disco (122 min.): DVD, Ntsc, son., color. Ing., 2004. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=dhQJpX27AdQ>>. Acesso em: 23 jun. 2013.

INVICTUS. Direção: Clint Eastwood. 1 Disco (134 min.): DVD, Ntsc, son., color. Ing., 2009.

KIRIKU E a feiteiceira. Direção: Miguel Ocelot. Produção: Didier Brunner, Jacques Vercruyssen, Michel Ocelot e Paul Thiltges. 1 Disco (71 min.): DVD, Ntsc, son., color. Fra., 1998. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=x-DgTQiHKdE>>. Acesso em: 23 jun. 2013.

QUANTO VALE ou é por quilo? Direção: Sergio Bianchi. Produção: Luís Alberto Pereira e Patrick Leblanc. 1 Disco (110 min.): DVD, Ntsc, son., color. Port., 2005. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=fZhaZdCqrHg>>. Acesso em: 23 jun. 2013.

VISTA MINHA pele. Direção: Joel Zito Araújo. 1 Disco (27 min.): DVD, Ntsc, son., color. Port., 2008. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=LWBodKwuHCM>>. Acesso em: 23 jun. 2013.

Complexidade Brasileira: A realidade dual de nossa cultura

Luiz Antonio Gloger Maroneze¹

O objetivo deste texto é apresentar e discutir algumas questões que, interligadas, possam oferecer subsídios para uma aproximação interdisciplinar à “realidade brasileira”². Abordar a história e a sociedade brasileira, como de resto qualquer outra, exige sempre que se faça escolhas, que se opte por algumas “entradas” ao invés de outras: o foco do “olhar” ilumina alguns pontos enquanto outros são mantidos na penumbra. Assim, nos limites deste texto, pretende-se relacionar algumas ideias sobre o Brasil e sua lógica social, em diferentes momentos históricos, com algumas questões que se apresentam hoje como notícias e são amplamente discutidas na imprensa, na universidade e na sociedade pensante como um todo.

Uma primeira imagem para se compreender o Brasil deve ser buscada ainda antes de sua colonização pelos portugueses de forma específica e pela cultura europeia moderna de maneira mais geral. A expansão marítima europeia foi uma vitória do pensamento mercantil sobre o feudal e da cultura cristã sobre seus concorrentes árabes. Dito de outra forma: foi a afirmação de um pensamento mais moderno e dinâmico, baseado no cálculo matemático e na lógica de Estado em relação à tradicional cultura de subsistência e suas normas tradicionais. A “descoberta” e a forma de ocupação desses territórios constituem-se num fato inteiramente novo na história europeia e para tanto os portugueses terão de inventar mecanismos econômicos (a exploração em

¹ Professor e pesquisador da Universidade Feevale.

² As noções de “realidade” e de “brasilidade” são, em si mesmas, já bastante problemáticas e discutíveis. No entanto, para os fins a que se destina este texto, utilizar-se-á “realidade brasileira” enquanto senso comum.

larga escala do açúcar e do comércio negreiro) e aceitar novas formas de organização da sociedade no além mar. O território brasileiro passa a ser a grande lavoura de um Estado empreendedor e de sua elite, o Brasil surge então como patrimônio de uma empresa moderna.

Nesse sentido, é importante lembrar que os colonizadores, as pessoas que se arriscaram ao mar naquela época, eram aventureiros, homens que buscavam o novo, a aventura e a liberdade que só teriam na Europa se voltassem ricos. “Fazer a América” foi o destino muito mais dos modernos do que dos conservadores. Mesmo que a Igreja Católica, muito forte em Portugal e Espanha, tenha sido sempre um componente conservador, ela não teve aqui a mesma capacidade disciplinadora, até porque, como se dizia, “não existe pecado no lado de baixo do equador”. Neste contexto, aparecem questões étnicas, econômicas e políticas que se refletem hoje ainda na “realidade brasileira”. Iniciando pela problemática dos grupos formadores, passando por alguns elementos econômicos centrais, deve-se desembocar na relação sociedade e Estado no Brasil.

O elemento indígena no Brasil, dividido em alguns troncos culturais e centenas de idiomas e dialetos, vivia de forma nômade ou seminômade, num nível de desenvolvimento técnico semelhante ao neolítico. O contato com o europeu é desastroso para essas sociedades e as trocas culturais e econômicas são amplamente favoráveis à cultura europeia, entretanto houve um intercâmbio que até hoje ainda pode ser sentido. O que é importante frisar aqui é o fato de que essas sociedades não tinham moedas nem uma cultura de acumulação moderna, elas são, por definição, sociedades tradicionais. A palavra trabalho não existia e o tempo gasto na agricultura era ínfimo quando comparados às jornadas europeias: o meio ambiente supria naturalmente grande parte da dieta e das necessidades materiais. A história que se conta normalmente quase não considera a participação das culturas indígenas na formação da sociedade brasileira porque, supõe-se, elas não se enquadram em uma linha de tempo que visa explicar a formação de um país moderno.

As culturas negras que são trazidas à força também não possuíam uma mentalidade mercantil nos moldes europeus. Mesmo considerando que os sistemas sociais africanos já conhecessem Estados relativamente avançados e até mesmo a escravidão, a ideia de acumulação capitalista moderna não fazia parte daqueles universos simbólicos. O negro, enquanto mercadoria e moeda de troca, acabou sendo mais presente nas cidades brasileiras da costa litorânea do que o elemento indígena porque era parte central do sistema baseado na mão-de-obra escrava.³ Além da óbvia interpretação negativa do trabalho que a condição escrava termina por criar, tanto entre os escravizados quanto nos demais setores da sociedade, é importante frisar que os diferentes grupos africanos transladados não possuíam uma cultura moderna. Mesmo contemporaneamente ainda são mantidos elementos das antigas tradições, da música ao trabalho, ainda que transformados, ressemantizados e distorcidos pela

³ Existem pelo menos duas teses bastante conhecidas sobre a preferência pela escravidão negra: a de que o negro, por ser moeda de troca, entrava como parcela obrigatória nos negócios entre os comerciantes portugueses e os senhores de engenho; segundo, que na África já estavam habituados ao trabalho na condição escrava ou livre.

dramática história. Acreditar que esses grupos tenham que se enquadrar perfeitamente no modelo de trabalho, poupança, consumo e acumulação é o mesmo que esperar dos iraquianos que aceitem a democracia estadunidense porque é naturalmente o “melhor” para aquele povo.

Nos sertões, as vastas regiões mestiças que perduraram e ainda resistem no imenso interior do país, constituíram e constituem ainda culturas muito mais próximas ao padrão tradicional, onde a economia é de subsistência e as trocas sociais ocorrem fora dos padrões monetários considerados modernos. Existe, no entanto, cada vez menos espaço para a diferença, para o “não consumismo” e para o folclore desses grupos vinculados às culturas não capitalistas.

Por outro lado, é possível afirmar que a história no Brasil possui, desde o início, grupos associados a uma lógica moderna, que veio a se tornar capitalista e que sempre esteve em contato com as novidades filosóficas e científicas europeias. Os modernos brasileiros não são menos modernos que os europeus ou americanos: podemos lembrar aqui que a Inconfidência Mineira ocorre na mesma época da Revolução Francesa, ambas influenciadas pelas modernas doutrinas Iluministas. Seguindo outros caminhos, grupos não vinculados a estes valores também fizeram e fazem sua história no Brasil. Não existe atraso e sim diferenças. Os fundamentos da realidade brasileira são provavelmente muito mais complexos do que os das culturas tradicionais e/ou individualistas modernas. Aqui, como evidenciou muito bem Roberto DaMatta,⁴ existe esta dualidade de sistemas culturais e qualquer compreensão do universo simbólico brasileiro deve levá-lo em conta.

Essa dualidade acompanha também as divisões sócio-econômicas da história brasileira. Dos senhores de engenho aos barões do café, dos grandes fazendeiros aos milionários de hoje, as diferentes visões de mundo acima citadas parecem conviver. Ora em paz, ora em guerra: em alguns momentos o carnaval inverte a sociedade e pacifica, enquanto o futebol enaltece nosso rei negro e a glória multirracial de nossa nacionalidade; noutros, a “cidade de Deus” invade a zona sul em forma de arrastão ou em ataques isolados, fazendo da sociedade brasileira uma das mais violentas do mundo. Desta forma, mesmo sendo uma das dez maiores economias do mundo, o Brasil apresenta um dos piores índices de distribuição de renda neste planeta. Obviamente que esta realidade vai se refletir também nas relações entre os cidadãos e o Estado.

As questões que envolvem as relações entre sociedade e Estado são também muito complexas. Todavia, dentro dos limites aqui propostos, podemos levantar algumas questões importantes para o entendimento da “realidade brasileira”. Seguindo a linha de raciocínio acima colocada, de uma dualidade cultural que marca a história da sociedade brasileira, é possível sugerir que: 1. uma tradição europeia construiu um Estado colonial e posteriormente um Estado independente em moldes modernos, incorporando elementos Iluministas liberais que foram adaptados à nossa realidade

⁴ DaMatta, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis. Para uma sociologia do dilema brasileiro*. 4. ed. Rio de Janeiro, RS: Zahar, 1983.

por uma diminuta elite local;⁵ 2. a grande maioria da população, com outras origens culturais ou a estas mescladas, passa ao largo destas questões, vivendo muito mais a partir de uma perspectiva tradicional e comunitária. Que sentido poderiam ter as eleições para a população negra escrava ou livre e pobre, para as populações indígenas ou mestiças e para as parcelas brancas que não tinham renda mínima para participar do Estado na época do Império?

Ao longo do século XIX, as transformações da economia mundial, com a expansão do capitalismo europeu por sobre os demais continentes, num processo conhecido como Imperialismo, terão efeitos diretos em nossa economia e sociedade. O fim do tráfico negreiro em 1850, a Abolição em 1888 e o processo de imigração europeia resultam em grande parte destas mudanças no panorama internacional. Trata-se de uma “pressão externa de modernidade” que exporta ideias, mercadorias e populações vinculadas ao modelo capitalista europeu. Neste contexto, a economia brasileira apresenta como moeda de troca o café. Produto que permitirá o ingresso de amplos fluxos de capitais que, por sua vez, financiarão uma certa Revolução Industrial no Brasil. Também aqui aparece aquela dualidade acima referida: parte da população incorpora ou é incorporada a uma mentalidade moderna, outra não. Nesse processo, o Estado brasileiro é “atualizado” pela Proclamação da República em 1889, que deixa de ser uma Monarquia, sistema político associado às tradições medievais, para incorporar os valores da Revolução Francesa e da Independência dos Estados Unidos, muito mais modernos e racionais. O próprio lema de nossa bandeira demonstra bem o afã e a crença numa sociedade “científica”.

Dentro deste espírito e dos limites sociais do país é que a nova constituição vai implantar um sistema democrático, racional e moderno. Todos poderiam votar, salvo algumas exceções que, juntas, representavam mais de 97% da população! José Murilo de Carvalho lembra que a própria Proclamação não teve participação popular alguma: o povo naquela época era muito mais “súdito” do que cidadão e mantinha-se, malandramente, mais próximos das festas do que daquela política. Esse autor demonstra magistralmente, analisando o Brasil da República Velha (1889-1930), que existe uma cultura política no país invertida em relação à cidadania: o Estado, propriedade de poucos e em benefício destes está de um lado e o povo de outro. Cria-se então a ideia de que ou se está dentro do Estado (como funcionário público, por exemplo), ou se está contra ele, pagando impostos sem retorno. A saída era a “carnavalização” do cotidiano, à moda medieval, porque as leis não eram para realmente serem cumpridas.

Mesmo com essas especificidades, a sociedade brasileira vai se interligando ao sistema econômico internacional que se expande e se acelera, agora também com a presença forte da economia norte-americana, principalmente após a I Guerra Mundial (1914-1918). O processo de industrialização nas regiões Sudeste e sul, associado à economia cafeeira e a Imigração entre outros fatores, gera, concomitantemente, um

⁵ Segundo Gauer, em tese de doutoramento intitulada “A influência da Universidade de Coimbra na Formação da nacionalidade brasileira”, um número expressivo de intelectuais que participaram da construção do Estado Nacional brasileiro formaram-se nessa universidade. Lembra a autora também que a mesma, com a Reforma Pombalina de 1772, incorporou o novo espírito científico e as teses iluministas modernas, fato que vai se refletir na forma organizacional do Estado brasileiro surgido em 1822.

rápido processo de urbanização. As cidades crescem e nelas vai se construir uma versão nacional de modernidade com muitas cópias e alguns improvisos. Tenta-se recriar nos trópicos as socialidades das grandes metrópoles e as sofisticadas avenidas de Paris. Neste contexto, os grupos mais europeizados e modernos tendem a uma adaptação melhor, outros se enquadrarão de forma marginal: novamente aqui surge a dualidade acima referida, nela se imbricam fatores culturais e econômicos com sérias implicações políticas.

Na era Vargas (1930- 1954), o Estado brasileiro tentará incorporar as massas ao sistema. Com sua política “trabalhista” e centralizadora, faz um esforço no sentido de cooptar os vários e diferenciados grupos, com seus distintos padrões culturais e étnicos. A política de valorização do trabalho formal, a carteira do trabalho, a CLT, enfim, visaram adequar os trabalhadores ao crescimento industrial: foi uma modernização de cima para baixo que, valendo-se dos mecanismos de Estado, tenta aglutinar as diferentes visões de mundo numa utopia comum. Vargas faz uma política cultural de valorização do Nacional: legaliza a Capoeira e a transforma em esporte genuinamente brasileiro; proíbe músicas que enaltecessem a malandragem e dá prêmios àquelas que valorizassem o trabalho, etc.

É importante lembrar que neste período o rádio e o cinema já são poderosos instrumentos de propaganda e atingiam amplas regiões do território nacional. Contudo, acredita-se aqui, por mais eficiente que tenha sido esta política, a dualidade sugerida se manteve.

Os anos 50, 60 e 70, com o Desenvolvimentismo de JK e seus “50 anos em 5”, somado ao “milagre brasileiro” dos militares entre 1968 e 1973 (que termina com a crise do petróleo), fazem do Brasil uma das maiores economias do mundo, uma importante sociedade de consumo. Contudo, este processo causou um dos mais intensos processos de êxodo rural da história e um crescimento urbano desordenado. Ao mesmo tempo em que o país se aproxima dos modelos modernos de “1º mundo”, joga grande parte de sua população rural, muito mais integradas às culturas tradicionais, sobre uma cidade seletiva, competitiva e pouco fraterna. Os cinturões de miséria guardam muitas memórias de práticas profissionais e festivas, de atividades comunitárias onde o coletivo suplantava o individual, mas a dura realidade da diferença e da miséria faz surgir outros valores que, misturados ao tráfico e a criminalidade, suplantam muitas vezes os antigos modelos.

Além do choque forçado entre estas duas formas culturais, deve ser dito também que o Estado brasileiro, construído a partir de um ideário moderno, cresceu muito e se tornou oneroso demais para a sociedade. De motor do chamado desenvolvimento, organizando e investindo em grandes obras de infraestrutura, passou a ser um fardo pesado e inevitável para o país. Após a crise do petróleo não houve mais nenhum ciclo importante de crescimento e a carga tributária passou de 20% nos anos 70, para 40% nos dias de hoje. Segundo cálculos divulgados por notórios economistas, este índice não deveria ultrapassar 24%. O problema é que quanto mais se retira do setor produtivo, menos empregos são gerados e assim sucessivamente.

Décadas passadas era comum se dizer que o Brasil seria o país do futuro, nos anos 80 se disse que “o futuro não é mais como era antigamente” e que o mundo estava “doente”. Antes existiam modelos a serem almejados e o progresso nos levaria a uma espécie de paraíso, hoje, ao contrário, as visões de futuro estão quase sempre associadas a catástrofes. O próprio cinema americano com obras como “Blade Runner” e “Os doze macacos” espelham um pouco o que se espera da modernidade nos anos vindouros.

Agora as classes médias racionalistas e modernas olham para os grupos mais tradicionais e não possuem a mesma firmeza discursiva. O que é mais correto hoje, a economia formal ou informal, por exemplo?

Esta situação, entretanto, no ponto em que se encontra, não diz respeito apenas à “realidade brasileira”, mas ao contexto mais amplo de um modelo ideológico e econômico esbarrando em suas próprias limitações: quando a produção e o consumo atingem os limites ecológicos é porque a direção deve ser mudada. Mas para onde? Os modernos socialistas apostaram na Revolução e Stálin, Mao-tsé-tung e Fidel se mostraram pouco democráticos. As culturas tradicionais não se adaptam ao modelo econômico vigente... e agora?

Edgar Morin, um dos maiores pensadores da atualidade, disse recentemente não ver saída para a crise atual, mas disse também que ao longo da história sempre surgiram ideias novas nestes contextos. Alguém aí tem alguma sugestão?

Referências

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 5. ed. Rio de Janeiro: RJ: Guanabara, 1990.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** 11. ed. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 2001.

CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3. ed. São Paulo, SP: Companhia das letras, 2006.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 11. ed. São Paulo, SP: Edusp, 2003.

Filmes indicados

CARLOTA JOAQUINA – a princesa do Brazil. Direção: Carla Camurati. Produção: Bianca de Felippes e Richard Luiz. 1 Disco (100 min.): DVD, Ntsc, son., color. Port., 1994. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=j_Ggxy88ZJs>. Acesso em: 12 jun. 2013.

DESMUNDO. Direção: Alain Fresnot. Produção: Alain Fresnot e Van Fresnot. 1 Disco (101 min.): DVD, Ntsc, son., color. Port., 2001. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=oxQe_BeRba0>. Acesso em: 12 jun. 2013.

ELES NÃO usam black-tie. Direção: Leon Hirszman. Produção: Leon Hirszman. 1 Disco (120 min.): DVD, Ntsc, son., color. Port., 1981. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=nicGMBT8-kM>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

ÓPERA do malandro. Direção: Ruy Guerra. 1 Disco (108 min.): DVD, Ntsc, son., color. Port., 1987. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=Hpvq9vvMlmc>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

Uma breve história da cultura e da identidade nacional brasileira

Alessander Kerber¹

O conceito de nação

O que é o Brasil? Como são os brasileiros? Quais as características dessa nação? Quais as características que dão unidade aos brasileiros e que justificam a existência deste Estado Nacional? O que faz com que brasileiros se orgulhem e defendam sua nação? E o que faz com que se decepcionem e sintam vergonha de sua nação? É possível fazer uma generalização, uma síntese do que venha a ser o Brasil ou há uma diversidade cultural tão grande que impede essa síntese? Como foram escolhidos os símbolos do Brasil? Que grupos sociais se sentem representados nesses símbolos? Quais grupos sociais não se sentem representados? Essas são algumas questões recorrentes na história do Brasil desde sua criação como um país independente.

Existe, na atualidade, um imaginário coletivo sobre como é, quais as características, quais os símbolos dessa nação. Esse imaginário foi construído historicamente. É essa história da construção de uma imaginação sobre o que é o Brasil que vamos analisar neste artigo. Primeiramente, é necessário que compreendamos dois conceitos: o de Estado e o de Nação. Enquanto o primeiro conceito se refere à institucionalização do poder político estabelecendo a ordem em relação a determinado

¹ Doutor em História e professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

território e população, o segundo se refere à cultura que define a identidade de um povo. Quando falamos em Brasil, podemos estar falando do Estado Brasileiro, constituído a partir do processo de independência de Portugal, em 1822, ou podemos estar falando da nação brasileira, em constante e dinâmica construção, havendo versões muito distintas sobre ela no decorrer da história.

O conceito de nação começou a surgir, na Europa, há pouco mais de dois séculos, apesar de muitos tentarem vê-lo como mais antigo. O processo de formação dos estados nacionais na Europa, especialmente a partir da segunda metade do século XIX, abriu espaço para uma grande discussão teórica sobre a nação. Neste contexto, encontra-se o clássico trabalho do francês Ernest Renan (1882) que, contrariando os teóricos alemães que entendiam a nação como naturalmente dada por elementos como a raça, a religião e a língua, a definiu como um pacto social a partir do qual os indivíduos optam pela pertença².

O historiador Eric Hobsbawm (1990) define o período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundiais como o momento máximo do nacionalismo em todo o mundo. Foi o nacionalismo um dos principais responsáveis pelas Guerras. Após a Segunda Guerra Mundial, em grande parte por causa do trauma causado pelo conflito e pelo nacionalismo a ele relacionado, o tema da nação foi pouco discutido. Desde os anos 1980 e 1990, vários autores voltaram a discutir o que é uma nação. A Globalização foi uma das principais responsáveis por essas novas discussões.

O cientista político Benedict Anderson foi um dos principais autores a contribuir nessa discussão. Ele afirma que uma nação é uma comunidade política imaginada, como implicitamente limitada e soberana. Ela é *imaginada* porque nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria dos seus compatriotas, embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão; é *limitada*, porque até mesmo a maior delas possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais encontram-se as outras nações; é *soberana*, porque o conceito nasceu numa época em que o Iluminismo e a Revolução estavam destruindo a legitimidade do reino dinástico hierárquico divinamente instituído; é comunidade porque, sem considerar a desigualdade e exploração que atualmente prevalecem em todas elas, a nação é sempre concebida como um companheirismo profundo e horizontal. Em última análise, essa fraternidade é que torna possível, no correr dos últimos dois séculos, que tantos milhões de pessoas, não só se matem, mas morram voluntariamente por imaginações tão limitadas.” (ANDERSON, 1989: 14-16)

Essa comunidade imaginada identifica-se a partir de uma série de símbolos. Segundo a historiadora Anne-Marie Thiesse (1999), existe uma “*check list*”, um código de símbolos internacionais que define o que todas as nações devem ter: uma história estabelecendo a continuidade da nação; uma série de heróis modelos dos valores nacionais; uma língua; monumentos culturais; um folclore; lugares memoráveis e uma

² O atrito entre Renan e os teóricos alemães era influenciado pela questão do controle, que Alemanha e França tentavam legitimar, sobre a região da Alsácia-Lorena, território cuja maioria da população falava o alemão, mas que pertencia à França.

paisagem típica; uma mentalidade particular; identificações pitorescas - costumes, especialidades culinárias ou animal emblemático. Estes símbolos, enfatizo, não são apenas uma superficial lista de adornos, mas essenciais para a autorrepresentação das pessoas que se identificam com a nação. É neste sentido que o antropólogo Ruben Oliven (1988) analisa a nação em comparação com o clã primitivo, que se identifica em relação a um totem. O totem é como uma bandeira, um signo, através do qual cada clã diferencia-se e é reconhecido pelos demais. Oliven exemplifica a carga emocional contida no símbolo dando o exemplo de um soldado que morre defendendo a sua bandeira, uma representação que confere a um pedaço de pano algo sagrado. E esse poder simbólico dá-se pelo fato deste pano representar uma nação, a nação da qual o soldado pensa e sente-se parte.

Nesse sentido, uma identidade nacional pode ser pensada, justamente, como um sentimento e idéia de pertencimento a uma destas comunidades imaginadas, representadas por essa série de símbolos citados, identidade essa pensada, também, em uma relação de alteridade com um outro, representado no grupo que se identifica com outra nação.

A herança do período colonial

Ao pensarmos a identidade nacional brasileira, uma primeira questão que se coloca fundamental é a de datarmos quando surgiu a nação brasileira. Demasiadamente complexa, essa questão é atualmente muito discutida no meio acadêmico. Há, com diferentes nuances, certo consenso de que a nação brasileira começou a ser construída dentro do período imperial e massificou-se, no imaginário social, em torno dos anos 30. Esse é um dos motivos pelos quais se tem substituído a expressão “Brasil Colônia” por “América Portuguesa” para tratar do período entre 1500 e 1808.

Vários símbolos desse período colonial tornaram-se símbolos da nação brasileira, como o herói nacional Tiradentes, a Inconfidência Mineira e as obras de Aleijadinho. É necessário observarmos, porém, que no século XVIII (quando Aleijadinho produziu a sua obra, ocorreu a Inconfidência Mineira e Tiradentes foi morto) eles não eram símbolos do Brasil. Como analisou José Murilo de Carvalho (1990), foi a partir do final do Império e, mais visivelmente, com a Proclamação da República, que Tiradentes foi afirmado como herói nacional, tornando-se símbolo de nossa nação. Da mesma forma, a Inconfidência Mineira não propunha a Independência do Brasil, mas de Minas Gerais. Em relação às obras de Aleijadinho, ou ao barroco mineiro em geral, foi no século XX que se tornaram símbolo nacional. Foi Mário de Andrade que, nos anos 1920, afirmou que o estilo mineiro não era uma versão menos qualificada do barroco europeu, mas um estilo genuinamente brasileiro. Foi durante o Estado Novo (1937-1940) que as cidades históricas mineiras foram tombadas como patrimônio nacional.

Conforme a filósofa Marilena Chauí (2000), foi, contudo, a partir de 1500 que surgem os principais elementos para a construção do que ela chama “mito fundador” da nacionalidade brasileira. A autora define esses elementos como: 1 – “visão do paraíso” ou elaboração mítica do símbolo do “oriente”; 2 – história teológica providencial; 3 – elaboração da figura do governante como rei pela graça de Deus.

Esses últimos dois elementos, explica a autora, seriam as bases para a pouca participação política da população brasileira e a tendência à expectativa por líderes políticos que não são representantes do povo, mas que são salvadores do povo. Nas palavras da autora:

A sagração do governante tem ainda como efeito a maneira como se realiza a prática da representação política no Brasil [...] o rei representa Deus e não os governados [...] Essa concepção aparece na política brasileira, na qual os representantes, embora eleitos, não são percebidos pelos representados como seus representantes e sim como representantes do Estado em face do povo, o qual se dirige aos representantes para solicitar favores ou obter privilégios. (p. 86)

Isso explicaria a força do populismo na política brasileira.

O Período Imperial

A partir da vinda da família real portuguesa para o Brasil e, mais evidentemente, a partir de 1822, percebe-se um grande esforço entre intelectuais e artistas para explicar o que é o Brasil. São significativas, nesse sentido, as criações da Academia Imperial de Belas Artes, em 1822, e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838. Essas instituições aglomeravam artistas e intelectuais que, inspirados nos padrões europeus, propunham-se a representar o Brasil, definindo os símbolos desta identidade nacional.

No âmbito da literatura, Antônio Cândido (2004) considera o Romantismo Brasileiro como sendo a primeira escola literária com uma proposta nacional. A primeira geração de escritores românticos brasileiros, composta por nomes como Gonçalves Dias, Gonçalves de Magalhães, apresentava o índio como símbolo da nacionalidade. Mas foi José de Alencar que mais se tornou célebre, a partir de obras como *O Guarani* e *Iracema*, definindo do índio como herói nacional. A literatura romântica brasileira praticamente esqueceu a existência do negro no Brasil, numa época em que a escravidão negra fornecia a base da mão-de-obra nacional, e buscou um índio idealizado, com traços de cavaleiro europeu medieval, como símbolo nacional.

O Brasil era representado como um paraíso natural, havendo índios bons e portugueses com a missão de catequizá-los. A “visão do paraíso”, elemento balizador

da identidade nacional como a definiu Chauí, também está presente nesta pujança paradisíaca da natureza retratada no romantismo brasileiro. Exemplo disso é a famosa “Canção do exílio”, de Gonçalves Dias, de 1843:

Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá;
As aves que aqui gorjeiam,
Não gorjeiam como lá.

Nosso céu tem mais estrelas,
Nossas várzeas têm mais flores,
Nossos bosques têm mais vida,
Nossa vida mais amores. [...]

O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) foi criado em 1838 por 27 intelectuais que se propunham a explicar, a partir dos critérios científicos vigentes na Europa da época, a história e a geografia brasileira. O IHGB nunca foi um órgão estatal, mas o imperador Dom Pedro II foi mecenas desta instituição e chegou a participar de várias de suas reuniões. Na prática, o IHGB foi responsável por definir uma primeira grande versão da história do Brasil, enaltecendo as conquistas portuguesas.

Em 1840, o IHGB realizou um concurso destinado a premiar o melhor plano para a escrita da História do Brasil. O prêmio foi dado a Carlo Von Martius. A primeira História do Brasil que procurou seguir o programa do IHGB, entretanto, não foi escrita por Martius, mas por Francisco Adolfo de Varnhagen. Para a publicação da sua História geral do Brasil (1854), recorreu a documentos oficiais da monarquia portuguesa. Na prática, essa obra exalta as conquistas portuguesas e justifica as ações da monarquia. O Brasil começaria, para Varnhagen, com a chegada de Pedro Álvares Cabral a estas terras. Diferentemente dos escritores românticos, Varnhagen não cria uma imagem idealizada do índio como símbolo nacional. Índios e negros são, para ele, dotados de todo tipo de defeito e cabe aos portugueses todos os méritos. Aliás, Varnhagen considera que o grande erro dos portugueses foi terem trazido os africanos como escravos. Para ele, os portugueses deveriam ter utilizado o trabalho forçado dos índios, como havia ocorrido em outros países da América Latina, ao invés de apelar para a escravidão africana. Isso teria eliminado o problema, como visto no século XIX, da população negra no Brasil.

A República Velha

Com a República, foram reelaboradas as explicações sobre o Brasil e definidos outros símbolos da identidade nacional. Conforme Lúcia Lippi Oliveira (1990), durante a Primeira República são considerados dois modelos de interpretação para o

Brasil: um, com base em autores como Eduardo Prado, que avaliava positivamente o passado colonial e imperial, acreditando na excelência das nossas tradições, fruto da colonização portuguesa e da Igreja Católica; outro, com base em autores como Raul Pompéia, que via a República como a ruptura necessária com o Império Português, constituindo uma certa aversão aos portugueses e uma admiração em relação aos norte-americanos. Neste período, o ufanismo torna-se elemento importante na construção da identidade nacional, especialmente na obra de autores como Afonso Celso e Olavo Bilac, construindo a idéia de que a nação não é formada apenas pela organização política, mas pelas condições naturais da terra. Assim, temos uma construção de uma nação onde o elemento humano torna-se secundário em relação às belezas naturais. Esta desvalorização do elemento humano na construção da identidade nacional está associada à grande aceitação, na época, de teorias racistas, influenciadas pelo darwinismo social, que definiam a composição étnica brasileira, especialmente em seus elementos indígenas e africanos, como entraves ao desenvolvimento do país.

Conforme Renato Ortiz (2001), Silvio Romero, Raymundo Nina Rodrigues e Euclides da Cunha podem ser considerados balizadores das explicações sobre o Brasil durante a República Velha. Silvio Romero (1851-1914, Sergipe) publicou a Introdução à História da Literatura Brasileira. Conforme Romero o declínio da hegemonia do romantismo de Gonçalves Dias e de José de Alencar no Brasil ocorreu na década de 1870 por 3 influências: o positivismo de Comte, o darwinismo social e o evolucionismo de Spencer (doutrinas surgidas na Europa na metade do século que colocavam toda a humanidade em escala de evolução). Todas essas teorias colocam o Brasil em atraso em relação à Europa. Torna-se, então, necessário explicar esse atraso e propor soluções.

Em “Os Sertões” (1902), Euclides da Cunha (1866-1909) começa com dois longos capítulos descritivos: “O meio” e “A raça”. Conforme ele: as raças superiores se diferenciam das inferiores; no contrato inter-racial e na concorrência social vence a raça superior; a história se caracteriza por um aperfeiçoamento lento e gradual da atividade psíquica, moral e intelectual. Dentro dessa perspectiva, podemos compreender a ideia pessimista em relação ao Brasil do período.

Os feriados e festas nacionais são importantes indícios, oriundos da Primeira República, que nos permitem uma análise da identidade nacional brasileira. Eles servem para manutenção e construção da memória coletiva, elemento básico da identidade nacional. A nação, como comunidade imaginada, precisou organizar e disciplinar os indivíduos, construindo uma memória nacional. Vários profissionais, como historiadores, ideólogos, antropólogos e educadores, constroem a memória nacional, definindo as datas e os heróis que não devem ser esquecidos.

Podemos dividir os feriados brasileiros em dois grupos: os que estão associados à religiosidade cristã e à fraternidade universal, como Natal, Páscoa, Finados, Nossa Senhora Aparecida, e os que estão associados à identidade nacional como a Independência do Brasil, Proclamação da República, Tiradentes. Com a instauração da república em nosso país, foram instituídos, além do feriado de Tiradentes, agora, conforme José Murilo de Carvalho (1990), considerado herói nacional, tornando-se

sua imagem, sagrada, mais três que demarcariam momentos de constituição da pátria: Descoberta do Brasil, hoje não mais feriado, mas identificada como marco inicial ou mito fundador da nação, como propõe Marilena Chauí (2000), Independência do Brasil e Proclamação da República.

No Brasil, porém, parece que as datas nacionais não têm tanto apelo popular como em outros países, como, por exemplo, a Queda da Bastilha, para os franceses, ou a Independência dos Estados Unidos, para os norte-americanos, passando talvez, para a maioria da população, como um dia de folga. Por um lado, poderíamos considerar que isso ocorre em virtude da falta de informação de boa parte da população ou pela frustração com a política que controla o estado nacional. Por outro lado, isso se dá, também, em virtude da origem não popular dos processos que envolveram essas três datas. Nelas, os segmentos populares, que compõe a grande maioria da população, estiveram excluídos. Na data da Descoberta do Brasil, o que temos é um navegador português, enviado pelo rei de Portugal, para conquistar novas terras para este país. Além do que, Pedro Álvares Cabral nem sonhou ter descoberto o Brasil em 1500, tendo que a construção desta nação foi muito posterior e, justamente quando foi realizada (três séculos depois), é que se definiu que tal acontecimento corresponderia a uma suposta origem arcaica da nação. Na data da Independência temos um nobre, filho do rei de Portugal, declarando a independência do Brasil, algo realizado com pouquíssima participação popular (especialmente se compararmos, por exemplo, com algo como a guerra da Independência dos Estados Unidos). Também foi assim a Proclamação da República Brasileira (especialmente se comparada com a Queda da Bastilha, que deu origem à república na França) sendo que, a maioria da população, só muito posteriormente tomou conhecimento de que não estava mais vivendo em um regime monárquico.

Os anos 1920 e 1930

Contudo, são os anos 20 e 30 que dão as bases até hoje mais legitimadas da identidade nacional brasileira. A constituição da moderna identidade nacional brasileira tem sua base nos movimentos modernistas dos anos 20. A Semana de Arte Moderna, de 1922, ainda não trazia consigo tão fortemente a questão nacional. É a partir de 1924, quando Oswald de Andrade publica o “Manifesto Pau-Brasil” que se percebe um direcionamento dos modernistas para questões nacionais. Neste sentido, o povo, especialmente o pobre povo do interior brasileiro, é resgatado como símbolo da nacionalidade.

Nos anos 20 e 30, não só no Brasil, mas na maior parte dos países do mundo, as identidades nacionais emergiam como importante força social. O nacionalismo deste período pode ser explicado, em grande parte, como uma resposta à grande crise internacional influenciada pelo esgotamento do capitalismo liberal e pelas Guerras

Mundiais. Num momento de crise, a nação é tida como um elemento de salvação. É neste sentido que Eric Hobsbawm afirma que ela poderia preencher o vazio emocional causado pelo declínio ou desintegração, ou a inexistência de redes de relações ou comunidades humanas reais (HOBSBAWM, 1990: 63).

Eliana Freitas Dutra (1997), fundamentando-se em teóricos da psicologia, explica que, neste momento, o imaginário social recorreu ao estado, identificado com a nação, a pátria-mãe, como um salvador que poderia proteger a sociedade dos males que a atormentavam. Neste sentido, a nação veio a ser uma resposta às angústias de uma população em crise.

Conforme Renato Ortiz (2001), um elemento fundamental da construção da identidade nacional brasileira a partir dos anos 30 é a inserção de símbolos de segmentos populares como definidores da nação. Este processo não foi apenas uma manipulação política ou imposição de um estado autoritário, mas houve intensas lutas e negociações, mesmo que não oficiais, em que estiveram em jogo diversas representações. Neste sentido, os anos 30 marcaram a inserção de símbolos populares, como o carnaval, o futebol e o samba, como definidores da identidade nacional brasileira, e as grandes questões sobre o Brasil passam para o senso comum através do que chamamos, na falta de outra expressão melhor, de “meios de comunicação de massas”. É especialmente o rádio o elemento responsável por construir no imaginário social essa identidade nacional brasileira, “unindo corações de norte a sul”, como já dizia a canção interpretada na época por Carmen e Aurora Miranda.

O medo que as elites tinham da “questão social”, especialmente após os acontecimentos da Revolução Russa, associado às novas possibilidades de interação com os segmentos populares brasileiros, através dos meios de comunicação, foram elementos essenciais para a inserção de símbolos populares na identidade nacional. No Brasil, como na maior parte do mundo, houve dois meios de comunicação fundamentais na construção de identidades nacionais: o rádio, que apareceu no Brasil nos anos 20, emergiu nos anos 30 e teve seu auge nos anos 40 e 50; a televisão que, desde os anos 60, vem tomando seu espaço como o grande meio de comunicação e diversão popular no Brasil. A cultura brasileira, inclusive, foi fértil nestes dois meios. Até hoje, os principais produtos culturais de exportação brasileiros são a música e as novelas.

Mas, voltando aos anos 30, época da estruturação dos marcos fundamentais até hoje aceitos da identidade nacional brasileira, é importante salientar um autor que conseguiu sintetizar essa nova percepção sobre o Brasil: Gilberto Freyre. Ele rompe com a percepção antiga de considerar a mistura dos elementos étnicos negros e indígenas como entraves ao desenvolvimento nacional. A publicação de “Casa-grande e senzala”, em meados dos anos 30, deslumbrou o meio intelectual da época. Era como se fosse, finalmente, a resposta que o público esperava, rompendo com as antigas formas de pensamento sobre a etnicidade:

Essa ruptura pode ser pensada, entre outros aspectos, como uma inversão valorativa do papel que o mestiço e a mestiçagem ocupavam na cultura brasileira. De degenerativa e causa dos grandes males nacionais, a mestiçagem passa a ser interpretada como um processo cultural positivo em torno do qual (e de seus produtos, como o samba, a culinária afro-brasileira, as técnicas de higiene luso-tropicalistas, etc.) os brasileiros poderiam inventar uma nova identidade. (VIANNA, 1995: 75-76)

A tendência geral desta identidade nacional construída nos anos 30 era de ocultar as grandes distinções e discriminações, especialmente classistas e étnicas, existentes no Brasil de então. O carnaval e o futebol tornam-se, respectivamente, a festa e o esporte nacional por excelência, em função de exprimirem contextos em que as distinções de classe e etnia não aparecem. Estas duas manifestações culturais têm aceitação e participação dos mais variados grupos sociais brasileiros, representando essa síntese que se buscava naquele momento.

A Era Vargas

O período do primeiro governo Vargas (1930 a 1945) é marcado por uma drástica mudança na atuação do Estado em relação à cultura e identidade nacional brasileira. O Estado, nesse período, tomou para si a responsabilidade de atuar na esfera cultural, definindo e difundindo o que é a cultura brasileira. Vários intelectuais modernistas, como Mário de Andrade, Gustavo Capanema e Carlos Drummond de Andrade, são contratados para prestar serviços ao Estado no sentido de definir suas políticas culturais. Grande parte da produção artística e intelectual inovadora sobre o Brasil dos anos 1920 e 1930 tornou-se política oficial do governo.

O Estado passou a atuar de diversas formas na cultura. Entre as mais significativas, temos as reformas na educação de Francisco Campos e de Gustavo Capanema. Enquanto que, na primeira, o Estado definiu um orçamento mínimo que o governo federal e os estados da federação deveriam investir para a criação de escolas e contratação de pessoal, a segunda está associada à chamada “Campanha da Nacionalização”. Essa Campanha, encabeçada pelo governo federal, propunha a homogeneização da cultura brasileira de norte a sul do país. Ela foi responsável por uniformizar o currículo escolar brasileiro e por impor que não houvesse escolas no Brasil que ensinassem em outra língua que não a portuguesa (essa medida foi especialmente drástica em regiões de imigração alemã, italiana e japonesa, entre outras, onde as comunidades haviam criado escolas que ensinavam na língua dos ancestrais).

Durante o primeiro governo Vargas também ocorreu o processo de massificação de determinados meios de comunicação de massa. Entre eles, destaca-se, principalmente, o rádio e, em menor escala, a indústria fonográfica e o cinema. O Estado

também passou a atuar sobre esses meios de comunicação através do Departamento de Imprensa e Propaganda. Já em 1935, Vargas criou a Hora do Brasil, existente até os dias de hoje. A partir de 1939, estabeleceu-se censura prévia a todas as músicas gravadas e tocadas no rádio. As músicas não poderiam falar mal do Brasil ou exaltar a malandragem. É nesse contexto que surge o “samba-exaltação” cujo maior expoente é Aquarela do Brasil, de Ary Barroso:

Brasil, meu Brasil Brasileiro,
Meu mulato inzoneiro,
Vou cantar-te nos meus versos:
O Brasil, samba que dá
Bamboleio, que faz gingar;
O Brasil do meu amor,
Terra de Nosso Senhor.
Brasil!... Brasil!... Prá mim!... Prá mim!...
Ô, abre a cortina do passado;
Tira a mãe preta do cerrado;
Bota o rei congo no congado.
Brasil!... Brasil!...
Deixa cantar de novo o trovador
À merencória à luz da lua
Toda canção do meu amor.
Quero ver essa Dona caminhando
Pelos salões, arrastando
O seu vestido rendado.
Brasil!... Brasil! Prá mim ... Prá mim!...
Brasil, terra boa e gostosa
Da moreninha sestrosa
De olhar indiferente.
O Brasil, verde que dá
Para o mundo admirar.
O Brasil do meu amor,
Terra de Nosso Senhor.
Brasil!... Brasil! Prá mim ... Prá mim!... [...]

Dessa forma, a Era Vargas representa esse período de reformulação, afirmação e massificação desta nova versão sobre a cultura brasileira e sobre a identidade nacional.

Dos anos 1950 ao final do Regime Militar

O primeiro governo Vargas terminou em 1945 deixando grandes mudanças no âmbito cultural. Mesmo que a ditadura do Estado Novo tenha acabado, observa-se uma

continuidade, nas décadas seguintes, de uma determinada versão sobre a identidade nacional brasileira. O carnaval já havia se afirmado, durante esse período, como a grande festa nacional. O futebol já havia se afirmado como esporte nacional. O samba já havia se afirmado como estilo musical nacional.

Nos anos 1950, o rádio continuava sendo o principal meio de comunicação e o samba o estilo musical de maior sucesso. Era a Era de Ouro do rádio, em que alguns cantores, como Nora Ney, Angela Maria, Cauby Peixoto, Nelson Rodrigues, Emilinha Borba, Marlene, Dircinha Batista, entre outros, se afirmavam como ídolos nacionais.

O cinema brasileiro também teve certo apogeu nesse período. Havia algumas grandes companhias cinematográficas (como a Cinédia, a Atlântida, a Cinedistri e a Vera Cruz) que produziam grande quantidade de comédias ou melodramas musicais, no qual o carnaval era uma temática constante. Alguns dos atores mais famosos deste período interpretavam tipos populares em comédias, como é o caso de Oscarito, Grande Otelo, Ankito, Dercy Gonçalves e Mazzaropi. A televisão também surgiu no Brasil também nessa época (apesar de ainda não ter tanta audiência como o rádio, o que ocorreu só a partir da década de 1970).

Em 1955, o governo federal criou o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) vinculado ao Ministério de Educação e Cultura. O ISEB funcionou como núcleo irradiador de ideias e tinha como objetivo principal a discussão em torno do desenvolvimentismo e da cultura brasileira e foi extinto após o golpe militar de 1964, e vários de seus integrantes, os isebianos, foram exilados do Brasil. Entre os intelectuais vinculados ao ISEB podemos citar Miguel Reale, Sérgio Buarque de Hollanda, Hélio Jaguaribe, Roland Corbisier, Alberto Guerreiro Ramos, Nelson Werneck Sodré, Antonio Cândido, Cândido Mendes, Ignácio Rangel e Álvaro Vieira Pinto, Carlos Estevam Martins, entre muitos outros. Os isebianos implantam os conceitos de “transplantação cultural”, “colonialismo”, “autenticidade cultural” e de “cultura alienada” para explicar a cultura brasileira e estabeleceram a matriz de um tipo de pensamento que baliza a discussão sobre a questão cultural no Brasil dos anos 1960 até a atualidade.

Nos anos 1960 foi criado o Centro Popular de Cultura (CPC) junto à sede da UNE. Teoricamente vinculado ao pensamento isebiano, representou sua radicalização à esquerda. Nessa radicalização forjou-se um novo conceito de cultura popular brasileira. Diferentemente dos folcloristas dos séculos XIX e XX, estes intelectuais de esquerda consideravam a cultura popular não como tradição mas como conscientização que rompe, justamente, com a tradição. Nesse sentido, enquanto que o folclore seria a manutenção, a cultura popular seria transformação. Cultura popular seria “tomada de consciência” e, nesse sentido, seria “projeto político”.

Conforme Renato Ortiz (2001, p. 72), quanto os agentes do CPC se refere às obras da cultura popular, eles não se reportam às manifestações populares no sentido tradicional, mas sim às atividades realizadas pelos centros de cultura. Pode-se desta forma falar em “militantes da cultura popular”. Assim, fatos sociais, como o futebol, o carnaval e a religião, que dominam grande parte da vida das classes subalternas, são, desta forma, considerados alienação.

Esse conceito de cultura popular é o que serviu, nos anos 1960, para definir o que era a MPB. Nesse sentido, não era o que mais fazia sucesso ou vendia em termos de música que era considerado MPB, mas uma música de grande sofisticação em geral ouvida por um público universitário.

Os anos 1960 foram um período de radicalização política e uma dos lugares nos quais essa radicalização mais se tornou visível foi na música popular. O processo cultural que ampliou o público da MPB engajada e nacionalista foi a aliança desse gênero com a televisão. Surge então o programa Fino da Bossa, que tornou conhecida uma das maiores cantoras brasileiras, um dos símbolos da moderna MPB: Elis Regina. No mesmo ano foi lançado o programa Jovem Guarda, com Roberto Carlos, Wanderléia e Erasmo Carlos. Todos esses musicais seriados eram líderes de audiência no seu horário, destinado a públicos diferentes. O Fino da Bossa ia ao ar às quartas-feiras, voltada ao público mais intelectual e adulto, enquanto o Jovem Guarda era transmitido aos domingos, voltado ao público mais adolescente e descompromissado, mas sem problemas, havia pessoas assistindo ambos os programas.

O conceito de cultura popular brasileira da época não incluía a Jovem Guarda. Os admiradores da MPB consideravam a Jovem Guarda como consequência do imperialismo cultural norte-americano. Elis Regina e Geraldo Vandré chegaram a mobilizar uma passeata, em São Paulo, contra a guitarra elétrica. Para eles, a MPB deveria ser, além de sofisticada, engajada politicamente contra o Regime Militar que se implantava e o pessoal da Jovem Guarda, além de não sofisticados, não faziam crítica social, apenas fomentavam novos hábitos de consumo de roupas e automóveis.

Uma síntese entre a incontestável influência norte-americana sobre a cultura e a identidade nacional e a crítica a ela pode ser encontrada, a partir do final dos anos 60, na obra de Caetano Veloso, Gilberto Gil, Mutantes e de outros tropicalistas, que utilizavam a palavra antropofagia para expressar uma nova forma de lidar com essa questão. Antropofagia estaria associada a assimilar o estrangeiro, mas não de forma a tornar-se submisso a ele e, sim, “comendo-o”, tornando parte da identidade brasileira o que dele fosse utilizável.

O Regime Militar, implantado a partir do Golpe de 1964, estabeleceu que era função do Estado fomentar, gerenciar e intervir sobre a cultura. O regime, porém, estabelecia como condição que essa cultura fosse submissa ao governo, com vistas ao que chamavam de Segurança Nacional. É nesse período que se dá a consolidação dos grandes conglomerados que controlam os meios de comunicação de massa, como a TV Globo e a Editora Abril.

Nesse sentido, o Estado criou: em 1965, a EMBRATEL; em 1966, o Conselho Federal de Cultura e do Conselho Nacional de Turismo, a EMBRATUR e do Instituto Nacional de Cinema; em 1967, o Ministério das Telecomunicações; em 1969, a EMBRAFILME; em 1972 a TELEBRAS; em 1975, elaborou o Plano Nacional de Cultura, criou o FUNARTE e estabeleceu a Campanha Nacional de Defesa do Folclore Brasileiro. Ao mesmo tempo, o Estado estabeleceu, desde 1968, a censura prévia a tudo o que era publicado através dos meios de comunicação. Nenhum discurso contra

o governo poderia ser publicado. Nenhuma versão sobre a cultura brasileira contrária aos interesses do governo poderia ser difundida.

O Regime Militar deixou para a iniciativa privada a administração dos meios de comunicação de massa e investiu sobretudo na esfera do teatro (Serviço Nacional de Teatro), do cinema (EMBRAFILME), do livro didático (Instituto Nacional do Livro) e das artes e do folclore (FUNARTE). Ao mesmo tempo, a maior parte da intelectualidade e dos artistas se voltaram contra o Regime. Conforme Ortiz, o Regime utilizou os poucos intelectuais e artistas disponíveis que o apoiaram. Nesse sentido, o Conselho Federal de Cultura adotou a “ideologia do Brasil mestiço”, inspirada em pensadores como Gilberto Freyre (que havia apoiado a implantação do Regime) como oficial.

Considerações finais

Neste sentido, em linhas gerais, a identidade e a cultura nacional brasileira, como qualquer outra identidade, continua num processo dinâmico de construção. Definir o que é a cultura e a identidade nacional brasileira é um ato de poder e vários grupos lutam para afirmar a sua versão sobre o Brasil como a mais verdadeira.

Especialmente desde o processo de redemocratização do Brasil, a partir do final do Regime Militar, discursos sobre a diversidade da cultura brasileira têm se afirmado. No âmbito do Patrimônio Nacional, por exemplo, a definição, em 1988, dos quilombos como patrimônio (os quais representam não a união harmônica entre negros e brancos, mas o processo de lutas existente) e do registro do patrimônio imaterial, desde 2001, têm servido como uma forma de representar a cultura brasileira como diversificada. No senso comum, contudo, ainda vigora uma imagem de Brasil construída na Era Vargas, sendo que símbolos como o carnaval, o samba, a mulata e o futebol ainda são vistos com muita legitimidade como representações nacionais.

Referências

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo, SP: Ática, 1989.

CANDIDO, Antonio. **O Romantismo no Brasil**. São Paulo, SP: Humanitas/FFLCH, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**. São Paulo, SP: Cia. das Letras, 1990.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador da sociedade autoritária**. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2000.

DUTRA, Eliana de Freitas. **O ardil totalitário**: imaginário político no Brasil dos anos 30. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 1997.

GELLNER, Ernest. **Nações e nacionalismo**: trajectos. Lisboa, PT: Gradiva, 1993.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1990.

KERBER, Alessandro. Entre o samba e o tango: Carmen Miranda, o nacionalismo e a definição da alteridade brasileira frente à América Latina dos anos 30. **Revista História UNISINOS**, São Leopoldo, RS, p. 189-203, 2002.

MALTZ, Bina; TEIXEIRA, Jerônimo; FERREIRA, Sérgio. **Antropofagia e tropicalismo**. Porto Alegre, RS: UFRGS, 1993.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira**. São Paulo, SP: Ática, 1977.

MOURA, Gerson. **Tio Sam chega ao Brasil**: a penetração cultural americana. São Paulo, SP: Brasiliense, 1984.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1990.

OLIVEN, Ruben George. Mitologias da nação. IN: FÉLIX, Loiva O.; ELMIR, Cláudio P. (Org.). **Mitos e heróis**: construção de imaginários. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 1988. p. 23-39.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo, SP: Brasiliense, 2001.

RENAN, Ernest. **Qu'est-ce qu'une nation?** Paris, FR: Éditions Mille, 1997. (primeira edição: 1882)

THIESSE, Anne-Marie. **A criação das identidades nacionais**. Europa, século XVIII - XX. São Paulo, SP: Seuil, 1999.

TOTA, Antonio Pedro. **O imperialismo sedutor**: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo, SP: Cia. das Letras, 2000.

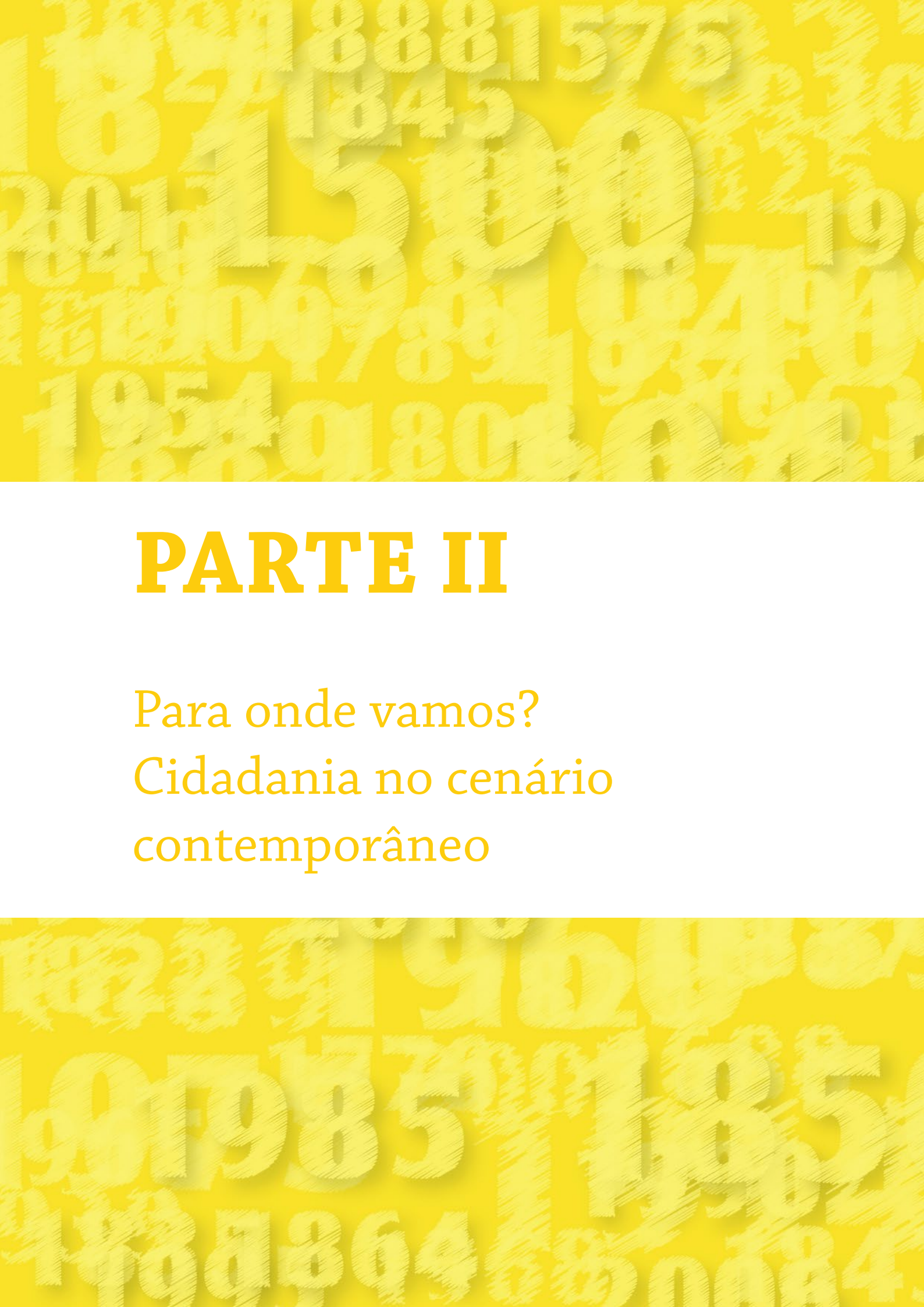
VIANNA, Hermano. **O mistério do samba**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar / UFRJ, 1995.

Músicas indicadas

“Aquarela do Brasil”, de Ary Barroso;

“Cachorro Vira-Lata”, de Alberto Ribeiro;

“Brasil Pandeiro”, de Assis Valente;
“Disseram que voltei americanizada”, de Vicente Paiva e Luiz Peixoto;
“Caminhando”, de Geraldo Vandré;
“Tropicália”, de Caetano Veloso;
“Funeral de um lavrador”, de Chico Buarque de Holanda;
“O bêbado e o equilibrista”, de João Bosco;
“Índios”, de Renato Russo;
“Brasil é o país do suingue”, de Fernanda Abreu, Fausto Fawcett e Hermano Vianna.



PARTE II

Para onde vamos?
Cidadania no cenário
contemporâneo

Globalização: histórico, fases e características

Rodrigo Perla Martins¹

Globalização, um conceito muito discutido e falado, mas com poucas referências históricas. Praticamente tudo que se fala hoje na economia, política, ciência, viagens, comunicações e sociedade credita-se, ou debita-se a esse termo. Refletindo um pouco sobre o conceito de forma específica, com o olhar do homem contemporâneo, podemos afirmar que, hoje, esse fenômeno concretiza-se via comércio entre nações, em forma de contatos culturais, pela via militar, econômica, e, principalmente, pelas comunicações que deixam o planeta interligado praticamente de forma instantânea.

Mas, de fato quando começou? Quem começou? Por que começou? Quais suas características principais? Para responder tais problematizações podemos recorrer a um olhar histórico sobre o mesmo. Quando olhamos para a história, para analisar o conceito, deixa-se claro que essa é uma história ocidental é que foi padronizada nos livros de história pelo mundo ocidental, ou pelo menos aquela aceita por uma região considerada ocidental (Didaticamente falando: Europa – Alemanha até Portugal e Grécia, passando pela Itália e indo até a Inglaterra).

Para muitos esse fenômeno humano teve início por volta de 1980. Para alguns, desde sempre. Para outros (IANNI, 1999) esse fenômeno é inerente ao ser humano, isto é, desde que o homem é homem, popularmente falando, ele estabelece contatos culturais, de trocas comerciais, culturais, de dominação... Como sempre, o homem esteve buscando contato de qualquer natureza com o outro, ele se globaliza. Claro que

¹ Professor do curso de História da Universidade Feevale. Doutor em História pela PUCRS.

quando o hominídeo da savana africana, antes da escrita na chamada Pré-História, saiu em busca de novas terras e com isso conheceu outras comunidades e novas regiões, habitando o planeta – ele não falava em globalização.

Não imaginemos que o nome do fenômeno existe desde sempre. Devemos separar o fenômeno social do nome conhecido hoje. Também devemos estabelecer que, se o fenômeno existe desde sempre, ele ganhou nomes diferentes através da história, bem como, na história ocidental, ele teve alguma cultura, povo ou nação como liderança do processo, isso, padronizando, comandando, impondo e dominado. Isto é, quem lidera o fenômeno batiza e impõe regras de uma maneira geral.

Se os primeiros humanos deram início à sua maneira, outros povos em outros momentos históricos também o fizeram. Trabalhando dentro de uma perspectiva ocidental de história, como já falamos antes, podemos afirmar que, na Antiguidade oriental, os mesopotâmicos e egípcios levaram adiante tal processo. Ao contatar com outros povos, via trocas comerciais, culturais e militares, essas primeiras civilizações contribuíram para a globalização. Já se parou para pensar que essas civilizações legaram-nos a invenção da roda, a domesticação dos animais, a invenção da escrita, a convivência em sociedade e a urbanização do espaço social? Sendo que os egípcios foram adiante ainda e começaram a conquistar povos e submeter comunidades para usar sua mão-de-obra e explorar territórios. Podemos lembrar também dos Fenícios, que com suas viagens marítimas, chegaram até a península ibérica ainda nos anos 2000 antes de Cristo. O fato de os Judeus, com sua cultura religiosa e suas leis, que foram determinantes para o mundo ocidental, terem encontrado uma forma de disseminar suas ideias (via religião e escrita) pode ser exemplos para a idéia defendida aqui nesse artigo.

Certamente que esses contatos não foram pela internet. Apesar de não usarem computadores, aviões, armas controladas eletronicamente e muito menos automóveis, eles são uma referência em seu tempo para o fenômeno humano discutido aqui.

Na antiguidade clássica, Grécia e Roma, e em seus momentos específicos na história ocidental (3000 a.c até 200 a.c e 753 a.c até 436 d.c respectivamente), também houve uma idéia de globalização. Os gregos, com suas colônias ao longo do mediterrâneo, mar negro (península balcânica) e Ásia menor, estabeleceram relações com povos e culturas diferentes e fizeram trocas comerciais e utilizaram a mão-de-obra das regiões dominadas de maneira escrava. No momento da Grécia helênica, com Alexandre o Grande, essa cultura espalhou-se até a Índia.

Em Roma, então, temos a verdadeira consolidação da globalização quando temos uma *Pax Romana* que dominou, conquistou, trocou e estabeleceu relações com o mundo conhecido. Do norte da África até a grande ilha inglesa e de Portugal até o rio Reno, os romanos impuseram sua forma de administrar, de legislar, de falar, de trocar e de dominar. Hoje se tem alguma certeza de que a *Pax Romana* foi uma forma de globalização naquele momento específico da história ocidental. Além do legado imperialista romano, que hoje vemos de forma tranquila no mundo, também temos o direito e instituições políticas da época romana que fazem parte do nosso dia a dia.

Percorrendo o caminho da história ocidental, viveu-se um período de declínio e queda do império romano e que imediatamente após, os reinos bárbaros e o feudalismo mergulharam a Europa em um período obscuro e de poucos contatos com o mundo exterior. Cabe observar que a invasão bárbara ao império romano pode ser considerada um deslocamento massivo de população, que, em última instância, concretizou uma nova cultura e uma nova forma de organização política. Além disso, o contato cultural e de instituições políticas e econômicas desses povos, com o ocidente romano, criou uma outra forma de sociedade. Uma forma fechada é claro, mas não menos fruto de contatos, seja de que natureza, que caracterizam o fenômeno discutido até aqui.

Ainda é possível lembrar que nesse período da história europeia – entre a queda de Roma e início dos reinos bárbaros até o feudalismo e seu ocaso em meados do século XIX – houve movimentos de cunho político, militar, comercial e até mesmo religioso (cultural) que podem ser vistos como processos de contato. Vejamos: as tentativas de reconstrução do império romano do ocidente feitas pela Igreja Católica são uma forma de contato com outros povos. Seja pela via militar (cruzadas) contra os árabes, pela via da imposição da religião católica às populações da Ásia (ainda nas cruzadas) ou então nas disputas por territórios que podem e devem ser consideradas uma forma de contato e de deslocamento. Claro que em muito menor medida do que nos tempos romanos, ou mesmo depois quando do surgimento da idade moderna e do capitalismo comercial, ou até mesmo daqueles contatos feitos pelos árabes com suas caravanas comerciais entre o oriente extremo e ocidente.

Então no assim conhecido período bárbaro da Europa ocidental, bem como no período feudal, quem dominou esse processo “globalizante” no ocidente foram os árabes. Com sua cultura religiosa (islamismo), eles estabeleceram contatos econômicos, comerciais e culturais entre as várias populações da eurásia. Nesse processo eles levaram para a Europa cristã instrumentos de navegação determinantes que foram utilizados nas grandes expedições marítimas ibéricas do final do século XV e início do século XVI. Além disso, abriram rotas comerciais entre oriente e ocidente no comércio de especiarias: porcelanas, tapetes, seda, condimentos etc. Com isso podemos afirmar que nesse momento em que a Europa vivia reclusa em si mesma, sem contatos de grande profundidade com outras partes do planeta, os árabes dominaram o processo de contato (seja ele de que natureza) entre os povos que conhecemos de globalização.

Chegamos então à fase europeia da dita globalização. Isto é, quando Portugal e Espanha dominaram o processo a partir das grandes expedições marítimas. O surgimento da monarquia nacional absolutista e a consequente centralização do poder político incentivou o surgimento de uma classe comerciante que necessitava buscar especiarias no oriente para vender em seu mercado local protegido pela monarquia nascente.

Esses comerciantes - portugueses e espanhóis primeiramente - estavam muito distantes dos grandes centros produtores e distribuidores de especiarias do oriente (Índia, China etc.) Além disso, não era lucrativo ir por terra em virtude da obrigação de passar por outras monarquias nacionais (França, principalmente) e outras regiões que cobravam impostos de comerciantes estrangeiros. Na passagem (estrito de

Bósforo) do Ocidente para o Oriente, os turcos-otomanos tinham fechado a mesma e cobravam impostos de comerciantes europeus para chegarem ao oriente. Além do que, os comerciantes árabes conheciam a rota para o ocidente e detinham o monopólio desse comércio.

Pelo mar Mediterrâneo era dificultoso chegar, porque os genoveses e venezianos (em suas ricas cidades comerciantes) detinham o monopólio por mar do comércio com o norte da África e das Índias com o ocidente. Cabe lembrar também que esses comerciantes italianos eram muito experientes em seus contatos, tanto é que a família de Marco Pólo tinha grandes contatos no oriente extremo com dinastias chinesas. Para exemplificar isso basta lembrar que Cristóvão Colombo tinha conhecimento do livro de Marco Pólo “Os livros das Maravilhas” onde o mesmo relatava seus contatos com Ghengis Khan, na China, e ainda informava sobre a fartura de ouro no oriente. Em que pese o não relato da muralha da China em seus escritos, daí uma desconfiança que o mesmo foi escrito mais por ouvir falar dessas histórias do que ele tenha estado na China, esses escritos eram referências para o ocidente cristão no momento da expansão marítima.

Como não era possível chegar por terra e muito menos pelo mar Mediterrâneo, que sempre ligou a Europa ao oriente, portugueses e espanhóis tiveram a necessidade de encontrar um caminho marítimo para as Índias. Sua localização na Europa era determinante para isso. Na ponta do sub-continente os ibéricos lançaram-se nas grandes navegações com o apoio de suas respectivas monarquias. Apoio esse que foi determinante para as descobertas de novas terras. Podemos considerar então que esse movimento de busca de novos caminhos para as Índias deu início à chamada globalização europeia. Como característica específica dessa fase temos um contato cultural, militar e de dominação dos povos encontrados de tamanha profundidade que o fenômeno estudado aqui ficou capitaneado pelos europeus entre 1470 (primeira ‘descoberta’ portuguesa) e 1945 com o fim da Segunda Guerra Mundial.

Podemos dividir essa fase europeia da globalização em três momentos. O caso ibérico (Portugal e Espanha); o holandês e o inglês. Todos os três com características específicas e diferentes, mas com a mesma lógica geral da globalização que hoje se conhece. Se no caso ibérico temos o início do capitalismo comercial (mercantilismo) e a busca desenfreada de produtos baratos e mercados para dominação e conquista, nos outros dois casos (holandês e inglês) temos a continuidade da mesma só que com certos aperfeiçoamentos como veremos agora.

O domínio holandês do processo de globalização deu-se entre meados do século XVI até segunda metade do século XVII. O mesmo consolidou-se a partir da união de uma república de comerciantes que tinha conseguido independência do império espanhol na Europa a partir de 1575. Esses comerciantes detiveram o monopólio do comércio entre ocidente e oriente nesse momento, com a criação de uma empresa chamada Companhia das Índias Orientais Holandesas. Conforme evidências, foi a maior empresa comercial do momento, tendo mais de 100 navios e 1500 homens que atravessavam o oceano com produtos que vinham do Japão ou da América em direção à Europa.

A quebra desse monopólio deu-se a partir da revolução inglesa, quando com uma lei chamada “Ato de Navegação”, Oliver Cromwell, líder da revolução inglesa, proibiu que os produtos ingleses fossem transportados por navios estrangeiros. Era obrigatório que os produtos fossem transportados em navios ingleses. Depois de um processo político beligerante entre Holanda e Inglaterra, a última estabeleceu-se como a liderança do processo de globalização que se consolidou de maneira eficaz com a Revolução Industrial de 1750.

O processo industrial iniciado na Inglaterra a colocou em vantagem sobre qualquer região ou país do globo terrestre. A venda de produtos com alto valor agregado, além de uma revolução burguesa que cristalizou o poder dessa classe, fez com que a ilha britânica impusesse suas condições culturais, econômicas, militares e comerciais a toda parte do planeta. A abertura de mercados produtores de matérias-primas e de consumo (América, Ásia e África) para os ingleses fez com que a Inglaterra a mesma ficasse conhecida como o império onde nunca o sol se põe. Para muitos, nessa fase da globalização o fenômeno chamou-se imperialismo.

O imperialismo inglês consolidou esse poder iniciado com a revolução industrial de tal forma que as duas guerras mundiais podem ser creditadas a tal processo. A disputa pela liderança do processo levou às duas guerras mundiais de uma maneira geral e, de maneira específica, com a decadência da Europa como centro da globalização planetária.

Na fase norte-americana vemos características específicas e lógicas históricas diferentes no processo. Dominação e subordinação. Imposição de interesses e vontades. Contatos comerciais e culturais. Tudo isso com grande colaboração de meios de comunicação eficazes e planetários. Além de uma liderança norte-americana no sentido de poder estatal, temos nesse momento empreendimentos multinacionais que corroboram para esse poder hegemônico no planeta. As questões tecnológicas e científicas também fazem parte do momento não somente na parte midiática, mas também nas armas que impõem a vontade da liderança do fenômeno.

O acúmulo histórico de experiências que nossos antepassados legaram para os dias de hoje fazem com que esse fenômeno apareça para nós de forma abrangente e envolvendo todas as áreas da nossa vida. Além do poder de países e nações em etapas específicas, podemos afirmar que, ao partir da globalização europeia, os interesses privados passaram a fazer parte do processo. Grandes empresas passaram a andar paralelamente ao fenômeno e até mesmo como fatores preponderantes do mesmo.

Hoje, não se pode afirmar de maneira tão categórica que a globalização tem uma liderança mundial. Se vive um momento de transição entre um mundo bipolar (Guerra Fria) e uma multipolaridade de poderes que ainda gestam o futuro da chamada globalização. Existem outras forças nacionais que, em conjunto, jogam de maneira pesada no mundo global que se avizinha.

Referências

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo século XX**: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. São Paulo, SP: UNESP, 1995.

IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 5. ed. 1999.

_____. **A era do globalismo**. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1997.

VIEIRA, Liszt. MATOS, Olgaria C. F. **Cidadania e Globalização**. Rio de Janeiro, RJ: Record, 1999.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania**: Sociedade Civil na globalização. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2001.

Filmes indicados

1492 – a conquista do paraíso. Direção: Ridley Scott. Produção: Alain Goldman e Ridley Scott. 1 Disco (129 min.): DVD, Ntsc, son., color. Ing., 1992. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=nn7qyNVhNwI>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

BABEL. Direção: Alejandro González Iñárritu. Produção: Alejandro González Iñárritu, Jon Kilik e Steve Golin. 1 Disco (142 min.): DVD, Ntsc, son., color. Ing., 2006.

Globalização: além do neoliberalismo

Margarete Panerai Araujo¹

Introdução

A humanidade sempre foi marcada por profundas transformações. A globalização deveria ser encarada como um fenômeno que afeta todos os setores, mas basicamente a econômica e os aspectos sociais e culturais. Foram algumas ideias que começaram a surgir na Europa Ocidental e nos Estados Unidos e pouco a pouco foram se expandindo aos países do Terceiro Mundo, do Extremo Oriente e do Japão.

Com diferentes e importantes questões, que envolvem a sociedade vigente, esse artigo está fundamentado em alguns pressupostos teóricos, que não são únicos, mas oferecem questões para reflexão. Dessa forma, Lakatos e Marconi (1999, p.329) defendem por globalização um conjunto de transformações na ordem econômica, política social, tecnológica, cultural, religiosa e educativa, que ocorre no mundo nos últimos anos. Segundo Rattner (1995, p.68), a globalização iniciou-se no pós-guerra, com a expansão acelerada e ininterrupta da internacionalização da economia, configurada pelo crescimento do comércio e dos investimentos externos.

Baseado nesses conceitos, a primeira parte do artigo aborda questões sobre o desenvolvimento do modo de produção capitalista e do modelo neoliberal. A segunda parte expõe algumas considerações sobre a situação atual e sugestões de alternativas para reflexão.

¹ Pós-doutorado e Doutorado em Comunicação Social. Cientista Social pela PUCRS.

Uma visão do liberalismo clássico ao neoliberalismo

O liberalismo nasceu entre os séculos XVII e XVIII como oposição às monarquias absolutistas e aos principados, sendo uma ideologia dos executores econômicos no terreno da economia monetária de mercado iniciada pelo absolutismo. Eram os novos capitalistas financeiros que prosperavam, além dos grandes mercadores, proprietários e administradores de latifúndios criados no mercado agrário mundial, que se voltaram à ideia liberal.

O liberalismo na Inglaterra manifestou-se abertamente com a revolução notável de 1688 a 1689, sendo que, na maior parte dos países da Europa, ele é um fenômeno do século XIX. Um dos fundadores do pensamento liberal foi o filósofo inglês John Locke (1632-1704), que evidenciou que o Estado foi criado, a partir de um acordo, entre os indivíduos e, portanto, seu objetivo maior seria proteger os direitos naturais como a vida, à liberdade e a propriedade.

A construção teórica de Locke e Rousseau, segundo (PETERSEN *et al*, 1997) partiram da ideia do contrato social, para trabalhar o conceito de Estado liberal. Nesse sentido, do ponto de vista econômico, foi considerado um sistema baseado na plena liberdade de concorrência, no qual a lei da oferta e da procura regularia a produção e a distribuição de riquezas. Ao Estado caberia o papel de incentivador dos setores, que o capitalismo não atenderia.

Para os liberais da época, portanto, o poder de intervenção do Estado era extremamente nefasto, mas deveria assumir uma postura de não interventor, não regulador do mercado e de não produtor de bens ou serviços, permanecendo “neutro” nas disputas sociais, pois, elas se resolvem dentro da lei da oferta e da procura, próprias do mercado. Ao Estado caberia apenas garantir esse livre mercado, além da função de defesa e segurança, e da ordem jurídica entre os cidadãos. Nessa definição,

[...] o Estado não deveria se intrometer no livre jogo do mercado que, sob determinados aspectos, era visto como um Estado natural, ou melhor, como uma sociedade civil, fundamentada em contratos entre particulares. Aceita-se o Estado somente na figura de guardião, deixando total liberdade (*laissez faire, laissez passer*) na composição dos conflitos entre empregados e empregadores, ao poder contratual das partes; nos conflitos entre as diferenças empresas (no âmbito nacional, assim como no supranacional), ao poder de superação da concorrência que sempre recompensa o melhor (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 1983, p. 693).

O desenvolvimento do capitalismo industrial acentuou as desigualdades econômicas e sociais, o que exigiu dos teóricos liberais novos posicionamentos, pois ficou difícil sustentar diferentes situações econômicas e desiguais em nome da liberdade, conforme Petersen *et al* (1997).

O capitalismo da livre concorrência teve seu ponto culminante entre as décadas de 1860 e 1870. Apresentou-se como um sistema econômico integrado e com uma forma de produção, no qual vários empresários competiam livremente, segundo as

conquistas do mercado. A produção, nesse momento, foi regulada de modo espontâneo por indicadores de mercado.

O liberalismo clássico se esgotou com o monopólio, quando então foi percebida a profunda estratégia de atuação dos grandes grupos econômicos. Acentuou-se decisivamente a tendência transnacional, estendendo-se pelo mundo, em países estrategicamente selecionados e suas redes subsidiárias. Os principais setores da economia mundial passaram a ser controlados por poderosos monopólios ou oligopólios, que influenciaram fortemente a vida dos países, seus governos e povos. Essa fase do capitalismo foi chamada de “[...] monopolista ou o imperialismo na concepção lenineana – é o capitalismo da dominação dos monopólios” (OHLWEILER, 1986, p.76), e apresentou características distintas e importantes. Os cinco traços fundamentais desse imperialismo foram:

- 1- Formação dos monopólios industriais e bancário como resultado da concentração da produção e da centralidade do capital.
- 2- O entrelaçamento ou fusão do capital industrial e do capital bancário.
- 3- A exportação de capitais, na etapa do imperialismo, suplanta a exportação de mercadorias.
- 4- A formação dos consórcios monopolistas internacionais e a repartição das várias regiões do mundo entre estes;
- 5- E, por fim, a divisão territorial do mundo entre as grandes potências (OHLWEILER, 1986, p. 76).

Esse capitalismo monopolista teoricamente resultou de uma corrente pluralista baseada em Shumpeter, que procurou justificar as diferenças entre os indivíduos, caracterizando ainda a desigualdade de formação e participação política. Para Petersen *et al* (1997) o declínio da democracia liberal viabilizou a emergência do corporativismo, no qual o Estado passou a ser definido como representante do bem comum.

No capitalismo concorrencial, a repartição da mais-valia era realizada pela nivelção da taxa média de lucro. No capitalismo monopolista, a questão da repartição se tornou mais complicada, pois esta luta tem outro caráter e a dominação dos monopólios representou uma nova etapa na produção. Poulantzas (1978) *apud* Ohweiler (1986, p. 78) sugeriu uma periodização no desenvolvimento do imperialismo:

A primeira é a transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista nas metrópoles capitalistas e do estabelecimento de uma corrente imperialista caracterizada por um equilíbrio relativo entre exportação de mercadorias e a exportação dos capitais. A segunda fase do imperialismo assinala a consolidação do capitalismo monopolista nas metrópoles e a prevalência da exportação de capitais nas relações entre as metrópoles e as formações sociais dominadas. E, finalmente, a terceira fase, a atual, tem como principal característica a internacionalização do capital: o modo de produção capitalista reproduz, de uma forma específica, no interior das formações sociais dominadas e dependentes, estabelecendo as bases da economia mundial.

Convém lembrar, segundo Toledo (1995), que a decadência do liberalismo foi resultado não do triunfo teórico de um paradigma alternativo, mas de lutas sociais e políticas do século XIX e das mudanças do início do século XX, ou seja, do auge do movimento socialista e da decadência do assistencialismo cristão. O Estado social teve como novidade: a redefinição das relações clássicas entre a sociedade civil e política, o conflito entre classes sociais e os pactos corporativos, que assumem um papel central nas decisões políticas do Estado. O Estado social foi um investidor econômico, regulador da economia e dos conflitos, procurando legitimar a ordem social (TOLEDO, 1995).

O detalhamento das fases de transição do capitalismo competitivo ao monopolista são decorrentes de crises estendendo-se do fim do século XIX até as duas guerras mundiais, tendo como marco à queda da Bolsa de Valores Nova Iorque, em 1929. A crise de 1929, por exemplo, resultou principalmente da superprodução industrial e agrícola, quando o mercado interno não conseguiu mais absorver a produção, em função da demanda provocada pela I Guerra Mundial (armas e alimentos), que se desenvolvera muito rapidamente. Os efeitos dessa crise foram sentidos no mundo todo e o Brasil foi atingido com uma crise de superprodução de café, naquele momento. As tradicionais propostas liberais de controle cambial e deflação não foram suficientes para deter a chamada Grande Depressão, e o Estado passou a intervir no mercado, como forma de contrapor-se ao monopólio.

Posteriormente, a fase de consolidação foi a adoção da política do New Deal Rooseveltiano nos Estados Unidos e a implantação do fascismo em países da Europa promoveram o capitalismo monopolista e sua dominação. A política dos gastos patrocinados pelo Estado (que Keynes posteriormente transformará num corpo doutrinário) era o principal meio usado para superar as dificuldades da valorização do capital. O Keynesianismo também se constituía num importante instrumento para conter o movimento operário no sistema capitalista, devido suas medidas previdenciárias.

Essa fase do atual imperialismo instaurou-se após a Segunda Guerra, revelando importantes modificações. Passou a ser assinalada, ainda, por uma crise conjuntural, que não tinha como causa o esgotamento das estruturas produtivas (que só ocorrerá em meados dos anos 60), mas, a crise já representava uma solução temporária à regulação do mercado por um agente a ele externo o Estado.

A busca pelo entendimento do modelo neoliberal passou, necessariamente, por uma análise histórica do surgimento e da efetivação desse modelo. O neoliberalismo, segundo Anderson (1996) e Giddens (2000), surgiu não como moda e sim como uma teoria militante, bem organizada, que corresponde a um novo estágio de desenvolvimento do capitalismo, que buscava adaptar as novas tendências e transformações das forças produtivas às novas formas de organização do trabalho. Mudanças essas que, na busca pela manutenção da lógica do capitalismo, visavam o aumento ou manutenção da taxa de lucro via rebaixamento dos custos de reprodução do capital, ou seja, uma reação teórica e política contra o estado intervencionista.

Anderson (1996), através de um balanço político e econômico, destacou que o neoliberalismo surgiu logo após a II guerra mundial. Seu texto de origem é “[...] O caminho da Servidão, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do estado” (ANDERSON, 1996, p. 09).

A ideia de que a política social democrata conduzia a uma servidão moderna dos trabalhadores e criou condições favoráveis para um novo período. A desigualdade foi considerada base necessária para o progresso, ao contrário do igualitarismo. O propósito da sociedade Mont Pèlerin foi “[...] combater o Kenesianismo e o solidarismo reinante e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro” (ANDERSON, 1996, p.10). A mensagem e hegemonia do programa só encontrou um cenário propício para materializar-se com a crise dos anos 70, onde baixas taxas de crescimento e alta da inflação passaram a ganhar terreno.

Segundo seus mentores (diversos teóricos contrários ao Estado de bem-estar Europeu e ao *New Deal* norte-americano), as raízes dos problemas e da crise residiam num fator básico, ou seja, no poder excessivo dos sindicatos e dos movimentos operários. Esse poder básico acabava corroendo o mercado, pois, exigiam do Estado maiores salários pressionando na direção de um aumento dos gastos e diminuição dos lucros das empresas, trazendo assim a inflação. A única solução para esse “poder dos trabalhadores” passava então pela necessidade de rompimento com do poder dos sindicatos estabelecendo uma taxa natural de desemprego e recriando, assim, um imenso exército industrial de reserva, necessário para a manutenção das empresas, que poderiam rebaixar salários.

O mínimo possível de intervenção do Estado no mercado, a redução de investimentos na área social, a maior emissão de moeda para a estabilidade monetária e uma profunda reforma fiscal baseada na diminuição de impostos sobre os altos salários completam o quadro de medidas necessárias para a volta do crescimento econômico, segundo a ideia neoliberal.

A globalização implicou nessa reorganização do sistema. A globalização é constituída por uma mudança sem precedentes nas formas de organização produtiva e na distribuição de riquezas e consumo. E o liberalismo, que exigia no passado o princípio da liberdade, só conseguiu oferecer autonomia às máquinas e nenhuma liberdade aos homens. Caberia agora, ao Estado, segundo esta concepção, a responsabilidade de buscar o consenso entre os cidadãos. Foi portanto no Estado de Bem-Estar que o capitalismo encontrou a forma de mascarar a situação de submissão das classes subalternas pela dominante, o que implica na legitimação do poder constituído. Assim, ao Estado, foi reservada a função de conciliar o crescimento econômico com a legitimidade da ordem social. Temos, pois, que a crise do Estado foi uma crise fiscal, apesar das mensagens do neoliberalismo que a atribuem a proteções trabalhistas.

Com o *Welfare State* e a reestruturação em direção ao neoliberalismo, houve o estabelecimento de políticas estatais de austeridade nos gastos sociais, o crescimento do desemprego, o enfraquecimento da legislação estatal protetora e a flexibilização forçada de trabalho através da desregulamentação. Nesse sentido, o neoliberalismo

constituiu-se num paradigma, num referencial teórico, que foi marcante na década de 70 e principalmente no final dos anos 80. Para Frigoto (1996, p. 60) o neoliberalismo representou,

[...] a crise mais geral do processo civilizatório, materializada de um lado pelo colapso do socialismo real e, de outro, pelo esgotamento do mais longo e bem sucedido período de acumulação capitalista. Há, pois uma profunda crise do capitalismo hoje existente, que apresenta contradições mais agudas.

Nesse período, as contradições agudas destacadas se caracterizaram pelo peso do Estado de Bem-estar, que não diminuiu os gastos sociais gerando um paradoxo, segundo Anderson (1996, p. 16) “o aumento dos gastos sociais com o desemprego, que custaram bilhões ao Estado, e o aumento demográfico dos aposentados na população, que levou o Estado a gastar outros bilhões em pensões”. Ironicamente, o capitalismo entrou numa profunda recessão. Tanto no exterior, como no Brasil, as mesmas situações foram encontradas e o desemprego e a desregulamentação da economia e dos contratos trabalhistas foram características básicas desse processo. O neoliberalismo se estabeleceu.

Dos anos 80 até hoje

O neoliberalismo, que surgiu como uma forte reação teórica e política contra o Estado, voltou a defender a tese de que o mercado seria a única instituição capaz de coordenar os problemas sociais, fossem eles de natureza econômica ou política. Foi um redirecionamento, segundo Lakatos e Marconi (1999, p.337), que reforçou as contradições sociais. Baseado em Gaudêncio Frigoto, temos que:

A crise do capitalismo que se observa nos anos 80 foi uma crise global, uma crise do próprio processo civilizatório, uma crise de produção, crise ideológica, crise de emprego (FRIGOTO, 1996, p. 20).

Essa crise diz respeito tanto ao capital, quanto ao trabalho, pois foi uma de superprodução e consequente decréscimo da taxa de lucro, de desemprego e consequente aumento de miséria e violência, ainda hoje, preocupações mundiais, que, embora em níveis diversos de ocorrência, estão na ordem do dia da maioria dos países do globo. Essa globalização de demandas tem, como causa principal, o esgotamento do modelo contemporâneo de acumulação capitalista, no seu eixo principal, e suas consequências diferem do grau de desenvolvimento capitalista específico de cada país, agravando-se nos países ditos dependentes.

Na busca pelo entendimento da crise do capitalismo mundial, deve-se levar em conta o processo civilizatório de desenvolvimento do capitalismo, já explanado parcialmente. No início dos anos 80, chamado de “década perdida”, conforme Oliveira (1996), viu-se o esgotamento do ciclo de acumulação, que marcou o fim da chamada concorrência perfeita, e a crise dos mecanismos naturais de autorregulamentação do mercado. Mas, a sociedade civil no Brasil mostrou-se segundo Oliveira (1996, p. 25) “uma extraordinária vitalidade. Estou usando a sociedade civil no sentido gramsciano, que exclui o mercado”.

Essa postura interventora do Estado, que foi questionada, trouxe uma nova crise do capitalismo, agora sim uma crise estrutural com queda da taxa de acumulação. Na América Latina a ideia de modernização, que estava por trás do aparelho ideológico neoliberal, revelou que a produtividade permanecia inalterada, estagnada, logo a economia não crescia. Isso, porque foi na própria América Latina que o Estado implantou a indústria básica e as garantias sociais e avanços relativos à organização e à qualidade de vida da classe trabalhadora latino-americana, podendo-se afirmar que aqui não se vivenciou a existência de um Estado de Bem-Estar (*Welfare State*), comparável à Europa (SADER, 2006).

O tipo de acumulação de capital observado nos países da América Latina, por exemplo, mostrou um padrão neoliberal que acabava sendo extremamente condicionado. Isso porque o sucesso do padrão secundário exportador (característico hoje nos países latino-americanos) contou com total apoio do Estado em intervir de forma a regular a presença do capital estrangeiro e a penetração de importações, bem como “[...] estimular os investimentos privados nas tecnologias de ponta, além de impulsionar o progresso técnico (pesquisa) e favorecer o capital industrial em detrimento ao financeiro que de maneira alguma deve ser hegemônico” (LAUREL, 1995, p 26).

Ocorreu abertura indiscriminada da economia e o desencadeamento de uma série de privatizações. As forças sociais que se beneficiaram com o modelo neoliberal foram o capital financeiro internacional (bancos), o capital estrangeiro, o capital de empréstimos nacional e o capital nacional dos setores exportadores de ponta. Por trás da ideia de livre concorrência, houve uma forte centralização de capitais em oligopólios e monopólios. Os anos 90 demonstravam, conforme Pereira (2004), uma condição necessária de reestruturação do Estado para realizar não apenas as tarefas clássicas de garantias de propriedades e contratos, mas também o papel garantidor dos direitos sociais e promotor de competitividade no país.

A distribuição do trabalho social acabou sendo determinada por fatores externos e acabou fazendo parte de um projeto pró-imperialista norte-americano de recuperação econômica global. O crescimento econômico se limitou às exportações, semelhante ao modelo primário exportador. A abertura à competição externa foi sendo desleal, com os países latino-americanos, por exemplo, devido às diferenças na capacidade de produção, o que se refletiu no rebaixamento dos salários. Outro aspecto

importante diz respeito à busca pelo excedente da produção, que se deu via aumento da taxa de mais-valia, através de uma política de arrocho salarial garantida por coação militar, (observada no Chile, por exemplo) e aumento na taxa de desemprego.

Conforme Gennari (2002), foi o Governo Collor que oportunizou o radical processo de abertura comercial já registrado e que posteriormente sofreu processo de *impeachment* em 1992, devido às denúncias de corrupção num ambiente de completo fracasso do Plano econômico Collor II. No governo seguinte as políticas neoliberais e o processo de privatização realmente foram intensificados. A política econômica gerou a política de estabilização. Nesse momento, o Brasil reconhecidamente tornou a política econômica externa e toda a política governamental refém dos ingressos do capital financeiro internacional. Nesse sentido,

[...] tais dados e contradições estruturais levaram a professora Tavares (2000) a concluir que “estamos desnacionalizando a nossa economia e piorando o balanço de pagamentos, o que agrava cada vez mais a vulnerabilidade externa do país.” Como sempre a análise da professora Tavares prima pelo brilhantismo das ideias. Outrossim, caberia um reparo em seu economicismo com a pergunta do índio estupefato: “estamos desnacionalizando a nossa economia? Nós quem cara pálida? (GENNARI, 2002, p. 40).

O que aconteceu foi que o modelo neoliberal funcionou desestimulando o investimento nos meios de produção. Muito excedente, pouca acumulação, baixo crescimento e grande desperdício formam o parasitário neoliberal, que atingiu os países latino-americanos e agravou a situação de países dependentes, refletida em seus problemas sociais crescentes. Hoje a mão forte, que segura o Produto Interno Bruto (PIB) é do próprio governo, segue questionando todas as teorias anteriores.

Assim, o modelo econômico brasileiro, considerado hoje tão bem sucedido nos últimos dez anos, também está se esgotando, girando em falso. A economia brasileira é apontada por seus paradoxos, visto que a desaceleração demonstrou que não basta baixar os juros e elevar o câmbio. É preciso devolver a confiança no investidor, cortando gastos públicos e fazendo reformas que tragam padrões compatíveis com o crescimento rápido e sustentável, segundo a revista Veja (GUANDALINI, 2012, p.74).

Um item importante é à questão ideológica, a televisão e os monopólios de telecomunicações que buscam legitimar o modelo neoliberal, que tem na modernização e na democracia o alvo de sua propaganda. Uma política publicitária externa muito forte, associada à estabilização inflacionária (caso típico do Brasil com o plano real), que, dentro de uma análise psicossocial, traz menos desconfortos que o desemprego e a recessão, de modo geral, formam esse aparelho ideológico neoliberal. Contra esse aparato representativo do poder do capital, ainda tentam resistir os partidos de esquerda, algumas organizações sindicais e de classe, os movimentos comunitários, os idealistas, socialistas, etc.

Nesse sentido, qualquer balanço atual do neoliberalismo só pode ser provisório. Este é um movimento ainda inacabado. Por enquanto, porém, é possível dar um veredicto acerca de sua atuação durante quase 15 anos nos países mais ricos do mundo, a única área onde seus frutos parecem, podemos dizer assim, maduros. Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonham, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas (ANDERSON 1996, p. 23).

Touraine (2002) afirmou que é possível discutir as vantagens e os inconvenientes da crescente internacionalização das trocas, mas esse debate complexo não tem muito a ver com a realidade brutal oculta pela palavra globalização. Essa proclama a superioridade de uma economia mundializada sobre todos os processos de controles exercidos em nível nacionais. Em seu nome, falou-se muito no declínio dos Estados nacionais, quando a realidade observável não corresponde a esse tema de propaganda, que busca afirmar o direito de um capitalismo, sem controle, nem regras a dominar o mundo. Durante alguns anos, o que foi chamado de neoliberalismo pôde se justificar pela crise dos modelos econômicos e sociais do pós-guerra, todos constituídos em nível nacional e dando um papel central ao Estado.

Há muito tempo as vantagens da abertura das economias são menores que seus prejuízos e as críticas que podem ser feitas, segundo Touraine (2002), são que o neoliberalismo aumentou a desigualdade e a exclusão e desencadeou graves crises regionais, gerou um crescimento, que depende cada vez mais de fatores sociais como a educação, a organização do Estado, o modo de governança, bem como o modo de distribuição do produto nacional. E o cenário dos movimentos sociais da América Latina ainda têm demonstrado a luta, o confronto diante das desigualdades, segundo Seoane (2004).

Considerações finais

Esse fenômeno aparentemente irreversível se relaciona diretamente com os impactos sobre a política fiscal, em especial a tributária. Portanto, reconhecer esta nova realidade que “não tem volta” é preparar-se para enfrentá-la. Para alguns a economia globalizada promove oportunidades, mas estas se destinam somente aos grupos que detêm os meios de produção, pois, o mercado global é um sistema muito sofisticado, e, nesse sentido, os países latino-americanos perceberam que as empresas estatais não eram competitivas o suficiente para atingir as exigências destas novas economias.

O grande êxito das políticas neoliberais ainda está na questão ideológica e no fato de ser exposto como único caminho para o desenvolvimento econômico e global. Isso se observa principalmente em relação aos países dependentes e, em especial, à América Latina, que tiveram seu grande impulso neoliberal.

Touraine (2002) destaca que as receitas para preparar outros regimes devem contar com a prioridade absoluta voltada à educação, pois os menos instruídos geralmente são os mais afetados pelo desemprego, sendo preciso aumentar a capacidade de opção e de resistência ao desemprego do maior número de pessoas; uma segunda proposta é a intervenção dos fundos públicos, que devem ser geridos não por um Estado centralizado, mas por instituições autônomas; bem como por uma ação coletiva onde a intervenção do Estado deve servir antes de tudo para reforçar os direitos, os mais mobilizadores hoje são os direitos culturais (TOURAINÉ, FSP, 2002).

O Brasil nunca experimentou o *Welfare State* e, na prática, teve um desenvolvimento econômico acompanhado de desigualdades sociais, setoriais e regionais, impulsionado por um Estado que investiu na estruturação da economia. Assim, participar atualmente de uma globalização, que se torna cada vez mais inexorável, contribui para aumentar o desemprego e a exclusão. Mesmo que sobre o “termo” recaia todo o inconveniente oriundo da realidade desigual, a orientação ideológica tem sido, no mesmo sentido, de objetivar uma reorientação política e uma integração.

O capitalismo propiciou com que a globalização avance, mostrando-se uma realidade mundial. As fragilidades das populações que não têm suas necessidades básicas supridas reproduzem o processo por que passa os indivíduos de espoliação urbana, multiplicando também a violência do cotidiano, fruto da situação social que o Estado e seu modelo econômico forjaram. Na tentativa de reverter esta lógica, segundo Sader (2006), movimentos populares, entidades civis e os sindicatos ainda se erguem com bandeiras de luta das reformas urbanas, garantias de acesso à terra e à moradia, direito ao saneamento, transporte, e descentralização das decisões, além do acesso à participação em todos os níveis.

A sociedade civil, ao reivindicar melhores condições de vida, questiona os problemas sociais e levanta a questão do que é, realmente, ser cidadão. Hoje, no século XXI, ainda se busca alternativas palpáveis e concretas para a problemática social de alienação, miséria e exclusão que marca a humanidade.

Apesar das crises pelas quais o mundo passou, a busca de meios alternativos para minimizar a pressão do fenômeno globalização ainda é uma constante e um dos pontos-chaves para enfrentar com sucesso os problemas ocasionados pela globalização é a organização da sociedade civil.

A população necessita afirmar-se através da participação pública em todos os setores de interesse comum, onde através do consenso, ou do conflito, as alternativas coletivas legitimam o poder dos que se sentem oprimidos. É ponto pacífico que essas mudanças se caracterizam como um modelo hegemônico, que envolve vários setores, mas, quanto maior a participação popular, na gestão pública e nas decisões, mais alternativas existirão aos problemas oriundos da globalização.

Referências

- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Org.). **Pós-Neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1996.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus o Trabalho?** São Paulo, SP: Cortez, 1995.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. v. 1 Brasília, DF: UnB, 1983.
- DRAIBE, Sônia M. As políticas sociais e o neoliberalismo. **Revista USP**, São Paulo, SP: 1995.
- FREITAS, Marcos Cezar de. (org.). **A Reinvenção do Futuro**. São Paulo, SP: Cortez, 1996.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a Crise de Capitalismo Real**. São Paulo, SP: Cortez, 1996.
- GENNARI, Adilson Marques. Globalização, neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90. **Pesquisa & debate**, São Paulo, SP, v. 13, n. 1(21), p. 30-45, 2002.
- GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Org.). **Pós-Neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1996.
- GIDDENS, Anthony. **A terceira Via**: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da socialdemocracia. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2000.
- GUANDALINI, Giuliano. A mão que não embala o PIB (especial). **Revista Veja**. 2278. ed. n. 29, São Paulo, SP: 2012. Disponível em: <www.veja.com>. Acesso em: ago. 2012.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Sociologia Geral**. São Paulo, SP: Atlas, 1999.
- LAURELL, Ana Cristina. **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. São Paulo, SP: Cortez, 1995.
- TOLEDO, Enrique de La Garza. Neoliberalismo e Estado in LAURELL, Ana Cristina. **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. São Paulo, SP: Cortez, 1995.
- TOURAINÉ, Alain. A política contra a cegueira. **Folha São Paulo**, 27 jan. 2002.
- OHLWEILER, Otto Alcides. **O capitalismo Contemporâneo**. Porto Alegre, RS: Mercado Aberto, 1986.
- OLIVEIRA, Francisco; NETTO, Jose Paulo; SADER, Emir. Balanço do Neoliberalismo. In GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Org.). **Pós-Neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1996.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. In SALVO, Mauro; JUNIOR, Sabino da Silva. **Uma nova relação entre o Estado, sociedade e economia**. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2004.

PETERSEN, Áurea et al. **Ciência política**: textos introdutórios. Porto Alegre, RS: Mundo Jovem, 1997.

RATTNER, Henrique. **Globalização em direção a um mundo só?** Estudos avançados 25. São Paulo, SP: USP, 1995.

SADER, Emir. OSAL. Observatório Social de America Latina. Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais. **Movimientos sociales, nuevas realidades, nuevos desafios**, Buenos Aires, AR: Clacso, 2006.

SALVO, Mauro; JUNIOR, Sabino da Silva. **Uma nova relação entre o Estado, sociedade e economia**. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2004.

SEOANE, Jose (Org.) **Movimientos Sociales y conflicto em America Latina**. Buenos Aires, AR: Clacso, 2004.

Meio Ambiente: responsabilidade de todos

Micheline Krüger Neumann¹

Introdução

O assunto Meio Ambiente é de grande relevância e sempre atual, além de ser extremamente abrangente, permitindo uma ampla discussão nos mais diversos segmentos da sociedade. No entanto, quando questionadas sobre essa temática, as pessoas, em geral, associam as problemáticas às degradações que ocorrem em ambientes naturais, mencionando, por exemplo, questões da Floresta Amazônica e de vazamentos de óleos em mares, ou ainda mencionando o Rio dos Sinos como problemas ambientais. Em parte, não estão equivocadas, porém não podemos esquecer que o meio ambiente corresponde a tudo que nos cerca, independentemente de estarmos no meio de uma floresta ou de uma cidade.

Segundo o artigo 3º da Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981 temos o conceito legal de meio ambiente que é definido como “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”. Podemos, então, dizer que o meio ambiente é formado pelas relações que ocorrem entre os elementos naturais e os sociais, conforme ilustrado na figura 1.

¹ Mestre em Qualidade Ambiental, especialista em Gestão da Qualidade para o Meio Ambiente, graduada em Licenciatura em Ciências Biológicas, professora da Escola de Educação Básica Feevale – Escola de Aplicação. michelinen@feevale.br

Figura 1 - Meio Ambiente Natural e Social



Fonte: Imagem adaptada, disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2010/01/09/o-planeta-terra-precisa-de-nos-a-hora-e-agora-artigo-de-priscila-holanda/>>. **Acesso em: 25 mai. 2013.**

Portanto, o Meio Ambiente natural é formado por um sistema inter-relacionado – a biosfera –, no qual temos a atmosfera, a hidrosfera e a litosfera. Quando ocorre algum desequilíbrio no meio ambiente natural, temos os impactos físicos, biológicos, geológicos ou também comumente chamados de impactos ambientais. O Meio Ambiente social, por sua vez, está relacionado às necessidades básicas do indivíduo, que podem ser classificadas em físicas (alimentação, saúde, moradia, vestimenta) e sociais (educação, trabalho, participação no sistema social). Se ocorrer algum desequilíbrio no meio ambiente social, temos os impactos socioeconômicos. A associação entre os impactos ambiental e socioeconômico pode estar desencadeando a crise socioambiental que atingirá todo o planeta Terra, pois coloca em desequilíbrio e em ameaça a biosfera (conjunto de todos os ecossistemas).

No decorrer dos tempos, os seres humanos têm realizado ações que por vezes acabam por desencadear processos de desequilíbrio do meio ambiente, o que está associado ao modelo de sociedade adotado, pois assim se tem estabelecida a relação entre o social e o ambiental.

Buscando subsídios na História, para verificar quando se iniciam as relações entre o ser humano e o meio ambiente, independentemente do cunho, percebe-se que os registros datam do período antes de Cristo (a.C.). Segundo histórico realizado por Dias (2010), tudo se inicia 40.000 a.C, com o uso de ferramentas para explorar e buscar alimento para a sobrevivência e a manutenção da vida por seres humanos que se encontravam pela Ásia e pela África. Posteriormente a isso, entre 10.000 a.C. e o ano zero, além de um crescimento significativo da população, que passa de quatro para 100 milhões, o setor que mais se desenvolve é o da agricultura, com o surgimento da irrigação através do desvios de rios, associado ao desenvolvimento das primeiras cidades nos vales de rios.

Acontecimentos sociais e ambientais

No Brasil, em 1500, ao construir a cruz para a primeira missa, abre-se a primeira clareira na floresta, o que, para Dias (2010, p. 25), é o “prenúncio da devastação das nossas florestas por meio da exploração predatória”, pois, após esse evento, a exploração e a comercialização do pau-brasil tornaram-se uma prática corriqueira. Vários eventos sucessivos de agressões e de degradação do patrimônio natural nacional ocorreram, ao longo de pouco mais de cinco séculos, tais como os ciclos de colonização do Brasil - gado, cana, café - levaram a uma estagnação dos recursos minerais, vegetais e animais, conforme mencionam Philippi Jr. *et al.* (2002). Além disso, os mesmos autores relatam que o desmatamento de milhões de hectares de florestas e de matas nativas comprometeu de maneira irremediável a biodiversidade de diferentes biomas brasileiros. Nesse tempo de Brasil, restava à população seguir o modelo de ser colonizado pelas classes dominantes, que, além de serem as “donas” da terra, também eram as únicas a terem acesso aos estudos.

Enquanto isso, mundo afora, entre 1500 e 1700, são realizadas algumas descobertas associadas às questões de funcionamento do nosso planeta Terra e também há registros de ações de desequilíbrio ambientais e sociais. Entre elas, podemos citar as descobertas de Copérnico, em 1543, que prova matematicamente que a Terra gira em torno do Sol – Teoria do Heliocentrismo (essa teoria foi aperfeiçoada e comprovada por Galileu Galilei e outros cientistas); a publicação, na Alemanha, em 1557, do livro de Hans Staden, que responsabiliza os índios brasileiros pela degradação da natureza; a epidemia de peste bubônica que mata 1/3 da população de Grassa, na Inglaterra, em 1667; em 1794, Joseph Priestley descobre o oxigênio e, a partir daí, tem-se uma maior clareza do elemento responsável pelas relações existentes entre os sistemas vivos.

No século XVIII, por volta de 1760, se estabelece um conjunto de mudanças que iriam revolucionar a vida das pessoas e do ambiente natural, o início da Revolução Industrial. Essas mudanças, que trazem como principal elemento a substituição do trabalho artesanal/manual pelo trabalho com uso de máquinas, se inicia na Inglaterra. A partir de 1850, a industrialização expande-se por outros países da Europa, entre eles, Alemanha, Itália, Bélgica, França e Rússia, chegando posteriormente aos Estados Unidos e ao Japão. No Brasil, a Revolução Industrial ocorreu a partir de 1930, nesse período, houve um declínio no setor cafeeiro, um aumento no êxodo rural e também a migração dos nordestinos para o Rio de Janeiro e São Paulo. O Brasil destaca-se pela criação do Conselho Nacional do Petróleo (1938), da Companhia Siderúrgica Nacional (1941), da Companhia Vale do Rio Doce (1943) e da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (1945).

Na Revolução Industrial, ocorrem acontecimentos de grande importância para o desenvolvimento da indústria, como o aprimoramento das máquinas a vapor e, posteriormente, já no século XIX, o emprego do aço, a utilização da energia elétrica e dos combustíveis derivados do petróleo, a invenção do motor a explosão, da locomotiva a vapor, bem como o desenvolvimento de produtos químicos.

A partir da Revolução Industrial, o modo de vida das pessoas modifica-se, essas passam a ter acesso a bens industrializados e a viver em centros urbanos mais movimentados. Com isso, iniciam-se as negligências e o descaso com o meio ambiente. O homem sai do campo, onde vivia mais harmoniosamente com o meio ambiente, para viver em um meio ambiente transformado, com casas, prédios, indústrias, ruas, poluição do ar, da água e do solo. No entanto, não se conta que os avanços das tecnologias advindas da revolução industrial trazem benefícios ao ser humano, porém o descaso com o meio ambiente e a ideia de que os recursos naturais sejam infinitos traz consequências negativas à qualidade de vida de todos os seres vivos que vivem nesse ambiente modificado. Além da industrialização, também contribuem para o aumento da degradação ambiental a Primeira Guerra Mundial (1914 - 1918) e a Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945), que trazem consigo, além de milhares de pessoas mortas, de ambientes totalmente modificados pelas batalhas, a utilização de armamentos químicos e nucleares que causaram a contaminação do ambiente no qual foram utilizados.

Nas décadas seguintes, alguns acontecimentos ambientais tiveram repercussão mundial, entre eles, podemos citar a poluição do ar em Londres (*smog* de Londres em 1952) e em Nova Iorque (1966), que matou milhares de pessoas, a intoxicação proveniente de efluentes industriais com alto teor de mercúrio e sem tratamento, que contaminou as águas e os peixes em Minamata (1950) e Niigata (1965), a contaminação de lagos e rios norte-americanos por DDT e outros pesticidas tóxicos que ocasionaram a morte de aves e a diminuição da vida aquática, e a contaminação do mar por acidentes com petroleiros em vários lugares do mundo (navio Torrey Canyon, 1966; navio **Argo Merchant**, 1976; navio **Amoco Cadiz**, 1978; navio **Burmah Agate**, 1979; navio **Exxon Valdez**, 1989; barcaça Savannah, 1990; navio Jupiter, 1990; navio Megaborg, 1990; barcaça Bouchard 155, cargueira Balsa 37 e barcaça Ocean 255, 1993). Na década de 80, em Bhopal, na Índia, uma empresa química libera no ar 25 mil toneladas de um gás letal, que causa a morte de 3.400 pessoas. Em Chernobyl, na Rússia, ocorre a explosão de um reator da usina nuclear, lançando na atmosfera uma nuvem radioativa; devido à exposição a essa radiação, a incidência de câncer aumentou, principalmente, na Bielorrússia, na Ucrânia e na Rússia. A partir desses acidentes ambientais, ficam claras a fragilidade e a vulnerabilidade dos ecossistemas e do planeta. Tais acontecimentos serviram para desencadear mudanças e ações de conscientização, enfatizando que as questões ambientais são parte importante no processo de desenvolvimento e que os impactos ambientais gerados podem levar à exaustão dos recursos naturais e à diminuição da qualidade de vida do ser humano.

Desequilíbrios – água, solo e ar

As intervenções humanas no ambiente tem início bem antes da Revolução Industrial, no entanto, essas não eram significativas, pois os ciclos naturais dos elementos que compõem a biosfera conseguiam dar conta das poluições, assim, não ocorriam desequilíbrios. Porém, as novas tecnologias que surgem a partir da Revolução

trazem consigo, entre outros benefícios, os novos medicamentos e tratamentos para doenças que antes exterminavam cidades inteiras, com isso, há um crescimento populacional em progressões geométricas. Em 1825, a população mundial chegava ao seu primeiro bilhão de habitantes, já em 1950, essa era estimada em cerca de 2,6 bilhões de pessoas. De acordo com estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU), a população mundial chegou a 5 bilhões em 11 de julho de 1987 e atingiu a marca de 6 bilhões de pessoas em 12 de outubro de 1999, atualmente, ela é estimada em aproximadamente 7 bilhões.

O aumento demasiado da população mundial, o crescimento das indústrias, a exploração dos recursos naturais, entre outros fatores, contribuem para contaminação do ar, da água e do solo.

As águas (doces ou salgadas) apresentam um poder de autolimpeza, porém o aumento significativo dos despejos de detritos (efluentes) industriais que não são biodegradáveis e domésticos, juntamente com o vazamento de produtos químicos, óleos e outros materiais, tem comprometido essa capacidade de purificação e limpeza naturais. Detergentes e pesticidas, por exemplo, acumulam-se nos rios, nas lagoas, nos oceanos, diminuindo a quantidade de oxigênio dissolvido na água e, assim, comprometem a vida dos seres aquáticos. Além disso, empresas e usinas, como as termoelétricas, necessitam realizar o resfriamento de seus equipamentos utilizando água corrente, quando essa é lançada nos rios ainda quente, além de aumentar a temperatura da água do rio, diminui a concentração de oxigênio da água e pode também provocar a morte de algumas espécies de peixes e de outros seres aquáticos.

As águas dos oceanos que cobrem mais da metade da superfície do planeta também necessitam de uma atenção especial, pois o conjunto das algas que ocorrem em todos os tipos de água são as verdadeiras produtoras de oxigênio, sendo, portanto, responsáveis pela renovação desse gás na atmosfera. Os principais impactos e desequilíbrios que estão associados aos oceanos são os vazamentos de petróleo e seus derivados.

Produtos químicos tóxicos, como pesticidas, solventes, petróleo e seus derivados, além de causarem desequilíbrio nas águas superficiais e profundas, podem se infiltrar e contaminar o solo, tornando-o impróprio para o plantio ou até estéril. Além disso, o solo também sofre com a chuva ácida, com a lixiviação (a remoção de sais minerais e outros nutrientes por meio da água que percola o solo) e com a erosão.

A poluição atmosférica também se intensifica com a Revolução Industrial, pois aumenta a presença de gases tóxicos e partículas sólidas no ar, pelo crescimento de indústrias, como as siderúrgicas e as petroquímicas, além da queima de carvão e de combustíveis em usinas e em meios de transportes. Fenômenos como as queimadas das florestas, o efeito estufa, a chuva ácida e o aquecimento global, bem como o aumento de doenças respiratórias em grandes centros urbanos, estão relacionados com esse desequilíbrio na composição do ar. Outra importante consequência da poluição atmosférica é o surgimento e a expansão de um buraco na camada de ozônio, que se localiza na atmosfera e que tem como principal função filtrar os raios ultravioletas do Sol.

Centros urbanos e os problemas ambientais

Os últimos 30 anos do século XX foram palco de um crescimento descontrolado dos problemas ambientais e associados a essa temática cresce a preocupação da população mundial em relação à diminuição da sua qualidade de vida. Portanto, percebe-se que a degradação do meio ambiente começa a ter uma relação direta com a redução da qualidade de vida mundial, pois, além de os índices de poluição atmosférica e de ruídos nos centros urbanos ameaçarem a saúde humana, surgem problemas relacionados ao acúmulo de lixo e esgoto. Ainda faz parte do cotidiano, nos centros urbanos, presenciarmos a falta de coleta e de destino adequados para o lixo doméstico e industrial, bem como a falta de captação do esgoto para ser tratado adequadamente, para, após, ser devolvido aos rios. O lixo que fica acumulado em terrenos sem controle pode ser fonte de contaminação de lençóis freáticos pela produção do chorume e também pela proliferação de ratos e emissão de odores fortes para a população que reside em seu entorno. Por sua vez, o despejo dos esgotos doméstico e industrial pode causar a morte de peixes e outros animais aquáticos, principalmente em épocas de seca.

A dependência de transportes para o deslocamento e o uso ainda predominante de combustíveis derivados de petróleo está associada à escassez de recursos energéticos e também ao aumento dos congestionamentos, principalmente, em grandes centros urbanos, onde as frotas de automóveis vêm crescendo consideravelmente nos últimos anos. Com isso, além da poluição atmosférica, também se intensifica a poluição sonora provocada pelo barulho excessivo dos veículos, pelas obras que ocorrem nas vias públicas, pelas fábricas, pelas propagandas em carros de som e pelo grande movimento das pessoas. Com o aumento dos ruídos, as pessoas podem vir a desenvolver problemas relacionados à diminuição da capacidade auditiva e até levar a um desequilíbrio emocional – fobia social.

Cada vez mais os centros urbanos onde há uma maior aglomeração de prédios, casas e indústrias têm registros de temperaturas mais elevadas do que em regiões mais rurais próximas. Isso se deve em parte à falta de espaços verdes, com vegetação para absorver o calor que naturalmente é emitido pelo sol e intensificado pela queima de combustíveis. Além disso, nos centros urbanos, há muita construção, pouco espaço para o ar circular, há produção contínua de grandes quantidades de gás carbônico, além do asfaltamento de avenidas e ruas. Também é nesses centros que as chuvas provocam os maiores alagamentos, pois a água, não tem para onde escorrer/infiltrar, as ruas são impermeabilizadas devido ao asfalto e as canalizações que deveriam recolher o esgoto e a água das chuvas muitas vezes se encontram entupidas pelo lixo que é colocado indevidamente nas ruas e nas calçadas.

Consciência ecológica - Política, meio ambiente e cidadania

Em um primeiro momento, a natureza é vista e entendida pelo ser humano como algo que serve para satisfazer as suas necessidades e vontades, sem se questionar os limites desse uso, essa é tida como a visão antropocêntrica do meio ambiente.

Após a industrialização e a Segunda Guerra Mundial, mais fortemente após a década de 70, o ser humano começa a tomar consciência de que a capacidade do planeta é limitada e que os recursos não renováveis utilizados indiscriminadamente associados à poluição provocada pelo desenvolvimento desenfreado estavam gerando danos irreversíveis ao meio ambiente. O movimento que impulsiona e traz à tona as questões ambientais surge no início da década de 60, quando a cientista e escritora norte-americana Rachel Carson publica o livro “A Primavera Silenciosa”, que fez um alerta sobre o uso agrícola de pesticidas químicos sintéticos, no qual ela destaca a necessidade de respeitarmos o ecossistema para protegermos a saúde do meio ambiente e do homem.

Em 1972, a ONU convocou a Conferência das Nações Unidas, em Estocolmo (Suécia), pois a preocupação com o uso saudável e sustentável do planeta era global. Participaram dessa conferência 113 países. Esse encontro gerou a Declaração sobre o Ambiente Humano, que estabelece princípios comuns para a preservação e a melhoria do ambiente humano. Também estabelece o Plano de Ação Mundial, que está voltado a orientações para os governos e recomenda a implantação de um programa internacional de Educação Ambiental. A Recomendação nº 96 da Conferência refere-se à Educação Ambiental como “de enfoque interdisciplinar e com caráter escolar e extra-escolar, que envolva todos os níveis de ensino e se dirija ao público em geral, jovem e adulto indistintamente, com vistas a ensinar-lhes as medidas simples que, dentro de suas possibilidades, possam tomar para ordenar e controlar seu meio” (p. 36). No entanto, o Brasil anuncia que o país está aberto para receber a implantação de fábricas poluentes, pois, nesse momento, os governantes estão mais interessados no “desenvolvimento a qualquer preço” e na geração de empregos.

Muitos são os questionamentos de por que Educação Ambiental (EA). A resposta é dada no parágrafo 6º da Conferência de Estocolmo, a qual refere que:

“Chegamos a um ponto na História em que devemos moldar nossas ações em todo o mundo, com maior atenção para as consequências ambientais. Através da ignorância ou da indiferença podemos causar danos maciços e irreversíveis ao meio ambiente, do qual nossa vida e bem-estar dependem. Por outro lado, através do maior conhecimento e de ações mais sábias, podemos conquistar uma vida melhor para nós e para a posteridade, com um meio ambiente em sintonia com as necessidades e esperanças humanas...”.

Ainda no 6º parágrafo da Conferência de Estocolmo é feita a menção da preocupação com as gerações futuras, pois também é através da Educação Ambiental

que irá se defender e melhorar o meio ambiente para as atuais e futuras gerações, pois isso se tornou uma meta fundamental para a humanidade

Portanto, a partir da década de 70, inicia-se a construção de uma consciência ambiental, primeiramente nos países do hemisfério norte e, posteriormente, nos países em desenvolvimento. Em 1975, em resposta às recomendações da Conferência de Estocolmo, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) promove o Encontro Internacional de Educação Ambiental, em Belgrado, atualmente na Sérvia, que define como meta da ação ambiental “Melhorar todas as relações ecológicas, incluindo a relação da humanidade com a natureza e das pessoas entre si”. (Carta de Belgrado, item b, p.2)

Dias (2010, p.109), baseado na Conferência de Tbilisi, traz as finalidades da Educação Ambiental, que são:

1. Promover a compreensão da existência e da importância da interdependência econômica, social, política e ecológica.
2. Proporcionar a todas as pessoas a possibilidade de adquirir os conhecimentos, o sentido dos valores, o interesse ativo e as atitudes necessárias para protegerem e melhorarem o meio ambiente.
3. Induzir novas formas de conduta, nos indivíduos e na sociedade, a respeito do meio ambiente.

Fica evidente, portanto, que vários são os setores da sociedade que devem se preocupar com as questões ambientais, pois ela perpassa por tudo e por todos e que a Educação Ambiental é a ferramenta que irá auxiliar nessa conscientização, tanto em espaços formais como em espaços não formais, envolvendo todos os tipos de público. O Meio Ambiente passa a ter uma concepção mais integradora, incluindo os seres humanos e suas manifestações, sendo crítica e política e visando a transformações culturais e sociais.

No início da década de 70, no Brasil, instalam-se os projetos Grande Carajás (construção de 900 Km de ferrovia – Pará - Maranhão) e a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, que desmata milhares de quilômetros quadrados da região amazônica. No Rio Grande do Sul, em 1971, é criada a AGAPAN – Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural – e, em 1972, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) cria o curso de pós-graduação em Ecologia. Na Universidade Federal Rural de Pernambuco, inicia-se uma campanha de plantio do pau-brasil, considerado extinto desde 1920. Em 1973, a partir do Decreto 73.030, o Presidente da República cria a SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente, vinculada ao Ministério do Interior, de ação nacional, orientados para a gestão integrada do ambiente. No final da década, o Ministério de Educação e Cultura (MEC), em conjunto com o Ministério do Interior, firmam protocolos de intenções, que fazem com que as escolas da época incluam temas ecológicos nos seus currículos.

Mais recentemente, vários foram os movimentos e as ações decorrentes da preocupação com o Meio Ambiente, além de fóruns nacionais e encontros regionais voltados ao estudo dessa temática no início da década de 80, é criada a instituição do PRONEA (Programa Nacional de Educação Ambiental) pelo Ministério do Meio Ambiente e, na década seguinte, os PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais), pelo MEC, nos quais a temática ambiental é inserida como conteúdo transversal em todas as disciplinas do currículo escolar. Além disso, o Senado aprova a lei federal 9795/99, que tem como objetivo oficializar a presença da educação ambiental em todas as modalidades de ensino. No século XX, fica evidente a preocupação com as questões ambientais por parte dos governantes. Realizada no Brasil, em 1992, a segunda Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, a ECO-92 ou Rio-92, reúne políticos e cientistas de vários países.

A partir dessa conferência, torna-se evidente que todos fazem parte de um mesmo Planeta e que a temática ambiental não é somente local, mas sim planetária. Se a década de 80 foi pautada pelo descaso e pela exploração desenfreada do meio ambiente, a década de 90 prevê o estabelecimento de acordos internacionais para tentar frear os impactos que, pois mais que sejam locais, acabam desencadeando um desequilíbrio global.

Nesse sentido, um aspecto importante, segundo Waldman (2010), é a difusão do conceito de responsabilidade ambiental, que compartilha a responsabilidade sobre as questões ambientais, abrangendo o social, o político e o econômico. Com isso se estabelece a construção de uma cidadania ambiental, que pressupõe uma relação mais harmoniosa com a natureza, tendo cada cidadão a responsabilidade de exercê-la em todos os espaços do seu cotidiano, sempre refletindo sobre o impacto que suas ações podem provocar no meio ambiente.

Considerações finais

Com a premissa de que tenhamos que cada vez mais de nos preocupar com as questões relacionadas ao meio ambiente, devemos considerar a abordagem trazida por Sato (2005, p. 317), que enfatiza que a Educação Ambiental deve envolver as “dinâmicas sociais, de início na comunidade local e, posteriormente, em redes mais amplas de solidariedade, promovendo a abordagem colaborativa e crítica das realidades socioambientais e uma compreensão autônoma e criativa dos problemas que se apresentam e das soluções possíveis para eles”. Nesse sentido, em um primeiro momento, temos de pensar e agir no ambiente no qual estamos inseridos, para que essas ações reflitam em mudanças e que o somatório delas possa impactar positivamente o ambiente global.

Portanto, é indiscutível a necessidade de uma maior ênfase nas reflexões, discussões e intervenções quanto aos problemas ambientais e sociais nas ações que têm como referência as relações estabelecidas entre o ser humano e a natureza. Para que essas se processem, faz-se necessário conhecer as situações locais, instigar investigações

e projetos que possibilitem uma prática interdisciplinar, que propiciem desenvolver ações em diferentes níveis voltadas ao meio ambiente e à educação ambiental, que visem à melhoria da qualidade de vida e ao desenvolvimento sustentável, lembrando que não há receitas prontas e que é indispensável conhecer a realidade local.

Precisamos, então, estabelecer um novo estilo de vida, que deverá estar associado à Educação Ambiental, pois, segundo Dias (2010), é necessário e urgente estimular e orientar as pessoas para o exercício pleno e responsável da cidadania, pois o ser humano tem que se dar conta de que ele também é parte da natureza, depende dela para viver e acaba sendo prejudicado por muitas das transformações que ocorrem no ambiente natural e social, que refletem na diminuição da sua qualidade de vida. Deve se considerar o princípio nº 4 do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Social (UNESCO), que diz que “a Educação Ambiental não é neutra, mas ideológica, é um ato político, baseado em valores para a transformação social”. Transformação essa que é urgente e que depende do esforço coletivo, lembrando que a Educação Ambiental é de fundamental importância para a obtenção de resultados em favor da conservação e da melhoria do meio ambiente.

Nesse sentido, um aspecto importante, segundo Waldman (2010), é a difusão do conceito de responsabilidade ambiental, que compartilha a responsabilidade sobre as questões ambientais, abrangendo o social, o político e o econômico. Com isso se estabelece a construção de uma cidadania ambiental, que pressupõe uma relação mais harmoniosa com a natureza, tendo cada cidadão a responsabilidade de exercê-la em todos os espaços do seu cotidiano, sempre refletindo sobre o impacto que suas ações podem provocar no meio ambiente.

Devemos, portanto, conscientizar o ser humano de que, além da Educação Ambiental, da cidadania ambiental, é necessário rever as práticas do cotidiano, reduzir o consumo, para impactar o menos possível o meio ambiente. Nesse sentido, podemos fazer uso da Constituição de 1988, que, no início do artigo 225, lembra que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, cabendo ao poder público o dever de defendê-lo e à coletividade o dever de preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (caput do artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil, 1988). Para tanto, cada um deve fazer a sua parte, pois todos vivemos aqui, no PLANETA TERRA.

Referências

CARTA DE BELGRADO - Uma estrutura global para a educação ambiental. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/crt_belgrado.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2013.

CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO – disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/estocolmo1972.pdf>> Acesso em: 27 mar. 2013.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2013.

DIAS, G. F. **Educação ambiental**: princípios e práticas. 9 ed. São Paulo: Gaia, 2010.

FOGLIATTI, M. C.; FILIPPO, S.; GOUDARD, B. **Avaliação de Impactos Ambientais**: aplicação aos Sistemas de Transporte. Rio de Janeiro, RJ: Interciência, 2004.

LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938compilada.htm>. Acesso em: 21 mai. 2013.

ONU. **A ONU e a população mundial**. Disponível em: < <http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-em-acao/a-onu-e-a-populacao-mundial/>>. Acesso em: 24 mar. 2013.

PHILIPPI JR. A.; PELICIONI, M. C. F. **Educação Ambiental** – Desenvolvimento de Cursos e Projetos. 2ª ed. Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública. Núcleo de Informações em Saúde Ambiental. São Paulo: Sigma Editora, 2002.

SATO, M. Identidades da Educação Ambiental como a rebeldia contra a hegemonia do desenvolvimento sustentável. In. XII Jornadas Pedagógicas de Educação Ambiental. Educação no contexto da década das Nações Unidas para a Educação para o desenvolvimento sustentável 2005-2014). 2005, Lisboa. **Anais do Encontro da ASPEA**. Lisboa, 2005, pp. 18-20.

UNESCO. Congresso Internacional UNESCO/PNUMA sobre la educacion y La Formacion Ambientales, Moscou. In: **Educação Ambiental, Situação Espanhola e Estratégia Internacional**. DGMA-MOPU. Madrid, 1987.

WALDMAN, M. Cidadania Ambiental – Natureza e Sociedade como espaço de cidadania. In. **História da Cidadania**. PINSKY, J. e PINSKY, C.B. (Orgs.). 5ª Ed. São Paulo: Contexto, 2010.

Filmes indicados

A HISTÓRIA das coisas. Direção: Louis Fox.. 1 Disco (21 min.): DVD, Ntsc, son., color. Ing., 2007. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=xaglf9jhZLs>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

ILHA DAS flores. Direção: Jorge Furtado. Produção: Mônica Schmiedt, Giba Assis Brasil e Nôra Goulart. 1 Disco (13 min.): DVD, Ntsc, son., color. Port., 1989. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=af8ofapKxlE>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

LIXO extraordinário. Direção: Vik Muniz. Produção: Angus Aynsley e Hank Levine. 1 Disco (90 min.): DVD, Ntsc, son., color. Port., 2010. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=FGjEk3SiXkE>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

SANEAMENTO básico. Direção: Jorge Furtado. Produção: Luciana Tomasi e Nora Goulart. 1 Disco (112 min.): DVD, Ntsc, son., color. Port., 2007. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=CKOsCD6BItc>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

Jogos indicados

<http://dokeos.ftc.br/jogo/> - jogo ecodigital

<http://www.escolagames.com.br/jogos/coletaSeletiva/>

Sites indicados

<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao>

<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/conferencia-nacional-do-meio-ambiente>

<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p>

<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao2.pdf>

<http://expresso.sapo.pt/os-maiores-derrames-de-petroleo-da-historia-grafico-animado=f681494>

A questão Indígena Contemporânea

Um olhar para a América Latina

Inês Caroline Reichert¹

Introdução

Início esse texto evocando a imagem de uma emblemática reunião entre representantes indígenas de todo o país, o então Presidente Lula e a FUNAI. Na abertura da sessão, tocou-se o Hino Nacional Brasileiro, cantando em idioma Kayapó. Simbolicamente importante para o que irei discutir a seguir, inicialmente digo que a cena ilustra perfeitamente fato de que os povos indígenas se sentaram à mesa para negociar, e que estão, mais do que nunca, presentes na vida da sociedade brasileira. Mas então por que eleger a América Latina ao falar da questão indígena em um contexto de realidade brasileira?

Proponho aqui, como um desafio à interculturalidade, que pensemos o Outro – os povos indígenas – a partir dele, e não do Brasil e dos brasileiros como referência. Isso implica pensar em um recorte geográfico mais amplo, pois a inserção dos povos indígenas em fronteiras nacionais estabelecidas pela ocupação e colonização das terras da América do Sul só é pertinente a *posteriori*, enquanto elemento da história particular

¹ A autora é Licenciada em História, Mestre em Educação pelo PPG Educação da UNISINOS e Especialista em “Educação, Cultura e Diversidade Indígena”, pela Escola Superior de Teologia. É professora Líder do Projeto Múltiplas Leituras, projeto de extensão que trabalha com a questão indígena, na sociedade não-indígena e entre a comunidade kaingang Por Fi, de São Leopoldo. Leciona, entre outras disciplinas, as disciplinas de Pré-história e História do Brasil Colonial.

desses povos. Citando o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro², se algo é parte de algo, é o Brasil, que é parte do contexto em que estão os grupos indígenas.

A emergência indígena na América Latina

A questão de se pensar o panorama da América Latina é clara. Os indígenas existem na América Latina e possuem direitos. Ou melhor poderíamos dizer, os estão adquirindo ou conquistando, aos poucos. Nos meios de comunicação em geral, e especialmente pela Internet, os povos indígenas têm apresentado um discurso que fala das raízes mais profundas da nossa história, mas, ao mesmo tempo, de temas muito atuais. Falam de Ecologia e reprovam a cultura ocidental, como a apontar o dedo na cara das sociedades nacionais; mostram-se como vítimas da História e constroem possibilidades a partir desse discurso. Se esse é um discurso inventado ou não, não é aqui questão: o foco é que se constitui como um discurso eficaz, pois aglutina os indígenas no campo, os grupos isolados, os jovens indígenas que buscam um sentido para a vida na cidade. Também porque obriga a sociedade não indígena a olhar para o tema, conquistando simpatias. Nesse sentido, talvez a contragosto de muitos atores sociais, como se percebe na mídia, os povos indígenas estão sentados na mesa de negociações, dos mais variados temas: obras, conflitos ambientais, questões culturais. Os indígenas se incorporaram aos fatos sociais e políticos do continente.

Os indígenas aparecem na cena quando a sociedade latinoamericana acreditava que eles iriam acabar. Ainda se viam as luzes do populismo se apagar quando se sepultou a ideia de unir o povo ao Estado. A unidade do povo e da nação em torno de um Estado protetor, articulador das desigualdades, foi um ideário que marcou o século XX. Nesse projeto desenvolvimentista, as diferenças internas tinham que desaparecer, frente à necessária unidade do povo. No Brasil, a cerimônia pública de queima das bandeiras estaduais durante o período do Estado Novo se insere nesse quadro. Também as línguas que falavam as diversas etnias de imigrantes foram proibidas, bem como outras manifestações de suas culturas. No caso dos indígenas da América Latina, foram transformados em camponeses, em migrantes, em caboclos, como no Acre, em que a indianidade foi diluída no tempo do cativo no seringal, no termo genérico e pejorativo de caboclo. Também suas línguas foram proibidas e ficaram reduzidas ao privado de suas cozinhas. O nacional encobriu o étnico.

Pois no mesmo momento em que a proposta de uma nação única cai por terra, os indígenas foram os primeiros a falar. Estavam silenciosos, mas não esquecidos. Aqui, pontuarei alguns aspectos sobre o fenômeno da emergência indígena na América Latina nos últimos vinte anos³.

² CASTRO, 1992.

³ Esse artigo se baseia, fundamentalmente, nas afirmações pesquisadas por José Bengoa, na obra “A Emergência Indígena”.

Discurso Panindígena e identidades que circulam

Um novo discurso étnico está sendo elaborado nos últimos vinte anos e permite que falemos em um movimento cultural “panindigenista”, que abarca desde o sul da América do sul até o norte. Nos anos 80 começou um lento e silencioso processo de organização indígena. Ligado muitas vezes à Educação Popular, e aqui no Brasil a um ramo da Antropologia engajada e aos intelectuais da Teologia da Libertação, as organizações indígenas foram adquirindo, de forma crescente, uma consciência étnica, ou seja, a autopercepção de um grupo humano de que possui diferenças culturais profundas com o resto da população e a postular coletivamente seu direito em manter essas diferenças, isto é, a não ser assimilado culturalmente. Assim foi entre os povos do Acre, entre os Kaingang, Guarani ou demais povos indígenas da América Latina. A década de 90, com características locais, vai demonstrar uma emergência indígena em quase todos os países da América Latina. Se a temática étnica não é nova para as sociedades latinoamericanas, está posicionada de uma forma nova, pois congrega novos atores indígenas, organizações étnicas, ações de reivindicação, declarações, enfim, um conjunto de demandas nas quais o caráter indígena aparece como central. O que reforço aqui é que essa demanda combina diversas questões da ordem da cidadania plena com a exigência de respeito pela diversidade cultural e com a gestão da própria especificidade étnica.

Em relação à globalização, frente a um mundo cada vez mais conectado e imbricado, circula uma pergunta óbvia: e tu, quem és? Frente à pergunta por identidade, os indígenas se vêem impelidos a iniciar um complexo processo de respostas. Nesse sentido, nem sempre a sabedoria tradicional dá conta da elaboração desse novo discurso sobre a identidade grupal. Esse discurso deve ser também compreensível para os de fora, e requer conhecimento de suas chaves culturais, de seus significados, de seus símbolos. Ou seja, é preciso saber e compreender o outro, para elaborar discursos que tenham um caminho de ida e volta: se fundamenta, em última instância no que tem sido a tradição identitária da comunidade, ou identidade tradicional. Esse discurso viaja pelas culturas vizinhas, especialmente pela cultura dominante a quem se dirigirá. Ali é reprocessado, adquire uma linguagem nova, diversas entonações e inclusive muda as prioridades como consequência de alianças culturais. Em um terceiro movimento, volta à comunidade, é assumido como um novo discurso e muitas vezes, substitui inclusive o discurso identitário tradicional.

Pode-se perceber, portanto, que a questão indígena na América Latina se coloca em termos de um discurso que se reelabora, em consonância com uma nova realidade vivida pelos povos indígenas. Nesse sentido, para melhor compreensão desses temas, faz-se necessário elencar, ainda que sucintamente, alguns dos elementos que compõem essa “nova realidade”.

A urbanização da população indígena

Na América Latina, em muitos de seus países, se pode afirmar que a maior parte dos indígenas habita os centros urbanos. “El Alto”, cidade próxima à La paz, é uma cidade aymará de 400 mil pessoas. Lima, no Peru, foi indianizada pela guerra travada entre o grupo Sendero Luminoso e o exército nacional. No Chile, a maioria dos mapuches vive nas cidades, sendo cerca de 750.000 os indígenas urbanos. Citamos também os migrantes indígenas na Califórnia. No Brasil, entre os vários exemplos que poderiam ser citados, mencionamos aqui a situação dos Pankararu⁴, vivendo em São Paulo.

Esses indígenas, originários da aldeia Brejo dos Padres, próximos às margens do Rio São Francisco (sertão de Pernambuco), começaram a migrar para São Paulo a partir de 1950, fugindo da seca, da fome e do conflito com posseiros da terra. Alguns retornaram para suas terras falando da possibilidade de trabalho, principalmente na construção civil, criando, desde então, um fluxo entre os dois estados. Na aldeia permanecem cerca de 6.000 índios que convivem com a dura realidade da ocupação de dois terços de sua terra original por 400 famílias de trabalhadores rurais (aproximadamente 3600 posseiros, alguns deles vivendo no local há cerca de 200 anos). Na grande São Paulo vivem 1.500 índios, distribuídos pelas regiões periféricas da cidade ou mesmo morando em favelas, principalmente no Real Parque e Paraisópolis.

No Real Parque, em 2003, nasceu a ONG Ação Cultural Indígena Pankararu, que vem lutando pela legitimação da identidade do grupo. Além da rede de parentesco que se institui entre esses bairros, ela se realimenta continuamente através das idas e vindas de membros Pankararu de São Paulo às suas aldeias de origem em Pernambuco. Lutam para preservar sua identidade, apesar da proximidade com as frentes ocidentais, representadas pelos posseiros e com os núcleos urbanos a partir do século XX até os dias de hoje. Em qualquer um destes contextos enfrentam preconceito de serem índios, mestiços, nordestinos e pobres. A tensão e os conflitos de outrora foram substituídos ou sobrepostos aos conflitos com a população que forma a sociedade envolvente, seja no ambiente rural ou urbano. Essa também é a situação dos Kaingang em São Leopoldo, e dos muitos Guarani que circulam pelas cidades ou vivem em comunidades urbanas.

Stephen Baines, do Departamento de Antropologia da UNB⁵, se propõe a responder a comum pergunta que a sociedade formula: se as aldeias na cidade são positivas ou negativas. Ele afirma que a pergunta é mal-formulada, pois a questão das chamadas aldeias urbanas e indígenas citadinos abrange uma multiplicidade de situações diferentes, com histórias diversas de contato interétnico com as populações regionais, desde situações em que índios foram expulsos das suas terras até outras situações em que índios optaram pela vida na cidade em decorrência da falta de oportunidades de educação e atendimento adequado de saúde nas suas aldeias. Também a pergunta popular quanto a se “se consegue preservar a comunidade indígena no contexto da cidade ou se a comunidade é engolida no meio urbano” é, em grande parte,

⁴ Fonte: www.indiosonline.org.br. Acesso em 10/09/2010.

⁵ Fonte: www.socioambiental.org. Acesso em 10/09/2010.

enganadora, baseada no preconceito humilhante de que o indígena pertence à mata e deve permanecer na sua aldeia na mata. A situação dos povos indígenas no Brasil é marcada por preconceitos historicamente enraizados e situações de relações sociais de dominação-sujeição altamente assimétricas.

Segundo Baines, poderíamos seguir falando de muitos outros casos que ocorrem com indígenas que vivem nas cidades da América como um todo. O que os exemplos demonstram é que há uma modalidade muito grande de adaptação dos indígenas às cidades. Em algumas partes, é a segregação que predomina, com a formação de guetos e enclaves indígenas urbanos. Em outras, se mesclam entre as massas urbanas, e em outras, organizam seus próprios territórios (bairros, cidades). O que é importante destacar, nesse processo, é que os indígenas levam suas culturas às cidades e as reinterpretam. Já não é a cultura indígena campesina, ou da mata, mas outra coisa. Mas isso não significa que o indígena é menos indígena, pois viver na cidade não o obriga a perder a cultura de sua comunidade. Essa se reconstrói como um “segundo texto”, subliminar, mas de melhor qualidade, já que é ele que dá sentido à ação. A vida na cidade seria insuportável se não existisse esse sentido das coisas outorgado pela cultura tradicional reinterpretada.

Sociedades isoladas e os conceitos de autonomia e autoria

No caso da América Latina, um novo ator tem aparecido no cenário da questão indígena nos últimos 25 anos. Se trata dos indígenas das áreas esquecidas do continente, em especial, do Amazonas, das áreas tropicais, enfim, daqueles que haviam permanecido mais ou menos isolados até os anos setenta. Alguns autores falam que essas áreas foram “áreas de refúgio”, para onde os povos indígenas teriam ido fugindo da conquista e posterior colonização. Mas a partir dos anos sessenta, começa a expansão comercial, econômica e de múltiplas formas e maneiras, para essas áreas não ocupadas pelo Estado. É o começo das atividades comerciais no Amazonas, depois do final do ciclo da Borracha, com planos de colonização em vários países. Nesse cenário, numerosas experiências de organizações indígenas tiveram um papel central no desenvolvimento de novas perspectivas para a questão indígena na América Latina nos últimos vinte anos. É o caso dos Guaraní Chiriguano do oriente boliviano, que desenvolveram programas educativos autogestionados que são um exemplo para muitos outros povos. E também é o caso do projeto “Uma Experiência de Autoria”⁶, iniciado pela ONG CPI/Acre, entre as diversas etnias do estado do Acre. O projeto se constituiu, a partir do momento em que se inaugura uma interlocução e co-autoria da CPI/AC com os povos indígenas, pela busca da construção de autonomia/autoria do professor, através da autoria de materiais didáticos, permanente avaliação dos materiais e processos educacionais.

⁶ MONTE, 2008.

Todos esses projetos oportunizaram a emergência de uma dirigência indígena jovem, letrada, que tem marcado o rumo da maioria das reuniões internacionais referidas a assuntos indígenas, com fortes lideranças como Joaquim Mana, dos Kaxinawá do Acre. Esses espaços, através das pesquisas que foram efetivadas pelos próprios indígenas, constituem-se também como um processo de ressignificação de suas culturas. Aqui se poderia incluir, para todos os grupos indígenas, o significado importante do processo da escolarização.

Processos de etnogênese

Nos últimos anos, aumenta o número de populações que passam a reivindicar pública e oficialmente a condição de indígenas no Brasil. Trata-se de famílias que, miscigenadas e territorialmente espoliadas ao longo do tempo, reencontram, no presente, contextos políticos e históricos favoráveis à retomada de suas identidades coletivas indígenas. O processo não é exclusividade do Brasil; casos semelhantes são conhecidos em outros Estados nacionais contemporâneos como, por exemplo, na Bolívia e na Índia. Em nosso país, esse fenômeno surge de modo mais evidente nas últimas décadas, quando as histórias regionais passam a ser reestudadas; os direitos indígenas, mais reconhecidos e respeitados; e as organizações de apoio aos índios se consolidam de forma mais efetiva e passam a ser agentes importantes da causa indígena.

José Maurício Arruti, historiador (UFF), antropólogo (Museu Nacional) e pesquisador associado do CEBRAP (Centro Brasileiro de análise e Planejamento)⁷, faz uma análise dos processos de etnogêneses indígenas que ganharam força no Brasil a partir da década de 1970. Em um levantamento inicial, é possível localizar o registro de mais de 50 grupos novos com demandas pelo seu reconhecimento como indígenas. Estão distribuídos por 15 estados da Federação, de norte a sul, mas especialmente concentrados no Nordeste (22 no Ceará e cinco em Alagoas) e Norte (sete no Pará), dos quais se sabe muito pouco além das próprias demandas. As “emergências”, “ressurgimentos”, ou “viagens da volta” são designações alternativas, cada uma com suas vantagens e desvantagens, para o que, de forma mais clássica e estabelecida, a antropologia designa por etnogêneses. Esse é o termo, ainda assim conceitualmente controverso, usado para descrever a constituição de novos grupos étnicos.

Mas é importante enfatizar que, ao falarmos de etnogêneses, estamos nos referindo a um processo social e não a um tipo específico e diferenciado de grupos indígenas. Depois de reconhecidos e plenamente estabelecidos diante do movimento indígena, da sociedade regional e dos órgãos públicos oficiais, tais grupos devem deixar de ser contabilizados nas listas de grupos emergentes, justamente por terem percorrido o mais ou menos longo, dependendo de cada situação, processo de etnogênese. A tendência a classificá-los em separado, como grupos “emergentes”, “ressurgentes”,

⁷ Fonte: www.socioambiental.org Acesso em 10/09/2010.

“ressurgidos”, ou mesmo “remanescentes”, tem, portanto, o inconveniente de converter categorias criadas para descrever processos sociais e históricos em categorias de identificação, que assim perdem seu dinamismo e sua historicidade, para denotarem uma qualidade ou uma substância. O passo seguinte e segundo inconveniente seria considerar que tal qualidade diferenciada os colocaria em uma segunda categoria de índios, justamente de índios de segunda categoria, indígenas que seriam menos indígenas. Na maioria dos casos, a defesa dos recursos territoriais é o estopim para os processos de etnogêneses. Podemos dizer que reetnificação e defesa do meio ambiente são assuntos que pareceram andar de mãos dadas nas últimas décadas. É o encontro fecundo do discurso ambientalista e do discurso indigenista.

O encontro do discurso indígena com o ambientalista

A aparição desse novo setor indígena trouxe consigo conceitos coletivos mais amplos, que não estavam presentes no tradicional léxico da demanda campesino-indígena: território, autogestão, autonomia, e muito particularmente, a relação entre territórios indígenas e meio ambiente. No discurso indigenista dos anos cinquenta e sessenta, a questão ecológica não aparecia. É somente nos anos setenta que se começou a desenvolver um forte discurso ambientalista nos países desenvolvidos. O movimento ecológico surge do desenvolvimento, ou do hiper desenvolvimento. Na década seguinte, em muitas partes do mundo, a preservação do planeta seria uma preocupação muito presente. É nesse momento que os dois discursos vão se encontrar, da ecologia com o nascente novo indigenismo. Em 1991, em uma importante reunião indígena em Paris, se realizou uma Declaração final para a Conferência Internacional sobre Território, Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Parlamento da Terra, ocorrida no Rio de Janeiro, em maio de 1992. O documento dessa reunião apresentou os seguintes capítulos: a) Territórios; b) Autodeterminação dos povos; c) Meio ambiente; d) Desenvolvimento.

O encontro desses discursos foi depois consolidado na Reunião da Karioka, também em 1992. Os povos indígenas requeriam para a sua sobrevivência cultural a existência de um discurso comum que combinavam o cuidado do meio ambiente e das culturas e sociedades que ali vivem. A aparição desse novo ator social no movimento indígena contemporâneo na América Latina é fundamental para compreender os novos discursos étnicos. Podemos dizer que a defesa da terra tem deixado de ser uma luta de recorte agrarista para ser uma luta de sentido ecologista. Esse discurso etnoecologista interpela muito fortemente às sociedades nacionais e aos indígenas, e no nível do discurso, se tem constituído em uma força simbólica de muito peso. Nesse sentido, também se pode entender os frequentes conflitos, envolvendo processos jurídicos, na América Latina como um todo, entre povos indígenas e empresas.

O novo dirigente indígena

O novo dirigente indígena dos anos noventa na América Latina é muitas vezes um migrante urbano, totalmente diferente dos líderes antigos. Recolocou sua identidade em contato com o mundo ocidental. Coursou a universidade, muitas vezes, e participa em encontros onde o discurso panindigenista lhe confere uma consciência étnica. Destes lugares, reinterpreta sua cultura de origem. Não tem nenhum objetivo pessoal de integração, pelo contrário, seu objetivo é a diferenciação. É evidente que a força política desse novo dirigente está em ser capaz de manejar todos os códigos ocidentais e ao mesmo tempo, manejar a distinção, o fato de ser indígena, vestir-se como indígena, pensar, também, como indígena. As novas identidades indígenas, expressas por esses novos dirigentes indígenas, não são as antigas identidades, antes, são recriadas pela leitura desses líderes, a partir da cidade e até mesmo, de fora do país. O dirigente indígena moderno na América Latina maneja, ao mesmo tempo, dois códigos: o da sociedade global e da nova identidade recriada a partir das identidades tradicionais que lhe outorgam sentido e razão as suas reivindicações.

Finalizando

Analisar o que pensam os indígenas, as exigências de seus novos direitos, tem uma dupla dimensão. Por um lado nos permite compreender o fenômeno do Outro, o caráter do movimento indígena, mas por outra parte, nos possibilita analisar o que são e querem ser as sociedades latinoamericanas. Além disso, ao proporem uma sociedade multiétnica e multicultural, os indígenas ressignificam a proposta de democratização fundamental para o conjunto da sociedade e do Estado Latinoamericano.

Referências

ARRUTI, José Maurício. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org>>. Acesso em: 10 set. 2010.

BAINES, Stephen. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org>>. Acesso em: 10 set. 2010.

BENGOA, José. **La emergência indígena em America Latina**. Fondo de Cultural Económica, Santiago, Chile.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. O campo na selva, visto da praia. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, RJ, v. 5, n. 10, p. 170-190, 1992.

MONTE, Nietta Lindenberg. **Cronistas em viagem e educação indígena**. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2008.

“Novos” Movimentos Sociais: movimentos reivindicatórios, identitários e de construção de cidadania.

Valdir Pedde¹

Margarete Fagundes Nunes²

Apresentação

Este texto propõe-se a fazer uma aproximação inicial ao tema dos movimentos sociais, dirigindo-se aos acadêmicos dos mais variados cursos de graduação que desejam fazer uma incursão na história e nas formas de organização dos movimentos sociais contemporâneos. Existe uma vasta literatura sobre o tema, recheada de conceitos divergentes. O próprio conceito de movimento social, por si só, já suscita muitas indagações. O que pode ser considerado movimento social? Trata-se de todo e qualquer movimento contestatório da sociedade? Inclui apenas os movimentos populares? Um movimento classista é também um movimento social? São apenas os movimentos que querem uma transformação social, econômica e política? O que significa, efetivamente, transformação social? Enfim, múltiplos entendimentos fazem-se possíveis. Mas nós temos que decidir, de forma arbitrária, um conceito mínimo. Assim, tomaremos as características dos movimentos sociais para construir um tipo ideal, sem, no entanto, esquecer que dificilmente encontramos todas essas características nos movimentos em questão. Dessa forma, os movimentos sociais podem ser caracterizados pelo caráter informal das relações; por uma qualidade policlassista dos sujeitos sociais; por concepções distintas e até divergentes do político; pelo confronto com o Estado;

¹ Doutor em Antropologia Social pela UFRGS, professor do mestrado em Inclusão Social – Universidade Feevale.

² Doutora em Antropologia Social pela UFSC, professora e pesquisadora da Universidade Feevale.

por expressarem as contradições econômicas e sociais; pela afirmação de identidades sociais como a negritude, o feminino, a homossexualidade, o religioso, entre outras. Assim, as questões individuais tornam-se coletivas e o privado toma dimensão de público (NASCIMENTO, 1988).

Breve histórico

Após a Revolução Industrial, ocorreram mudanças profundas no sistema social capitalista; sobretudo, no que se refere à estrutura familiar e ao trabalho. No tocante à organização familiar, antes da Revolução Industrial, as famílias eram extensas, isto é, constituídas de pais, filhos, avós, muitas vezes, tios, sobrinhos e agregados; ou seja, não se restringia ao núcleo familiar, mas às relações de parentesco. No que tange ao aspecto do trabalho, a maior concentração de mão de obra encontrava-se no campo, a saber: na agricultura e no pastoreio de gado. O desenvolvimento de indústrias exigia que houvesse mão de obra disponível e a própria terra adquiriu valor de capital, o que não ocorria antes. Assim, os agricultores e os pastores foram expulsos das terras onde trabalhavam. A partir de então, havia mão-de-obra suficiente para fazer as máquinas das indústrias funcionarem. As cidades incharam. As pessoas amontoavam-se em cortiços. Os problemas sociais decorrentes desse estado de coisas agravavam-se mais e mais. Aumentavam os furtos. Muitas mulheres prostituíam-se para conseguirem comer. Um grande número de crianças trabalhava nas indústrias juntamente com os pais, ficava sem escola e apresentava péssimas condições de salubridade. O caos era evidente. Igrejas e outras associações ajudavam como podiam. Os trabalhadores foram, com o tempo, organizando-se em sindicatos. Assim, instalavam-se movimentos sociais na era industrial inglesa, o que se alastrou para outros países.

Tendo esse histórico como pano de fundo, os movimentos sociais eram interpretados, fundamentalmente, sob a perspectiva marxista³ de luta de classes. Mas, dando um grande salto no tempo, foi no século XX que os movimentos sociais tiveram maior acompanhamento por parte da sociedade, da mídia, dos governos e dos estudiosos da sociedade.

Desde fins da década de 1960, na Espanha como em outros países europeus e latino-americanos, os conflitos urbanos e os movimentos de bairro vão adquirindo significado crescente, tanto pelos seus efeitos políticos e urbanos como pela sua generalização e continuidade (JACOBI, 1987, p.19).

³ A teoria de Karl Marx (1818-1883) também é denominada de materialismo histórico e/ou de socialismo científico.

No Brasil

Falar sobre o tema dos movimentos sociais no Brasil é um grande desafio, devido à sua amplitude. Propomo-nos a dar algumas pinceladas, começando pela década de 1960 e, posteriormente, mostrando um rápido panorama histórico do país nas décadas seguintes.

Ora, o que aconteceu no Brasil na década de 1960? Ocorreu a Revolução de 1964; em outras palavras: implantou-se a ditadura militar. Esse foi um processo que alterou a forma de ser do Brasil. As décadas anteriores, os anos de 40 e 50, conheceram grande desenvolvimento. Houve um processo de industrialização que transformou o país em uma potência. O Brasil chegou a ser a oitava economia mundial. Entretanto, é também nesse período que a dívida externa aumentou muito. Quando a política brasileira quis dar passos em outra direção, a exemplo de outros países, instaurou-se a ditadura militar com o beneplácito das elites brasileiras, que não queriam ver modificações no sistema. Aborta-se o processo democrático e um modelo autoritário é fincado no coração da nação. Sobretudo, a partir de 1968, a ditadura tornou-se mais aguda, fechando as organizações estudantis e calando os meios de comunicação. Artistas, intelectuais, políticos e religiosos foram presos. Surgiram com força movimentos armados em luta contra o Estado.

Apesar de ter havido certo desenvolvimento econômico no período da ditadura, sua estratégia era equivocada. O arrocho salarial imposto aos trabalhadores ajudou a promover parte desse desenvolvimento a duras penas, portanto. Era equivocada, pois, submetia-se ao capital financeiro internacional, sobretudo na figura do Fundo Monetário Internacional. Esse processo gerou enorme concentração de riqueza ao longo dos quase 30 anos de ditadura militar. O absurdo de tudo isso foi que, com o governo norte-americano de Reagan, de uma hora para outra, o Brasil viu duplicar sua dívida externa sem, no entanto, ter recebido um só níquel sequer. A “mágica” foi a seguinte: tomamos emprestado dinheiro do FMI por conta de juros flutuantes, isto é, contratamos um empréstimo a juros de 3 a 4% por ano, mas o pagamento seria feito com base nos juros do momento. O governo Reagan havia aumentado os juros para 20%. Resultado: pedimos mais dinheiro emprestado para pagar a dívida. Duplicamos nossa dívida sem que esse dinheiro entrasse no país. Agravaram-se os problemas sociais, visualizados principalmente pelo êxodo rural, o grande e desordenado crescimento populacional nas cidades.

É nesse contexto que emerge uma diversidade de “novos” movimentos sociais nos anos 70, sobretudo urbanos. Embora existissem antes, é a partir de então que se tornam mais visíveis, inclusive para os cientistas sociais. Até por que, com a ditadura, a observação que se fazia, então, não recaía mais, de forma tão forte, sobre o Estado, mas sobre a sociedade civil, suas potencialidades e limitações para promover o processo democrático.

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) constituíram-se um dos movimentos sociais mais importantes dessa época. Articulavam o povo em torno de questões religiosas, sociais e políticas. As CEBs foram a base de inúmeros outros movimentos.

Muitos movimentos, como as associações de bairro, tinham a liderança formada neste segmento religioso. Inúmeros também foram os políticos e os sindicalistas estreitamente vinculados às CEBs. Essas comunidades eram, ainda, um dos poucos espaços de reunião e discussão possíveis para o enfrentamento ao sistema repressivo do Estado. Esse espaço de formação de lideranças ajudou, em muito, a formar diversas lideranças em nosso país, algumas das quais estão, hoje, nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Fundamentalmente, elas quebravam as relações elitistas e hierarquizantes da política, “valorizando a solidariedade na busca da formação de uma consciência coletiva” (JACOBI, 1987, p. 24). As CEBs possibilitaram um espaço de protesto e reivindicações da população do campo e da cidade. Nas cidades, surgiram inúmeros movimentos em torno de questões de melhoria de vida, tais como movimentos por saúde, creches, melhoria nos transportes públicos, habitação, etc. No campo, o principal movimento foi, sem dúvida, o movimento dos Sem-Terra.

Ao longo do tempo, os estudiosos verificaram que as transformações sociais não atingiam somente os setores pobres da população, mas também outros grupos sociais, gerando diversos outros movimentos articulados em torno de temas específicos, como, por exemplo, o movimento ecológico. Isto foi verificado em outras áreas, nas quais começaram a surgir movimentos de bases sociais distintas, como os movimentos negro, feminista e homossexual. Esses movimentos, ou “novos movimentos sociais”, como foram denominados, giravam em torno da questão de identidade e da qualidade de vida para esses segmentos (JACOBI, 1987) e não mais como um confronto classista como no século XIX.

Entretanto, de uma maneira geral, nesse período inicial, os ditos novos movimentos sociais não se firmaram como questionadores do sistema ditatorial e econômico centralizador. O que as massas queriam era a integração no sistema. Não intentavam transformar, mas integrar-se de forma mais digna. “Não se tratava de acabar com o capitalismo, mas antes nele ingressar, ampliando-o” (NASCIMENTO, 1988, p. 33).

O Movimento dos Sem-Terra

A luta pela terra não é uma novidade no Brasil. Desde o Brasil colônia, possuir terra era um sonho de camponeses pobres. No século XIX e até a primeira metade do século XX, ocorreram vários movimentos messiânicos que buscavam construir um mundo mais justo e igualitário com seus seguidores. Desses movimentos, vale lembrar o do Contestado e o de Canudos, na Bahia, o dos Muckers, no Rio Grande do Sul. Apesar de toda sua linguagem religiosa, a briga era pela terra e pela forma de produzir e comercializar seus produtos.

A partir de 1950, os camponeses passaram a se organizar. Entre outras instituições, a Igreja Católica teve um papel fundamental nessa organização. Movimentos como os da Liga Camponesa tornaram-se famosos nesse período. O ideário da Reforma Agrária constituiu-se nesse tempo.

Mas foi a partir dos anos 70 que a questão da terra tornou-se mais aguda. Os projetos faraônicos do governo, como a construção da Transamazônica e de inúmeras hidrelétricas e barragens, como a de Itaipu, expulsaram dezenas de milhares de famílias de suas terras, muitas vezes com desapropriação injusta. Esse fato gerou um tremendo conflito pela terra, além de graves problemas sociais.

O MST surgiu em 1979, estendendo-se pelo país na década de 1980 e tornando-se o movimento social brasileiro mais importante desde a década de 1990 até nossos dias. Formalmente, foi criado em 1984 no primeiro Encontro de Trabalhadores Sem Terra, em janeiro de 1984, na cidade de Cascavel, no estado do Paraná. O MST está organizado em não menos do que 24 estados da federação.⁴

Em 1996, havia, em nosso país, 1,4% de pessoas proprietárias de terra que detinham 50% do território nacional (GOHN, 2000). Temos, assim, a confirmação do acúmulo de riquezas nos últimos anos do século XX. O reassentamento de agricultores começou a se efetivar somente depois da grande pressão desse movimento social.

O MST, em sua longa história de lutas, pode ser dividido em três fases: A primeira de 1979 a 1985, quando suas lutas eram entendidas como busca pela Reforma Agrária. A segunda fase compreende de 1985 a 1988, quando o movimento adquiriu um caráter nacional, organizando-se em diversos pontos do país. Por último, de 1988 a 1996, ao instalar-se no MST a “consciência da necessidade de superar a agricultura artesanal para formas que levem à modernização das relações sociais no campo” (GOHN, 2000. p. 145).

A estratégia básica dos Sem-Terra é a ocupação de terras improdutivas, públicas ou particulares, criando um fato político que pressiona o governo a negociar com o Movimento, a fim de promover o assentamento de famílias por meio da concessão de títulos de posse.

Nos últimos anos, a pressão do MST tem aumentado. Em 1994, os Sem-Terra ocuparam uma fazenda no interior de São Paulo que estava em litígio desde 1993. Foi uma ação que envolveu centenas de famílias e gerou conflitos e mortes entre os acampados. Em 1995, a região do pontal de Paranapanema foi o centro dos conflitos. Nessa região, o avanço da agricultura e pecuária capitalista gerou a expulsão de várias famílias de pequenos agricultores. Em 1996, a mídia internacional registrou a morte trágica de vários acampados no confronto com a polícia militar do Pará. Nos anos 2000, os conflitos mantiveram-se. Estão em constante negociação dois projetos de Reforma Agrária, o do Movimento dos Sem-Terra e o do governo (GOHN, 2000).

Até a entrada do século XIX,

O MST já registra em sua história áreas conquistadas do latifúndio que se tornaram lugares de vida e de trabalho para muitas famílias, e de produção de alimentos para mais outras tantas; hoje são 81 cooperativas de trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra, 45 unidades agroindustriais

⁴ Ver: <http://www.mst.org.br/taxonomy/term/330>

e, o principal, a eliminação da fome e a redução drástica dos índices de mortalidade infantil nos assentamentos espalhados pelo Brasil inteiro (CALDAR, 2001).

Em 2005, menos de 10% das famílias que não tem acesso à terra foram assentadas. Nessa data eram 7 milhões de pessoas nestas condições. Ou seja, é sem dúvida um problema social de enorme expressão. Infelizmente, até hoje esta é uma questão social de difícil solução.

O Movimento Feminista

O que é feminismo? Todo e qualquer movimento de mulheres é um movimento feminista? Em primeiro lugar, é preciso esclarecer que o feminismo realiza uma profunda crítica às relações assimétricas entre homens e mulheres, existentes em diferentes sociedades humanas e em momentos históricos diversos. Mas é das sociedades modernas e de seus mecanismos de sustentação e reprodução do poder masculino e da opressão das mulheres que se ocupa, em um primeiro momento, o movimento feminista.⁵ A crítica feminista ultrapassa o espaço dos movimentos sociais, legitimando-se nas academias, no mundo das ciências e das artes. Concomitantemente à organização do movimento feminista, cresce a inserção das mulheres no meio acadêmico e, conseqüentemente, o desenvolvimento de pesquisas sobre a “mulher”, a “condição feminina”, papéis sociais de “gênero”, “feminilidade”⁶, entre outras categorias. Estabelece-se, cada vez mais, um diálogo, por vezes conflituoso, mas permanente, entre o movimento e a academia. No entanto, as publicações feministas transcendem o espaço das universidades e estão presentes de forma crescente nas organizações não-governamentais feministas, como nos lembra Miguel (2003), ao constatar que se existe “militância na academia”, também “se estuda e pesquisa na militância”.

O movimento feminista, enquanto uma ação social organizada e vinculada a uma teoria crítica, alcança uma visibilidade na efervescência cultural do ocidente, na década de 60, com forte repercussão no Brasil a partir da década de 70.

No entanto, foram muitas as mobilizações e lutas das mulheres em momentos históricos anteriores.⁷ Essas lutas, inclusive, propiciaram, de forma decisiva, a edificação de um cenário social e político que facilitou a ascensão e a radicalização do

⁵ Apesar de o movimento, muitas vezes, realizar afirmações de caráter universalista, desconsiderando o caráter parcial da visão construída pelo feminismo ocidental. Para essa discussão, ver estudos de Costa, Cláudia de L. (1998) e Maluf, Sônia & Costa, Cláudia de L. (2001).

⁶ Atualmente, crescem, também, estudos sobre masculinidade. Para a leitura de algumas abordagens, ver o Dossiê Masculinidade, apresentado na Revista *Estudos Feministas*, v. 6, n. 2, 1998.

⁷ Jussara Prá (1997) informa que o vocábulo feminismo já tem registro no dicionário de língua francesa *Robert*, em 1837, que o define como “*uma doutrina que preconiza a ampliação dos direitos e do papel da mulher na sociedade*” (Andrée Michel, 1982, *apud* Prá, 1997). No entanto, a autora aborda as peculiaridades do contexto histórico do século XIX, que dificultou a consolidação do feminismo como modelo de análise da realidade social ao lado do marxismo e do liberalismo.

movimento feminista. É o caso, por exemplo, da luta das mulheres pelo direito ao voto, condição básica para o exercício da cidadania e da participação política, que ocupou a cena política das primeiras décadas do século XX em diferentes países do mundo.

De qualquer forma, essa ascensão da luta feminista, marcada por algumas teóricas como “novo feminismo”⁸, ocorreu paralelamente à proliferação de outros movimentos sociais como movimento negro, ecológico e homossexual.

No Brasil, as décadas de 1970/80 foram marcadas por uma exaltação dos movimentos sociais, nos quais o movimento feminista ocupou um lugar destacado por meio da mobilização crescente das mulheres em diferentes espaços sociais: nos sindicatos, nos partidos políticos, nos chamados grupos de reflexão ou grupos autônomos de mulheres. Cabe ressaltar a importância dos grupos de mulheres que seguiam uma orientação marxista, defendendo a emancipação das mulheres ao lado da emancipação da classe trabalhadora e do fim da opressão de classes.

O ideário feminista é, portanto, formado em torno de concepções como autonomia, liberdade e emancipação das mulheres, questionando as relações de desigualdade de poder entre homens e mulheres presentes no âmbito do espaço público (exemplos: mercado de trabalho, educação, espaços de sociabilidade e participação política) e do privado (vida familiar, sexualidade, filhos, trabalho doméstico). Sendo assim, movimentos de mulheres que possuam caráter libertário e o traduzem através da prática política podem ser colocados como constitutivos do movimento feminista.

Porém, o movimento feminista é marcado pela diversidade. Isso é compreensível, na medida em que existem muitas diferenças entre as mulheres: de classe, de raça/etnia, nacionalidade, orientação sexual, religiosidade, entre outras. O feminismo constitui-se, cada vez mais, como um movimento polifônico, articulador de diversas vozes, como das mulheres negras⁹, das mulheres trabalhadoras rurais, das operárias, entre outras.

A ascensão do movimento feminista em diversos países do mundo, nas décadas de 1960/70, impulsionou debates e a constituição de fóruns específicos no interior da ONU. Essa organização elegeu o ano de 1975 como Ano Internacional da Mulher. Inicia-se, então, um processo de “institucionalização” das reivindicações feministas através do surgimento de diversas associações internacionais, conferências mundiais, convenções, pactos e acordos internacionais que visam orientar a construção e a implementação de políticas públicas nos estados nacionais. Paralelamente a esses encontros oficiais das delegações governamentais, ocorrem eventos organizados por grupos feministas que buscam incidir na elaboração das propostas de políticas públicas e de ações afirmativas. Essas últimas são medidas que visam reparar discriminações históricas exercidas sobre alguns grupos sociais no intuito de garantir igualdade de oportunidades em várias esferas: no mercado de trabalho, no acesso à educação, na representação política. O movimento de mulheres e o movimento negro buscam,

⁸ Ver trabalho de Grossi (1998).

⁹ Ver Dossiê Mulheres Negras, *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis: v. 3, n. 2, 1995.

através das políticas de ação afirmativa, ampliar o acesso das mulheres e dos negros às instâncias de poder, intervindo numa situação de desigualdade social e de discriminação por raça e gênero.¹⁰

No Brasil, os anos de 1970 foram marcados pela constituição de grupos autônomos de mulheres, que se mobilizavam para a discussão de temas relacionados à sexualidade, ao prazer, à família, denunciando a dominação masculina e as diversas formas de manifestação da violência contra as mulheres (espancamento, estupro, assassinatos em nome da honra). Temas relacionados às condições de trabalho, saúde, participação política e cidadania também estavam presentes.

Na década de 1980, criaram-se mecanismos governamentais a fim de garantir a promoção da igualdade entre os sexos. Surgiram os Conselhos dos Direitos da Mulher (nacional, estaduais, municipais), as Delegacias da Mulher e um conjunto de serviços e programas envolvendo instituições governamentais e não-governamentais. Os referidos Conselhos são organizações híbridas formadas por um percentual de representantes do governo e do movimento de mulheres. São órgãos criados para formulação e articulação de políticas públicas, através do estabelecimento de canais de interlocução junto ao Estado. Geralmente esses Conselhos possuem um caráter mais propositivo do que deliberativo. Entre as propostas de políticas públicas destacam-se projetos e programas em diferentes áreas: educação (ex: discussão dos conteúdos curriculares, construção de uma educação não discriminatória); trabalho (ex: projetos de geração de renda, legislação trabalhista); saúde (ex: implementação do PAISM - Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher -, aborto legal, prevenção e assistência às DSTs/AIDS); combate à violência (ex: programa de albergues e casas de apoio às mulheres em situação de violência, programa de assistência às mulheres vítimas da violência sexual); moradia (ex: habitação popular para mulheres chefes de família); participação e poder político.

Os anos da década de 1990 aprofundaram esse processo de institucionalização das reivindicações feministas com a criação de órgãos governamentais para formulação, articulação e implementação de políticas públicas como Coordenações/Coordenadorias, Assessorias Especiais ou Secretarias. Esse movimento aconteceu especialmente nos governos da Frente Popular, formados pelos partidos de esquerda e protagonizados pelo PT. Os anos 90 também ficaram marcados pela criação de mecanismos que visavam ampliar a participação das mulheres no cenário político brasileiro através da aprovação, no Congresso Nacional, da Lei de Cotas. Em 1995, a Lei nº 9.100 estabeleceu um mínimo de 20% de mulheres nas disputas eleitorais municipais para o ano de 1996. Em 1997, a Lei nº 9.504 passou a garantir o mínimo de 30% e o máximo de 70% para qualquer um dos sexos, estendendo-se para as representações na Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas Estaduais.¹¹

¹⁰ Ver Dossiê Ações Afirmativas, *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis: v. 1. n.1, 1996.

¹¹ Para essa discussão ver Grossi, M. & Miguel, S. (2001). In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis: vol.9/n. 1/2001. A Revista traz o Dossiê Mulheres na Política, Mulheres no Poder, com vários artigos sobre o tema. Ver, ainda: Miguel, S.M. A Política de Cotas por Sexo: um estudo das primeiras experiências no Legislativo Brasileiro. **CFEMEA**, Brasília: 2000.

Grossi e Miguel (1995) classificam o movimento feminista no Brasil dos anos 90 em cinco tipos de grupos: 1. ONGs; 2. associações - de moradia, profissionais, de identidades sociais específicas, como de mulheres negras; 3. núcleos (geralmente ligados às universidades); 4. governamentais - conselhos, secretarias, delegacias, serviços e casas de atendimento à mulher, entre outros; 5. sindicais.

Desde a década de 1980, acontecem os denominados Encontros Nacionais Feministas, que reúnem mulheres dos diferentes estados e regiões do país, constituindo-se em espaços privilegiados para a rearticulação do movimento e o fortalecimento dos laços de solidariedade. Esses encontros traduzem, cada vez mais, a diversidade do movimento de mulheres no Brasil contemporâneo.

Movimento Negro

Ao falarmos, aqui, em movimento negro no singular, não estamos desconsiderando os diferentes espaços e as diversas vozes que o compõem, ao contrário, estamos afirmando a pluralidade, porém, reconhecendo a convergência no que se refere à luta pela cidadania, pela justiça social, pela construção de respostas às diferentes formas de manifestação do racismo na sociedade brasileira.

Deter-nos-emos nas características gerais do movimento negro no Brasil contemporâneo. De qualquer forma, é importante ressaltar a organização e a luta dos negros em diferentes momentos históricos: na construção de mecanismos de resistência e de afirmação de identidade no Brasil colonial; na formação, manutenção e defesa dos quilombos, na preservação e revitalização dos mitos, ritos e tradições culturais; nos diferentes conflitos regionais contra o governo central, como revoluções, guerras, levantes, insurreições.

No século XX, destacaram-se: a *imprensa negra*, com a criação dos jornais *O Menelik*, *Clarim da Alvorada*, *O Getulino*, *A Princesa do Norte* (SODRÉ, 1999: 239); e, a partir de 1931, a Frente Negra Brasileira. Apesar de constituírem-se enquanto espaços de denúncia do preconceito racial, alguns teóricos os acusam de buscarem uma integração à sociedade sem estabelecerem rupturas com os valores da ideologia nacional. Já nos anos 40, contou-se com a presença do Teatro Experimental do Negro, sob a direção de Abdias do Nascimento. Tratava-se da montagem de peças teatrais interpretadas por atores negros com temas que versavam sobre a realidade do negro na sociedade brasileira. A partir daí, as mobilizações vão oscilar entre períodos de maior ou menor visibilidade, dadas as sucessivas ditaduras e governos autoritários que se estabeleceram no país.

Para uma melhor compreensão da luta do povo negro no Brasil, é preciso contextualizar o movimento internacional pela libertação do povo negro, na África e na diáspora. Entre os mais significativos, podemos citar: o Pan-Africanismo (a partir de 1900), que lutava por uma África independente e livre e pela liberdade dos

povos africanos no mundo inteiro;¹² o movimento de Negritude, movimento político literário que aglutinou intelectuais negros radicados na Europa a partir de 1930¹³; o Rastafarianismo; o movimento Black Power, originado nos Estados Unidos na década de 70.

É neste cenário, de luta e organização internacional, que muitos grupos negros, no Brasil, vão construir a afirmação de uma identidade, buscando recuperar as raízes históricas e culturais do povo negro, utilizando-se dos espaços políticos tradicionais (partidos, sindicatos), associações diversas, ONGs, grupos culturais e artísticos (literatura, teatro, cinema, música, dança, capoeira) e espaços religiosos.

Na década de 1970, com a formação do MNU (Movimento Negro Unificado) e a proliferação de diversos grupos de afirmação étnica, o movimento negro brasileiro passa a ter uma maior visibilidade no cenário político nacional.

Apesar das diferentes formas de expressão do movimento negro contemporâneo, as maiores dificuldades encontram-se na superação de um imaginário construído em torno de uma ideologia da mestiçagem, que ganhou força no Brasil no início do século XX (MUNANGA, 1999). A afirmação de um país mestiço dissimula a pluralidade racial, dificulta a afirmação das diferenças e sustenta o mito da democracia racial.

A partir dos anos 90, ampliaram-se os canais de interlocução entre o Estado nacional brasileiro e o movimento negro. O grande marco foi a Marcha Zumbi dos Palmares, em 1995, que estabeleceu uma série de diretrizes para a institucionalização de algumas reivindicações históricas das populações negras, via políticas públicas. Em 2001, o Brasil fez-se presente na Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas. Essa Conferência ratificou, entre outras ações do movimento negro em nível global, a luta por ações afirmativas no interior dos Estados Nacionais.

A partir de 2003, já no governo Lula, houve uma sequência de ações no sentido da formulação e da implementação de políticas públicas para as populações negras e indígenas. Ainda em 2003, criou-se a SEPPIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial). Uma das grandes conquistas desse período foi a criação da Lei 10.639/2003, que teve o objetivo de incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Em 2008, houve a ampliação da Lei para atender as reivindicações dos povos indígenas. Desse modo, a Lei 11.645/2008 estabeleceu a inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Dentre as políticas públicas de ações afirmativas mais significativas dos anos 2000, destaca-se a política de cotas raciais nas universidades. Depois da iniciativa de várias universidades brasileiras em prol da implantação da política de cotas raciais, somente em 2012 o Supremo Tribunal Federal validou a adoção da política de cotas para garantir o acesso de negros e índios ao ensino superior do país. O STF entendeu

¹² Ver Nascimento, Elisa L. (1981).

¹³ Segundo Zilá Bernd (1987, p. 28), o movimento orientou-se a partir de três eixos: “ - construção de uma identidade;- rejeição de uma arte baseada na cópia dos modelos europeus;- revolta contra a política colonialista européia.”

que as políticas de cotas raciais nas universidades estão de acordo com a Constituição Brasileira e são necessárias para corrigir o histórico de discriminação e de racismo no Brasil.

As ações afirmativas para as populações negras e indígenas estimulam mudanças não apenas no âmbito das políticas sociais, mas no âmbito das representações e imagens construídas e fortalecidas ao longo da formação da sociedade brasileira. As ações afirmativas provocam reflexões acerca da identidade nacional (quem somos nós, brasileiros?); também acerca dos mitos de “fundação” dessa mesma sociedade (o que sabemos dessa fundação, que “histórias” nos contaram?); o que tudo isso tem a ver com a cidade e/ou região onde vivemos? (NUNES; ROCHA, 2009).

Sem dúvidas, no limiar do século XXI o Brasil ampliou os espaços de discussão acerca da necessidade de construir uma democracia racial, de fato. As políticas de ações afirmativas são exemplos de que algumas mudanças já se anunciam, mas há ainda um grande caminho a trilhar.

Os Movimentos Sociais e a Cidadania

Diversos estudos mostraram que os movimentos sociais desafiam as práticas políticas tradicionais. Isso ocorre, basicamente, em função desses movimentos colocarem em pauta a questão da participação, da identidade e da garantia de direitos.

Ao se tornarem visíveis, os movimentos sociais colocaram em jogo a questão da cidadania e dos direitos sociais que devem existir para todos e não somente para aqueles que possuem expressividade social, como as classes média e alta. Uma das mais importantes contribuições dos movimentos sociais tem sido a de ampliar e melhorar o significado do que seja cidadania. Essa contribuição não se limita ao atendimento das demandas populares, mas, sobretudo, pelo fato de que esses movimentos vão cristalizando uma identidade social e política.

Os movimentos sociais, na medida em que reivindicam seus direitos, ampliam a noção de cidadania. Cidadania não é apenas o cumprimento das obrigações civis para com o Estado. Cidadania constitui-se na percepção de que se é um sujeito de direitos e pode-se lutar por eles. A luta por direitos evidencia nada mais do que a falta de direitos das pessoas. Quando participamos de uma sociedade, nem sempre se torna perceptível que somos agentes de acúmulo de riquezas dessa mesma sociedade. Assim, lutar por direitos significa tomar consciência de que somos cidadãos que construímos o país quando trabalhamos, compramos, estudamos e/ou pagamos o imposto de renda. Mas, quando os sistemas econômico, político e social alteram-se para pior, uma parcela da população é excluída dos seus direitos. Os movimentos sociais mostram-nos que, quando se luta, por exemplo, por uma aposentadoria justa, não é por ser um privilégio, mas porque se pagou por ela. A aposentadoria somente é privilégio para aqueles que não pagaram na mesma proporção que recebem. Os impostos cobrados para que haja

escolas, hospitais e paz no campo não são aplicados devidamente, retirando, portanto, os direitos dos cidadãos. Até a mais pobre das pessoas paga impostos. No entanto, a redistribuição dessa riqueza acumulada é desigualmente aplicada.

Não existe democracia nem construção de cidadania no interior de uma sociedade que discrimina as mulheres, os negros, os homossexuais ou outros grupos. A garantia de direitos pressupõe a inclusão dos diferentes sujeitos, que devem ser respeitados na sua especificidade. Para isso, faz-se necessária uma ruptura na atual relação existente entre diferença social (comum a todas as sociedades) e desigualdade social.

Para Finalizar

Os diferentes sujeitos protagonizadores dos movimentos sociais contemporâneos, apesar das suas lutas específicas, perseguem um objetivo comum: a justiça social. A edificação de uma sociedade justa, plural e democrática está presente nos discursos produzidos pelos diversos movimentos. No entanto, há, ainda, uma longa caminhada a ser percorrida. A sociedade brasileira, apesar de alguns avanços significativos, não tem conseguido vencer a exclusão, a discriminação e a desigualdade social. Por isso, a importância dos movimentos sociais, porque eles introduzem uma outra lógica, que é a da contestação, do enfrentamento, da disputa de poder, da crítica e, acima de tudo, da formulação e construção de propostas rumo a uma democracia efetiva.

Referências

BERND, Zilá. **Negritude e Literatura na América Latina**. Porto Alegre, RS: Mercado Aberto, 1987.

BERND, Zilá. **O que é Negritude**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1988.

CALDAR, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, 2001, v. 15, n. 43, p. 207-224. ISSN 0103-4014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300016>>.

COSTA, Cláudia de L. O Feminismo e o Pós-modernismo/pós-estruturalismo: (in) determinações da identidade nas (entre)linhas do (con)texto. **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis, SC: Ed. Mulheres, 1998.

DOIMO, Ana Maria. Igreja e Movimentos Sociais pós-70 no Brasil. In: SANCHIS, Pierre (Org.). **Catolicismo: cotidiano e movimentos**, v. 2, São Paulo, SP: Edições Loyola, 1992. p. 275-308.

DURHAM, Eunice R. Movimentos sociais, a construção da cidadania. **Estudos do CEBRAP**, v. 10, 1984. p. 24-30.

FRIDMAN, Luis Carlos. **Vertigens Pós-Modernas** : Configurações Institucionais Contemporâneas. Rio de Janeiro, RJ: Relume-Dumará, 2000.

GOHN, Maria da Glória. **Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania** : a sociedade civil brasileira na era da globalização. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez.

GROSSI, Miriam Pillar. Feministas *Históricas e Novas Feministas* no Brasil. **Antropologia em Primeira Mão**, Ilha de Santa Catarina, SC: UFSC/Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. n. 28, 1998.

GROSSI, Miriam Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Mapeamento dos Grupos e Organizações de Mulheres/Gênero/Feministas dos Anos 90 no Brasil. **Antropologia em Primeira Mão**, Ilha de Santa Catarina, SC: UFSC/Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. n. 05, 1995.

GROSSI, Miriam Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a Diferença: as mulheres na política. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 9, n. 1, 2001.

JACOBI, Pedro. Movimentos Sociais Urbanos no Brasil: Reflexão sobre a Literatura nos anos 70 e 80. **ANPOCS - BIB : Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**. São Paulo, SP, v. 23, 1987. p. 18-34.

MALUF, Sônia W; COSTA, Cláudia de L. Feminismo Fora do Centro: Entrevista com Ella Shohat. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 9, n.1, 2001.

MIGUEL, Sônia M. Publicando nas ONGs Feministas: entre a academia e a militância. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 11, n. 1, 2003.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Movimentos Sociais e Educação Popular**. São Paulo, SP, v. 11, 1988. p. 29-43.

NASCIMENTO, Elisa L. **Pan-Africanismo na América do Sul**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

NUNES, Margarete Fagundes; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Etnografando narrativas étnicas no espaço da cidade: os negros e as ações afirmativas na sociedade brasileira contemporânea. **Revista Iluminuras**, Porto Alegre, RS, UFRGS, v. 10, n. 23, 2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/10075>>. Acesso em: 20 out 2012.

PRÁ, Jussara Reis. O feminismo como teoria e como prática política. In: STREY, M. Neves (Org.). **Mulher - Estudos de Gênero**. São Leopoldo, RS: Unisinos, 1997.

Revista Estudos Feministas, Dossiê Mulheres Negras. Florianópolis, SC, v. 3, n. 2, 1995.

Revista Estudos Feministas, Dossiê Ações Afirmativas. Florianópolis, SC, v. 4, n. 1, 1996.

Revista Estudos Feministas, Dossiê Masculinidade. Florianópolis, SC, v. 6, n. 2, 1998.

RUSCHEINSKY, Aloísio. Nexo entre atores sociais: movimentos sociais e partidos políticos. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, RJ, n. 46, 2 sem. 1998. p. 73-112.

SADER, Emir. **Estado e Movimentos Sociais na América Latina**. São Paulo, SP, v. 11, 1988. p. 5-19.

SODRÉ, Muniz. **Claros e Escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1999.

América Latina na Segunda Metade do Século XX: luta por liberdade num mundo em conflito

Márcia Blanco Cardoso¹

Latino tu, latino yo
La misma sangre y corazón
Esto es mi Latinoamérica
Hay que luchar Latinoamérica
(Latinoamerica, 2011)²

A letra da música acima, “Latinoamerica” (2011) traz à tona uma questão muito presente quando refletimos sobre o Brasil e sua relação com os países “vizinhos”: em geral, nos colocamos de fora, à parte, como se a América Latina fossem “eles” e não “nós”. Falamos outra língua, estendemos nossos territórios sobre a vizinhança a partir de conflitos e negociações, tivemos um governo monárquico de origem europeia, enfim, diferenças. No entanto, temos muitas semelhanças: todos fomos colônias ibéricas, vivenciamos experiências comuns, Estados Oligárquicos, Populistas, Governos Autoritários, enfim, como dizia José Martí³, somos parte de uma América, que não é a

¹ Graduada em História pela Unisinos (1995). Mestre em História, com ênfase em Estudos Latino-Americanos pela mesma Universidade. Professora dos cursos de História e Pedagogia, da Universidade Feevale.

² Música da banda mexicana de rock Maná. A música *Latinoamerica* está presente no CD “Drama y Luz”, de 2011.

³ Jornalista e político cubano, morto na guerra de Independência de Cuba, em 1895. Conhecido como um dos principais pensadores sobre a América Latina.

inglesa: a América mestiça, latina. Para entender melhor o Brasil, precisamos, portanto, conhecer melhor esses processos comuns que vivenciamos, em especial, no mundo que se interligava cada vez mais, no decorrer do século XX.

O contexto da segunda metade do século XX: a guerra fria

Ao término da 2ª Guerra Mundial (1939-1945), a política internacional apresentava um novo panorama: as antigas potências pareciam arruinadas, perderam seus impérios coloniais e tinham que iniciar seu processo de recuperação econômica. Enfim, já não eram mais estes países (principalmente França, Inglaterra, Alemanha, entre outros) que definiam a ordem mundial, que poderia ser explicada da seguinte forma, a partir de 1945:

[...] os Estados Unidos e a URSS predominam por seu poder militar e econômico, e a Grã-Bretanha os segue de longe. Quanto à Europa continental, deslocada, arruinada, é formada apenas por potências secundárias, reduzidas a uma situação inferior. Na Ásia, o Japão vencido não passa de um pequeno arquipélago superpovoado, ocupado por tropas americanas, estreitamente subordinado à direção política dos Estados Unidos; em toda a zona de 'co-prosperidade', que ele dominou durante alguns anos, os nacionalismos indígenas receberam um impulso, decisivo para a derrocada dos impérios europeus, e o movimento que se propaga no mundo muçulmano anuncia o assalto geral contra os impérios coloniais (CROUZET, 1996, v.16, p. 138).

Dessa forma, o período que se seguiu ao fim da Guerra mostrava-se com dois novos blocos de poder em que:

Pela primeira vez, o planeta foi dividido em dois sistemas inimigos e antagônicos: o capitalista, com sede em Washington, e o socialista, com sede em Moscou. [...]. Inicialmente, seus grandes limites territoriais e políticos foram determinados em 1945, pelas conferências de Ialta (fevereiro) e Potsdam (julho/agosto), com o objetivo de instituir uma nova ordem mundial [...]. Em defesa de seus interesses e da consolidação de seus territórios, os dois blocos criaram exércitos colossais, tecnologia militar e arsenais nucleares com poder mais do que suficiente para destruir completamente a vida humana (ARBEX JR., 1997, p. 07).

Esse período, no qual as duas grandes potências pareciam constantemente prontas para o “derradeiro conflito”, foi denominado de “Guerra Fria”, expressão utilizada pela primeira vez por um jornalista norte-americano, Walter Lippmann,

ao criticar os regimes de guerra, que sempre levavam à centralização de poder⁴. A possibilidade desse confronto direto entre EUA e URSS era suficiente para alarmar a humanidade, como explicou HOBBSAWM (1997, p. 224):

Gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento, e devastar a humanidade. Na verdade, mesmo os que não acreditavam que qualquer um dos lados pretendia atacar o outro, achavam difícil não ser pessimistas [...]. não aconteceu, mas por cerca de quarenta anos pareceu uma possibilidade diária.

A partir dessa convicção, todos os países que mostrassem divergências em relação às decisões de Washington seriam considerados inimigos em potencial, influenciados por Moscou. Do mesmo modo, aqueles que se mostrassem alinhados com o discurso norte-americano receberiam todo o auxílio necessário para formar uma barreira anticomunista. Esse apoio visava, também, a deter o avanço dos Partidos Comunistas, internamente, nas nações latino-americanas.

Esse auxílio chegava, muitas vezes, em forma de “programas de auxílio”. Um dos projetos mais conhecidos, nesse sentido, foi o “Programa do Ponto Quatro” (1951), que prestava ajuda financeira aos países subdesenvolvidos. Ele foi organizado seguindo a concepção de que as áreas com elevado crescimento econômico seriam mais resistentes ao projeto socialista. Como explica HUGGINS (1998, p. 88):

Segundo a lógica do Ponto Quatro, se um país se tornasse economicamente auto-suficiente [...] tornar-se-ia mais capaz de se proteger contra a subversão comunista. Para tanto, o Ponto Quatro autorizava a cooperação técnica bilateral – consultoria, treinamento e equipamento ‘de demonstração’ – mediante contribuições em espécie dos Estados Unidos e financiamento do país beneficiário.

Além do apoio de funcionários e de suporte financeiro, o governo dos EUA foi ainda mais longe na ingerência sobre as regiões dependentes (principalmente os países latino-americanos), no que dizia respeito à segurança: passou a intervir no treinamento das forças policiais.

Na verdade, as duas potências mediam forças: a corrida armamentista, as guerras que se seguiram (como a Guerra da Coreia, entre 1950 e 1953, e do Vietnã, entre os anos de 1965 e 1975), os acordos de cooperação militar (como a OTAN,

⁴ "O melhor terreno da liberdade é a paz e todos os regimes da guerra, mesmo os da guerra fria, estão condenados à centralização, ao despotismo e à arbitrariedade." Palavras de Lippmann, citadas por Maurice CROUZET, 1996, p. 139.

Organização do Tratado do Atlântico Norte, de 1949, e o Pacto de Varsóvia, de 1955)⁵, os constantes casos de espionagem, entre outros fatos, que se tornaram símbolos da Guerra Fria, são a prova disso.

Os EUA e a União Soviética passaram a dar apoio e sustentação aos seus países considerados como pontos estratégicos. O caso mais conhecido de disputa por influência deu-se em Cuba (1962).

Em 1959, a Revolução Cubana, liderada por Fidel Castro e Che Guevara, entre outros, tomou o poder que estava nas mãos de Fulgêncio Batista (que mantinha estreitas ligações com o governo norte-americano). Três anos depois, em 1962, as relações entre Cuba e Estados Unidos deterioraram-se com a “crise dos mísseis”, após a instalação de bases soviéticas na ilha.

A situação parecia tornar-se grave para os norte-americanos: além de não manterem o controle total em seu próprio continente, a “ameaça soviética” avançava sobre um território que era considerado sua zona de influência. Após ameaçar o governo cubano de empregar a força, o governo dos EUA, através do Presidente John F. Kennedy, tentou manter a coesão da aliança com os demais países da América Latina. Era a Doutrina da Segurança Nacional (DSN) ganhando mais espaço nas discussões políticas envolvendo todo o continente. Após a resolução do caso cubano (com a remoção das bases, sob a supervisão da ONU, em outubro de 1962), o controle de Washington sobre a América Latina tornou-se maior. Nas repúblicas latino-americanas dependentes, um novo projeto, lançado pelo governo Kennedy, começou a ser implantado: era o sistema de “antiinsurreição”.

Segundo essa linha de pensamento, a ajuda militar norte-americana no combate antiinsurrecional criaria, dentro das nações vulneráveis à insurreição, ‘uma imagem simpática das Forças Armadas [nacionais] ...[que lhe permitisse] conseguir o apoio da população civil. As Forças Armadas norte-americanas contribuiriam para esse fim [...]’. O Exército dos Estados Unidos respondeu a esse desafio renovando os cursos de sua Escola Superior de Guerra e os manuais de campo, de modo a incluir material sobre operações de guerrilha e antiguerrilha, bem como sobre guerra psicológica (HUGGINS, 1998, p.122).⁶

Para isso ocorrer, vários acordos de cooperação foram colocados em prática, além do trabalho de “supervisão” realizado pelas embaixadas. O projeto da “Aliança para o Progresso”, idealizado e apresentado pelo Presidente John F. Kennedy, em 1961,

⁵ A OTAN é uma aliança militar entre EUA e países aliados, principalmente na Europa Ocidental. A OTAN existe até os dias atuais, com grande força e expressão nas decisões de política internacional. Sua sede fica em Bruxelas (Bélgica). Já o Pacto de Varsóvia constituiu-se na mais importante organização militar de defesa mútua do bloco socialista. No dia 26 de março de 1991, ocorreu a última reunião dos países que integravam o acordo. Sua sede ficava em Moscou (Rússia).

⁶ O projeto de anti-insurreição tem suas origens logo após o término da Segunda Guerra Mundial e resultou, no caso do Brasil, na fundação da Escola Superior de Guerra, com cursos para civis e militares (enquadrando-se perfeitamente no projeto oficial, que foi concebido após a tentativa de invasão de Cuba, em 1961).

foi mais um desses exemplos. Com ele, pretendia-se organizar áreas de cooperação técnica e financeira voltadas para a América Latina, para que os países aliados da região promovessem reformas nas áreas de educação, reforma agrária, entre outras.

Além desses projetos e programas, foram montadas verdadeiras operações de guerra, com apoio de órgãos de segurança, como o FBI e a CIA. Um dos maiores exemplos dessa prática foi a *Operação Overhaul*, como foi denominada a operação de apoio à tomada de poder pelos militares brasileiros, em 1964.⁷

Foi assim que, apoiados nessa doutrina e fortalecidos pela ajuda norte-americana, civis e militares alcançaram o poder, em poucos anos, em diferentes países do continente.

Regimes de segurança nacional na américa latina

Em 1964, com apoio dos EUA, o Presidente João Goulart foi deposto, no Brasil. Os militares, com uma base civil de apoio assumiram o governo brasileiro. O País que vivia uma grave crise econômica passou, a partir disso, por diversas reformas econômicas que colocaram novamente o Brasil na ordem econômica internacional pró-EUA, nos quadros da Guerra Fria.

Em 1965, foi realizada uma intervenção da Força Interamericana de Paz, na República Dominicana, chefiada pelo militar brasileiro Carlos de Meira Matos. A intervenção com o apoio norte-americano tinha como objetivo garantir o poder nas mãos do presidente deposto Donald Reid Cabral. Os dominicanos revoltosos sob o comando do Coronel Francisco Caamaño tentavam, naquele momento, restaurar o poder de Juan Bosch, presidente eleito por ampla maioria em 1962 e derrubado por Cabral, que o acusava de ser um “aliado comunista”. Em 1971, o General Hugo Banzer assumiu o governo boliviano, após participar do golpe contra Juan José Torres, instalando um regime de “segurança nacional”, conforme afirmavam seus aliados.

Em 1973, com colaboração norte-americana, foi derrubado o governo socialista de Salvador Allende, eleito de forma legítima, em 1970. Augusto Pinochet, o líder militar golpista assumiu o poder, após a morte do Presidente, dentro do próprio Palácio de la Moneda. O governo chileno tornou-se, desde então, um dos mais fortes aliados dos EUA, alinhando-se a Doutrina da Segurança Nacional (DSN). No mesmo ano, ocorreu a dissolução do Congresso uruguaio e a instalação de um “regime de segurança nacional”.

Em 1976, um golpe militar derrubou o governo de Isabel Perón, na Argentina. Uma junta militar formada pelo general Jorge Videla, brigadeiro Orlando Agosti e pelo almirante Emílio Massera assumiu o poder.

⁷ A denúncia dessa operação foi feita pelo jornal *Tribuna da Imprensa*, do Rio de Janeiro que publicou um ofício assinado por J. E. Hoover, chefe do FBI, enviado a um Sr. Brady, em 15 de abril de 1964. A íntegra do documento encontra-se na obra de Nelson Werneck SODRÉ, 1987, p. 68-69. Acredita-se que o Sr. Brady, que aparecia em vários documentos fosse Brady Tyson, pastor metodista e agente da CIA no Brasil, que foi descoberto na época em que participava dos encontros de associações cristãs, na década de 60.

Meses depois, Aparício Méndez assumiu o poder no Uruguai, depois de ser escolhido por um conselho civil-militar. No ano seguinte, o Poder Judiciário uruguaio também foi colocado sob controle do poder executivo.

Em 1978, o general Juan Pereda foi impedido de assumir o governo boliviano, após ter sido eleito. O general reagiu, chegou a assumir a Presidência, mas foi deposto em definitivo pelo general David Padilha Arancibia, em novembro do mesmo ano. Arancibia, ao assumir, convocou eleições para o ano seguinte, que não chegaram a ocorrer. No ano de 1979, o Presidente do Congresso da Bolívia acabou assumindo o cargo de Presidente, substituído pelo coronel golpista Alberto Busch, logo deposto. Em função disso, a Presidente da Câmara dos Deputados, Lidya Gueiler, acabou assumindo o comando do poder executivo até ser deposta, pouco tempo depois. Organizava-se, também na Bolívia, o regime de alinhamento total com o modelo norte-americano.

Ainda em 1979, ocorreu a vitória da Revolução Sandinista, na Nicarágua, com a tomada de Manágua e governo revolucionário de ideologia socialista assumindo o poder. A primeira intervenção militar norte-americana na Nicarágua havia ocorrido em 1912, e, posterior a sua retirada, se mantiveram no poder os grupos apoiados pelo governo dos EUA. Na década de 1930, os EUA criaram a Guarda Nacional na Nicarágua e entregaram seu comando a Anastacio Somoza Garcia o qual deu início ao comando familiar dinástico do País, depois da execução ordenada de Augusto César Sandino, o líder das forças populares contrárias à presença das forças norte-americanas em seu território. O governo da família Somoza sempre contou com o apoio norte-americano até que em 1979, a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) chegou ao poder, enquanto o ditador nicaraguense, Anastásio Somoza Debayle, refugiava-se nos EUA para transferir-se mais adiante ao Paraguai, onde foi assassinado.

Enquanto isso, os EUA estavam sob a administração do democrata James Carter Jr. (1977-1981), que tinha como plataforma de governo a defesa da democracia e dos direitos humanos. Ocorreram alguns conflitos com governos latino-americanos (como o brasileiro, por exemplo), por conta da questão dos direitos humanos, mas não houve nenhuma pressão externa firme que levasse a uma mudança no modelo implantado pelos governos ditatoriais.

Esses foram alguns dos muitos golpes e tomadas de poder que ocorreram na América Latina. Ao longo dos anos 80 e 90, a crise econômica mundial, o enfraquecimento de toda a ideologia que envolvia a questão da Guerra Fria e o fim da URSS levou os países da América Latina, através de negociações e manifestações, transições negociadas ou colapsos, ao fim do período de regimes de segurança nacional. Aos poucos, a transição para a democracia trouxe exilados, fez surgir novas lideranças e projetos.

A caminhada é longa. Hoje, a luta é dos Movimentos de Direitos Humanos, daqueles que querem saber o que aconteceu com seus familiares e amigos, de pesquisadores e também de quem vivenciou essas lutas é por acesso aos documentos. É o direito de saber, o direito à memória de latino-americanos que, como pede a música *“Jamás se te olviden tus raíces (...) Hay que soñar, Latinoamérica”*.

Referências

ARBEX JR., José. **Guerra Fria**: Terror de Estado, Política e Cultura. São Paulo, SP: Moderna, 1997. (Coleção Polêmica).

AQUINO, Rubim Santos Leão de; LEMOS, Nivaldo Jesus Freitas de; LOPES, Oscar Guilherme Pahl Campos. **História das Sociedades Americanas**. 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2000.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart**: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964. 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Revan; Brasília, DF: EdUnB, 2001.

BANDEIRA, Moniz. **De Martí a Fidel**: a Revolução Cubana e a América Latina. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1998.

BRUIT, Hector. **Revoluções na América Latina**. São Paulo, SP: Atual, 1988.

CARDOSO, Márcia Blanco. **Doutrina da segurança nacional**: discurso e ação no 19º R.I. de São Leopoldo, RS (1964). 2003. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2003.

COGGIOLA, Osvaldo. **Governos militares na América Latina**. São Paulo, SP: Contexto, 2001.

CROUZET, Maurice. **A Época Contemporânea**: O Mundo Dividido. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1996. (História Geral das Civilizações, v. 16).

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1995.

HUGGINS, Martha. **Polícia e Política**: Relações Estados Unidos / América. São Paulo, SP: Cortez, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. **O Governo Militar Secreto**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1987.

Filmes indicados

A BATALHA do Chile. Direção: Patricio Guzmán. 1 Disco (274 min.): DVD, Ntsc, son., Esp., 1972-1979.

A HISTÓRIA oficial. Direção: Luis Puenzo. Produção: Marcelo Piñero. 1 Disco (112 min.): DVD, Ntsc, son., color, Esp., 1985.

CHE. Direção: Steven Soderbergh. Produção de Benicio Del Toro, e Laura Bickford. 1 Disco (131 min.): DVD, Ntsc, son., color. Ing., 2008. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=Yqz0DBd_Clc>. Acesso em: 13 jun. 2013.

CHE 2 – a guerrilha. Direção: Steven Soderbergh. Produção: Benicio Del Toro, e Laura Bickford. 1 Disco (133 min.): DVD, Ntsc, son., color. Ing., 2008. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=Yd3xbgd52xE>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

CHOVE sobre Santiago. Direção: Helvio Soto. Roteiro: Helvio Soto. 1 Disco (110 min.): DVD, Ntsc, son., color. Fran., 1975. Disponível em: <<http://www.zonafilmes.net/2013/05/assistir-online-chove-sobre-santiago.html>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

DE AMOR e sombras. Direção: Betty Kaplan. Produção: Ernst Goldschmidt. 1 Disco (112 min.): DVD, Ntsc, son., color. Esp., 1994. Disponível em: <<http://www.enterplay.com.br/filme/de-amor-e-de-sombras-12045.htm>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

DIÁRIOS DE motocicleta. Direção: Walter Salles. Produção: Edgard Tenenbaum, Karen Tenkhoff e Michael Nozik. 1 Disco (130 min.): DVD, Ntsc, son., color. Esp., 2004. Disponível em: <<http://reviufilmes.blogspot.com.br/2013/03/diarios-de-motocicleta-filme-online.html>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

ESTADO de sítio. Direção: Constantin Costa-Gavras. Produção: Jacques Perrin. 1 Disco (115 min.): DVD, Ntsc, son., color. Fran., 1973. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=3D5wl6aejyg>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

HABANA blues. Direção: Benito Zambrano. Produção: Antonio P. Pérez, Camilo Vives e Fabienne Vonier. 1 Disco (111 min.): DVD, Ntsc, son., color. Esp., 2005.

MACHUCA. Direção: Andrés Wood. Produção: Andrés Wood, Gerardo Herrero e Mamoun Hassan. 1 Disco (120 min.): DVD, Ntsc, son., color. Esp., 2004. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=u17JOCLz_cE>. Acesso em: 13 jun. 2013.

MISSING – o desaparecido. Direção: Constantin Costa-Gavras. Produção: Edward Lewis, Jon Peters, Mildred Lewis e Peter Guber. 1 Disco (122 min.): DVD, Ntsc, son., color. Ing., 1982. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=CeE5KaodTBU>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

O ANO em que meus pais saíram de férias. Direção: Cao Hamburger. 1 Disco (106 min.): DVD, Ntsc, son., color. Port., 2006. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=fnrhYwuxaTs>>. Acesso em: 12 jun. 2013

SALVADOR – o martírio de um povo. Direção: Oliver Stone. Produção: Gerald Green e Oliver Stone. 1 Disco (123 min.): DVD, Ntsc, son., color. Ing., 1986. Disponível em: <<http://filmeonlinetocadoscinefilos.blogspot.com.br/2013/06/salvador-o-martirio-de-um-povo-1986.html>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

TREZE DIAS que abalaram o mundo. Direção: Roger Donaldson. Produção: Aramyan Bernstein, Kevin Costner e Peter O. Almond. 1 Disco (145 min.): DVD, Ntsc, son., color. Ing., 2000. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=1hW7PgOdFc>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

ZUZU Angel. Direção: Sérgio Rezende. Produção: Joaquim Vaz de Carvalho. 1 Disco (103 min.): DVD, Ntsc, son., color. Port., 2006. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=duCoCVG2tt8>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

Cidadania e efetivação de direitos no Brasil: caminhos e perspectivas

Fabiano Engelmann¹

Este texto, no quadro da disciplina Fundamentos da Realidade Brasileira e cidadania, tem por objetivo tratar da problemática da cidadania e da efetivação de direitos no Brasil. Neste contexto, pode-se propor duas questões: 1. Qual é esse papel político que o direito e suas instituições desempenham no avanço da cidadania no Brasil contemporâneo? 2. Como podemos analisar o papel do direito a partir da ciência política?

O esquema de análise que proponho considera simultaneamente dois conjuntos de fenômenos. Um primeiro diz respeito às alterações políticas da sociedade brasileira após o regime militar que desaguarão na Constituição de 1988. E um segundo diz respeito às alterações internas do próprio mundo jurídico, particularmente do Poder Judiciário, na década de 90, que deixou de ser um mero espaço de preservação dos interesses dos grupos socialmente dominantes para ser utilizado também como espaço de efetivação de direitos por parte do cidadão individual ou vinculado a organizações políticas².

Em primeiro, lugar deve-se ter em mente que a existência por si só de um conjunto de leis e de uma Constituição que contemple uma série de direitos civis, políticos e sociais não assegura por si só a efetivação destes direitos. Não garante que esses direitos passem a existir na realidade prática como se não houvesse na base de

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS.

² Um conjunto maior de referências teórico-metodológicas sobre o estudo do ativismo judicial no caso brasileiro e em escala internacional pode ser encontrado em Engelmann (2006 a) e Engelmann (2006 b).

sua apropriação um contexto histórico, cultural e econômico. Embora a efetivação de direitos assegurados na lei fosse o que se poderia esperar de uma sociedade politicamente democrática como a que se edificou no Brasil após o regime militar - esta relação entre o “formal” e o “real” está longe de ser equacionada no caso brasileiro. Essa distância tem sido a regra na história política do Brasil Republicano.

A efetivação dos direitos existentes na Constituição de 1988, que representa um novo marco institucional do país, está intrinsecamente ligada à ativação de movimentos coletivos reivindicatórios. A problemática referente a essa relação é o que se pode associar ao “acesso à justiça” de tornar efetivos, reais, direitos assegurados formalmente nos repertórios legais.

Um Brasil “jurídico” e um Brasil real: As dificuldades históricas na efetivação de direitos

O primeiro problema a ser enfrentado para o “acesso à justiça” é um padrão estrutural de autoritarismo nas relações societárias no Brasil, sustentado no parcialmente distanciamento entre o Brasil das leis (formal) e o Brasil real. Este padrão exaustivamente estudado na ciência política opõe, de um lado, estruturas estatais autoritárias e elites políticas clientelistas e, de outro, cidadãos politicamente desarticulados³. Neste sentido, a efetivação de direitos passou sempre por uma idéia de “dádiva”, de concessão “aos mais pobres”, ou de “proteção paternalista”.

O exemplo mais clássico é a legislação trabalhista outorgada por Getúlio Vargas na Constituição de 1934, que não teve na sua base, como em outros contextos (pode-se citar a Inglaterra do Século XIX como exemplo mais representativo), um forte movimento reivindicatório operário. Isso permitiu inclusive um grande reforço para o populismo⁴, fenômeno estrutural da política brasileira, que permitiu a consagração de Getúlio como “pai dos pobres”. Além do mais, esse grande movimento de modernização do Estado brasileiro no sentido “social” originou o modelo de “cidadania regulada”, expressão cunhada pelo cientista político Wanderley Guilherme dos Santos:

Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. (Santos, p. 75, 1979)

No modelo de Vargas, a tutela do Estado sobre o cidadão manifestava-se na estratificação corporativista, inspirada no modelo fascista, não afirmando um modelo

³ Sobre a dicotomia entre o país “formal” e o “país real”, ver os estudos clássicos de Leal (1997), Holanda (1992) e Faoro (1995). Sobre as dificuldades de efetivação de direitos relacionados à importação de tecnologias políticas e institucionais no Brasil e América Latina, ver Badie & Hermet (1990).

⁴ Sobre o populismo ver Wefort (1980).

de cidadania ativa e autônoma típica dos regimes democrático-liberais mais clássicos. O grande problema advindo da “cidadania regulada” era o bloqueio da auto-organização em redes associativas não tuteladas pelo Estado.

Após a primeira fase do regime varguista, no ciclo político compreendido no período de 1946-1964⁵, houve um esboço de emergência de autonomização da sociedade civil. Tal processo deu-se através de um sistema político multipartidário e da progressiva retirada da tutela estatal sobre os movimentos sociais. Entretanto, este contexto de ativação da cidadania é interrompido com o golpe militar de 1964 que instaura um pluralismo limitado com um sistema político bipartidário e combinado com diversos atos de desrespeito ao Estado de Direito.

O regime militar restringiu as liberdades políticas, instaurando um sistema bipartidário e impondo uma série de limitações à auto-organização da sociedade civil. Da mesma forma as instituições, como o Legislativo e o Poder Judiciário, tiveram seu poder político restringido, em detrimento do Executivo hegemonizado pelos militares. Através de uma série de mecanismos institucionais criou-se uma cultura negativa em relação à participação política típica dos regimes autoritários e que representava o reforço de um padrão histórico de relações entre estado e sociedade no Brasil.

O ativismo político na década de 80 e a Constituição de 1988

A estrutura político-institucional do Brasil vai ser reformulada a partir da década de 80 e 90, tendo como marco de sua redefinição a Constituição de 1988. A partir desta nova carta política vislumbra-se a restauração das garantias individuais e políticas perdidas ao longo do regime militar. Esse novo marco institucional, ao afirmar o Estado de Direito Democrático, reforça o papel das instituições que procuram se restabelecer como canais de mediação de conflitos sociais e políticos legítimos.

Entre essas instituições de mediação de conflitos sociais e políticos, estão os poderes de Estado, Executivo, através de eleição direta do Presidente, governadores e prefeitos, o Legislativo, também através de eleição direta dos representantes; e o Judiciário, através do recrutamento de juízes pela via de concursos impessoais, afirmando um padrão meritocrático. Além destas instituições mais tradicionais, também emergem outras, como o Ministério Público, espécie de quarto poder de Estado, que tem por objetivo exercer a tutela judicial da cidadania em determinadas ações judiciais, bem como tem papel fiscalizar o cumprimento das leis emanadas do Estado de Direito.

Mas um fator é fundamental neste processo de redefinição política e institucional do país: a ativação da sociedade civil. Esta é expressa nas diversas organizações da sociedade civil, tais como os partidos políticos, os movimentos sociais reivindicatórios, as ONGs e diversas associações de classe que se expandem

⁵ Sobre este ciclo de democracia política e os fatores que bloquearam o desenvolvimento do sistema político de mediação, ver especificamente a discussão entre Souza (1983) e Schwartzman (1988).

particularmente na década de 90. Essas redes associativas, que têm por objetivo mediar os mais diversos interesses de grupos sociais, corporações ou mesmo “lutar por alguma causa”, terão um papel importante na efetivação de direitos e na construção de problemas políticos que passam a ser reconhecidos como tais pelo Estado de Direito. Pode-se afirmar que a garantia para um sistema democrático, entendido como sistema que permite a expressão das reivindicações advindas da sociedade, está diretamente associada à capacidade de auto-organização dessa sociedade.

E é aí que entra novamente a problemática referida no início deste texto, ou seja, é indispensável formar uma “base” para assentar um conjunto de direitos e garantir sua efetivação. No campo da cidadania, isso implica em romper com o padrão histórico de autoritarismo nas relações com o Estado, em criar uma cultura democrática que permeie todas as esferas da vida social, e, principalmente, em construir canais de intermediação entre a cidadania e o estado que possibilitem a efetivação de direitos.

Um dos canais por onde se expressa essa demanda social por efetivação de direitos são instituições como o Ministério Público e o Poder Judiciário. Ou seja, as redes associativas da sociedade civil conseguem, ao longo da década de 90, (re)significar papel do mundo jurídico na sociedade. De espaço conservador, habitado por agentes conservadores encarregados de bloquear demandas políticas das classes baixas, o direito passa a ser utilizado como um instrumento de luta social e espaço mobilizado por diversos grupos sociais, para a efetivação de direitos.

As redefinições dos usos do direito, assim como das carreiras jurídicas e os novos posicionamentos dos juristas frente à sociedade envolvem, entretanto, não apenas uma ampliação de espaço institucional, mas, concomitantemente, uma diversificação social no recrutamento dos agentes que atuam nestas profissões. Essa diversificação indica uma quebra num padrão de recrutamento que levava ao fechamento do mundo jurídico afirmando, além do concurso público impessoal e padrões meritocráticos para a ascensão às carreiras jurídicas de estado, um conjunto de garantias para o exercício de atividades de promotoria e jurisdição. Essas garantias também estão contempladas na Constituição de 1988, o que propiciou grande poder de ação política para juízes e promotores, os posicionando como uma espécie de guarda dos “interesses gerais da sociedade”.

Nesse sentido pode-se falar inclusive de uma “politização do direito” e de uma “judicialização da política”, o que significa, nada mais do que a emergência do Poder Judiciário e do conjunto de agentes do mundo jurídico como atores políticos estratégicos na década de 90 no Brasil. Fenômeno que pode ser percebido para outros contextos como a França e os Estados Unidos.⁶

⁶ Sobre a crescente judicialização das relações sociais na França e EUA ver Garapon (2001).

O Poder Judiciário e o Ministério Público como atores políticos na década de 90

A judicialização da política

De acordo com Vianna (1999), ocorre no Brasil, na década de 90, uma “judicialização da política” cujo exemplo são as ações diretas de inconstitucionalidade junto aos tribunais superiores, onde está expressamente em pauta a disputa em torno do sentido da regra constitucional. Esse tipo de ação judicial remete para os tribunais superiores, disputas regionais entre representantes dos poderes executivo e legislativo, pautando o que se poderia estabelecer como um problema tradicional da arena política, na esfera da interpretação jurídica. Da mesma forma, pode-se acrescentar a esse fenômeno, constado por Vianna, o advento de um conjunto de princípios e leis a partir da Constituição de 1988 que remetem para o Judiciário o julgamento de ações dos agentes públicos.

Entre os princípios, destaca-se o capítulo VII da Constituição Federal contidos no artigo 37, que enuncia os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Além desses princípios, nos arts. 37 a 43 está disposto um conjunto de normas de direito administrativo que deve ser obedecido pelo gestor público. Sem contar a mais recente Lei de Responsabilidade Fiscal, que possibilita a responsabilização judicial de prefeitos, governadores e outros gestores públicos, mesmo após o final do mandato.

Essa jurisdicação da administração pública também amplia a judicialização da política, pois os conflitos suscitados com o descumprimento destas normas e sua interpretação virão a ser apreciados pelo poder Judiciário. Essa “transferência” de problemas políticos para o mundo jurídico pode implicar também num imbricamento maior entre as esferas política e jurídica. A própria organização interna da instituição opõe os concursos públicos para a justiça de primeiro grau às indicações para a composição dos tribunais superiores, tendendo a clivagem entre instâncias judiciais que julgam conflitos interindividuais ou referentes, predominantemente, ao direito privado, como a justiça de primeiro grau; e os tribunais superiores mais “políticos”.

A maior legitimação do Judiciário e das instituições ligadas ao meio jurídico pode ser confrontada a um efeito de “descrença” nos canais tradicionais de mediação dos conflitos políticos, como o Legislativo, Congresso Nacional, Assembléia Legislativa, Câmara de Vereadores e também o poder Executivo (Prefeituras, governos estaduais, presidência da República), que muitas vezes só são destacados pela grande imprensa quando envolvidas em escândalos de corrupção, contribuindo para a formação de um senso comum negativo em relação a essas instituições.

No caso do Ministério Público, o monopólio da atuação “em nome da sociedade”, legitimado através de garantias institucionais, pode ter um efeito negativo, pois alguns promotores e procuradores de justiça percebem a sociedade brasileira como

“hipossuficiente”, “incapaz de defender autonomamente seus direitos. Ao lado dessa “incapacidade da sociedade” haveria uma “corrupção generalizada no sistema político” associado às práticas do clientelismo (Arantes, 1999). Essa postura é perigosa, pois pode levar novamente ao retorno de uma lógica paternalista, onde o Ministério Público assumiria o papel de “pai dos pobres” e, por consequência, enfraqueceria o sistema político democrático, e a capacidade de auto-organização e proposição de demandas judiciais do cidadão.

No mesmo sentido, o poder judiciário assume um novo papel institucional após a Constituição de 1988 com novas definições institucionais das carreiras jurídicas (envolvendo prerrogativas constitucionais e garantias legais, como vitaliciedade, inamovibilidade, irredutibilidade de salários, etc.), que lhes garantem relativa autonomia em relação a outras esferas de poder como o poder executivo e legislativo, o que faz crescer seu papel político.

A judicialização das relações sociais

Por outro lado, relacionado a essa “abertura da arena jurídica”, há particularmente, a partir da década de 90, uma “judicialização da vida social” com a crescente entrada para o cenário dos meios jurídicos de um conjunto de problemas identificados aos “novos direitos públicos” (direito do consumidor, direitos humanos, direitos ambientais, direitos sociais e outros). Em termos gerais, essa “judicialização” pode ser lida como diretamente relacionada à emergência de um novo padrão de cidadania, onde os movimentos associativos, ONGs e sindicatos têm um papel determinante. Nesse sentido, um conjunto de demandas por direitos que antes eram colocadas como “questões privadas”, agora passam a ser postas como “questões públicas”. Isso, no âmbito do direito, implica em recorrer à Constituição para defender determinados direitos, ou seja, a Constituição se superpõe crescentemente aos direitos privados.

A recorrência à Constituição como fonte das decisões judiciais amplia o espaço de possíveis confrontos doutrinários, tendo em vista que, como indica (Lacroix, op. cit.) ela pode ser entendida como um recurso mobilizável na luta política:

A Constituição deve ser entendida menos como um dado definido, presente na linha de um texto, e mais, como uma construção que tem a marca de sua gênese e de seus usos que deve ser pensada não como repertório *a priori* e limitativo de ações para os titulares dos papéis institucionais definidos e sim, como um conjunto de usos menos diferentes do uso de outras formas de recursos utilizados espontaneamente na luta política. (Op. cit, p. 18)

Ou seja, nas lutas pela definição do direito, o recurso à “constitucionalização” superpondo o “direito público” ao “direito privado” implica numa maior “abertura” da interpretação da regra jurídica, possibilitando, inclusive, sua “politização”.

Para concluir, penso que se deve considerar em qualquer proposta de reforma do Judiciário, bem como na formulação das políticas de acesso à justiça, onde os juizados especiais cíveis são um grande exemplo, essa nova realidade conjuntural do papel do poder Judiciário e do mundo jurídico numa sociedade democrática, e que, a julgar pelo exemplo de outras sociedade democráticas, parece ser irreversível. É nesse sentido que o poder Judiciário e o mundo jurídico podem contribuir para um encontro maior entre o Brasil formal e o Brasil real, afirmando um direito efetivo não somente para guardar a segurança jurídica do cidadão e conservar a ordem social, mas, ao mesmo tempo, um direito que contribua para a mudança social no sentido de um país mais justo e, por consequência, mais democrático.

Referências

ARANTES, R. B. **Direito e Política**: O Ministério Público e a defesa dos direitos coletivos. In: RBCS. v. 14, n. 39, fev. 1999.

BADIE, B. & HERMET, G. **Política Comparada**. México, MX: FCE, 1990.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL 1988. São Paulo, SP: Ed. Saraiva, 2000.

ENGELMANN, F. **Sociologia do campo jurídico**: juristas e usos do direito. Porto Alegre, RS: SAFE, 2006a.

ENGELMANN, F. Internacionalização e ativismo judicial: as causas coletivas. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, n. 69, p. 123-146, 2006b.

GARAPON, A. **Juízes e Democracia**. Rio de Janeiro, RJ: Revan, 1999, mai. 2001.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1995.

LEAL, V. N. **Coronelismo, Enxada e Voto**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Nova Fronteira, 1997.

FAORO, R. **Os Donos do Poder**. São Paulo, SP: Globo, v. 2, 1995.

SANTOS, W. G. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 1979.

SCHWARTZMAN, S. **Bases do Autoritarismo Brasileiro**. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 1988.

SOUZA, M. do C. Campello de. **Estado e partidos Políticos no Brasil (193-1964)**. São Paulo, SP: Ed. Alfa Omega, 1983.

VIANNA, Luiz Werneck Vianna et al. **A judicialização da política das relações sociais no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Revan, set. 1999.

WEFORT, F. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1980.

O fim do emprego

Cleber Cristiano Prodanov¹

Há algum tempo que uma frase tem ecoado constantemente em minha mente: “No futuro não existirão empregos, mas empreendimentos e empreendedores”. Não sei ao certo quem proferiu a frase, entretanto, esta visão de um futuro avassalador, que ceifará milhões de postos de trabalho que se tornarão irrecuperáveis, parece ser uma tendência imutável. Embora não acredite em um determinismo simplesmente, a tendência mundial tem indicado que nossa relação com o trabalho, emprego e salários deverá mudar muito mais rápido do que podemos imaginar.

Os primeiros indicadores das futuras relações emprego/profissão resultaram de uma pesquisa realizada nos Estados Unidos, pela Secretaria Nacional do Trabalho, uma espécie de Ministério do Trabalho americano. Segundo esse estudo, o desemprego, no presente e no futuro é produto das mudanças tecnológicas e da decadência mundial do setor industrial como carro-chefe das economias mais avançadas. Nesse sentido, a pesquisa americana enumera algumas profissões que se tornarão obsoletas no início deste século. Alguns indicadores podem ser questionados, hoje, no Brasil e em outros países em desenvolvimento. Entretanto, o estudo aponta para uma mudança significativa no emprego e nas profissões do futuro próximo.

A lista, em ordem decrescente, é a seguinte: fazendeiro; datilógrafo, digitador, revisor; guarda livros, contador e auditor; caixa de banco; costureira; faxineira e

¹ Professor da Universidade Feevale. Doutor em História Social pela USP. Secretário de Estado da Ciência, Inovação de Desenvolvimento Tecnológico do RS.

serventes particulares; operador de computador; operador de xerox; operador e técnico de máquinas para indústria têxtil; escriturário; carregadores de materiais, estoque e carga; trabalhador rural; operador e técnico de máquinas de corte para plástico e metal; telefonista; instalador e técnico de PABX; montador elétrico e eletrônico; instalador e técnico de estações de informática; atendente de RH, exceto os que se ocupam da folha de pagamento e horas trabalhadas; digitador de dados.

Esse foi um estudo interessante e, como todo cenário futuro e estrangeiro, vai depender da continuidade de alguns fatores condicionantes que existem hoje. Entretanto, é inevitável pensar, seriamente, no assunto. O futuro será sempre um grande desafio, principalmente para aqueles que não se preocupam com ele ou que estejam, precariamente, aparelhados para enfrentá-lo; especialmente para as crianças, jovens e adolescentes, além daqueles com mais de 40 anos.

Vivemos, nos dias de hoje, uma combinação explosiva. Por um lado, uma atividade econômica nacional, marcada por um pequeno crescimento da atividade produtiva industrial, e a necessidade das empresas tornarem-se cada vez mais enxutas e seletivas em suas contratações, buscando uma maior competitividade no mercado; por outro lado, a existência de um grande contingente de jovens sem experiência profissional, com dificuldades de pleitear as poucas vagas que se abrem.

Paradoxalmente, o grande problema alegado para a contratação destes jovens é a falta de experiência profissional. Sem acesso ao mercado de trabalho por falta de experiência que nunca terão, grande parte deles, conseqüentemente, permanecerá à margem do trabalho dito formal. Cria-se aí um grande dilema e gargalo social, que pode ser enfrentado por meio de uma forte e dirigida capacitação profissional.

Quem não possui experiência não consegue acessar seu primeiro emprego e fazer sua estreia no mundo do trabalho formal. Muitos destes jovens, por estudarem em escolas de ensino médio ou cursos universitários, conseguem vencer essa barreira inicial através de estágios, que são um trampolim para um emprego futuro. No entanto, a grande maioria não terá a mesma sorte.

Não devemos pensar simplesmente que o problema está nos jovens e na sua inexperiência, mas sim refletir sobre a falta de oportunidades e o desenvolvimento econômico. Os programas de estágio em empresas, as políticas públicas como o pioneiro “Programa Primeiro Emprego” e o atual “Pacto Gaúcho pela Educação”, o estímulo ao empreendedorismo e a abertura de linha de micro crédito podem amenizar o problema, integrando uma parcela desses jovens ao mundo do trabalho. Estima-se que, de cada duas pessoas desempregadas no Brasil, uma seja jovem.

O problema é sério e atinge a toda uma geração. Os reflexos são perversos e podem ser presenciados, diretamente, em nossas comunidades, através do aumento da criminalidade, consumo de drogas, desesperança, baixo poder de consumo, entre outros problemas sociais. Cabe-nos refletir e agir em busca de um crescimento econômico capaz de integrar os jovens ao mercado de trabalho, garantindo seu acesso e mantendo a empregabilidade dos que já estão trabalhando, especialmente, pessoas acima de 45 anos.

Não creio em soluções mágicas, mas somente a manutenção de uma atividade econômica considerável, combinada com políticas públicas permanentes e uma melhor

qualificação dos jovens, através de processos educacionais de qualidade. Isso poderá garantir o pleno emprego; esse, hoje em dia, cada vez mais difícil de encontrar.

Uma das alternativas para alavancar a criação de novos postos de trabalho é a qualificação das pessoas, como, por exemplo, através do Pacto Gaúcho pela Educação Profissionalizante, Técnica e Tecnológica, que é um Programa do Estado do Rio Grande do Sul que visa organizar no estado uma rede colaborativa entre as instituições representativas de governo, das universidades, do meio empresarial e dos trabalhadores, integrando o atendimento de demandas regionais de profissionalização à nova agenda de desenvolvimento do Estado e do Brasil. Essas ações visam promover o conhecimento, incentivar a pesquisa e a qualificação profissional, técnica e tecnológica, bem como a formação de professores e servidores públicos estaduais.

Entretanto, não devemos perder de vista a formação integral do cidadão que se torna muito melhor preparado para as rápidas e constantes mudanças em nossa sociedade. Todavia, hoje, num plano muito particular e que possui uma tendência de continuidade nos próximos anos, a aposta parece ser muito dirigida à tecnologia.

A cada dia vem se reforçando a tese que indica a tecnologia como um dos motores de desenvolvimento das sociedades. O marco deste movimento foi o relatório do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e do IDT (Índice de Desenvolvimento Tecnológico), divulgado pela ONU a partir de 2001.

Dentro do conceito de tecnologia, a serviço da diminuição das desigualdades e da pobreza, destaca-se que a tecnologia de informação e de comunicação – TICs, além da biotecnologia, podem transformar-se em molas propulsoras do desenvolvimento e da erradicação da miséria.

As tecnologias de informação e de comunicação seriam capazes de romper as barreiras geográficas, garantindo o acesso à educação de qualidade para um número maior de pessoas. Também, levaria os programas de saúde pública e outras informações aos bolsões de extrema pobreza, em regiões como os conglomerados urbanos terceiro-mundistas.

Por outro lado, a biotecnologia, ao mesmo tempo em que é capaz de refinar e tornar de altíssima qualidade, produtos como o vinho, o queijo, a fruta e outros artigos de consumo seletos, proporciona um grande rendimento na agricultura voltada à alimentação humana.

O Brasil aparecia em 59º lugar no IDT (2008-2009) e 84º no IDH (2011), mas possui muitos centros de excelência. Somos o único país terceiro-mundista que possui dois polos de inovação tecnológica reconhecidos internacionalmente: São Paulo e Campinas. Além disso, empenha-se em formar cerca de 5.000 doutores por ano e configura-se como o 4º país em número de incubadoras.

Para melhorarmos nosso desempenho, os desafios são muitos. Dentre eles, aumentar a taxa de inovação nas empresas, dar mais recursos para a implantação de empresas de tecnologia, capacitar melhor os técnicos e universitários, nas áreas de ciência e tecnologia, desenvolver as atividades industriais e de pesquisa aplicada e, acima de tudo, romper as barreiras entre as universidades, centros de pesquisa e as empresas.

Talvez, resida aí a maior dificuldade cultural brasileira, isto é, o fato de universidades e empresas nem sempre trabalharem juntas e, quando o fazem, atuam de forma muito tímida.

O apoio dos empresários aos programas universitários e a entrada da universidade no “chão de fábrica” devem promover, em curto período e a custos extremamente baixos, a transferência de tecnologia a processos específicos de cada setor ou atividade.

Cabe ressaltar que o progresso da ciência e tecnologia não é feito somente de máquinas e equipamentos; o componente humano é de fundamental importância e, provavelmente, é o mais sensível e que precise de um maior tempo para desenvolver-se.

O entrave tecnológico não reside apenas em nossa capacidade de incorporar tecnologias prontas, mas na ineficácia em desenvolver, ao máximo, esses recursos através de nossos colaboradores. Assim, um bom começo para as empresas e universidades seria apoiar programas de educação a distância, empreendedorismo, criatividade, gestão tecnológica, design e outros que proporcionariam um ganho importante na qualificação do capital humano das empresas.

Até poucos anos, convivemos com a ideia de que era mais vantajoso copiar ao invés de criar. Grande parte das empresas e universidades, mais preocupadas em sobreviver, não desenvolveram uma cultura inovadora e um ambiente criativo.

Esse quadro permaneceu inalterado até que começamos a experimentar uma estabilidade econômica e a conviver com o acirramento de uma competição internacional em busca da competitividade. Essa conjuntura alterou o equilíbrio das forças que passaram a pender para o lado daquelas empresas que possuíam melhores respostas tecnológicas, crescendo a necessidade de inovar e criar.

O surto de inovação encontrou o país relativamente organizado, do ponto de vista científico e tecnológico, e com uma massa crítica de pesquisadores e centros de excelência qualificados. Apesar de a produção científica brasileira crescer a cada ano, o país está, infinitamente, longe do desenvolvimento tecnológico de outras nações, mesmo em relação à Coreia, que se encontra em grau de desenvolvimento similar ao nosso. Segundo dados do Ministério de Ciência e Tecnologia, o Brasil depositou, no ano de 2000, 113 patentes de novos produtos nos Estados Unidos, enquanto a Coreia patenteou 3472 produtos ou processos inovadores, e esse processo não mudou seu perfil até 2012.

A dificuldade em superar a distância entre as universidades, centros de pesquisa e empresas emperra a transferência de tecnologia, deixando de atender os setores produtivos nacionais. Quanto à inovação, deixa de existir devido à falta de pesquisa e desenvolvimento, ensejando, no máximo, a importação de bens, tecnologicamente avançados, que se incorporam à produção, mas que aumentam nossa dependência tecnológica e intelectual. Nessa perspectiva, remetemos dólares e exportamos postos de trabalho com nosso baixo desenvolvimento tecnológico.

Diante desse quadro, precisamos de alguns estímulos importantes, não somente ações de caráter nacional, que coloquem essas questões como centrais em

um processo de desenvolvimento regional sustentado e autônomo; mas também ações para mudar esta situação. Destacamos a criação de empresas de base tecnológica, a aproximação das universidades e empresas, com uma articulação das demandas empresariais e sociais com as competências acadêmicas.

Muitas outras ações podem ser tomadas, mas o desenvolvimento científico e tecnológico do país passa pelo fortalecimento da pesquisa e inovação. A sociedade tem se movimentado nesse sentido, cabe-nos apoiar e criar um ambiente de inovação e pesquisa, propício ao desenvolvimento regional, mas sem esquecer da formação integral das pessoas, sua visão humanística, seus valores em relação à humanidade e sua preparação para as contínuas transformações de nossa civilização.

As estratégias e alternativas de hoje vão ser questionadas no futuro, e somente pessoas com uma visão global, ampla e holística estarão, efetivamente, preparadas para as transformações e questionamentos.

Finalmente, a despeito das análises sobre as relações de trabalho, o desenvolvimento tecnológico e a valorização do empreendedorismo e das empresas de tecnologia, alternativas contemporâneas, mas não necessariamente perpétuas, cabe uma reflexão final.

Esses avanços técnicos e científicos que experimentamos em profusão nos últimos anos do século XX não podem ser entendidos como uma prioridade dogmática pelas sociedades. Pelo contrário, devemos encará-los como produto de nossa cultura e das necessidades mercadológicas predominantes nesse momento histórico, mas que, acima de tudo, expressam um conhecimento coletivo e internacionalizado.

Não devemos ter a ilusão de que somente o progresso tecnológico dará conta de melhorar as condições de vida da humanidade. Se isso fosse verdade, hoje já o conhecimento científico que possuímos poderia transformar, radicalmente, as condições de acesso à saúde, educação e alimentação do mundo contemporâneo.

Por que não fazemos essa transformação? O que falta conquistar? Que futuro nos espera? Três perguntas simples, mas de significação expressiva para nossa realidade e a toda humanidade. Primeiramente, não a fazemos porque aqueles que podem tomar as decisões, no panorama internacional, possuem outros critérios e prioridades que não necessariamente são o bem-estar da humanidade; sua lógica, regida pelo mercado livre, não necessariamente preocupa-se com o acesso às conquistas científicas e tecnológicas. Basta uma rápida olhada sobre a indústria farmacêutica, de software, de sementes, entre outras, para confirmar tais constatações.

Sobre o que nos falta conquistar, além de uma maior democratização do conhecimento, cabe também um questionamento e reflexão sobre as lógicas de mercado e a racionalização econômica. Não deveria existir uma oposição da produção cultural, científica e tecnológica e o acesso a tais bens da humanidade. Esses avanços sempre nascem sob a luz do progresso e da democratização, mas muitos se transformam em ferramentas de concentração de poder e riqueza.

Por fim, o futuro que nos espera é aquele que estamos construindo hoje. Por isso, quanto antes iniciarmos a revalorização de uma visão e ação humanística

das conquistas tecnológicas, tanto melhor. Seria um bom começo disso tudo, a real discussão sobre o homem como elemento central de nossa civilização, revendo os dogmas da ciência e da tecnologia como novas religiões.

Cabe-nos posicioná-las como conquistas da humanidade, valorizando as relações e a convivência humana em detrimento das ferramentas tecnológicas. Uma coisa é ter a ciência, tecnologia e inovação como esteios do crescimento econômico e do bem-estar social; outra é desconsiderar a cultura, arte e as humanidades em geral, mãe de nossa civilização.

Nossa civilização vai nos impor, constantemente, adaptações e mudanças. Algumas relacionadas ao nosso trabalho; outras, às relações familiares ou ainda aos nossos valores culturais. Estar preparado para isso significa ter uma compreensão dos processos que a cada geração experimentamos; perceber, constantemente, um mundo que não para de mudar e oferecer novas alternativas e soluções.

Referências

AUDY, Jorge; MOROSINI, Marília Costa (Org.). **Inovação e Empreendedorismo na Universidade**. Porto Alegre, RS: Edipucrs, 2006.

BALESTRIN, Alsones; VERSCHOORE, Jorge. **Redes de Cooperação Empresarial – Estratégias de gestão na Nova Economia**. Porto Alegre, RS: Bookman, 2008.

OPPENHEIMER, Andrés. **Basta de Histórias! – A Obsessão Latino-americana com o Passado e as 12 Chaves para o Futuro**. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 2011.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Manual de Oslo – Diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação**. 3. ed. Brasília, DF: OCDE/ Eurostat/FINEP, 2005.

PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de (Org.). **Universidade Contemporânea – Políticas do Processo de Bologna**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009.

Transformações societárias

Lélia Aparecida Filippsen¹

Introdução

O início do terceiro milênio é assinalado pelos efeitos das transformações societárias, científicas e tecnológicas nos diferentes setores sociais, econômicos e políticos. As transformações trouxeram modernidade e aumento de produtividade, acumulação de lucros concentrados nas mãos de alguns grupos econômicos como as transnacionais e as multinacionais, atendendo assim aos princípios capitalistas.

Mudaram as técnicas e o sistema produtivo, mas algumas questões permaneceram, como a fome e a miséria, que, sem dúvida, serão o grande desafio desse novo milênio. Portanto, para haver justiça social, é necessário haver solidariedade e objetividade, principalmente por parte dos países hegemônicos.

As implicações das transformações societárias no mundo e no Brasil

O período histórico atual, sem dúvida, é assinalado por grandes transformações sociais que afetam diretamente a nossa maneira de ser e agir. Exemplificando, podemos citar o processo de globalização, o ideário neoliberal e seu Estado Mínimo

¹ Professora da Universidade Feevale com formação em História pela Unisinos, especialista em Métodos e Técnicas de Ensino também pela Unisinos. Mestrado em serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do RS.

como interventor no mercado, forte como instituição. Este Estado de inspiração neoliberal tem como meta gerir a globalização, enfraquecer os sindicatos, manter uma economia estável, controlar a inflação e gerenciar uma moeda forte. No aspecto social, sua influência é mínima, por isso cada sociedade civil precisa organizar-se através de ONGS e serviços voluntários para resolver os problemas das pessoas.

Entre 1974 e 1975, aconteceu a “primeira recessão generalizada da economia capitalista internacional desde a Segunda Guerra Mundial” (Mandel, 1990:9). Essa recessão ocorreu principalmente na Europa e Estados Unidos. A partir daí, chegou-se ao fim do chamado Welfare State, o Estado do Bem-Estar Social, marcado pelo capitalismo monopolista, trazendo consigo grandes benefícios e conquistas sociais.

A recessão foi a marca de um novo modelo de crescimento, que concorria definitivamente com a expansão sócio-econômica que ocorreu na década de 70. Com a finalidade de responder a este novo quadro, o capital monopolista empenhou-se para reajustar e reconverter a situação difícil que se instalava na realidade sócio-política, contribuindo assim com um novo contexto, em que surgiram e se desenvolveram autênticas transformações societárias.

A grande maioria dos países europeus e os Estados Unidos saíram de um modelo econômico produtivo rígido e centralizado, que era o Keynesianismo/fordista, para preservar e reproduzir o capitalismo monopolista contemporâneo, baseado no regime de acumulação de capital “flexível”. Este foi um novo modo de orientação para a economia, que trará conseqüências para o setor político e social.

A “flexibilização” vem sendo acompanhada pela concentração econômica do grande capital nas mãos de alguns grupos, como as transnacionais e as multinacionais. A globalização tão esperada e, por muitos festejada, também contribui para esta concentração econômica nas mãos de poucos, enquanto a grande maioria da população fica à margem do processo global. Ela garante volumosos lucros e assegura mercado as grandes corporações. Garante também os processos supranacionais de integração e os megablocos como a União Européia, NAFTA, APEC², entre outros.

Paralela a essa globalização, está ocorrendo a Terceira Revolução Industrial ou Tecnológica, baseada no sistema de produção toyotista, inspirado no modelo japonês. O trabalho de eletromecânica está sendo substituído pela eletrônica e uma crescente informatização do processo de automação vem ocorrendo. A robotização, a informática e os computadores substituem cada vez mais a mão-de-obra de centenas de trabalhadores.

O que é alarmante é que a tecnologia produz com qualidade a mesma quantidade ou até mais, com um número bem menor de trabalhadores, conseqüentemente, trazendo prejuízos para as camadas sociais mais humildes. Como nem todos têm acesso ao conhecimento, à qualificação de mão-de-obra, ficam à margem do mercado de trabalho. Daí o enfraquecimento dos sindicatos, que foram tão fortes, por volta das décadas de 70 e 80, no Brasil, e em décadas anteriores nos países mais desenvolvidos. Por isso, os sindicatos precisam repensar o seu papel junto aos trabalhadores neste

² APEC – Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico.

início do século 21, isto é, não basta sentar à mesa do patrão para negociar salários ou benefícios para os companheiros, é preciso também investir na qualificação do trabalhador, a fim de que ele possa ocupar espaços no mercado de trabalho.

O capitalismo tardio³, assim denominado por Mandel (1976), que conduz a um regime de acumulação flexível, reestrutura radicalmente o mundo do trabalho, seja alterando a relação entre excluídos e incluídos, seja introduzindo novas maneiras de contratação do trabalhador. O trabalho informal, a subcontratação, o emprego temporário, ou seja, a proletarização e a subproletarização são uma realidade das últimas décadas e acompanham as mudanças determinadas por essa economia flexível.

Por isso, o trabalhador deve ser muito qualificado e polivalente. Se ele não estiver preparado para enfrentar as máquinas computadorizadas e robôs, por exemplo, ele estará desempregado. O tempo de desemprego desse trabalhador desqualificado, às vezes, ultrapassa quatro ou cinco meses. Depois desse período, ele não será mais desempregado, mas mais um excluído da sociedade capitalista e informatizada.

As conseqüências dessa realidade são a fome, a miséria e a marginalização que conduzem à violência. As pessoas não têm mais de onde tirar seu sustento. É necessário, muitas vezes, assaltar e até matar, para conseguir manter-se vivo. A violência, nos grandes centros urbanos, tem assustado as pessoas e modificado seus hábitos. As moradias tornaram-se verdadeiras fortalezas, semelhantes aos antigos feudos, cheias de cercas elétricas, cães de guarda, empresas de segurança. As pessoas procuram andar em grupo, assustadas, com medo e intranquílias. Agarradas as suas bolsas, temem os assaltos que são cada vez mais violentos. A desigualdade social faz parte da realidade brasileira e é bastante responsável por essa violência. O distanciamento dos que têm muito dos que têm pouco é um verdadeiro abismo. Daí sermos parceiros de alguns países africanos e da Nicarágua.

O Brasil ocupa o quarto lugar dentre os países com a pior distribuição de renda do mundo, ficando atrás apenas da Suazulândia, da Nicarágua e da África do Sul, conforme o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), da Organização das Nações Unidas do ano de 2002. A erradicação da pobreza no país, no entanto, não se dará apenas a partir de uma transferência de renda para os mais pobres, seja por programas de renda mínima, seja pela expansão do crédito para pequenos empreendedores ou ainda por meio da reforma agrária. É necessário expandir também as políticas sociais de educação, saúde, habitação e saneamento básico, já que a pobreza e a má distribuição de renda são geradas pelas dificuldades de acesso a diversos serviços.

A desestruturação do mundo do trabalho também constitui um problema que reforça ainda mais as diferenças sociais no Brasil. Assim a substituição do capital rígido pela acumulação flexível apresenta reflexos diretos no mundo do trabalho, porque o trabalhador tradicional vai perdendo seu espaço devido à Revolução Tecnológica. O que passa a contar, na maioria das vezes, é o trabalho autônomo, via terceirização, via microempresas, incluindo aqui o trabalho infante-juvenil, no caso brasileiro, ou via serviços pagos por tarefas. Isso significa que quando há trabalho, é-se chamado para

³ CAPITALISMO TARDIO – assim denominado por Mandel (1976), conduz a um regime de “acumulação flexível” e reestrutura o mundo do trabalho.

trabalhar, tem-se remuneração; se não houver trabalho, não haverá remuneração, ou seja, não haverá poder aquisitivo para comprar alimentos, enfim, para ter dignidade humana. Assim, o trabalho é ainda uma maneira de sobrevivência num país como o Brasil.

O trabalho faz com que o indivíduo tenha identidade na sociedade, pois é essencial na sociedade capitalista. Estar desempregado significa, não ter competência, não ser digno, estar excluído. Portanto, o trabalho deve ser algo que dê prazer, deve ser motivo de realização pessoal para o trabalhador. Não deve significar sofrimento e nem tampouco exploração. Enfim, o trabalho deve ter um significado mais compensatório.

Desse modo, o trabalho significa para o homem sua objetivação no mundo, a exteriorização de sua personalidade, a forma como se diferenciou dos outros animais e a maneira como sustenta sua existência. O trabalho está na origem dos homens, como quando resolveu cooperar pela sobrevivência, o que significa “trabalhar”, pois o trabalho é uma atividade reciprocamente social (Maya, 1995, p.44).

Na verdade, para alguns pensadores contemporâneos, como Ricardo Antunes, (1999), essa reestruturação produtiva não significa o fim da “sociedade do trabalho”. O que precisamos são mutações ou metamorfoses no “mundo do trabalho”. Porém, não se pode ocultar o fato de que essa “classe que vive do trabalho”, agora, mais do que nunca, é um conjunto bastante diferente.

O capitalismo tardio e o capital “flexível” também atingem a sociedade brasileira, assim como as transformações societárias. O Brasil é atingido na sua condição de subalterno ao capital estrangeiro e pelas particularidades de sua formação econômica-social. As consequências dessas transformações para um país de periferia são mais graves, porque trazem consigo muita miserabilidade, o que dificulta, entre outras coisas, o verdadeiro exercício da cidadania.

A sonhada redemocratização, no Brasil, após os longos anos de ditadura militar, entre 1964 e 1985, parece que se desfez. As decepções com os políticos foram grandes. Contudo, a força do conservadorismo da sociedade brasileira, mais o capital transnacional e o ideário neoliberal⁴ recuperaram a decepção anterior e conduziram a um planejamento econômico que combatesse, principalmente, a inflação e que estabilizasse a economia brasileira, revigorando assim o projeto de hegemonia anunciado no início da década.

Esse projeto foi fortalecido com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, que determinou propostas econômico-sociais ao encontro dos ideais neoliberais. Ele, porém, está longe de ser consolidado, devido à resistência do próprio capital, do choque de interesses democráticos, dos interesses corporativistas, entre outros. A verdade é que parte da sociedade brasileira está consciente do capital “flexível” e de outros rumos “flexibilizadores”, que estamos vivendo, como por exemplo, a negociação das leis trabalhistas elaboradas na época de Getúlio Vargas⁵. A data está distante, 1946,

⁴ NEOLIBERAL – Ideário político e econômico, cujos antecedentes teóricos datam dos escritos de Hayek, em 1944, na obra “O Caminho da servidão”.

⁵ GETÚLIO VARGAS – presidente do Brasil de 1930 a 1954, criou a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas).

mas a negociação entre patrão e empregado, nas atuais circunstâncias, é muito difícil e perigosa. Essa dificuldade relaciona-se à desestruturação do mundo do trabalho.

A desestruturação do mundo do trabalho é uma realidade. O desemprego faz parte do cotidiano. Os sindicatos discutem e decidem por diminuição de salários em troca da permanência no emprego. A negociação entre empregado e patrão, entretanto, nessas circunstâncias, é quase um sonho.

Paralelamente às mudanças societárias, nos anos 80, foi importante a tomada de consciência em relação às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social no Brasil. Sabemos que a exploração da mão-de-obra infantil faz parte do nosso processo histórico. Foi nas últimas décadas, no entanto, dos anos 80 para cá, que uma nova postura foi assumida em relação a essa constrangedora realidade brasileira. Políticas sociais passaram a ser estudadas e planejadas para erradicar ou pelo menos minimizar o problema da exploração da mão-de-obra infanto-juvenil. A sociedade também começou a ter maior conhecimento e consciência dessa realidade.

A pobreza, a desigualdade e a injustiça social também contribuem para a formação de uma realidade em que crianças, na maioria das vezes, são forçadas a ir à rua em busca da sobrevivência pessoal e até, em muitos casos, em busca da sobrevivência de toda a sua família. O trabalho infantil consiste, na maioria das vezes, na única fonte de renda e sustentação da família.

A exploração dos dados sobre a realidade do trabalhador infantil no Brasil veio à tona por volta da década de 80, através das PNADs – Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios. A partir daí, a fundação IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, começou a produzir e divulgar regularmente dados referentes aos trabalhadores infantis e adolescentes.

Na maior parte das vezes, a própria família e as empresas contribuem para a exploração do trabalho infantil. A família, utilizando a criança para obter através de sua mão-de-obra recursos para o seu sustento, e a empresa, por com o objetivo obter mais lucros, remunerando com baixos salários. Atualmente, nos mercados informalizados, a empresa significa a própria família ou a criança que vem a constituir o trabalho autônomo.

Constitui-se, assim, um sistema de legitimação para a manutenção e a reprodução de uma estrutura social, em que a pobreza e a estrutura ocupacional composta pela criança, legitima e regula as relações, transformando-as em algo necessário e natural. As próprias ideologias do trabalho, da educação e do lazer dão sustentação a essa estrutura social. Por exemplo, em seu processo educativo, o aluno da escola pública é orientado para ser trabalhador, para prestar seus serviços da melhor forma possível às empresas. Enquanto isso, na escola privada, o aluno é visto como o futuro empresário, que vai comandar e tomar decisões que nem sempre serão tomadas em conjunto com o trabalhador.

Esses valores estão organizados a partir da “construção social de uma hierarquia etária” (Elson, 1982), que legitima as relações de poder desiguais entre adultos e crianças, impedindo-os de perceber as necessidades das faixas etárias subordinadas, que são compostas pelas crianças e adolescentes.

Quanto maior a pobreza mais as famílias colocam os seus filhos pequenos a trabalhar. Portanto, o trabalho infantil está condicionado às características sócio-econômicas da família a qual as crianças pertencem. A contribuição do trabalho infantil ao rendimento familiar é muito importante. Mesmo que a criança trabalhe para si, seu sustento já significa uma grande ajuda, pois os pais não têm despesas com ela.

Assim, a pobreza e a necessidade de trabalhar acabam por influenciar a educação da criança e do adolescente. Embora reconheçam a importância do estudo, o retorno deste investimento não é imediato, mas a longo prazo, enquanto as necessidades materiais e a fome constituem elementos de sobrevivência, contribuindo assim com a evasão escolar, com a entrada tardia na escola, com os freqüentes abandonos e com a repetência.

Com o objetivo de incentivar a freqüência da criança e do adolescente trabalhador à escola, algumas medidas de política social estão sendo tomadas no Brasil, entre elas está a “Bolsa-Escola”. A mãe recebe o auxílio da Bolsa-Escola, que atinge até três crianças por família. No entanto, se a família tiver mais que três crianças, as outras estarão excluídas do programa social. O PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) também consiste em uma política com a finalidade de erradicar definitivamente o trabalho infantil no Brasil. Entretanto, as crianças, quando questionadas na escola sobre o trabalho, constrangidas, acabam negando a sua atividade laboral fora do horário escolar, dificultando o acesso às crianças trabalhadoras.

Benefícios e desvantagens das transformações societárias

As transformações societárias e o desenvolvimento técnico científico, nas últimas décadas, fazem parte do cenário mundial, como já foi mencionado assim como a globalização e o ideário neoliberal, produzindo mudanças significativas. Essas mudanças trazem tanto benefícios quanto prejuízos e desvantagens à sociedade, principalmente para a população menos privilegiada, ou seja, mais pobre.

Os benefícios são, por exemplo, o conforto e o bem-estar proporcionado pela informática, microeletrônica, telefonia celular, internet. Entre as desvantagens, encontra-se a exclusão de grande parte da sociedade, pois nem todos têm acesso a esse conforto, o que acaba gerando violência e a desestruturação do mundo do trabalho, por causa do desemprego ou do emprego temporário, polivalente e informal. Além disso, em relação a um país como o Brasil, coexiste com essas transformações sociais, a permanência de uma realidade histórica, que é o trabalho infantil e do adolescente, devido à pobreza, à miséria e às necessidades de sobrevivência da família.

Ainda reforçando a idéia das transformações do final do século 20 e início do 21, o processo de globalização também contribui para as mudanças. Essa nova revolução, baseada na microeletrônica, é ágil e eficaz. Gera a necessidade de qualificação da produção em qualquer setor econômico. Por isso, apresenta aspectos positivos. A questão, no entanto, é que a globalização atual é um tanto perversa e sutil, pois, ao mesmo tempo que oferece conforto, qualidade e mais produtividade, devido aos

recursos tecnológicos, gera exclusão. Nem todos os indivíduos, independente do tipo de sociedade a que pertencem, têm condições de fazer parte dessa globalização, porque nem todos têm acesso à escola, à qualificação de mão-de-obra e ao conhecimento científico.

Considerações finais

Diante deste contexto, para acompanhar as transformações atuais, as instituições sociais devem conscientizar-se da sua importância na ajuda da solução dos problemas. A escola compõe uma delas e deve repensar o seu papel. Ela tem a obrigação de apontar caminhos e pedir a ajuda da comunidade para conseguir chegar a soluções, procurando orientar sobre o valor do estudo, proporcionando aos alunos acesso aos conhecimentos de informática, quando possível, colocando-os para dentro da sala de aula, enfim, preparando os alunos para o mercado de trabalho, para que tenham condições mínimas de competir nesse novo mercado, para que possam conquistar melhores oportunidades. A alternativa para o emprego, no entanto, é obrigação tanto do setor público quanto do privado.

O professor também deve estar motivado, preparado e atualizado. Aí entra o papel da educação, para ajudar na solução das questões sociais. O professor não precisa depender da tecnologia para as suas aulas, mas precisa ter conhecimento e acesso a ela, para poder orientar o seu aluno. Precisa ser conforme, PAULO FREIRE (*apud* GADOTTI, p.41), um investigador, um indagador, enfim, um pesquisador, para auxiliar, com mais competência, no processo de ensino-aprendizagem. Precisa criar espaços mais qualificados, com conhecimento, pois as informações a que temos acesso hoje são muitas, mas o conhecimento qualificado ainda é muito precário, especialmente numa sociedade como a do Brasil.

Conforme Gadotti (2003), “A sociedade contemporânea está marcada pela questão do conhecimento. E não é por acaso. O conhecimento tornou-se peça chave para entender a própria evolução das estruturas sociais , políticas e econômicas de hoje”.

Certamente, o professor deverá ser um sedutor e ter clareza nos objetivos para com os seus alunos. Somente assim terá êxito na sociedade da qual fazemos parte. Também deverá promover a construção do conhecimento de forma crítica e criativa e fazer com que o aluno seja o sujeito da sua própria aprendizagem.

Portanto, devemos reforçar a importância do papel de instituições como a família, a sociedade, o estado e a escola, que devem estar unidas para ajudar na solução dos problemas sociais que assinalam o início do Terceiro Milênio. Valores como a esperança, o amor e a justiça social jamais devemos perder, pois “uma educação sem esperança não é educação”, segundo Paulo Freire.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, UNICAMP, 1995.

ELSON, D. **The differentiation of children's labour in the capitalist labour market**. In: Development and change. Londres e Beverly Hills: SAGE, 1982.

MAYA, Paulo Valério Ribeiro. **Trabalho, tempo livre e relações capitalistas: tempo livre e alienação do trabalhador segundo a lógica da produção de mercadorias**. Tese (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho. Ensinar e aprender com sentido**. Editora Feevale. Novo Hamburgo, 2003.



PARTE III

Como estamos indo?
Democracia, cidadania,
educação e ética



Educação, cidadania, democracia e liberdade: ontem e hoje em debate

Carlos R. S. Machado¹

Introdução

Desde que nascemos, nós, seres humanos, estamos envolvidos em processos educativos, ou seja, a educação faz parte da nossa vida *desde os primórdios de nossa existência bem como da humanidade*. Dizem alguns que, mesmo antes de nascermos, já estamos aprendendo, seja através das relações e dos sentimentos que nossa mãe tem para conosco, ainda em sua barriga, ou através da relação dela com outros/as e com o mundo. Depois do nascimento, aprendemos a andar, a comer, a brincar, e, finalmente, começamos a “emitir” sons. Os primeiros “grunhidos”, decorrentes da repetição do que ouvimos, vão, logo em seguida, ganhando “sentido” e/ou “significado” para aqueles que nos ouvem, e também para nós mesmos. Em outras palavras, “traduzimos” em sons os significados, e os simbolizamos graficamente através da palavra escrita. Desse modo, começamos a nos comunicar e, por causa disso, podemos nos considerar membros da espécie humana. Mas, a transformação destes sons em palavras escritas, e a leitura dos símbolos que representam os sons, emergiu somente entre os últimos 5 e 7 mil anos como algo produzido por seres humanos. Tal processo significou a separação definitiva dos humanos dos outros seres vivos, já que a produção gráfica dos sons e de seus significados decorreu de um processo qualitativo interno nos mesmos.

¹ Professor da Universidade Feevale (2001-2004) e doutor em educação (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Atualmente (2004-2012) é professor de políticas públicas na Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e do programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental.

Os processos de ensino, portanto, de ensinar a outros os “meandros” desta codificação da escrita sempre foi restrito na história e/ou controlada por reis, faraós, imperadores, dentre outros dominadores dos povos em tempos passados e presentes. No entanto, com a emergência da impressão de livros, de jornais, revistas e outros materiais decorrentes do uso das máquinas à impressão, *nos últimos séculos, principalmente revolução francesa (1789), a educação formal foi generalizada às massas ou aos cidadãos.* Então, com os processos sociais populares que vieram a ser chamadas de revoluções burguesas (Revolução Francesa, Inglesa e Americana) no século XVIII e XIX, a escola, como a conhecemos, emerge visando dar conta dos novos hábitos, valores e concepções decorrentes destes processos revolucionários (STOER, 2001). E foi assim, a partir da França, da Inglaterra, Estados Unidos, da Alemanha e de outros países, que a educação pública e os sistemas públicos de educação começam a se generalizar em todos os continentes². *E com ela os ideais do liberalismo, do capitalismo e do “lucro” espalham-se pelo mundo junto com a instituição dos sistemas de ensino público. Ou seja, a educação pública dos cidadãos por parte do Estado bem como das instituições privadas de ensino (as empresas) comungam, em suas diversidades, da ideia de que a educação está ligada ao sistema e a ordem instituída e/ou que pode ser objeto de lucro, via a venda da mercadoria ensino e formação.*

Os processos iniciais de educação, em sentido amplo e significativo, como aquele dos primórdios humanos, bem como aqueles por que passam todos os humanos são milenares; e os relacionados ao ensino formal têm apenas alguns séculos (*Século XVIII em diante, no Ocidente*)³. No sentido amplo, podemos relacionar, também, educação com as relações que se estabelece nos processos individuais em família, com vizinhos, no bairro, na cidade, em instituições, no País e/ou na cultura, e o sistema social e econômico-político. No sentido restrito, sendo parte de uma ordem social instituída em nível mundial - *o capitalismo* – mantém com este uma simbiose desde seu nascimento. *Então, diríamos que se a educação e o conhecimento são influenciados pelo sistema, que é o capitalismo; mas que pela história percebemos que isto ou esta dominação não é absoluta, e que sua efetividade tem força, é porque nas relações sociais e cotidianas dos indivíduos entre si e com a materialidade os convence de que seus valores, concepções e ponto de vista são únicos, o verdadeiro, o melhor para todos. No entanto, estando os sistemas em crise (Os paradigmas em Boaventura de Sousa SANTOS, 1985/1986; o Sistema-Mundo de WALLERSTEIN, 2003), também está a educação e os sistemas de ensino na atualidade. E ao estarem em crise, e neste contexto, é que este ensaio se insere e discute o conteúdo aqui expresso.*⁴ *Vamos adiante.*

² Dentre as exceções encontramos o Brasil. Neste, a educação será praticamente inexistente, enquanto iniciativa pública (do Estado) até os anos 30 do século passado. Ou seja, de 1500 até praticamente 1930 não tivemos iniciativas relevantes no sentido de universalizar a educação pública para todos os brasileiros e brasileiras.

³ *No Oriente como nos ensina Frijof Capra (2001), ou seja, na China com as escolas, inspiradas em Confúcio, que formavam os quadros da burocracia (mandarins); ou Índia onde o monopólio era da religião, dos mosteiros.*

⁴ *Expressas em dois momentos: em 2003, na Universidade Feevale, na primeira edição com letra normal; e atualizada ou complementada, escrita em itálico, agora, em 2012 para esta edição impressa e e-BOOK que a Universidade Feevale está a publicar.*

A Escola e o Sistema

Quando a criança chega a idade próxima aos 7 anos, é por lei encaminhada para uma escola. Nesta, participa de um processo já estabelecido, onde a percepção ou a compreensão dos conteúdos, dos objetos ou dos fenômenos sociais, não raramente, são trabalhadas como partes separadas e não relacionadas à realidade em que se vive. Privilegia-se a razão e a abstração neste espaço separado da vida, dos sentimentos, da subjetividade, do dito saber, do conhecimento. Se, como dissemos, a capacidade para a fala e para escrita nos separaram do “reino animal”, a abstração e o tratamento dado aos conceitos de forma quase absoluta, desvinculadas do real (da realidade) e das relações e das práticas humanas, nos levaram ao extremo oposto: a abstração absoluta. É este saber e conhecimento, resultante de nossa racionalidade científica que determina o que é real, correto e verdadeiro, independente da realidade do vivido (LEFEBVRE, 1991). Diz Santos (1985) que, entre as características deste paradigma dominante (da modernidade), predominam a idéia de lei, causalidade, ordem, estabilidade, verdade, enfim, conceitos que “enquadram” o mundo e as coisas como se funcionassem como um mecanismo automático através de leis independente dos humanos, em suas paixões, esperanças e utopias. É este o paradigma dominante do sistema de ensino e escolas em nosso País (do fundamental ao superior). *Mas, tal dominância não significa que não existam outras versões ou posições sobre a educação e no debate e disputa de sentido para estes processos de “educação das massas” em conformidade ao sistema dominante.*⁵

A idéia de que a ordem ou o sistema funciona de forma independente, sem a intervenção humana, induz a um **não** agir deste nas coisas da vida e do mundo *num sentido transformador e superados de sua subserviência àquele, seja qual ele seja*. E não ou agindo deixa que as coisas fiquem como estão, portanto, mantém o *establishment*. *No entanto, na medida em que ocorre uma apropriação desigual da riqueza, do território e dos “espaços de poder”, senão não teríamos miséria, fome e exploração e dominação de uns sobre os outros. E estes outros se levantam e gritam, fazendo emergir conflitos.*

Educação e ensino na lei e nos dicionários

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) diz que a “educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (artigo 1º). Diz ainda que a lei disciplinaria “a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias”, e que “a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” [...]. Existem, então, dois processos

⁵ Os conflitos educacionais que estamos mapeando e sistematizando no Observatório dos Conflitos Urbanos e Socioambientais do Extremo Sul do Brasil atestam isso (ver Machado e Floriano, 2012); a greve dos professores federais por mais de 4 meses; a existência de uma entidade financiada pelos grandes empresas, bancos, etc. (Movimento Todos Pela Educação) (ver Machado, 2011) *idem*.

relacionados, os quais podemos reconhecer através de expressões como “educação” e “ensino formal”. No primeiro sentido, mais amplo, desenvolve-se na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, etc. Este se articula e faz parte de uma construção de valores e de práticas sociais, portanto, estão vinculados a uma determinada sociedade em que a criança nasceu e em seus fundamentos mais profundos. Já o ensino formal ou educação escolar desenvolver-se-ia em instituições próprias.

Também as definições de educação e de ensino possibilitam-nos algumas conjecturas na diferenciação destes dois conceitos. O Aurélio Eletrônico (1997) nos dá 8 (oito) definições de educação e 7 (sete) de ensino. Diz ser **educação** o “processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e oral da criança e do ser humano em geral, visando à sua melhor **integração** individual e social”. Mas diz também ser os “**conhecimentos** ou **aptidões** resultantes de tal processo, preparo” e, ainda, “**aperfeiçoamento** integral das faculdades humanas” e “**conhecimento e prática** dos usos de sociedade, civilidade, delicadeza, polidez, cortesia”, e, por fim, “arte de **ensinar** ou **adestrar** animais; adestramento”.⁶ A definição de **ensino** seria “**transmissão** de conhecimentos, informações e esclarecimentos”, “métodos empregados”, “esforço orientado para a **formação ou modificação** da conduta humana”, e ainda, “adestramento, treinamento”.⁷

No destaque por negrito podemos perceber de forma mais evidente a separação, ou melhor, a diferenciação entre educação e ensino. Mas emerge também, de forma explícita, a idéia da existência de um pressuposto fundamental: algo já estabelecido e determinado de antemão. O conhecimento visaria “desvendar” os saberes inerentes aos fenômenos e aos métodos que já estariam no sistema social e na realidade existente. Sendo assim, o pressuposto de fundo é de que há um **determinante** ou um **instituído** ao qual ambos processos (educação e ensino) estão e devem se subordinar. É neste sentido que se afirma que a educação visa o desenvolvimento para a **integração, aperfeiçoamento ou conhecimento e prática** da sociedade e ensino como **transmissão, formação ou modificação** conforme o estabelecido na sociedade. Por isso é que são antidemocráticos e anticientistas, pois, neles, os indivíduos são objetos dos métodos e das práticas desse ensino e dessa educação. Na verdade, além de objetos, tais concepções e práticas decorrentes neste espaço social produz e reproduz a sociedade realmente existente (LEFEBVRE, 1973, 1991).

Democracia e cidadania na história e na atualidade

Quando nascemos, o fazemos dentro de uma sociedade, seja ela qual for. Esta possui suas regras e instituições que foram construídas pelas gerações pregressas, através de grupos, classes, setores organizados e, ou não, que sobre e sob determinada realidade sócio-econômica-política vivem, relacionam-se, e produzem os meios e

⁶ É ainda “ato ou efeito de educar-se” e “níveis ou tipo de ensino”.

⁷ É ainda “magistério”, “polidez, urbanidade, educação, boas maneiras”, “castigo, ensinadela”.

os produtos necessários à subsistência em geral. Como vivemos numa sociedade capitalista, que tem como objetivo principal o lucro privado para os agentes econômicos e políticos da produção, da troca e da distribuição, então, o que se produz visa um mercado (abstrato) e, não as pessoas (reais) que vivem na cidade, no País, etc. Sendo assim, não é a democracia ou a cidadania seu fim último, ela é um meio, *para estes empresários e pessoas vinculadas ao lucro através da produção de mercadorias*. Mas, *mesmo a palavra democracia é perpassada de controvérsia, ou seja*, de que democracia e para quem estamos falando?

Recentemente, na Folha de São Paulo (setembro de 2003) um filósofo liberal, professor da UFRGS, associou o capitalismo com a democracia e a liberdade. Mais precisamente, disse que, no capitalismo, vigora a democracia pois elegemos nossos representantes e temos a liberdade para decidir nosso futuro (ROSENFELD, FSP, 2003). Inicialmente, convém ressaltar que a nossa Constituição (1988) prevê mecanismos políticos de participação da cidadania que vão além da simples eleição. Por exemplo, o *impedimento* (exercitado com o fim do governo Collor), o *plebiscito* (exercitado com a votação presidencialismo x parlamentarismo), e ainda a possibilidade do *referendo* e do *orçamento participativo*, como possibilidades colocadas na Carta Maior. Este último, inclusive, é praticado em mais de 240 cidades do Brasil e do Mundo (MACHADO, 2002). Então, afirmar ser o voto exemplo de democracia é restringir e empobrecer a própria concepção de democracia em nossa lei maior. Além, é claro, de restringi-la apenas a seus aspectos político-eleitorais.

COUVRE (1991), a partir de Marshall, define a democracia de forma mais ampla relacionado-a, não apenas à idéia de ação humana ou de participação dos cidadãos (indivíduos que moram na cidade e têm atitude ativa e solidária na melhoria de sua cidade, bairro, clube, associação, sindicato etc.), mas também a idéia de direitos sociais, econômicos etc. Por conseguinte, ser cidadão não é apenas morar na cidade, mas ter participação ativa nesta, desfrutando de seus direitos como, por exemplo, ter condições mínimas de vida (emprego, salário justo, moradia, sistema público de saúde e de ensino, etc.)⁸. Ser cidadão, participante da vida da cidade, e ter um envolvimento em seus assuntos é uma condição desse ser cidadão e de seu viver bem. Este deve se sentir atuante e pertencente ao local (sítio de pertencimento, ZAOUAL, 2003) no qual vive e ama, e tem o sonho de dias melhores para si e para todos.

No entanto, ao longo do século XX, com a associação da democracia ao capitalismo, acabou predominando uma versão simplificada da democracia como apenas restrita à eleição de representantes. Em outras palavras, o sistema democrático seria o capitalista, e ser capitalista é ser democrático. E, é partindo deste senso comum, que o filósofo liberal acima citado, faz suas afirmações. Ele busca, apenas, defender e manter o que está aí, sem questionar o estabelecido e restrito à eleição de representantes. E, como contraponto de seu “modelo ideal”, utiliza o comunismo como “bode expiatório”. No entanto, como o socialismo (ou o comunismo) do leste e a China desenvolvem processos capitalistas de produção, perguntamos: o que impediu o desenvolvimento da “liberdade e da democracia no mundo capitalista” nas últimas

⁸ Todos aspectos consagrados na Constituição Federal (1988) e não efetivados.

décadas? Chegamos ao fim da história e da liberdade, disse alguém no início dos anos noventa. Mas onde estão a democracia e a liberdade, depois de 10 anos de tal profecia, de pleno desenvolvimento do capitalismo que eles pregam?⁹

Em artigo na Zero Hora (21/12/2001) questioneiei o que teria mudado nas últimas décadas com o capitalismo, e agora, com o dito “neoliberalismo”, em relação à miséria e à exploração *humana e ambiental* no mundo, bem como nas atitudes unilaterais dos Estados Unidos, em sua relação às demais nações. E, passado dois anos, ainda pergunta: não seria o próprio (capitalismo) um sistema antidemocrático, antilibertário e anticidadão? Não seria este o problema? Vejamos o caso do País que é citado como exemplo de democracia e liberdade.

Nos Estados Unidos o presidente é eleito indiretamente, em campanhas milionárias dominadas por empresas de comunicação e de publicidade e o George W. Bush, por exemplo, presidente, foi eleito em “situações duvidosas” na Califórnia. Além disso, mentiu para a sociedade americana e para o mundo que o Iraque tinha armas de destruição massiva e, depois de meses da destruição do País, e outros meses de buscas, ainda não as encontraram. Os direitos e garantias individuais foram suspensos internamente, foram presos milhares de suspeitos e outros milhares estão presos sem julgamento na Base Militar de Guantánamo (Caribe). Dados e informações foram manipulados na Inglaterra dentre outras ações não compatíveis com o que “se vende” deste paraíso de democracia e liberdade. Portanto, restringe-se, ainda mais, aquilo que era anunciado como exemplo de democracia e liberdade (CHOMSKY, 2002). Por outro lado, as empresas que estão sendo contratadas para a reconstrução do Iraque são próximas ao vice-presidente e ao staff de Bush.¹⁰

Depois, da desgraça da gestão de Bush, que hoje todos “detonam”, mas que na época o apoiavam (ver as manifestações via editoriais de jornais como Zero Hora, Globo, Folha de São Paulo ou Estado, no Brasil; ou os escândalos do apoio dos jornais as ações de Bush depois do 11 de setembro de 2001, e que depois fizeram “mea culpa”); tivemos a crise de 2008-2009 nos Estados Unidos que se espalhou para a Europa e persiste até o presente. De forma evidente, a dita democracia capitalista vem sendo usada para tirar recursos da sociedade (dos orçamentos) para pagar juros e empréstimos aos mesmos especuladores que levaram o sistema à crise. Isto porque, é da natureza e da lógica do capitalismo e da busca de lucros sem fim. Em outras palavras, os especuladores (sistema financeiro, bancos, fundos de pensão, especuladores, agiotas) que lucraram com a construção de casas (sistema imobiliário nos EUA), quando as pessoas não conseguiram pagar e veio à crise, deslocaram-se para outras “paragens”, como o mercado de alimentos, a construção de eventos e estádios para esportes (Copa do Mundo, na Grécia, África do Sul, Brasil) ou Olimpíadas (Londres, Brasil, etc.). Os países que tinham feito empréstimos para financiar estes eventos.

⁹ A Folha de São Paulo reproduzindo dados do IBGE (2002) em junho de 2003 afirma que a parte mais rica do Brasil (1%) se apropria de 13,4% da riqueza produzida ao ano (PIB 2002) e que os 50% mais pobres ficam com 14,6%. Que temos 40 milhões de miseráveis (menos de 1 U\$ dia viver) e 45 milhões de desempregados.

¹⁰ Primeiro o governo de Bush destrói o Iraque e, portanto, usa recursos dos tributos pagos pelos cidadãos americanos e recursos de países em “desenvolvimento” via dívida externa e “condicionalidades”, para financiar a guerra. Leia-se comprar armas e sistemas de guerra de empresas apoiadoras de seu governo. Depois, empresas destes são chamadas para reconstruir o que eles mesmos destruíram. É a degradação humana mais perversa e mesquinha que estamos vendo diante de nossos olhos (setembro 2003).

Teóricos atuais da democracia e da liberdade afirmam que os conceitos de democracia, liberdade e cidadania e a história de sua emergência no século XVIII e XIX foram ressignificados pelos teóricos capitalistas tirando-lhes seus significados iniciais. Assim, Santos (1998, 2002) e Macpherson (1991) dizem que no século XIX, na Europa feudal ou nos Estados Unidos em luta contra a Inglaterra, a democracia e a liberdade foram usadas pelos setores dominados contra os senhores feudais europeus, ou contra a Inglaterra, pelos colonos americanos (do norte). A democracia era uma ameaça aos poderes instituídos pois possibilitaria a votação, participação e a eleição de representantes do povo para os espaços de governo antes reservados aos nobres e aos representantes ingleses na colônia na busca de sua liberdade (CHOMSKY, 2003). Mas, também, buscavam a melhoria de suas condições de vida e de trabalho, na medida em que os eleitos, através de suas políticas e ações, fossem direcionadas para estas maiorias, e não apenas para os membros da nobreza e do clero como no antigo regime. Foi então, em nome desta democracia e liberdade, que as burguesias europeias e norte-americanas, os camponeses, operários, os pobres e os marginalizados acabaram com o sistema feudal europeu e as colônias nos séculos XVIII e XIX. Na Inglaterra, por exemplo, foi somente como um movimento chamado *cartista* que foi possível aos pobres votar e eleger seus representantes ao parlamento.

No entanto, não foi isso que aconteceu. Logo após as revoluções capitalistas, os que estavam à frente das lutas começaram a alijar os setores populares, os grupos progressistas, os pobres dos espaços de poder, e abandonando seus afãs democráticos e de liberdade, começam a privilegiar seus interesses – os econômicos – já que eram banqueiros e grandes comerciantes. No século seguinte, Hayek (1974) dirá que a democracia não é uma questão de princípio para o capitalismo, portanto, pode ser sacrificada.

Depois da segunda guerra mundial no capitalismo, seja diante da ameaça que significou o nazismo e o fascismo, seja diante da existência de uma alternativa, o socialismo em um terço da humanidade, instituir-se-á sistemas de bem estar social. Neste, pactos entre trabalhadores e empresários, salário desemprego, acordo contra demissão e de reajustes e aumentos de salários, planejamento e produção coordenados pelo Estado, empresários e trabalhadores, possibilitaram “décadas de ouro” ao sistema até inícios dos anos setenta. A crise mundial dos anos de 1968, a derrota dos EUA no Vietnã, o aumento de demandas relacionadas à melhoria das condições de vida e de trabalho, levam a mudanças significativas na gestão do capitalismo nos anos setenta. Os conservadores em alianças com neoliberais assumem governos na Inglaterra e nos EUA e começam a implementar suas políticas macro-econômicas de cunho neoliberal. Na América Latina tivemos o primeiro ensaio no Chile – com Pinochet – através de uma sangrenta e vil ditadura, com a derrubada de um presidente eleito e “rasgando” a Constituição. Também a ditadura militar brasileira – de 1964 até 1989 – foi bem capitalista e passou por cima da constituição. Os capitalistas viviam muito bem com os “ditadores”, pois a sociedade capitalista e de mercado NÃO é incompatível com ditaduras, seja no Brasil depois de 1964, no Chile de Pinochet, nas ditaduras Árabes apoiadas pelos EUA, etc. Portanto, o “mercado”, o lucro, os negócios, estão em primeiro lugar para os defensores deste sistema social.

No Brasil, como nunca tivemos democracia, mesmo as de sentido liberal, ou seja, predominou entre nós as ditaduras e os regimes de exceção, caracterizamos o regime que vige entre nós de uma democracia de baixa intensidade. E é de baixa intensidade, pois é limitada a curtos períodos de nossa história, além de restringir-se ao exercício do voto de tempos em tempos através da “competição no mercado político”. Além disso, o próprio processo de exercício da democracia fica subsumido ao econômico nos processos competitivos à semelhança dos que ocorrem no mercado econômico.

A contraposição seria a construção de uma democracia de **alta intensidade** ou **substantiva** como define Santos (2001) uma possibilidade alternativa. Nesta, para além dos processos eletivos seriam constituídos outros mecanismos de participação, decisão, fiscalização, e controle da população sobre os gestores nas instituições públicas, de governos, enfim, do Estado. Parte tal proposição da compreensão de que os recursos utilizados (administrados) pelo Estado e seus gestores (os governos) são da sociedade e em nome dela devem ser geridos. No entanto, na medida em que na atualidade, a população está alijada da fiscalização e da participação nos governos e no Estado, de uma forma geral, é deixado aos corruptos e aos corruptores, aos que pagam propina e aos que recebem (os poderosos e influentes) o usufruto de meios e recursos públicos em benefício privados (os seus). Portanto, a apatia e a não participação, bem como a ideia de que “todos os políticos são ladrões” e “não vou me envolver”, fazem parte do mesmo processo de deixar que “os mesmos” tomem conta de nossos recursos.¹¹

Educação cidadã na sala de aula.

1º experiência, momento um:

Faz-se mister, nesse momento, realizarmos uma articulação de todos os conceitos trabalhados e comentados durante este ensaio, a partir da focalização da relação que o professor/a desenvolve e estabelece com seus alunos/as, e também a maneira como o conteúdo de ensino envolve-se nestas relações (processos subjacentes de aprendizagem) no cotidiano. Neste rumo, diremos que o método de ensino-aprendizagem, o conteúdo e a ação ensino-aprendizagem podem estar servindo ou para a construção da cidadania e da liberdade ou para a subserviência de nossos alunos/as. No conhecimento tradicional baseado em leis e em verdades tais considerações são irrelevantes, pois, ser cidadão é para eles ser passivo, aceitar as suas verdades, assimilar, decorar, etc. Partirei de uma experiência desenvolvida com alunos e alunas

¹¹ Somos nós que pagamos o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), IPI (Impostos Produtos Industrializados), IR (Impostos de Renda), IPTU (Importo Patrimonial e Territorial Urbano), ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), já que as empresas repassam aos produtos que vendem os impostos que pagam; e portanto, aqueles compõem as fontes de recursos dos governos, e destes são elaborados os Orçamentos e realizadas as obras federais, estaduais, municipais.

no primeiro semestre de 2003, na disciplina de Fundamentos da Realidade Brasileira e Cidadania que resultou num site na Internet (www.fundamentos2003.hpg.ig.com.br)¹² como exemplo.

A disciplina tem em seu próprio nome a cidadania para enfatizar a preocupação com o tema, o qual deve se relacionar com a realidade brasileira no contexto mundial, bem como aos aspectos econômicos, políticos, dos movimentos sociais, culturais, etc. Por outro lado, já que as estratégias de ensino-aprendizagem são de responsabilidade do professor, este tem liberdade para planejar suas atividades e a forma de trabalhar os conteúdos dentro daqueles “parâmetros” da ementa e objetivos. Essa disciplina é obrigatória para todos os cursos oferecidos na Feevale, e por isso ela é freqüentada por acadêmicos de diferentes origens sociais, motivações e com conhecimentos diferenciados decorrentes de suas atividades educativas pregressas. São alunos/as de administração, direito, engenharia, história, letras, ciências da computação, relações internacionais, educação física, fisioterapia, enfermagem, biomedicina, design, arquitetura e urbanismo, ciências contábeis, etc.¹³

As atividades do semestre foram desenvolvidas em três momentos. Um primeiro de identificação e ou localização da realidade em que nos encontramos. Em segundo lugar realizamos um “retorno” na história de nosso País relacionado-o com o restante do mundo nestes últimos 500 anos. E, num terceiro momento, fizemos a volta ao presente, articulando as temáticas da história, a realidade brasileira e a cidadania vinculados às áreas dos cursos de cada aluno/as (trabalho realizado em grupos). Os alunos/as deveriam reorganizar todo o material produzido (resenhas, resumos, estudos), a fim de aprontar um trabalho final, o qual se configurou em um ensaio que seria publicado numa *home page* construída por um grupo de alunos da computação.

O objetivo das atividades visam à construção da cidadania, enquanto parte das atividades da disciplina, para a qual o papel ativo dos sujeitos deveria ser relevante e ser considerado como elemento fundamental da construção do significado no processo. Assim, as estratégias de ensino-aprendizagem fizeram com que os alunos/as “vivenciassem” situações em que fossem sujeitos do produzido nestas atividades. Pesquisas na biblioteca, trabalhos em grupo e apresentação, entrega de resumos, resenhas e o retorno com comentários, serviram como instrumentos. Mas, as atividades e estratégias não foram apenas meios para um fim – o trabalho final – o processo em desenvolvimento também era fundamental, pois era aí que se estava ou não construindo a liberdade através de uma experiência de democracia substantiva. No primeiro mês, no meio do semestre e ao final, avaliamos as aulas, visando readequar e reorganizar nossas atividades bem como o trabalho do professor e das atividades que vínhamos desenvolvendo.

¹² Hoje desativado.

¹³ Na Universidade Federal do Rio Grande, a mesma disciplina é desenvolvida, mas seu nome é Políticas Públicas da Educação.

2º Experiência, momento dois:

Ou seja, a experiência acima era desdobramento de um trabalho que se iniciou em 2000-2001, quando assumi como professor substituto da UFRGS (Universidade Federal do RS), ainda doutorando; e depois na Universidade Feevale (2001-2004) e na FURG (ago.2004), na qual venho aperfeiçoando uma metodologia de ensino na disciplina de Políticas Públicas da Educação. Nessa, no primeiro semestre, inicialmente, através da leitura e discussão de recortes de jornais sobre problemas e/ou conflitos em educação produzimos uma configuração interpretativa da sociedade/da cidade e da estrutura educacional (OLIVEIRA, 2002; OLIVEIRA e ADRIÃO, 2007a, b; MACHADO, 2012).

Depois, pelo estudo e debate de conceitos e concepções educacionais (conforme objetivos e conteúdos previstos), e sempre, relacionando às particularidades de cada curso. Ao final do semestre, os acadêmicos constituem grupos, que divididos em níveis e modalidades (ex. EE, EJA, EM, EF, EI, etc.) deverão contatar uma instituição ou espaço educativo (escola, CRE, SME, sindicatos, etc.) para entrevistar. Para tanto, além das orientações e um roteiro de pesquisa, realizamos reuniões com cada grupo em datas marcadas para orientação. No segundo semestre, depois do primeiro contato, os acadêmicos deverão realizar entrevistas mais aprofundadas e sistematizar algumas leis e documentos políticos. As aulas no segundo semestre, portanto, são intercalados entre aulas expositivas, grupos de orientação, entrevistas em espaços educativos, uma apresentação preliminar e discussões em sala de aula das pesquisas. Nos últimos anos, vimos realizando um seminário conjunto de Políticas Públicas de Educação ao final do ano, quando realizamos debates e os acadêmicos apresentam seus trabalhos. (ver site FURG, seminários Políticas Públicas). Tal experiência será incorporada e articulada ao projeto PET, e os acadêmicos seriam participantes anuais da disciplina (alunos regulares) ou monitores (que realizam a disciplina).

No entanto, tal trabalho se articula às pesquisas já realizadas por mim, no mestrado, um estudo sobre qualidade da educação (MACHADO, 1999) e, no doutorado, uma sobre as políticas educacionais e a gestão democrática em Porto Alegre (MACHADO, 2005). Em Rio Grande, pesquisa a qualidade na/da educação infantil (2005-6) e sobre a educação ambiental e a produção de Lefebvre sobre a cidade (2007-2009). Além disso, em 2010-2012, desenvolvi com uma equipe de 8 (bolsistas CNPq) uma pesquisa sobre a extensão – NUDESE e sua relação com agricultores agroecológicos, em São José do Norte e Rio Grande (2012); e, também, uma pesquisa (edital universal 2010-2012) sobre a cidade, a sustentabilidade e os conflitos, em finalização. Dessa última, dentre seus objetivos estava a criação de um observatório dos Conflitos Urbanos e Socioambientais que será publicizado em site (conflitos) em março 2013..

Ou seja, as discussões da educação e do ensino nas políticas públicas articulam-se, em meu caso, com e a partir destas experiências educativas e das pesquisas realizadas e em realização.

Considerações finais

Uma educação cidadã pressupõe, portanto, ser participativa e democrática, *no entanto, diria ainda que tenha a ver e se relaciona ao contexto social e políticas e aos diferentes interesses e pontos de vista em disputa na sociedade. Sendo assim, diria que nos espaços micro dos processos sociais, e, no caso, a sala de aula, também se está construindo as relações sociais que podem ser para manter o que está aí, outra algo diferente, como relações cidadãs com nossos alunos/as. Mas, também, novas concepções e práticas para novos tempos democráticos e livres em nossa cidade, no País e no mundo. Tal pensamento vai a sentido contrário ao do ensino formal e livresco que “embolorado” afugenta os alunos/as desde que entraram na escola fundamental. Os processos educativos cidadãos devem criar e produzir o novo nas relações e nos processos de ensino-aprendizagem, portanto, sendo democráticas e de liberdade.*

Neste sentido, busquei argumentar que os processos de ensino aprendizagem em políticas públicas da educação estão, diretamente, de um lado relacionados ao ponto de vista de quem a desenvolve; e, de outro, tem a ver com pesquisas que dão sustentação e consistência aos debates e provocações aos alunos no sentido do desacomodar e produzir-se enquanto agentes efetivos de seu aprender, portando, emancipando-se nas relações que busco desenvolver. Isto porque, acredito que, agindo assim, a educação e também o ensino poderão contribuir na criação de condições necessárias à inovação social em diferentes campos do conhecimento, propondo a produção de alternativas ao paradigma dominante em crise e à sociedade e às relações sociais que estão aí, e que somente ampliam a miséria, a exclusão, a dominação e a exploração de uns poucos sobre muitos.

Referências

AURÉLIO, **Dicionário da Língua Portuguesa**. 1997. CD-ROM.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. (lei 9.394 de 20.12.1996). Brasília.

CHOMSKY, Noam. **Democracia y Mercados em el Nuevo Orden Mundial**. 2003. Disponível em: <www.zmag.org/spanish/idex.htm>. Acesso em: 8 set. 2003.

COUVRE, Maria Manzini. **O que é democracia**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1991.

FOLHA de São Paulo. **Retrato do Brasil – indicadores sociais do IBGE (2002)**. São Paulo, SP: Editorial Folha da Manhã, 13 jun. 2003.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro, RJ: DP e A, 1999. (La pensée marxista et la ville, França, 1075).

_____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo, SP: Editora Ática, 1991.

_____. **Re-produção das relações sociais de produção**. Porto, Scorpião, 1973.

MACHADO, Carlos R. S. **A (In)Sustentabilidade da Qualidade e da Gestão Democrática na Educação Brasileira**, Trabalho apresentado evento Universidad, p.10, Cuba, 2012.

_____. A gestão democrática no sistema educacional. In: LUCE, Maria Beatriz; MEDEIROS, Isabel L. P. (Org.). **Gestão Escolar Democrática: concepções e vivências**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2006b.

_____. A produção da hegemonia através da gestão das políticas e da legislação educacional nos anos noventa no Brasil. In: **Revista Prâxis** – Revista do ICHLA – Instituto de Ciências Humanas, Letras e Artes, Novo Hamburgo, RS: Feevale, Ano 1, v.1, ago. 2004.

_____. **As vicissitudes da construção da qualidade do ensino na política pública de educação no município de Porto Alegre, de 1989 a 1996**. 1999. Dissertação (Mestrado), UFRGS, Porto Alegre, RS: UFRGS, 1999.

_____. **Cidade, sustentabilidade e conflitos urbanos e socioambientais no extremo sul do Brasil**. Rio Grande, RS: FURG/PPGEA, 2012. Projeto de pesquisa (2013-2015) enviado CNPq para avaliação e financiamento.

_____. **Estado, Política e Gestão na/da Educação em Porto Alegre (1989-2004): avanços e limites na produção da democracia sem fim**. 2005. Tese (Doutorado), UFRGS, Porto Alegre, RS:UFRGS, 2005.

_____. **A cidade como espaço educativo da democracia sem fim: o caso do Orçamento Participativo de Porto Alegre**. Universidade de Aveiro, Portugal, Actas do Simpósio, 2002.

MACHADO, Carlos R. S.; NOGUEIRA, Gabriela. **A educação infantil na cidade do Rio Grande**. (Relatório de Pesquisa, CNPq, 2005-2006). Rio Grande, RS, 2006a.

MACPHERSON, CB. **Ascensão e queda da justiça econômica e outros ensaios**. São Paulo, SP: Paz e terra, 1991 (em inglês, 1985).

OLIVEIRA, Dalila; ROSAR, Maria de Fátima Feliz (Org.). **Política e Gestão da Educação**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2002.

OLIVEIRA, Romualdo Portela; ADRIÃO, Theresa (Org.). **Gestão, financiamento e direito à educação – Análise da Constituição e da LDB**. São Paulo. SP: Xamã, 2007.

OLIVEIRA, Romualdo Portela; ADRIÃO, Theresa. **Organização do ensino no Brasil – níveis e modalidades**. São Paulo, SP: Xamã, 2007.

ROSENFELD, Denis. **Capitalismo e democracia**. In. Folha de São Paulo. São Paulo, SP: Editorial Folha da Manhã, 13 jun. 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa Santos. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Um discurso sobre as ciências**. 11. ed, Porto: Edições Afrontamento, 1999.

STOER, Stephen. **Reconfigurações – Educação, Estado e Cultura numa época de Globalização**. Porto: Profeedições, 2006.

_____. **EDUCAÇÃO como direito**: o papel estratégico da EDUCAÇÃO pública na construção da Igualdade e justiça social. In: FORUM SOCIAL MUNDIAL (24-27 outubro, Porto Alegre, Brasil. Conferência de Abertura). 2001.

ZAOUAL, Hassan. **Globalização e diversidade cultural**. São Paulo, SP: Cortez, 2003.

Políticas Públicas, Estado e Cidadania

Gabriel Grabowski¹

Uma reflexão sobre as Políticas Públicas² destinadas a enfrentar a exclusão social e promover a cidadania implica, inicialmente, situá-las na história da sociedade brasileira, na estrutura e na função do Estado nesta sociedade, na evolução das políticas sociais e na ampliação recente e progressiva das políticas educacionais.

¹ Gabriel Grabowski. Professor e Pesquisador da Universidade Feevale. Graduado em Filosofia, Especialista em Sociologia (UFRGS), Mestrado em Políticas Públicas Educacionais (UFRGS) e Doutorado em Educação com ênfase no financiamento da educação, também pela UFRGS.

² O conceito de “políticas públicas” implica considerar os recursos de poder que operam sua definição e que tem nas instituições do Estado, sobretudo na máquina governamental, o seu principal referencial. “Políticas públicas são definidas, implementadas, reformuladas e ou desativadas com base na memória da sociedade ou do Estado em que têm lugar e que por isso guardam estreita relação com as representações sociais que cada sociedade desenvolve sobre si própria. Neste sentido, são construções informadas pelos valores, símbolos, normas, enfim, pelas representações sociais que integram o universo cultural e simbólico de uma determinada realidade” (AZEVEDO, 2001, p. 5-6). Já por políticas sociais, consideremos como as “estratégias promovidas a partir do nível político com o objetivo de desenvolver um determinado modelo social. Estas estratégias se compõem de planos, projetos e diretrizes específicas em cada área de ação social. Em termos globais, integram estas políticas ligadas à saúde, educação, habitação e previdência social” (BIANCHETTI, 2005, p. 88-89). Sendo a “política educacional” parte de uma totalidade maior, devemos sempre concebê-la em sua articulação com o planejamento mais global que a sociedade constrói como seu projeto e que se realiza por meio da ação do Estado. Nessa perspectiva, devemos considerar que uma política educacional articula-se ao projeto de sociedade que se pretende implantar, ou que está em curso, em cada momento histórico e/ou conjuntural. No desenvolvimento das sociedades capitalistas, inclusive, podem ser encontradas estratégias de promoção de políticas sociais que mantêm estreita relação com as necessidades de acumulação do capital. É, pois, considerando tal realidade que a presente investigação toma a educação e o seu respectivo financiamento como uma política social de natureza pública.

O Brasil continua sendo **uma sociedade** com desigualdades estruturais extremas, com níveis de pobreza inaceitáveis, com contrastes incomprensíveis e não enfrentados, cujas consequências sobre a infância, a adolescência e a juventude são diretas. Para Frigotto, um dos “contrastes que se reitera historicamente em nossa sociedade é absurda concentração de renda e propriedade na mão de uma minoria e, como consequência, uma grande massa de pobres ou miseráveis” (FRIGOTTO, 2013: 28).

Sobre o Estado brasileiro

O Estado brasileiro tem uma história que não se constitui apenas de uma série de anacronismos e “desvios” de suas funções históricas. Trata-se de uma história permeada por uma concepção de Estado marcada pela influência portuguesa, pelo liberalismo moderno e por especificidades próprias do processo histórico brasileiro. Podemos afirmar que esse processo é um esforço permanente de superação dialética de posições que se tornaram anacrônicas ou se revelam equivocadas.

O modo pelo qual os conceitos de Estado e políticas públicas de educação³ se articulam e evoluem na reflexão brasileira combina indissolivelmente *conservação e renovação*. O momento da conservação demonstra a continuidade de traços comuns do Estado liberal; a renovação, por sua vez, leva a diferentes avaliações do papel e da concepção de Estado mais “restrito” ou “amplo”, de acordo com algumas formulações teóricas gramscianas, e à “ampliação da teoria do Estado e o conceito de revolução como processo”, conforme abordagens desenvolvidas por Carlos Nelson Coutinho (1987, p. 53).

Nesse sentido, um olhar sobre a formação histórica do Brasil constata mudanças significativas em vários planos, especialmente após 1930, quando foram criadas condições para a constituição de uma sociedade urbano-industrial aos moldes do capitalismo. Esse processo, cabe destacar, acelerou-se a partir da década de 1950 e perdura até a atualidade, em que a sociedade brasileira, no plano estrutural, é profundamente marcada por relações de poder e de propriedade, em que se reproduz

[...] uma das sociedades ocidentais em que a violência de classe a constitui nas mais desiguais do mundo mediante os processos políticos que Gramsci denominou de revolução passiva e de transformismo. Trata-se de mudanças (rearranjo das frações e dos interesses da classe dominante) nos âmbitos político, econômico, social, cultural e educacional, cujo resultado é a manutenção das estruturas de poder e privilégio: manutenção do latifúndio ou da extrema concentração da propriedade da

³ Políticas Públicas de Educação são aqui entendidas como o Estado em ação, implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade, dentre as quais, a educação. As políticas sociais se situam no interior de um tipo particular de Estado. São formas de interferência do Estado, “visando a manutenção das relações sociais em determinada formação social. [...] É impossível pensar o Estado fora de um projeto político e de uma teoria social para a sociedade como um todo” (HOFLING, 2001:26).

terra; concentração extrema da riqueza e da renda; isenção de impostos para grandes fortunas; grupos econômicos poderosos e sistema financeiro predatório; e uma tributação fiscal regressiva. (FRIGOTTO, 2006, p. 256).

Seguindo o pensamento de Frigotto, no plano cultural⁴, somos uma nação herdeira da mentalidade da “dialética da colonização” (BOSI, 1992) e do estigma escravocrata que perfila uma classe dominante, “vanguarda do atraso e atraso da vanguarda” (OLIVEIRA, 1998, p. 49) extremamente elitista, violenta e atrasada. Se não bastasse ser uma elite sem nenhum projeto para a nação, alimentava-se de uma mentalidade que articulava práticas sistemáticas de violência do coronelismo oligárquico a concepções preconceituosas e positivistas do bacharel, somadas ao desprezo pelo trabalho manual e técnico, cujo reflexo maior foi “esforço zero” na produção de ciência, educação, cultura brasileira, técnica e tecnologia nacional.

No plano político, tal cultura se explicita por uma democracia ou um processo de democratização tardio, frágil, alienante, sem a participação da grande maioria da população, configurando um

[...] estado arcaico, de natureza cartorial (expressão cunhada por Hélio Jaguaribe), dirigido por uma política de clientela e de favores imposta por setores tradicionais, em especial a burguesia mercantil agro-exportadora. Possuía uma orientação patrimonialista na medida em que servia de instrumento imediato aos interesses de uma reduzida elite política e econômica, sem nenhum compromisso com a realização de interesse público e coletivo. (TOLEDO, 1999, p. 92).

Além de uma política restrita e um poder estatal hipertrofiado, o estado liberal e oligárquico (paternalista e populista) é caracterizado pelo clientelismo e nepotismo, pela corrupção e por ditaduras e golpes frequentes.

Segundo Caio Prado Júnior (1966), no Brasil, há três problemas que convivem e reforçam nossa formação social desigual e que impedem mudanças estruturais: o primeiro é o *mimetismo* na análise de nossa realidade histórica, caracterizada pela colonização intelectual, que ainda hoje está presente pela subserviência ao pensamento dos organismos internacionais e de seus intelectuais e técnicos. Como lembra Frigotto, os “protagonistas do projeto econômico e das propostas de reformas educacionais a partir da década de 1990 no Brasil se formaram em universidades estrangeiras ícones do pensamento destes organismos e/ou trabalharam neles” (2006, p. 258). O segundo problema é o *crescente endividamento externo e a forma de solucioná-lo*, cujos efeitos mais nefastos se materializaram na *dependência e sangria* de recursos que o Brasil

⁴ Cabe lembrarmos que, ao falarmos em formação da cultura política brasileira, é importante considerar as contribuições de Sergio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil*), Gilberto Freyre (*Casa Grande & Senzala*), Caio Prado (*Formação do Brasil Contemporâneo*), pioneiros na interpretação do Brasil sob forma sistemática, além de Raymundo Faoro (*Os Donos do Poder; A República Inacabada e “Raymundo Faoro e o Brasil”* - obra recente organizada por Juarez Guimarães e publicada pela Editora Fundação Perseu Abramo).

paga por conta dos juros e dos frequentes empréstimos internacionais. Por último, a *abismal desigualdade entre o poder do capital e do trabalho*, expresso na escravização da mão de obra, na exploração dos povos nativos, no baixo salário mínimo, na precária proteção social, nas ameaças permanentes aos direitos dos trabalhadores em contraste à opulência do capital e à exploração das riquezas naturais do Brasil; ainda somos campeões mundiais da desigualdade na distribuição de renda, terra e oportunidades.

Celso Furtado, por sua vez, tanto na sua obra clássica *A Formação Econômica do Brasil* como em outros estudos posteriores, como o *Capitalismo Global* (2001), agrega-nos novos elementos na leitura do Brasil para além dos problemas estritamente economicistas. Sua obra possibilita a ampliação da compreensão em torno da formação econômica brasileira, do próprio capitalismo, da globalização, da existência/inexistência de um projeto de desenvolvimento da nação brasileira, do Estado, da ciência e da cultura.

Se a política de desenvolvimento objetiva enriquecer a vida dos homens, seu ponto de partida terá que ser a percepção dos fins, dos objetivos que se propõem alcançar os indivíduos e a comunidade. Portanto, a dimensão cultural dessa política deverá prevalecer sobre todas as demais. (FURTADO, 2001, p. 70).

O Estado brasileiro estruturar-se-á nessa base histórico-social, econômico-política, cultural e filosófica da sociedade brasileira. As estruturas da base material objetiva do capitalismo dependente e subordinado, em uma relação dialética com as superestruturas (política, religião, ciência, filosofia), em um movimento de *continuidade e renovação*, de acordo com o grau de complexificação da própria realidade, forjam o que podemos denominar de Estado brasileiro, com configurações próprias, porém integrado ao sistema globalizado e de abrangência internacional.

Políticas Públicas

De uma forma geral, uma política pública pode se constituir em torno de três dimensões básicas: como uma ação que constrói um quadro normativo; como expressão de um poder público e como expressão do poder local.

Uma política pública, quando constrói um quadro normativo de ação, é formada inicialmente por um conjunto de medidas concretas que constituem a substância visível da política, que podem ser: recursos financeiros (orçamentos), intelectuais (pesquisas), regulares (legislação) ou materiais (infraestrutura). Disso resulta que a política exige um quadro geral de ação ou um programa de ação governamental, definido como “uma combinação específica de leis, de atribuições de créditos, de administração e de pessoal voltados para a realização de um conjunto de objetivos mais ou menos claramente definidos” (ROSE, DAVIES, 1994, *apud* MULLER e SUREL, 2002, p. 54)

Daí se depreende que, para que uma política pública exista, é necessário que as diversas declarações, intenções e decisões sejam reunidas por um quadro geral de ação e que funcione como uma “*estrutura de sentido*”, com o fim de realizar os objetivos construídos na relação de atores públicos e privados. Isso significa que “toda política governamental se definirá, antes de tudo, como um conjunto de fins a atingir” (MULLER e SUREL, 2002, p. 17), como, por exemplo, a qualificação, a formação e a escolarização dos trabalhadores.

Para melhor compreender os resultados da ação pública, é indispensável tomar-se consciência do caráter contraditório de toda política, pois “toda política pública se caracteriza por contradições, até incoerências” que precisam ser levadas em conta, mas sem impedir que se defina o *sentido* das condutas governamentais que, por sua vez, não é *unívoco*, “já que a realidade do mundo é, ela mesma, contraditória, o que significa que os tomadores de decisão são condenados a perseguir objetivos em si mesmos contraditórios” (MULLER e SUREL, 2002, p. 18)

Já uma *política pública como expressão do poder público* coloca a questão da ação do Estado. Desde a passagem do feudalismo para o capitalismo, as funções do Estado foram sendo ampliadas e complexificadas, regulando relações sociais e econômicas, passando pela noção de Estado-providência; ou como aquele “que pretende, com êxito, o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território” (WEBER, 1982, p. 98) e denunciado como um “comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX e ENGELS, s/d, p. 23). Porém, esse Estado é o fenômeno político dominante do século XX.

E, por fim, como uma *Política Pública que constitui uma ordem local*, revela que toda política assume, de fato, a forma de um espaço de relações interorganizacionais que ultrapassa a visão estritamente jurídica e leva em conta o conjunto de indivíduos, grupos ou organizações, cuja posição é afetada pela ação do Estado em um espaço determinado.

Uma outra dimensão a ser considerada é a relação entre política pública e gasto público, pois, sempre que se avalia a ação do Estado, tende-se a olhar os indicadores orçamentários ou seus impactos e resultados quantitativos. Segundo Muller e Surel (2002), é necessário que se seja vigilante para não repetir alguns equívocos comuns, quando se faz referência a essas comparações. Em primeiro lugar, é necessário ficar claro que o “impacto de uma política pública não é necessariamente proporcional às despesas que ela ocasiona”, nem, em segundo lugar, “não é porque uma política custa pouco que seu impacto é fraco” e, por fim, sempre é necessário levar em conta a sua “dimensão simbólica, cujo impacto passa também pela construção de imagens do mundo que modificam a representação que os atores fazem de seu ambiente” (MULLER e SUREL, 2002, p. 25).

Como a escola e os processos formativos não são apêndices da sociedade, mas parte constituída e constituinte dela, a desigualdade social se reflete na desigualdade educacional. O estigma colonizador e escravocrata da classe dominante brasileira produziu uma burguesia que não completou, em termos clássicos, a revolução burguesa e, como tal, não é nacionalista, mas associada ao grande capital. Trata-se de uma classe

dominante que, desde o império, tem um discurso retórico que apresenta a educação como uma prioridade fundamental, uma espécie de *galinha dos ovos de ouro* para resolver todas as mazelas da sociedade. Almeida de Oliveira, em discurso no Parlamento em 18 de setembro de 1882, afirmava: “na instrução pública está o segredo da multiplicação dos pães, e o ensino restitui cento por cento o que com ele se gasta”.

A retórica reiterada da importância da educação revela-se cínica diante dos dados do Censo do INEP/MEC de 2011. O Brasil tem hoje 8.357.675 de alunos matriculados no ensino médio. Apenas 1,2% no âmbito público federal; 85,9% no âmbito estadual; 1,1% no municipal e 11,8% no privado. Pode-se afirmar que, no âmbito público, apenas os 1,2% alunos em escolas federais e algumas experiências estaduais, como a Escola Liberato no Rio Grande do Sul, têm padrões de qualidade internacional, com professores de tempo integral, carreira digna, tempo de pesquisa e orientação, laboratórios, biblioteca, espaço para esporte e arte, etc., cujo custo econômico médio é de quarto mil dólares, aproximadamente oito mil reais.

Ainda mais alarmante é o que revela a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) sobre a negação do direito ao ensino médio aos jovens brasileiros. São 18 milhões de jovens entre 15 e 24 anos que estão fora da escola e 1,8 milhão, em idade de estar no ensino médio, não o está frequentando. Na faixa de entrar na universidade, 18 a 24 anos, 16,5 milhões de jovens, ou seja, 69,1% não estudam.

Os dados do PNAD (2011) ainda demonstram que apenas 9% dos jovens entre 18 e 24 anos entram no curso superior. É claro que vão faltar, especialmente em algumas áreas, profissionais qualificados. Como nos últimos 50 anos avançamos de forma pífia no aumento quantitativo e na qualidade dos jovens que cursam o ensino médio na idade adequada e a maioria só atinge o ensino fundamental, as políticas de formação profissional para a grande massa de jovens e adultos estão na lógica da improvisação, da precarização e do adestramento.

Políticas Públicas de combate à exclusão

Nesta sociedade historicamente desigual, com um Estado a serviço de interesses de segmentos privados, a sociedade civil sempre busca organizar-se e lutar pelos seus direitos e pela construção efetiva da cidadania⁵. Há avanços sendo conquistados pelos diversos movimentos e pelas organizações da sociedade, ampliando a esfera pública do Estado e construindo políticas públicas em diversos planos (normativo, poderes públicos e poderes locais), entre os quais destacamos os que seguem.

⁵ Cidadania política significa ter os instrumentos de leitura da realidade social que permitam ao jovem e ao adulto reconhecerem os seus direitos básicos, sociais e subjetivos e a capacidade de organização para poder fruí-los. No plano da formação, a cidadania supõe a não separação da educação profissional da educação básica. Trata-se de superar a dualidade estrutural que separa a formação geral da específica, a formação técnica da política, lógica dominante no Brasil, da colônia aos dias atuais. Uma concepção que naturaliza a desigualdade social postulando uma formação geral para os filhos da classe dominante e de adestramento técnico profissional para os filhos da classe trabalhadora.

Plano Normativo Legal

No plano legal e normativo, é possível afirmar que, desde a Constituição Federal de 1988, estamos vivenciando importantes avanços legais e normativos, em que pese às contradições da própria sociedade, dos interesses e projetos em disputa permanente.

- A **Constituição Federal de 1988 (CF)**, conhecida como a Constituição Cidadã, é uma referência de afirmação de direitos sociais, civis, políticos e de afirmação da Cidadania da maioria, até então relegada a segundo plano, como um divisor estratégico. Até a presente Constituição, a base normativa afirmava primeiro o Estado e seus interesses, para somente depois reconhecer os direitos. Essa Constituição inverteu essa anomalia histórica e consolidou, primeiro, a Cidadania do povo, para, num segundo momento, organizar o Estado e as condições para viabilizá-la. Na CF de 1998, diversos direitos sociais foram incorporados e outros tantos ampliados.

- **O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990, constitui-se num marco de afirmação dos direitos das crianças (pessoas até doze anos) e dos adolescentes (pessoas entre doze e dezoito anos). O ECA já completou mais de duas décadas e continua sendo imprescindível na proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes em contraposição àqueles que defendem redução de direitos dos adolescentes, redução da idade penal e inserção precoce no mercado de trabalho de adolescentes pobres.

- **PEC 59** – Emenda Constitucional extremamente relevante, porque recompôs, gradativamente, a partir de 2011, a obrigatoriedade da União de investir 20% da arrecadação de tributos e contribuições federais na educação e determinou, pela primeira vez na história brasileira, **a obrigatoriedade do ensino dos quatro (04) aos dezessete (17) anos de idade, com consolidação prevista em 2016.**

- **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)**, Lei nº 9.394/1996, a qual afirma que a educação é dever da família e do Estado, inspirada pelos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade o desenvolvimento do educando para a cidadania e o trabalho. Essa LDBEN sofreu muitas alterações, sendo um conjunto delas, ampliando e reafirmando direitos a uma educação de qualidade, sendo, a educação básica, de 04 a 17 anos de idade, obrigatória para os cidadãos brasileiros e dever da família e do Estado.

- A chamada **Lei das Cotas** (Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012) obriga as universidades, os institutos e os centros federais a reservarem para candidatos cotistas metade das vagas oferecidas anualmente em seus processos seletivos. Essa determinação deve ser cumprida até 30 de agosto de 2016, mas, já em 2013, as instituições têm que separar 25% da reserva prevista, ou 12,5% do total de vagas para esses candidatos. indiretamente, essa lei favorece o adolescente de 15 a 17 anos que cursar o ensino médio na escola pública, ou seja, 85,9% dos adolescentes estão contemplados.

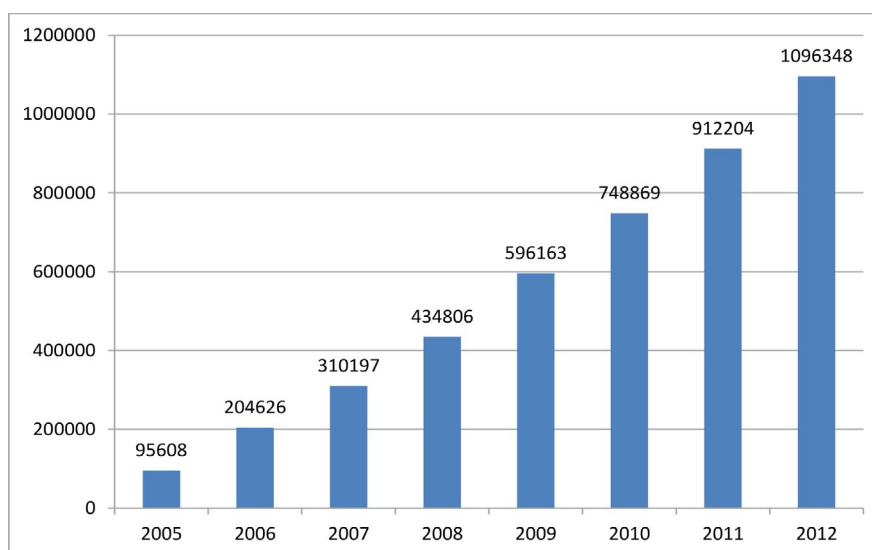
- **Plano Nacional de Educação:** de janeiro de 2001 a dezembro 2010, vigorou o Primeiro Plano Nacional de Educação (PNE), cuja lei de instituição foi a de nº 10.172, cuja experiência, entre controvérsias, foi uma tentativa de planejar nosso

sistema educacional. Desde 20 de dezembro de 2010, tramita no Congresso Nacional o PL 8035/2010, fixando Diretrizes e Metas para a Educação para a próxima década. O plano prevê valorização do magistério público da educação básica, duplicação das matrículas da educação profissional técnica de nível médio, destinação dos recursos do Fundo Social do pré-sal para a área de ensino e ampliação do investimento público em educação até atingir 10% do Produto Interno Bruto do País (PIB).

- **Financiamento da Educação básica:** consideramos o Fundef e o Fundeb os principais mecanismos de cooperação intergovernamental no que diz respeito ao financiamento da educação. O Fundeb, com mais recursos e com o cômputo de matrículas e gastos na educação básica, potencializou ainda mais a cooperação na perspectiva de maior equidade na manutenção e no desenvolvimento do ensino. É de se considerar que o princípio e a prática do regime de colaboração e da cooperação intergovernamental, intrínseco a essas políticas, avançaram com a definição mais elaborada das atribuições e responsabilidades das esferas de governo. O debate sobre o Fundeb e a sua prática tem feito avançar definições sobre a assistência financeira da União para com estados e municípios e dos estados para com os municípios, dando maior consequência, ou institucionalidade, ao arranjo de atuação compartilhada das esferas de governo no setor da educação no Brasil.

Veja o crescimento orçamentário do MEC, por exemplo:

Gráfico 01 - Crescimento orçamento do Ministério da Educação*



Fonte: SPO/SE/MEC

* **Orçamento da administração direta e indireta. Inclui Fies e Salário-educação (\$bilhões).**

** **Previsão.**

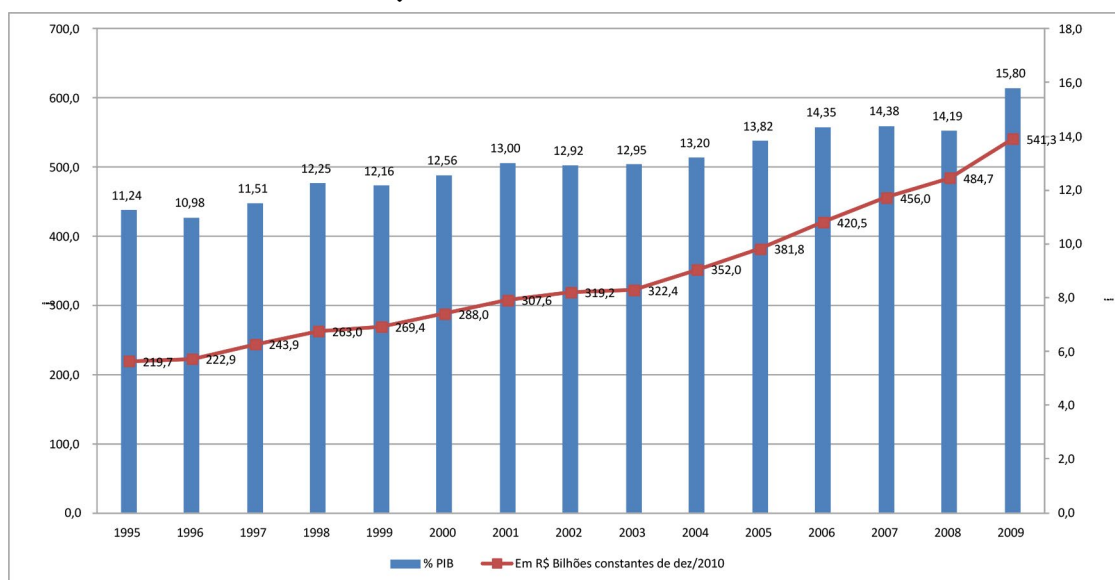
Políticas Sociais, combate à pobreza e educacionais

Analisar, pesquisar e debater as políticas públicas em geral – e as políticas sociais em particular – constitui uma agenda permanente para a sociedade como um todo e uma das razões da existência de instituições comprometidas com a educação e a promoção da cidadania.

A mensuração do volume de recursos aplicado pelo governo federal nas políticas sociais, no período que inclui os anos entre 1995 e 2009, estudo realizado pelo IPEA, auxilia a revelar o montante efetivamente gasto nas políticas sociais, diante do total de recursos mobilizado pelo governo federal, e indica, também, os ajustes realizados no conjunto das políticas públicas – consequência da luta entre diversos atores e interesses por melhores posições junto ao fundo público.

O Gráfico na sequência demonstra a elevação permanente dos gastos sociais do governo federal em todo o período. O GSF partiu de R\$ 219,7 bilhões, em 1995, para alcançar os R\$ 541,3 bilhões em 2009. Um crescimento real de 146% em 15 anos.

Gráfico 02 - Trajetória do Gasto Social Federal (1995-2009)



Fonte: SIAFI/SIDOR e Ipea data. Elaboração: Disoc/Ipea.

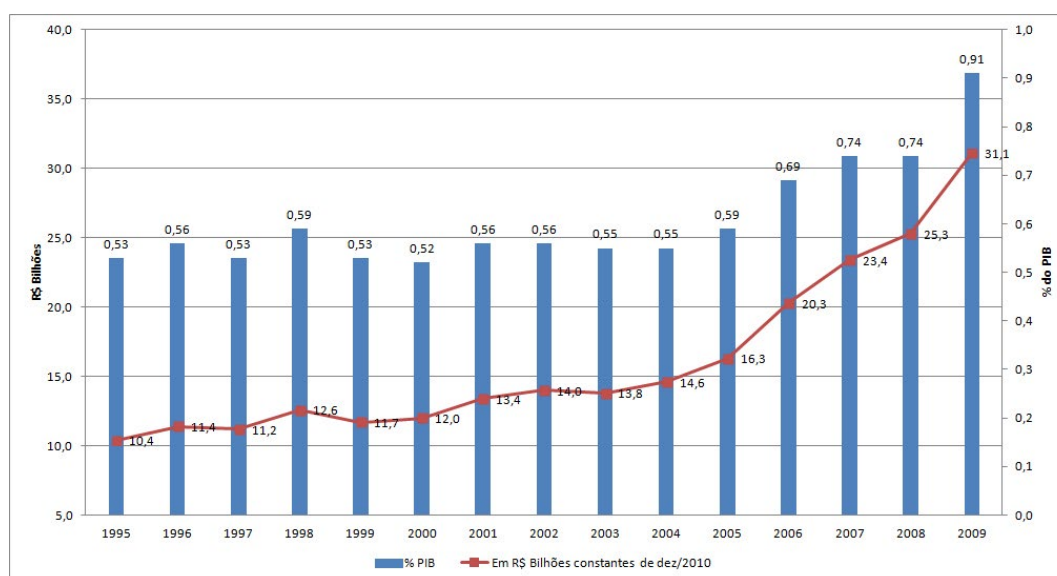
No período de 1995 a 2009, o conjunto dos gastos sociais federais aumentou de 11,24% para 15,80% do PIB. Desse acréscimo de 4,56% do PIB agregado ao GSF, ao longo de 15 anos, cerca de metade - 2,3% do PIB – foi destinada para a área de Previdência Social; outro 1% do PIB foi aplicado no crescimento dos recursos da área de Assistência Social. As demais áreas de atuação social tiveram de dividir o outro 1,26% do PIB entre si – sendo que Educação e Saúde, após flutuações ao longo de todo o período, terminariam, em 2009, com apenas 0,14% do PIB a mais do que tinham em 1995. É importante lembrar, entretanto, que o desempenho recente das áreas de Educação e Saúde é de recuperação – o gasto federal conjunto nessas duas áreas foi de 2,29% do PIB em 2003: 0,59% do PIB a menos do que em 2009.

A manutenção da **política de valorização do salário mínimo**, com a confirmação do aumento real em fevereiro de 2009, além de gerar impactos diretos sobre o mercado de trabalho e sobre a renda dos trabalhadores, também afeta instantaneamente o valor de quase dois terços dos benefícios do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) e a totalidade dos Benefícios de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC-Loas). Cerca de 18,3 milhões de famílias receberam aumento dos seus benefícios sociais devido à elevação do valor do salário-mínimo: 7,1 milhões na previdência urbana; 7,8 milhões na previdência rural; e 3,4 milhões no BPC-LOAS.

No âmbito do **seguro-desemprego**, foi autorizado o pagamento de duas parcelas extras aos despedidos de setores da economia considerados mais atingidos pela crise – instrumento do Codefat já previsto em Lei. Essa medida certamente foi importante para manter a renda de trabalhadores com escassas chances de reemprego imediato – em junho de 2009, foram emitidas 105 mil parcelas adicionais. E tão ou mais importante que as parcelas extras são as parcelas ordinárias que foram pagas aos trabalhadores formais que perderam o emprego na virada de 2008 para 2009. Devido ao recente período de crescimento econômico com geração de empregos formais, um conjunto maior de trabalhadores se encontrava protegido e detinha o direito ao seguro-desemprego no momento em que a crise internacional desembarcou no país.

E o **Programa Bolsa Família (PBF)** também foi ampliado ao longo de 2009, como parte da reação à crise econômica internacional. Os limites de renda para elegibilidade ao programa foram reajustados duas vezes, em abril e em julho; foram atualizadas metodologicamente as estimativas sobre o público-alvo do PBF e sua respectiva distribuição territorial. Em conjunto, esses ajustes permitiram ampliar o público beneficiário do PBF de 11,1 milhões para 12,4 milhões de famílias no decorrer de 2009 (Gráfico 9). Adicionalmente, o valor dos benefícios foi reajustado, recompondo as perdas inflacionárias acumuladas.

Gráfico 3 - Trajetória do Gasto Social Federal: Emprego e defesa do trabalhador (1995-2009)



Fonte: SIAFI/SIDOR e Ipeadata. Elaboração: Disoc/Ipea

Essa aceleração no crescimento do GSF, em termos reais e *per capita*, entretanto, não gerou um aumento explosivo na parcela do PIB mobilizada pelas políticas sociais do governo federal. Exceção feita ao ano de 2009 – ano em que a crise econômica internacional impôs um “crescimento zero” ao PIB brasileiro –, o que se percebe é que, de 2004 a 2008, a parcela do PIB destinada ao Gasto Social Federal se manteve constante, mesmo com a aceleração do crescimento dos gastos em termos reais e *per capita*. Isso se relaciona ao fato de que o crescimento da economia brasileira como um todo foi mais pujante no período 2004-2008, o que permitiu ampliar os gastos sociais sem exigir maiores parcelas do PIB. Ou, dito de outra forma, o maior crescimento econômico nesse período permitiu acomodar melhor o crescimento do investimento social.

As mudanças no desenho de benefícios do PBF no período 2003-2012

O quadro a seguir lista as mudanças no desenho de benefícios do PBF e os reajustes de 2003 a 2012. Os eventos do quadro 1 podem ser divididos em três categorias: reajustes das linhas de elegibilidade; reajustes dos benefícios; e as mudanças no desenho de benefícios.

O PBF possui duas linhas de elegibilidade desde sua criação. As famílias que, ao serem inscritas no Cadastro Único, declaram renda familiar até a linha de elegibilidade inferior são consideradas extremamente pobres, enquanto as que declaram renda entre essa e a linha superior são consideradas pobres. As linhas de elegibilidade são parâmetros fundamentais ao se considerar as questões relativas à cobertura de programas focalizados de transferência de renda, todavia não tratadas aqui. Vale, no entanto, registrar que foram reajustadas três vezes. Em 2009, houve dois reajustes muito próximos, um em abril e o outro em julho, corrigindo o anterior, que havia adotado valores de praticidade duvidosa. Assim, pode-se considerar que o PBF teve três conjuntos de linhas de elegibilidade: R\$ 50,00 e R\$ 100,00 de 2003 a 2006; R\$ 60,00 e R\$ 120,00 de 2006 a 2009; R\$ 70,00 e R\$ 140,00 de 2009 a 2012.

Quadro 1 - Mudanças no desenho de benefícios e reajustes do PBF, 2003-2012

Ano	Mudanças e reajustes	Desenho de benefícios (ao final do ano)
2003	OUTUBRO criação do PBF com duas linhas de elegibilidade referidas, mas não vinculadas aos valores de 1/4 e 1/2 salário mínimo (R\$ 200 no início de 2003) de renda familiar <i>per capita</i> , com um benefício básico somente para as famílias extremamente pobres, e outra variável por criança de 0 a 15 anos, até o limite de 3 crianças	Pobreza Extrema: renda até R\$ 50 Básico: R\$ 50 Crianças: R\$ 15 a R\$ 45 Pobreza: renda de R\$ 50 a R\$ 100 Crianças: R\$ 15 a R\$ 45
2006	ABRIL faz-se o primeiro reajuste do valor das linhas de elegibilidade, sem mudança no desenho de benefícios	Pobreza Extrema: renda até R\$ 60 Básico: R\$ 50 Crianças: R\$ 15 a R\$ 45 Pobreza: renda de R\$ 60 a R\$ 120 Crianças: R\$ 15 a R\$ 45

Ano	Mudanças e reajustes	Desenho de benefícios (ao final do ano)
2007	JULHO os benefícios são reajustados DEZEMBRO há a primeira alteração no desenho de benefícios, com a criação do benefício para até 2 jovens de 16 e 17 anos	Pobreza Extrema: renda até R\$ 60 Básico: R\$ 58 Crianças: R\$ 18 a R\$ 54 Jovens: R\$ 30 a R\$ 60 Pobreza: renda de R\$ 60 a R\$ 120 Crianças: R\$ 18 a R\$ 54 Jovens: R\$ 30 a R\$ 60
2008	JUNHO os benefícios são reajustados	Pobreza Extrema: renda até R\$ 60 Básico: R\$ 62 Crianças: R\$ 20 a R\$ 60 Jovens: R\$ 30 a R\$ 60 Pobreza: renda de R\$ 60 a R\$ 120 Crianças: R\$ 20 a R\$ 60 Jovens: R\$ 30 a R\$ 60
2009	ABRIL as linhas são reajustadas para R\$ 69 e R\$ 137 JULHO as linhas de elegibilidade são novamente reajustadas para os valores que vigem até ao menos o final de 2012. Ainda em julho, os benefícios são reajustados	Pobreza Extrema: renda até R\$ 70 Básico: R\$ 68 Crianças: R\$ 22 a R\$ 66 Jovens: R\$ 33 a R\$ 66 Pobreza: renda de R\$ 70 a R\$ 140 Crianças: R\$ 22 a R\$ 66 Jovens: R\$ 33 a R\$ 66
2011	MARÇO os benefícios são reajustados e ocorre a segunda alteração no desenho de benefícios, com a expansão do limite de 3 para 5 crianças	Pobreza Extrema: renda até R\$ 70 Básico: R\$ 70 Crianças: R\$ 32 a R\$ 160 Jovens: R\$ 38 a R\$ 76 Pobreza: renda de R\$ 70 a R\$ 140 Crianças: R\$ 32 a R\$ 160 Jovens: R\$ 38 a R\$ 76
2012	MAIO é introduzida a transferência <i>per capita</i> do Programa Brasil Carinhoso, feita para as famílias com ao menos uma criança de 0 a 6 anos que, após receberem o PBF, permaneciam extremamente pobres NOVEMBRO anuncia-se a redefinição da faixa etária das crianças para 0 a 15 anos para a participação no PBC	COM CRIANÇAS DE 0 a 15 ANOS Pobreza Extrema: renda até R\$ 70 Básico: R\$ 70 Crianças: R\$ 32 a R\$ 160 Jovens: R\$ 38 a R\$ 76 PBC: hiato <i>per capita</i> remanescente SEM CRIANÇAS DE 0 a 15 ANOS Pobreza Extrema: renda até R\$ 70 Básico: R\$ 70 Jovens: R\$ 38 a R\$ 76 COM OU SEM CRIANÇAS Pobreza: renda de R\$ 70 a R\$ 140 Crianças: R\$ 32 a R\$ 160 Jovens: R\$ 38 a R\$ 76

Fonte: IPEA, 2012⁶

⁶ OSORIO, Rafael Guerreiro e SOUZA, Pedro H. G. Ferreira da. **O Bolsa Família depois do Brasil Carinhoso: uma análise do potencial de redução da pobreza extrema.** Nota Técnica 14, IPEA. Brasília, 2012.

Políticas para a Juventude

Há um conjunto de iniciativas que apontam avanços nas políticas para jovens, tais como as que seguem.

- **PEC da Juventude:** ou Emenda Constitucional 65, passa a denominar-se “Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso”. Essa proposta, que foi promulgada pelo Congresso Nacional, modifica ainda o artigo 227 da Constituição, com o mesmo objetivo de incluir menção ao jovem. Pela Emenda, esse artigo passa a ter a seguinte redação: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. Atualmente, existem 50 milhões de brasileiros com idade entre 15 e 29 anos. A PEC da Juventude abrirá uma janela para o avanço das políticas públicas juvenis, ela exige a criação do Estatuto da Juventude e de um Plano Nacional da Juventude que será executado durante os próximos 10 anos pelos órgãos Federais, Estaduais e Municipais.

- **CONJUBE,** Secretaria Nacional da Juventude e Política Nacional de Juventude são instrumentos recentes de afirmação e organização política dos jovens brasileiros, reconhecidos pelo Estado. O Conselho Nacional da Juventude foi criado em 2005 pela Lei 11.129, que também instituiu a Secretaria Nacional da Juventude, vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República, e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM).

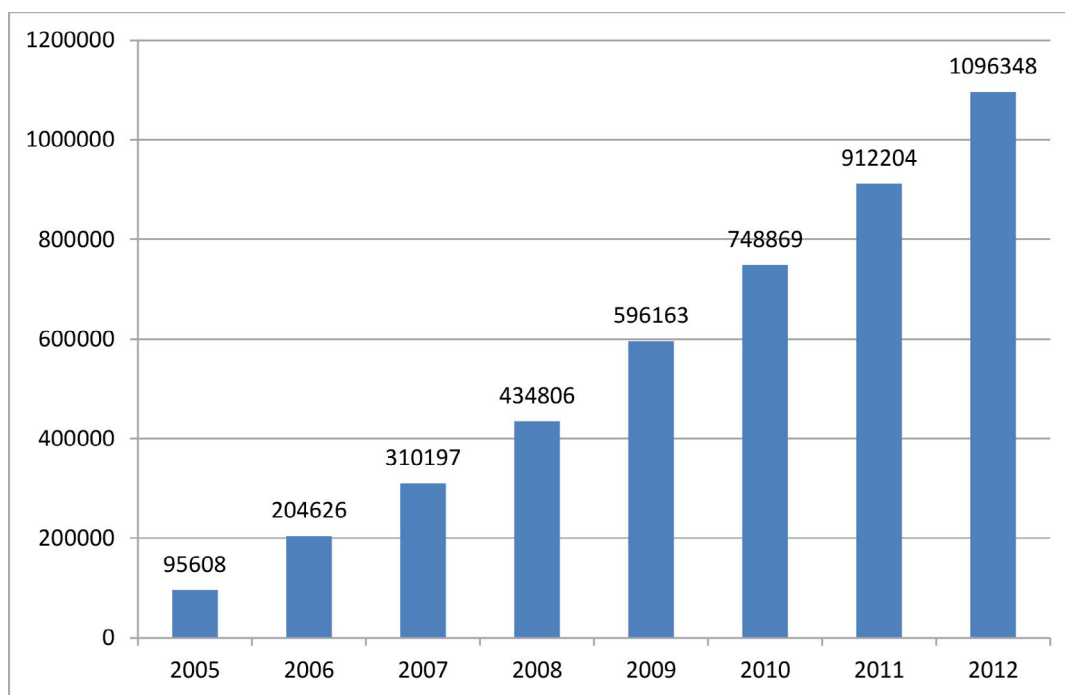
O Conselho tem, entre suas atribuições, a de formular e propor diretrizes voltadas para as políticas públicas de juventude, desenvolver estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica dos jovens e promover o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais. Esse conselho é composto por 1/3 de representantes do poder público e 2/3 da sociedade civil, contando, ao todo, com 60 membros, sendo 20 do governo federal e 40 da sociedade civil.

Estatuto da Juventude: o Estatuto da Juventude, PLC 98/2011, que garante direitos às pessoas de 15 a 29 anos, como benefícios de acesso a eventos culturais e esportivos, desconto no transporte coletivo interestadual e outros fomentos, está em fase final de votação no Congresso Nacional.

Na área educacional, o Brasil tem construído um conjunto de estratégias para a ampliação do acesso ao Ensino Superior de jovens acima de 17 e 18 anos, tais como:

PROUNI - O Programa Universidade para Todos foi criado em 2004, pela Lei nº 11.096/2005, e tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica em instituições privadas de educação superior. As instituições que aderem ao programa recebem isenção de tributos. Veja-se a evolução dos PROUNI:

Gráfico 4 - PROUNI: Bolsas Ocupadas*



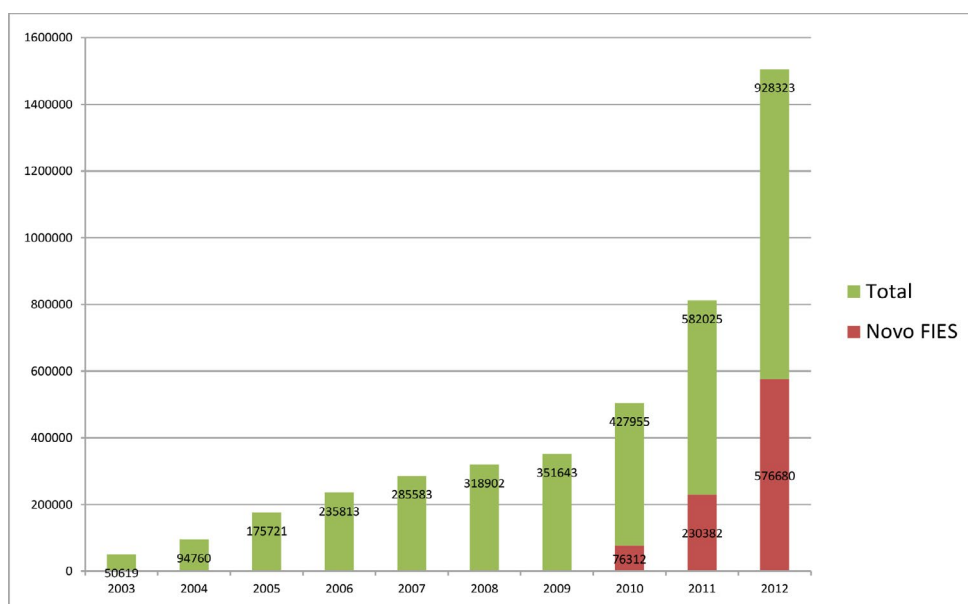
Fonte: Sesu e FNDE/MEC

* Quantidade acumulada

** Posição em outubro/2012

FIES - O Fundo de Financiamento Estudantil é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar prioritariamente estudantes de cursos de graduação. Para se candidatar ao FIES, os estudantes devem estar regularmente matriculados em instituições de ensino não gratuitas cadastradas no programa, em cursos com avaliação positiva no SINAES. O FIES é operacionalizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. Todas as operações de adesão das instituições de ensino, bem como de inscrição dos estudantes são realizadas pela Internet, o que traz comodidade e facilidade para os participantes, assim como garante a confiabilidade de todo o processo. O estudante que cursar um curso de licenciatura ou medicina e, após formado, trabalhar no serviço público de educação ou saúde, não precisará pagar o financiamento, abatendo, a cada mês trabalhado, 1% de sua dívida, ou seja, em 100 meses ela estará quitada. Perceba-se o crescimento do FIES:

Gráfico 5 - FIES Contratos firmados*



Fonte: Sesu e FNDE/MEC

* Quantidade acumulada

** Posição em outubro/2012

REUNI - A expansão do ensino superior conta com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que busca ampliar o acesso e a permanência na educação superior. A meta é dobrar o número de alunos nos cursos de graduação em dez anos, a partir de 2008, e permitir o ingresso de mais alunos nos cursos de graduação. Para alcançar esse objetivo, todas as universidades federais aderiram ao programa e apresentaram ao ministério planos de reestruturação, de acordo com a orientação do REUNI. As ações preveem, além do aumento de vagas, medidas como a ampliação ou a abertura de cursos noturnos, o aumento do número de alunos por professor, a redução do custo por aluno, a flexibilização de currículos e o combate à evasão.

Porém, para jovens, além do ensino médio obrigatório, a ser viabilizado até 2016, temos outras políticas públicas, tais como:

- **O PRONATEC** é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e foi criado pelo Governo Federal, em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. **O presente programa envolve um conjunto de iniciativas, entre as quais destacamos:**

a) Expansão da Rede Federal: a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica está presente em todos os estados brasileiros, com mais de 350 unidades em funcionamento, oferecendo cursos de formação inicial e continuada, técnicos, superiores de tecnologia, licenciaturas e programas de pós-graduação.

b) Programa Brasil Profissionalizado: o Programa Brasil Profissionalizado destina-se à ampliação da oferta e ao fortalecimento da educação profissional e tecnológica integrada ao ensino médio nas redes estaduais, em parceria com o Governo Federal.

c) Rede e-TecBrasil: na Rede e-Tec Brasil, são oferecidos gratuitamente cursos técnicos e de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional na modalidade a distância. Poderão oferecer cursos a distância as instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; as unidades de ensino dos serviços nacionais de aprendizagem (SENAI, SENAC, SENAR e SENAT); e instituições de educação profissional vinculadas aos sistemas estaduais de ensino.

d) Acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagens: o Acordo de Gratuidade tem por objetivo ampliar, progressivamente, a aplicação dos recursos do SENAI, do SENAC, do SESC e do SESI, recebidos da contribuição compulsória, em cursos técnicos e de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, em vagas gratuitas destinadas a pessoas de baixa renda, com prioridade para estudantes e trabalhadores.

e) FIES Técnico e Empresa: o FIES Técnico tem como objetivo financiar cursos técnicos e cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional para estudantes e trabalhadores em escolas técnicas privadas e nos serviços nacionais de aprendizagem – SENAI, SENAC, SENAT e SENAR. No FIES Empresa, serão financiados cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores, inclusive no local de trabalho.

f) Bolsa-Formação: além das iniciativas voltadas ao fortalecimento do trabalho das redes de educação profissional e tecnológica existentes no país, o PRONATEC criou a Bolsa-Formação, por meio da qual serão oferecidos, gratuitamente, cursos técnicos para estudantes matriculados no Ensino Médio e cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional para grupos sociais de diferentes perfis.

Por fim, este texto é uma tentativa de articular uma reflexão sobre como as políticas públicas devem responder a demandas sociais que o mercado de trabalho não fará e que cabe ao estado garantir a efetivação de direitos dos cidadãos em todos os níveis e modalidades, especialmente as políticas públicas no campo da educação, da saúde, da geração de trabalho e renda e de combate à pobreza. Estamos avançando, mas há muito caminho a percorrer.

Referências

BOSI, A. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A dualidade de poderes: estado, revolução e democracia na teoria marxista**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

_____. **Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo**. 2. ed. Ver. e atual, São Paulo: Cortez, 2008.

FURTADO, Celso. **O Capitalismo global**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. **O Capitalismo Global**. São Paulo: Paz e Terra, 5. ed, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O ensino médio e técnico profissional: disputa de concepções e precariedade. **Le Monde**, Brasil, ano 6, n. 68, p. 28, 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A dupla face do trabalho: criação e/ou destruição da vida. In: _____. **A escola como ambiente de aprendizagem**. Educação e Empregabilidade: novos caminhos da aprendizagem, CASALI, Alípio (Org.). São Paulo: Editora da PUC-SP, 1997.

HOFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e Políticas (Públicas Sociais)**. Caderno CEDES, v. 21, n. 55, Campinas, nov. 2001.

KUENZER, Acácia. **Ensino Médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2000a.

_____. **Ensino Médio e Profissional**: as políticas do estado neoliberal. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000b.

_____. **Ensino Médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **O Ensino Médio no Plano Nacional de Educação 2011-2020**. Educação & Sociedade (Impresso), v. 112, p. 851-874, 2010.

KUENZER, A. Z.; LIMA, H. R. **As relações entre o mundo do trabalho a escola**: a alternância como possibilidade de integração. Educação (UFSM), 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. **Os direitos do antivalor**. Petrópolis: Vozes. 2000.

_____. O Surgimento do Antivalor. **Novos Estudos**, São Paulo: CEBRAP, n. 22, p. 8-28, out. 1988.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. **A Análise das Políticas Públicas**. Tradução de BAVARSCO, Agemir e FERRARO, Alceu R., Pelotas: EDUCAT, 2002.

PRADO JR., Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

RIBEIRO, Rosane, NEDER, Henrique. **Juventude(s)**: desocupação, pobreza e escolaridade. Nova Economia. Belo Horizonte, 19 (31), p. 475-506, set./dez. 2009.

TOLEDO, Caio Navarro de. Estado nacional e Desenvolvimento capitalista no Brasil. In: COSTA, Silvio. (Org.). **Concepções e formação do estado brasileiro**. São Paulo: A. Garibaldi, 1999.

IPEA, Nota Técnica 14. **O Bolsa Família depois do Brasil Carinhoso**: uma análise o potencial de redução da pobreza extrema. Brasília, 2012.

MEC/INEP – Censo da Educação Básica e da Educação Superior 2012. Brasília.

SESU/FNDE/MEC – Censo da Educação Superior 2012. Brasília.

SPO – Sistema Planejamento e Orçamento da União. Brasília.

Sites indicados

www.mec.gov.br

www.planalto.gov.br

www.conjuve.gov.br

www.ipea.gov.br

www.ibge.gov.br

O Ser Humano se constrói crítico na história que constrói

José Wilson Schlickmann¹

Introdução

Os desafios propostos para esta reflexão sobre a importância do conhecimento crítico na formação sócio-política, econômica e cultural brasileira, sobre as diferentes qualidades das relações Capitalismo e Globalização, Movimentos Sociais e Culturais, Relações de Poder e Sistemas Políticos, Cidadania e Direitos Humanos, remetem para a necessidade de focar essa contribuição na busca de um melhor conhecimento a respeito do ser humano e da qualidade das suas relações nesses diferentes contextos por ele construídos. Esse desafio exige reflexões, questionamentos e buscas de compreensões sobre o ser humano, suas éticas, seus sistemas de valoração, de dignificação pessoal e profissional e sobre suas diferentes opções de mergulhos historicizados.

Pré-conceitos e desmistificações

Segundo Matus, “o mundo do homem é do tamanho dos conceitos que conhece” (1989, p.39). Significa entender que a qualidade compreensiva acerca da realidade vivida por homens e mulheres depende de tudo aquilo que os mesmos sabem e conhecem a respeito desse seu próprio mundo. Isso motiva e exige, no início deste trabalho, repensar alguns conceitos integrantes da cultura na qual esse mesmo ser humano se encontra inserido, com um maior ou menor grau de consciência a respeito.

¹ Universidade Feevale.

O ser humano, em seu agir, parte de pré-compreensões e de pré-entendimentos que têm a respeito das diferentes manifestações da realidade que o cerca. Diante dos pré-conceitos e pré-saberes existentes é necessário rever, reler, revisar, redimensionar e flexibilizar, pois os conceitos e compreensões são dinâmicos como dinâmica é a história que esse mesmo ser humano constrói. Parafraseando Orlandi (2000), sabe ler aquele que reconhece que a leitura pode ser outra, isto é, é necessário desmistificar as leituras absolutas e rígidas que são feitas, tornando-as dinâmicas e, na dinamicidade, admitindo fazer novas e sempre renovadas leituras. Segundo essa compreensão, as realidades, fatos e conceitos que constituem a cultura e a história humanas são passíveis de diferentes leituras.

A cultura de um povo é constituída de tudo e por tudo aquilo que o mesmo elege cultivar, cultivar, reverenciar, valorizar, fazer, empreender e sonhar. É por isso que se pode falar de cultura da soja, cultura do milho, do algodão; é por isso que se pode falar de suinocultura, triticultura, agricultura, vitivinicultura; é, também por isso, que se pode falar de cultura gauchesca, cultura religiosa, cultura erudita, cultura empresarial, cultura institucional, cultura popular; e, ainda, é por isso que se pode falar de cultura europeia, cultura latino-americana, cultura socialista e cultura neoliberal. A cultura de um povo, de uma organização ou de um ser humano compõe-se de tudo aquilo que esse mesmo ser humano, suas organizações e/ou povos elegem sonhar, pensar, cultivar, crer, cultivar e fazer.

Um quarto conceito é o que se relaciona com os conhecimentos teológico, filosófico e tecnológico. No conhecimento teológico-mitológico, ou de autoridade reconhecida, o principal critério de reconhecimento de uma verdade advém do consentimento mediante a atitude de fé ou de crença no que é dito, ou da qualidade do crédito atribuído à fonte que se pronuncia afirmando ser essa ou aquela opinião ou versão, a correta e a verdadeira.

Na área do conhecimento filosófico e das diferentes ciências ou saberes do ser humano, o critério de reconhecimento de uma verdade advém do consentimento resultante da percepção de clareza, da compreensão e do entendimento fornecidos pela inteligência racional. Para transformar um conceito em verdade, nesse contexto, é necessária a compreensão resultante da atitude de questionar, de ser crítico, de pesquisar e de ser curioso por saber mais para, nesse saber mais, poder manifestar o consentimento e/ou a adesão a essa possível nova verdade. Nessa forma de conhecimento, normalmente, ocorre, com as pessoas, o seguinte processo: “ah!, sim, entendi, é verdade”.

O conhecimento filosófico tem como sua característica identificadora responder à pergunta por que fazer isso e não aquilo, por que ser desse ou daquele jeito; fala e se ocupa da questão dos alicerces, das razões e dos motivos das diferentes decisões do ser humano ou dos diferentes sentidos conferidos à sua existência pessoal ou à do grupo ao qual pertence. O conhecimento técnico, por outro lado, responde fundamentalmente à pergunta como fazer; ocupa-se com o modo, o jeito, a técnica ou com a forma de fazer isso ou aquilo.

Na relação entre o conhecimento filosófico e o conhecimento técnico é importante destacar que só é possível ocupar-se com a pergunta como fazer (dimensão técnica) depois que se tem definido o que se quer fazer e por que se quer fazer o que se quer (dimensão filosófica); significa que somente após se ter conhecimento e convencimento das razões e dos motivos do que se quer fazer é que faz sentido ocupar-se com a questão do como fazer. Significa reconhecer que todas as técnicas, ou primeiro justificam-se num filosófico, ou essa ou aquela ação, essa ou aquela atitude, esse ou aquele sonho, esse ou aquele modo de portar-se com os outros não faz sentido e não tem razão de existência.

Na área da filosofia se pode considerar três situações. A primeira refere-se ao sentido etimológico da palavra filosofia. Ela significa ‘amigo do saber’, assim como filantropia significa ‘amigo do ser humano’ e filotelia significa ‘amigo dos selos’, ou seja, aquele que gosta de selos, o colecionador de selos, por isso, filo-sofia é ser amigo do saber. A segunda situação refere-se à filosofia enquanto um conjunto de saberes. Assim, filosofia da educação é o conjunto de conhecimentos, construídos e aceitos como sabedorias e verdades, que são utilizados para fundamentar e orientar as ações educativas de uma instituição ou sociedade. Da mesma forma, quando se fala de filosofia do direito se está falando das diferentes sabedorias que são utilizadas para fundamentar e orientar o exercício e a prática do direito. A palavra filosofia, nesse segundo sentido, sempre está significando um conjunto de conhecimentos ou de verdades, de uma determinada área do conhecimento humano, aceitos e adotados na vida e existência das pessoas ou de profissionais dessa ou daquela área de atuação profissional. Assim sendo, se pode sim dizer que há filosofia do direito, filosofia da educação, da administração, da saúde, das ciências, do mundo virtual.

A terceira situação é o entendimento da palavra filosofia como a ciência dos ‘porquês’. E por que a ciência dos ‘porquês’? Se uma pessoa gosta de selos ela terá curiosidade por saber mais sobre selos e vai pesquisar mais. Se uma pessoa gosta de outra pessoa ela tem curiosidade em conhecer melhor essa mesma pessoa. Se ela gosta das ciências da computação ou do mundo virtual ela terá curiosidade em saber mais sobre esses campos do saber humano e vai pesquisar, buscando mais saberes e melhor fundamentação. Com esse espírito de curiosidade o ser humano estará filosofando sobre o direito, sobre a educação, sobre a administração, sobre a qualidade da saúde, sobre o mundo virtual, questionando por que o direito consagra esses e não outros direitos, por que a educação dá importância a essas práticas educativas e não a outras, por que a administração considera importantes esses processos e não outros, por que os procedimentos relativos ao re-establishment da saúde se fazem desse jeito e não de outro e por que o mundo virtual se comporta do jeito que se comporta.

Nessa compreensão da palavra filosofia como a ciência dos ‘porquês’, a filosofia é caracterizada por sua atitude questionadora, investigativa e de busca de novos entendimentos sobre as razões, os motivos e os ‘porquês’ de todos os fatos que circunstanciam o ser humano, que marcam seus sonhos, suas escolhas, sua existência e história. Essa busca contínua das razões, dos sentidos e dos motivos constitui a atitude filosófica. Portanto, segundo essa terceira compreensão, filosofar é questionar

continuamente tudo e todos os conceitos, inclusive esse, e buscar sempre as razões e os motivos de as coisas serem e apresentarem-se do jeito que são e se apresentam e de as pessoas relacionarem-se e comportarem-se do jeito que se relacionam e se comportam com os seus semelhantes. Aqui a palavra filosofia é entendida como a ciência dos 'porquês'. É essa atitude filosófica que cria e faz homens e mulheres críticos, ou cidadãos e cidadãs de consciência crítica, porque curiosos em entender melhor o seu entorno, tornando-os mais sabedores e cientes dos diferentes jogos que são jogados à sua volta.

O ser humano, em tudo o que faz, tem seus interesses, ou seja, nenhuma ação humana é desinteressada. O que se pode, e às vezes se deve, é discutir a qualidade desses interesses. Nesse contexto compreensivo, é importante estar ciente que todos fazem parte de um jogo. A grande questão é saber com qual qualidade comportamental cada um entra nesse jogo, em que posição cada um joga e com qual grau de consciência cada um e cada uma está nesse jogo. A atitude filosófica ajuda, a cada jogador, a construir e a criar consciência do jogo que joga e do jogo para o qual é convidado a jogar. A atitude filosófica é construtora dos desejados cidadãos e cidadãs críticos.

Essas questões e esses saberes são importantes porque os motivos e os interesses em jogo é que constituem a qualidade ética das diferentes relações presentes entre os diferentes sujeitos protagonistas dos jogos que são jogados. Ética e moral tratam da qualidade comportamental das pessoas em suas relações; são também sinônimos de padrão de conduta, de um modo consagrado de agir, de um paradigma, um código ou um modelo de ser com os outros; tratam do jeito de as pessoas portarem-se umas com as outras. Ética e moral constituem-se sinônimos de comportamento e de conduta, sem afirmar a qualidade desta ou daquela conduta, deste ou daquele comportamento.

Da mesma forma que o conceito qualidade não é sinônimo de coisa boa, tanto é que são devolvidos produtos porque a sua qualidade é ruim e da mesma forma que o conceito religião não identifica o suficiente, exigindo que se especifique de qual religião se está falando, também as palavras moral e ética necessitam de adjetivações. Significa dizer que as mesmas necessitam de um adjetivo identificador, indicando de qual qualidade comportamental se está falando. Nesse sentido, ética e moral, costumes e comportamentos não são sinônimos de ações ou de atitudes corretas, boas ou não. Para que se possa verificar a qualidade desta ou daquela atitude ou conduta, desta ou daquela ética ou moral, há sim a necessidade de uma adjetivação e/ou de uma qualificação para identificá-las como um comportamento ou uma conduta boa, ruim, correta ou incorreta, adequada ou inadequada.

Aqui é pertinente mencionar dois conceitos fundamentais nessa discussão: primeiro, o que ensinado no ensino fundamental sobre a relação entre adjetivos e substantivos. Diziam as professoras: "o adjetivo serve para qualificar o substantivo, que pode ser concreto ou abstrato, comum ou próprio". A palavra comportamento é um substantivo abstrato e precisa de um adjetivo para se poder saber sobre qual comportamento se está falando. Exemplo: o menino tem um comportamento solidário, ele age de forma rápida; segundo, a questão sobre a existência de conceitos objetivos e subjetivos. Conceitos objetivos: 'carro um ponto zero', 'motor dois ponto zero', 'mesa com dois metros de comprimento', 'cavalo de três anos de idade'; conceitos subjetivos:

‘almoço muito bom’, ‘tapete bonito’, ‘sobremesa gostosa’ ‘melhor aula’. Cabe lembrar que esses conceitos de muito bom, bonito, gostosa, algo correto ou incorreto, adequado ou inadequado são conceitos subjetivos.

Continuando essa reflexão, é necessário, importante e indispensável, agora, falar de valores. As coisas ou as atitudes que o ser humano elege como importantes para a sua vida são os seus valores e esses se constituem qualificadores da sua vida e são, de certa forma, todos muito subjetivos. Entretanto, se o ser humano é coerente em suas ações e agir de acordo com o que diz significa compreender que os seus valores precedem a qualidade da sua moral ou da sua ética, isto é, os valores que elege para a sua vida e existência, ou para o seu grupo, comunidade ou corporação, precedem a qualidade deste ou daquele costume ou comportamento.

Apartir da compreensão de adjetivo, enquanto qualificador de comportamentos, é possível falar de ética *humanista*, ética *neoliberal*, ética *cristã*, ética dos “*fernandinho beira-mar*”, ética *individualista*, ética *germânica*, ética *globalizada*, ética dos povos *latinos*, ética *estudantil*, ética *dos professores*, ética *dos profissionais do direito, da saúde, da administração, da linguagem virtual, ou deste e daquele grupo religioso, desta e daquela instituição ou corporação, deste e daquele jeito de governar*. Os valores eleitos qualificam e adjetivam os costumes, as condutas e os comportamentos do homem e da mulher e de seus diferentes organismos ou corporações, ou seja, constituem diferentes éticas.

A partir dessa compreensão da palavra ética, é possível também um entendimento da palavra política - polis-ethos; é sempre dentro de uma comunidade que o ser humano se expressa, move-se e comporta-se; a palavra política fala das atitudes, das ações e dos jeitos de o ser humano portar-se na sua cidade, grupo de trabalho ou de convivência. É nesse contexto compreensivo que Aristóteles identifica o ser humano como um ser eminentemente político.

Da mesma forma que, ao falar de ética é necessário adjetivá-la, ao se falar de política é também necessário dizer de qual política se está falando. É a partir desse entendimento que se pode falar de política *solidária*, política *partidária*, política *individualista*, política *neoliberal* ou *conservadora*. Partido político é, por isso, a ação, a atitude ou o comportamento de uma parte das pessoas de uma cidade; é um reconhecimento de que há e pode haver a divisão, a visão de uma parte, uma visão que reconhece o diferente, que olha, observa, julga e emite juízos a partir de um ponto de vista específico, construído culturalmente.

As adjetivações de “esquerda” e de “direita” têm origem a partir do lugar que ocupavam, no plenário da Assembleia Nacional Constituinte Francesa, os políticos mais radicais (= ocupavam o lado esquerdo do plenário) e os políticos mais moderados (= ocupavam o lado direito do plenário); esses termos “direita e esquerda” indicavam e qualificavam apenas o lugar que os constituintes ocupavam nas plenárias dessa Assembleia; hoje tendem a indicar uma qualidade ideológica.

O ser humano: suas eleições e suas questões

O ser humano é um ser político porque convive numa comunidade e elege seus diferentes valores pelos quais entende valer a pena viver e conviver nessa mesma comunidade. O ser humano possui várias capacidades de percepção da realidade que o cerca e de si mesmo. É possível falar da inteligência ou da sua capacidade de percepção racional, intuitiva, emocional, amorosa, eletiva, instintiva, biológica, sensitiva, estética. Inteligência (intus-legere=ler dentro) constitui-se na capacidade de percepção que o ser humano tem que ler dentro, perceber entre, detectar dentro, compreender no interior, selecionar dentre, discernir entre, interpretar a partir de dentro, entender por dentro, a partir de dentro, nas entrelinhas. Nessa compreensão é possível falar das leituras da realidade, das leituras do momento econômico ou político, das leituras do contexto religioso ou cultural, leituras das atitudes e condutas do ser humano diante dessa ou daquela situação ou contexto.

Entre essas diferentes capacidades de percepção está a inteligência eletiva que é utilizada para escolher aquilo que entende bom, ou como futuramente bom, entre as alternativas existentes. Nessa inteligência eletiva definem-se os diferentes importantes, valores e utopias do ser humano e dos seus grupos. A inteligência racional manifesta-se apresentando análises, argumentos, indicativos de conclusões lógicas e do que é sensato e prudente fazer; chama a atenção e demonstra, para a inteligência eletiva, quais as vantagens e quais as desvantagens de se fazer esta ou aquela escolha. A inteligência eletiva é desafiada a buscar sentido para as opções que o ser humano vier a fazer.

Ao longo da história do homem e da mulher, questões de fundo, que os acompanham, são as que se perguntam sobre a sua identidade e as que se perguntam sobre o para quê do seu existir, do seu fazer e sonhar, enfim, questões sobre o sentido da sua vida e existência. Essa busca de respostas acontece com seres humanos que têm suas esperanças, suas utopias, que sofrem, se alegram, enfim, essa busca contínua é intrínseca à própria condição de homem e de mulher enquanto seres históricos.

A grande e central pergunta que o ser humano faz sobre si mesmo é focada no sentido existencial a ser eleito. *“Não me basta fazer perguntas; desejo saber responder à única pergunta que parece incluir tudo o que eu enfrento: por que motivo estou aqui?”* (JAMES, 1999, p.9). Ao fazer-se objeto da pergunta é interrogante de si, da qualidade das suas escolhas, das suas relações e de tudo que o cerca, porque desejoso de saber se a sua vida vale ou não vale a pena ser vivida. *“O homem não se resigna a uma vida carente de sentido porque nele aflora sempre o problema de saber se a vida merece ou não ser vivida”* (JAMES, 1999, p.9).

Esse sentido existencial é construído no seu mundo relacional onde o outro participa de modo decisivo. Esse outro é indispensável para que o eu seja, isto é, o eu e o outro interativamente se exigem. As relações entre um “eu” e um “outro” são mediatizadas pelas presenças de um ao outro. Segundo D’Ambrosio, *“o encontro com o diferente é o ponto de partida para você encontrar todos os outros diferentes. Eu sou indivíduo, prezo demais a minha individualidade, mas eu não sou nada sem o outro. Eu não existo sem o outro. Isso é um componente para uma ética: reconhecer a essencialidade do*

outro” (INOUE et alii, 1999, p. 40). É necessário reconhecer e assumir que a presença do outro é imperiosa e intrínseca a qualquer processo relacional constituinte de sentido.

Na sua condição de relacionalidade, o homem e a mulher criam, constroem e constituem a sua consciência de alteridade, de comprometimento e co-responsabilidade de sócio dos e com os demais. Nesse processo de ser e de sentir-se-com-o-outro são geradas e configuradas as áreas de igualdade, através das quais originam-se condutas, atitudes e comportamentos solidários. Nessa dialogicidade, o homem e a mulher constroem seus conhecimentos e saberes e também se constroem sócios dos demais, comprometidos com a melhoria da qualidade da sua vida e da vida da sua respectiva comunidade.

A compreensão de ser humano, aqui assumida, confere direito ao ser humano de o mesmo poder dizer que se expressa singular, próprio e particular, que é seu corpo, seu psiquismo e seu espírito; também, que é inteiro, uno, indiviso, construído na diversidade e nas diferentes intensidades e qualidades das suas relações com o mundo, com o outro e com o transcendente. É nesse contexto compreensivo que o ser humano pode dizer que ele é ele e suas circunstâncias pessoais singulares, individuais, específicas, originais e próprias e que, nessas características, é constituída a sua identidade e dignidade.

A dignidade do ser humano em sua inteireza, entretanto, só é reconhecida quando, de igual forma e grau de intensidade, a sua dimensão corpo é promovida, quando a sua dimensão psique é valorizada e quando a sua dimensão espiritual é respeitada. Isto porque um ser humano com fome e desnutrido não tem a sua dimensão corpo dignificada; um ser humano triste, decepcionado, escravizado na sua ignorância não tem a sua dimensão psique dignificada, e um ser humano desanimado, sem fé e sem motivos e sentido para viver não tem a sua dimensão espiritual dignificada. As diferentes dignidades atribuídas ao ser humano estão relacionadas e condicionadas à qualidade valorativa conferida ao ser humano, isto é, a cultura na qual vive confere o seu valor, a sua dignidade.

Na divisão das classes sociais, tanto espartanas quanto atenienses e romanas, encontram-se algumas compreensões que ajudam na tentativa de uma releitura do conceito de dignidade. Em sua origem a palavra dignidade apenas significa uma qualidade valorativa. Dos esparciatas se diz que *“só eles tinham privilégios políticos”* (BURNS, 1970, p.158). O seu valor, ou a sua dignidade, estava identificado com o terem privilégios políticos (eram tratados com privilégios na sua cidade). O cidadão espartano, ou o esparciata, tinha valor político, isto é, ele podia participar da vida da sua polis, podia participar dos bens sociais disponibilizados e presentes na sua cidade. Dos atenienses se diz que *“os cidadãos, que orçavam 160.000, eram somente aqueles nascidos de pais cidadãos”* (BURNS, 1970, p.187).

A cidadania, segundo essa compreensão, era pertinente à condição de nascimento e de pertença à classe dos cidadãos. Esse critério de dignidade está relacionado com a condição de nascimento: quem é cidadão gera filhos cidadãos, quem é escravo gera filhos escravos, quem é excluído gera filhos excluídos. Quem nascia filho de cidadão valia, tinha valor, era reconhecido como “gente” e por isso podia participar

plenamente da vida da cidade; o valor ou a dignidade de alguém estava condicionado à sua condição de eugenia. Bem nascido era o filho do cidadão.

Os cidadãos, portanto, eram aquelas pessoas que podiam participar plenamente da vida da cidade, opinando, elegendo, sendo eleitos, usufruindo os bens sociais e regalias, sendo proprietários, tendo acesso à educação, enfim, eram aqueles que podiam gozar dos direitos da vida de cidadão, ou simplesmente, da vida cidadã. Dos cidadãos romanos, os patrícios, pode-se dizer, analogamente, o mesmo. Hoje, na história, parece não ser muito diferente. Ou há dúvidas quanto ao valor e à dignidade reconhecidos aos filhos e filhas dos despossuídos e pobres das nossas cidades? Ou qual o valor e a dignidade dos que nascem hoje na qualidade de filhos e filhas dos ricos e magnatas dessas nossas mesmas cidades? Alguém tem dúvidas que esses valem bem mais que os filhos dos excluídos e dos empobrecidos da nossa sociedade?!

Falar em dignidade é falar de valor. É pertinente verificar a qualidade dos critérios que identificam e definem a dignidade ou o valor das pessoas. No atual contexto cultural, os seres humanos podem valer pela sua origem, pelas verdades nas quais acreditam, pela cor, pelo sexo, pela religião, pelo sobrenome que ostentam, pela quantidade de bois que têm no pasto, pela quantidade de dinheiro aplicado, por serem doutores e acumularem títulos acadêmicos, pelo lugar que ocupam na hierarquia do poder, pela força da sua voz, pelo medo que provocam nos outros, pelo que pensam, sentem, falam, aprendem e possuem. Podem valer pelo que são e podem valer também por aquilo que não são, por aquilo que não estão dispostos a fazer. O *não* define uma pessoa tanto quanto o *sim*. A dignidade, ou o valor de cada homem e de cada mulher, está alicerçado na compreensão de valor, ou de dignidade, que cada uma das culturas confere ao ser humano.

A palavra cidadania está em moda e parece ser uma palavra bem própria para significar o que se tem dito sobre dignidade e valor, pois a mesma alicerça-se no princípio da igualdade de direitos e da igualdade de condições de existência dentro de uma mesma sociedade. A palavra democracia é também um dizer que exige igualdade de direitos, que exige igualdade de condições de existência e de participação dentro de uma mesma comunidade. Da mesma forma que a palavra religião não identifica mais de qual religião se está falando, quando um grupo depara-se discutindo sobre democracia é também necessário especificar de qual democracia se está falando; isto porque é difícil conceber democracia numa sociedade que consagra a desigualdade, o cabrestamento, a dominação e a exclusão. Parece ser impossível falar de práticas democráticas numa sociedade de desiguais.

Falar em dignidade, em valor, quando utilizadas sem qualificações ou adjetivações, apenas se está dizendo que é necessário valorar e dignificar. A compreensão construída dá conta de que são possíveis tantas dignidades humanas quantas forem as valorizações atribuídas ao ser humano. Na visão neoliberal, o ser humano tem valor e dignidade quando possui, produz, consome, tem poder e goza de todos os prazeres que o seu dinheiro consegue comprar; na concepção humanista, ou humanizadora, o ser humano deseja ser valorizado e reconhecido por aquilo que é, não por aquilo que possui e tem.

Das relações entre valores e sentidos existenciais

O que dá sentido à vida, o que anima, move e motiva o homem e a mulher, e também suas instituições, organizações e governos, são os valores ou os importantes que os mesmos elegem como fundamento de suas convicções, de suas ações, pontos de vista, crenças, vivências, saberes e conhecimentos, quando seguidos de um determinado grau de comprometimento prático com esses seus respectivos valores ou importantes eleitos. Esses importantes valores, utopias e sonhos eleitos constituem-se nas razões e motivos que precedem as suas ações, as suas políticas, as suas práticas de gestão e as de sua própria existência. São, pois, as opções, as eleições e as escolhas, marcadas por um determinado grau de vivência, de paixão e de afetos, que constituem e qualificam o sentido do que anima e move o ser humano a viver, bem como a razão e os motivos de suas organizações e governos a serem do jeito que são, a agirem do jeito que agem, a privilegiarem o que privilegiam, a serem propositivos do que propõem e a caminharem na direção que caminham.

É compreensão construída que o sentido de existência do homem e da mulher, dos povos e de suas diferentes instâncias de governo, é conferido a partir dos valores que os mesmos elegem como seus importantes. *“Não podemos mover-nos sem eles, e, de uma maneira ou de outra, impregnamos o que fazemos”* (ZABALZA, 2000, p.21).

Os valores são, pois, observados nas tarefas e atividades que ocupam o tempo das pessoas e de suas organizações e governos, isto é, as suas práticas denunciam os importantes que os mesmos incluem e elegem como razão e motivo existencial. Quando o ser humano declarar que voto não se vende e depois elege uma menina como a mais bela garota da festa porque a mesma vendeu mais votos, essa sua prática diz que voto pode-se vender. Essa mesma prática vai dizer que o que se fala e anuncia-se como importante não precisa acontecer, necessariamente, com a devida importância anunciada no discurso, que voto pode-se comprar, que voto pode-se vender. *“O que se pretende dizer é que não se pode desvincular um discurso da sua correspondente prática e o espírito que os alicerça, que os inspira, que os anima e que os move, do testemunhar com a vida essas realidades, convicções e valores”* (SCHLICKMANN, 2002, p.129).

Segundo compreensões construídas, na dinâmica do ato de ensinar e de aprender, a questão importante não é saber se há ou não ética, ou uma comissão de ética, num determinado grupo, instituição ou órgão público, e sim saber quais os valores que alicerçam e fundamentam essas suas atitudes, condutas e comportamentos. A qualidade de uma ética está diretamente relacionada com a qualidade dos valores que motivam comportamentos, condutas e atitudes. *“Valor é alguma coisa que pauta o comportamento humano”* (INOUE et alii, 1999, p.27).

Um modo próprio de comportar-se do ser humano, das suas organizações e povos, ou sua ética, sempre está marcado e alicerçado na qualidade do espírito que os anima, motiva, move e os faz ser, pensar e agir do jeito que são, pensam e agem. Essa qualidade do que os anima, move e motiva, é o que se costuma chamar de espírito, ou de espiritualidade inspiradora, desse ou daquele jeito específico de ser, de pensar e de agir. Se forem eleitos os valores consagrados pela prática neoliberal, há a constituição

de um espírito ou de uma ética neoliberal; se eleitos os valores humanos, constituir-se-á um espírito ou uma ética humanizadora; se valores budistas, um espírito ou uma ética budista; se valores cristãos, um espírito ou uma ética cristã.

No atual contexto histórico, há homens, mulheres, grupos, organizações, instituições e povos que são motivados, animados, inspirados e movidos, pelo espírito individualista, vingador, egoísta, desleal, invejoso, possessivo, autoritário, explorador, excludente e, de outro lado, nesse mesmo contexto, há homens e mulheres, grupos, organizações, instituições e povos que são motivados, animados, inspirados e movidos pelo espírito de respeito à liberdade e à autonomia das pessoas e dos povos, pelo espírito de amor, de perdão, de fraternidade, de harmonia, de participação, de compreensão, de acolhida do diferente, de paz, de gentilezas, de partilha, de solidariedade e de inclusão.

Nesse contexto, é importante lembrar Hessen, que se expressa dizendo que *“só conhecemos os homens quando conhecemos os critérios de valoração a que eles obedecem; é destes que dependem, em última análise, o seu caráter e o seu comportamento em face das situações da vida”* (1980, p.24). Essa verdade vale também para cada uma das instituições de ensino, grupos de profissionais, organizações ou povos; os conhecemos por seus critérios de valoração expressos em suas atitudes e práticas frente à realidade.

No pipocar de todas as questões que envolvem o homem e a mulher, suas organizações e povos, em suas escolhas e eleições, sempre estão presentes, direta ou indiretamente, as perguntas sobre o valor ou o sentido deste ou daquele fazer, desta ou daquela proposta a ser implementada. Hessen aponta para a compreensão de que há uma relação de coerência necessária entre os valores eleitos como importantes e a vida das pessoas, das organizações e povos que os elegeu como valor. O sentido das organizações e governos e *“o sentido da vida humana reside, precisamente, na realização dos valores”* (1980, p.22).

O ato de priorizar ou o de relegar, o de valorizar ou o de desconsiderar, o de importar-se ou o de desinteressar-se, o ato de eleger incluindo e o de eleger excluindo, sempre estão alicerçados em algo que o ser humano entende e sente merecer o seu querer ou o seu não querer. Sempre se está valorizando mais isto, menos aquilo, priorizando este ou relegando aquele, importando-se com esta dimensão da vida, desinteressando-se daquela. *“É da essência do ser humano conhecer e querer, tanto como valorar”* (HESSEN, 1980, p.40).

O determinante, ou o critério utilizado, na atitude de valorar, será o que o ser humano, ou os seus governos e povos entenderem ou suporem valer a pena. *“Nada podemos querer senão aquilo que de qualquer maneira nos pareça valioso e como tal digno de ser desejado”* (HESSEN, 1980, p.40).

Entretanto, em tudo recai a necessidade da decisão do homem e da mulher, querendo ou não, importando-se ou não, interessando-se ou não. O ato de querer isto e não aquilo, de interessar-se por esta modalidade de prática educativa e não por aquela, de considerar importante esta opinião e não aquela revela como cada coisa, atitude e conduta são valoradas por um homem ou por uma mulher, por um educador ou por uma estudante, por um povo ou por uma organização.

Da mesma forma que a história é dinâmica, dinâmicos são os seus valores; e será valor aquilo que for cultivado como próprio para satisfazer necessidades humanas, num espaço e tempo, num aqui e agora sempre contextualizados e renovados. Por isso *“os valores são manifestações culturais; e uma incursão pela história revela que novos meios de sobrevivência e de transcendência fazem com que os valores mudem”* (D’AMBRÓSIO, 2000, p.18, in Pátio nº13). Há, pois, sentido existencial cultivar aquilo que contribui para satisfazer necessidades do ser humano, dos povos e de seus governos, que também são dinâmicas.

Valores constitutivos das diferentes éticas

“Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. Não posso estar no mundo de luvas nas mãos constatando apenas” (FREIRE, 1997, p.86). A qualidade da realidade que circunda e circunscreve o ser humano e a qualidade da sua história são frutos de opções, de eleições e de escolhas. Por isso, esse ser humano vive, é e constrói um mundo, profundamente plural e singular, globalizado e aldeia, multicultural e monocultural, manual e tecnológico, do recado por cima de um muro e da televisão e do rádio, do e-mail e das redes virtuais. Os valores que as pessoas, organizações ou povos elegem provocam a origem dos diferentes espíritos que alicerçam, inspiram, fundamentam, animam e movem essas suas diferentes ações, atitudes, práticas e comportamentos, enfim, são eles que definem a qualidade dos seus diferentes estilos de vida, sentidos de existência, culturas, exigências e éticas.

A verdade, a justiça e a dignidade, para as pessoas e seus governos, decorrem daquilo que os mesmos entendem correto, justo e digno. Os valores de respeito a si mesmo e aos outros, o direito de liberdade e autonomia das pessoas e povos, a solidariedade devida aos outros, a democracia e a honestidade como princípio inspirador das organizações e instituições, o reconhecimento, a acolhida, a valorização e a promoção de processos de dignificação do ser humano fazem parte de muitos dos discursos de homens e mulheres, de povos e de suas lideranças.

Entretanto, na história construída por homens, povos e seus governantes, são identificadas incoerências entre os seus discursos e suas respectivas práticas, provocando verdadeiros escândalos, se vistos a partir de uma ótica e visão humanitária. Entre esses desmandos podem ser citados os da Chechênia, Kosovo, a questão dos palestinos, a América Central, o Iraque, a Síria e tantos outros. Quando a questão do Timor-Leste estava na mídia, Saramago questionava, indignado:

[...] que importa se eu tenho chorado lágrimas de indignação impotente, diante das imagens infames de um crime infame? Que importa se um escritor vem agora protestar, utilizando as palavras de todos, que muitos calam por estar mais preocupados com seus interesses presentes e futuros que pelo sangue que corre e pelas vidas que se perdem? Quanto pesa o povo do Timor-Leste nas balanças políticas da China e da Rússia? Qual a

cotação de um habitante de Díli na Bolsa de Nova York? Valerá a pena, por tão pouco, que o mundo se levante para reclamar a responsabilidade dos culpados diretos e indiretos pelas atrocidades que são cometidas diante de nossos olhos, para exigir a punição dos assassinos e dos mandantes? Tem honra um ministro, tem dignidade um general, se são o general e o ministro que colocam armas nas mãos de criminosos? Ou são eles mesmos os criminosos? Quando se porá um fim ao cinismo da mal denominada comunidade internacional? Quando terminará a hipocrisia dos que mandam? E a inércia dos que são mandados, quando terminará? Quando deixaremos de dizer que não temos culpa?. (SARAMAGO, 1999, p. 8).

Os “saramagos” de hoje poderiam se perguntar quanto valem, para a sociedade do Vale do Rio dos Sinos, do Paranhana, do Caí e da Serra, os pobres, e porque pobres, excluídos de Novo Hamburgo, de Campo Bom, São Leopoldo, Estância Velha, Dois Irmãos, São Sebastião do Caí, Caxias, Bento Gonçalves, Farroupilha? O que cabe e o que não cabe de responsabilidade a cada um dos cidadãos e cidadãs, brasileiros do sul e do norte, latinoamericanos, educadores e estudantes, governos e organizações internacionais, a respeito da realidade vivida por esses empobrecidos daqui e dos diferentes *timores-leste* do mundo? Por que tanta indignação com a Organização das Nações Unidas que se diz defensora e promotora da autonomia e da liberdade dos povos? Qual o respeito da hoje potência hegemônica, e dos interesses absolutizados do mercado, para com a ONU?

Em que se fundamenta a indignação ética com a falta de respeito à vontade de uma população que se deseja independente e autônoma para conduzir, na liberdade e na autonomia, a sua história? *“Percebe-se que há um conflito de natureza ética por trás dos acontecimentos e das advertências de pessoas sensatas e, particularmente, daquelas com algum tipo de responsabilidade pelo bem comum da humanidade”* (CBJP-IBRADES, 1999, p. 14).

Essa possível indignação ética brota da consciência que têm, sejam pessoas ou suas organizações e governos, de que não é mais aceitável a convivência e a convivência com um discurso desligado, dessintonizado, desencarnado e desconectado de uma prática. Essa manifestação de Saramago, em relação às condições vividas por homens e mulheres do Timor-Leste, pode ser lida no contexto das populações latino-americanas, do Brasil, da nossa região e na situação de parcela de outros povos e *timores-leste* do mundo. A quem causou indignação a guerra no Iraque? Pessoas, organizações, educadores e estudantes, imbuídos de um outro espírito e de outras propostas práticas de valorar o ser humano e suas histórias, podem indignar-se e tentar a busca de mudanças transformadoras nesta mesma realidade. Por isso Paulo Freire afirma que *“está errada a educação que não reconhece na justa raiva, na raiva que protesta contra as injustiças, contra a deslealdade, contra o desamor, contra a exploração e a violência um papel altamente formador”* (1997, p. 45).

Para que homens e mulheres, e seus respectivos governos, preservem-se vivos e com poder de transformações, é importantíssimo que os mesmos não percam a sua capacidade de indignação; isto porque ao renunciá-la, seus homens, mulheres e

governos renunciam também à sua condição de sujeitos e protagonistas da história. Ou como diz, ainda, Paulo Freire, *“minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da História”* (FREIRE, 1997, p. 60).

Camadas sociais significativas experimentam uma ansiedade permanente a respeito do seu presente e do seu futuro. Para os empobrecidos e despossuídos da terra são oferecidos produtos de consumo, tais como, tranquilizantes químicos, pornografia, programas de televisão alienantes, *pão e circo*, seitas de todo o tipo, livros de autoajuda e drogas de toda espécie. A questão básica e angustiante, para um número cada vez mais expressivo das populações empobrecidas, não se trata mais de uma luta por condições de vida digna ou por mais respeito à dignidade humana e, sim, trata-se da luta pela necessidade da própria sobrevivência, do encontrar o pão de cada dia, o pão da próxima refeição, que dista cada vez mais uma da outra.

Esses mesmos homens e mulheres debatem-se com

[...] a possibilidade do desemprego, a insegurança diante da violência onipresente, a preocupação com o desamparo em caso de doença ou a chegada da velhice, as dúvidas sobre o futuro dos filhos – tudo isso forma um cotidiano de miséria material e moral que a todos atinge. Desaparece a idéia de que a vida pode e deve ter um horizonte amplo, sólido e aberto. Em seu lugar, predomina a sensação, psicologicamente desestruturante, de desgoverno das expectativas. Tudo se torna precário. Um sentimento do provisório, do frágil, do especulativo, a todos domina, e a incerteza se torna o pano de fundo que preside as ações. As elites estão sempre pensando no próximo bom negócio; o povo, na estratégia de sobrevivência para o próximo dia. (BENJAMIN et alii, 1999, p. 14).

As atitudes e comportamentos neoliberais tornam cada vez mais evidentes a compreensão e a prática de que, nesse sistema, não há espaço para preocupações humanitárias. Essa lógica esconde uma concepção de ser humano que reduz a sua grandeza, dignidade e valor à sua capacidade de produzir, consumir e gerar renda; há a indução a atitudes egoístas e a corrida por ganhar e possuir mais; desencadeia a cobiça, a corrupção e a violência, e conduz, com facilidade, a atentar contra a integridade física das pessoas. Esse espírito dominante desloca as prioridades de luta dos empobrecidos. No lugar de lutarem por mais qualidade de vida passam para uma luta dura, inglória e sofrida pela própria sobrevivência. É o caso dos migrantes e desmigrantes que, ao serem expulsos das novas fronteiras agrícolas, porque pequenos e fracos, e dos trabalhadores urbanos, que ao sofrerem as consequências do desemprego, obrigam-se a lutar por essa sofrida luta de sobrevivência.

Ambos passam à condição da falta de perspectivas porque lhes é roubada a esperança de poder esperar. Passam a ter maiores dificuldades ao voltarem a ter que viver nas mesmas condições anteriores. Essa volta significa a morte dos seus novos sonhos, significa a perda do rumo, a perda do sentido de esperar. Permitir que esta

realidade cristalice-se, ou continuar a *“insistir numa visão apenas economicista é apostar que a crise é inevitável e que nada pode ser feito, a não ser exigir medidas heróicas da parte do povo”* (CBJP-IBRADES, 1999, p. 8). A opção por continuar insistindo nessa visão economicista, individualista e concentradora, é reduzir as pessoas a objetos de exploração.

O espírito fundante, alimentador, construtor e produtor dessa realidade, onde *“a opressão política (ideologia totalitarista), a exploração econômica (imperialismo de mercado), a dominação cultural (destruição das culturas autóctones), a destruição do meio ambiente (industrialização e urbanização desenfreadas) são suas grandes marcas”* (Junges, 2000, p.143, in Osowski *et alii*), é o que inspira e move o sistema neoliberal capitalista, para o qual, pouquíssimo ou nada contam as populações empobrecidas do mundo. A concepção de ser humano, presente na cultura dos exploradores e colonizadores da América, ignorou tudo o que aqui havia e implantou o seu sistema que tinha, em sua raiz fundante, o egoísmo, e a consequente exclusão e marginalização, provocando a morte de pessoas, de seus sonhos, sua cultura e seus deuses.

Coerente com os valores consagrados por esse sistema, o que interessou nas suas ações, foi o sucesso econômico e o lucro. O mercado que, numa compreensão humanizadora, é meio, na cultura neoliberal capitalista torna-se um fim em si mesmo e, por isso, determinante absoluto que governa e atribui valor econômico a tudo e a todos. O homem e a mulher nele valem o que o *absoluto deus mercado* determinar, e o crescimento e sucesso econômicos, constituem-se na sua grande e única razão de ser. Num sistema com essa visão sócio-político-econômica, a grandeza e a dignidade do ser humano é medida pela sua capacidade de gerar uma renda monetária e esse mesmo ser humano vale por quanto tem, produz e consome.

O grande agravante dessa realidade é que essa forma de pensar e de agir, cada vez mais enraizada na cultura dominante, passa a não mais provocar a indignação das consciências. Paulo Freire também faz essas constatações, quando descreve que

[...] em nível internacional começa a aparecer uma tendência em aceitar os reflexos cruciais da nova ordem mundial como naturais e inevitáveis. Num encontro internacional de ONGs, um dos expositores afirmou estar ouvindo com certa frequência em países do Primeiro Mundo a idéia de que crianças do Terceiro Mundo, acometidas por doenças como diarreia aguda, não deveriam ser salvas, pois tal recurso só prolongaria uma vida já destinada à miséria e ao sofrimento. (FREIRE, 1996, p. 16).

A cultura hegemônica assume como normal e natural essa realidade e naturalizam-se as relações de poder e também seus privilégios. *“A ideologia fatalista, imobilizante, que anima o discurso neoliberal anda solta no mundo. Com ares de pós-modernidade, insiste em convencer-nos de que nada podemos contra a realidade social que, de histórica e cultural, passa a ser ou a virar “quase natural”. Frases como “a realidade é assim mesmo, que podemos fazer?” ou “o desemprego no mundo é uma fatalidade do fim do século” expressam bem o fatalismo desta ideologia e sua indiscutível vontade imobilizadora”*

(FREIRE, 1996. p. 21). Esse comportamento reflete o espírito, a ética e a prática do sistema neoliberal capitalista que não se preocupa com um conjunto de objetos, composto de empobrecidos e marginalizados, um produto que nada ou muitíssimo pouco vale no mercado mundial da compra e da venda, negociado nas suas bolsas de valores. Nesse contexto, quando será criada uma bolsa de valores para aplicar e investir nos pobres cujo lucro do amanhã venha a ser a constituição de uma sociedade com menos pobres?

“Pode dizer-se que a cultura da pobreza existe há décadas na América Latina e essa existência de milhões de pobres e miseráveis não produz nenhum escândalo. Essas pessoas nada têm a reclamar, porque nada valem no mercado” (SPSJ-AL, 1996, p. 29). Significa, uma vez mais, entender que a melhor ou a pior sorte das pessoas não incluídas no sistema é uma mera consequência ou uma mera boa consequência. Os pobres são sem importância e fracos, desinteressantes ao sistema porque não têm poder de compra e de consumo. A sobrevivência dos mesmos, e com qual qualidade de vida sobrevivem, é problema deles exclusivamente, e não de quem assume a lógica do espírito neoliberal capitalista.

A crença de que o crescimento econômico e a própria dinâmica do mercado seriam capazes de resolver todos os problemas, inclusive os sociais, evidencia que *“nem o crescimento econômico nem o mercado livre conseguiram evitar o aprofundamento do fosso social entre as minorias abastadas e a maioria empobrecida e excluída...”* (CNBB, 1999, p. 111).

Uma segunda crença, ou valor, é a de que só uma irrestrita economia regida pelas leis do mercado é capaz de arrancar um país da miséria e do subdesenvolvimento, tornando-o moderno e integrado ao sistema de comércio internacional. Segundo esse espírito, um mercado autorregulado é capaz de gerar por si mesmo a justiça, a equidade e o bem estar social. O sistema neoliberal capitalista não foi pensado para ocupar-se com mercadorias sem valor e o pobre é uma destas mercadorias e, por isso, sem procura e valorização nas suas bolsas de valores. O neoliberalismo é inspirado, trabalha e age fundado na lógica do valor da mercadoria.

Uma terceira crença ou valor dominante é o da lógica darwinista de sobrevivência do mais forte, o princípio da seleção natural. Essa crença, ou princípio neoliberal, torna os sacrifícios de vidas humanas um mal menor, um mal natural ao próprio processo de desenvolvimento. Da mesma forma com que são, no reino da vida vegetal e animal, eliminadas as plantas e os animais mais fracos pela ação dos mais fortes, os seres humanos mais fracos e menos dignos devem dar lugar aos mais capazes e mais dignos para que ocupem os espaços, determinem as regras do jogo e usufruam os seus resultados. Esse princípio produz um componente ideologicamente perverso porque força o ser humano a atitudes e condutas individualistas. O importante, nesse pressuposto, é que o indivíduo salve-se, que seus negócios e empreendimentos salvem-se e que sejam coroados com êxito. O outro e a outra, empobrecidos, podem ser usados para que os negócios do outro abastado, e mais digno, sejam lucrativos.

As consequências dessas crenças, espírito ou valores do capitalismo neoliberal, e de sua lógica, fazem com que, quanto mais cresce a economia, mais ela se torna

desigual, mais reforça e abre a dicotomia entre pobres e ricos; também que, quanto mais rápido for o crescimento econômico mais rapidamente a desigualdade tende a aumentar. Nessa mesma lógica, quem não for capaz de integrar-se, permanecer e crescer dentro do sistema, é massacrado, expulso e excluído. São as regras desse jogo.

A concepção antropológica assentada nesse espírito

[...] leva a considerar como algo normal e inevitável que, em nosso continente, nasçam e morram na miséria milhões de homens e mulheres, incapazes de gerar uma renda suficiente para garantir uma qualidade de vida mais humana. Por essa razão, os governos e as sociedades não experimentam o escândalo que deveriam causar a fome e a incerteza de multidões sem esperança. (SPSJ- AL, 1996, p. 13).

Essa compreensão de entender como normal, natural e inevitável a miséria de milhares de homens e mulheres da América Latina, da nossa região e dos diferentes *temores-este* do mundo é a concepção antropológica que inspira e marca essa cultura e ética que reconhece a grandeza e a dignidade do ser humano, medidas e condicionadas à sua capacidade de gerar uma renda monetária; que coloca o valor do ser humano na corrida egoísta por ganhar e possuir sempre mais. Essa mesma lógica concebe uma proposta antropológica e uma ética que atenta contra a integridade da criação, que provoca, com muita frequência, o surgimento da cobiça, da dominação, da prepotência, da corrupção e da violência.

Quando esse fenômeno acontece, como se normal e natural fosse, também estará presente o entendimento de que é natural e normal que esses mesmos comportamentos sejam corretos e justos. A absolutização das crenças e valores que constituem o espírito neoliberal faz com que seus valores e crenças sejam compreendidos e assumidos como corretos e justos, portanto éticos na sua concepção. “Quando se diz que o mercado é correto e justo, ele se converte em legitimador moral das atividades questionáveis. É o mercado que passa a definir o sentido da vida e da realização humana” (SPSJ-AL, 1996, p. 20). As leis do mercado convertem-se no legitimador moral e ético dos atos do homem e da mulher e esse mesmo legitimador constitui-se, também, balizador do sentido a ser dado à vida humana, às relações do ser humano com o outro, com o mundo e com o transcendente. O sentido da existência do homem e da mulher passa a ser determinado e a estar preso à bolsa de mercadorias ou à bolsa de valores, ou seja, nesses critérios o sentido da vida está em possuir e possuir sempre mais e em ter um valor de mercado, onde os mesmos são valorizados por quanto cada um e cada uma tem, produz e consome.

As *bem-aventuranças* do neoliberalismo capitalista dizem que é feliz o homem e a mulher que só têm tempo para contar seus bois e rendimentos financeiros, que são felizes porque aparecem na TV, porque descontam cheques gordos, saem por aí de mochila, compram a cada dia novos bens; que são felizes os que conseguem acumular bens materiais, os que esbanjam dinheiro e poder, os que mandam porque são fortes e têm prazer em mandar. Novas e endeusadas formas de a vida valer a pena e novos e enfeitados jeitos de o ser humano sentir-se realizado são absolutizados.

Essas *novas* bem-aventuranças, entretanto, valem para poucos, porque máximas de um sistema construído para poucos. No horizonte desse discurso não cabe a presença de todos, não cabe o partilhar, o solidarizar-se, o acolher e o respeitar os direitos do outro. Nesse espaço existencial neoliberal capitalista cabe apenas a presença do para si, do aproveitar-se, do servir-se, do tirar vantagens, do fortalecer-se, do entender-se único dono de todas as verdades, no qual, para o outro, não foi pensado um lugar, uma parte, um espaço, uma possibilidade de vida e de dignidade. Mais ainda, a culpa da exclusão, nessa ótica, acaba sobrando para os próprios excluídos e empobrecidos que são compreendidos como vagabundos, como pessoas que não pensam, que não querem trabalhar, como se pessoas preguiçosas fossem.

Entretanto, diante de tudo isso, *“os governantes parecem olhar com frieza a situação dos que sobrevivem ou morrem no quarto ou quinto mundo da exclusão total. Para eles, isso deve ser encarado como custo do processo natural e necessário da evolução do livre mercado, que deve ser olhado, segundo eles, como único caminho de desenvolvimento. Em sua visão, a responsabilidade da exclusão social recai unicamente sobre os próprios excluídos, por serem incapazes de se inserir no mercado”* (CNBB, 1999, p. 124). Qual a culpa que carregam os pobres, e porque pobres, os excluídos do campo, das nossas cidades, do nosso Rio Grande do Sul, do nosso Brasil? Quais as desculpas utilizadas hoje para não acontecer uma maior sensibilização e um maior engajamento e comprometimento nossos com os programas e iniciativas de cunho social dos diferentes níveis de governo e das diferentes organizações da sociedade civil? É necessário sempre encontrar um culpado!? Em quem colocar as culpas mais uma vez e agora?

Apontando para conclusões

Há, diante dessa realidade, a compreensão de que uma possível solução encaminha-se por um processo que exige romper com esse espírito alicerçado no ideal e na idolatria do dinheiro, do ter, do prazer e do poder. É entendido como necessário romper com um espírito ou uma ética que reconhece e valoriza o homem e a mulher pelo que os mesmos e as mesmas têm, produzem e consomem; também necessário romper com a ideia de que é importante primeiro aumentar o tamanho do bolo para depois distribuir; ainda, romper com o princípio da lei do mais forte, enfim, romper com todos aqueles valores e princípios que coisificam o ser humano.

Há a convicção, a compreensão e a esperança de que a arte de provocar um povo a pensar coerente, participada, coletiva e de maneira unitária a realidade presente, pode constituir-se num fato filosófico e ético bem mais importante e original do que a descoberta, por parte de um gênio, de novas verdades, absolutizadas pela diagnose voluntarista desse gênio, que apenas figuram como mais um dos elementos do patrimônio das minorias intelectuais.

Há a esperança de que a desejada nova cultura conseguirá vir a ser realidade na vida das pessoas, dos povos e de seus governos, quando esses assumirem práticas inspiradas num espírito humano e acolhedor, quando os mesmos constituírem-se

protagonistas de atitudes inspiradas e movidas pelos valores da solidariedade, do respeito aos limites definidos pelo outro, da justiça, da autonomia e da liberdade, e quando provocadores da implementação de uma nova ética fundada na concepção de homem e de mulher que os reconhece e os valoriza por aquilo que os mesmos são.

Necessário faz-se que pessoas, educadores, estudantes, suas organizações e governos, alicerçados numa concepção de ser humano valorado por aquilo que o mesmo é, assumam a voz e vez no lugar dos que não a conseguem exercer por suas próprias forças, resgatando-as; que os mesmos contribuam para que sejam valorizadas e promovidas a voz e a vez de cada um dos homens e mulheres, também dos seus povos, ajudando-os a entenderem que juntos e coletivamente serão mais fortes.

Há, ainda, a compreensão de que para acontecer a realização do ser humano, em sua inteireza constitutiva, é necessário que todas as suas dimensões sejam reconhecidas, valorizadas, contempladas e desenvolvidas de forma plena, eficaz, harmoniosa, interativa, equilibrada e integral. Significa, pois, compreender que a realização do homem e da mulher depende da qualidade com que os mesmos conseguirem colocar em prática os valores que cada um e cada uma, na liberdade e na autonomia, elegeu, buscando constituir-se mais sujeito e protagonista da sua própria história.

Essa história, eternamente em construção, da qual o homem e a mulher participam e constituem-se protagonistas, por ser complexa, desafiadora, dinâmica, e sempre atual, exige e cobra dos mesmos contínuas eleições e ressignificações de sentido do que são, do que vivem, do que pensam, do que fazem e do que sonham. Por essas razões, essa mesma história, em cada momento e lugar, exige desses mesmos homens e mulheres, e dos seus grupos, comunidades, organizações e governos, contínuas e sempre renovadas respostas e posicionamentos a respeito das suas questões existenciais.

É importante, nessa conclusão buscada, resgatar a compreensão de que em tudo as pessoas, e seus respectivos grupos ou corporações têm seus interesses, que em tudo e sempre buscam fazer o seu jogo; que ninguém age desinteressadamente. Nesse jogo, o desafio permanente é conseguir identificar qual o jogo que os diferentes sujeitos interessados jogam, ou propõem que seja jogado. É ainda importante resgatar a compreensão de que é necessário que cada homem e cada mulher, suas organizações e governos, façam suas eleições e, de preferência, que optem por jogar do lado dos que jogam a favor de um ser humano que vale por aquilo que é.

A afirmação inicial desse texto, de que *o ser humano constrói-se crítico na história que constrói* deve-se ao fato de que esse mesmo ser humano, de consciência crítica, resulta do cultivo da atitude filosófica adotada como prática de vida, que resulta dos questionamentos que o mesmo faz sobre as razões e os motivos de as coisas serem do jeito que são e sobre as razões e motivos de suas respectivas organizações e governos agirem do jeito que agem.

O grande desafio, a partir dos diferentes jogos que são jogados, é identificar e perceber qual a qualidade dos motivos e das razões presentes no jogo que está em jogo e a quem serve esse ou aquele jogo.

Está nisso um bom e contínuo desafio existencial: buscar entender sempre as razões e os motivos que estão presentes e evidenciados nas mais diferentes entrelinhas

das ações e dos jogos do ser humano e das suas respectivas organizações e governos. O exercício da atitude filosófica é chave para o desejado desafio de constituição de um ser humano crítico, que se constrói crítico, participando, questionando, nada fazendo ou opinando sem primeiro entender das razões, dos motivos e das causas e questões que realmente estão em jogo.

É fundamental questionar sempre tudo e todos os conceitos. Não pode, pois, por questão de coerência discursiva, ser esse texto assumido como ‘a verdade’ só porque um filósofo, um político ou uma autoridade assim o desejou e concebeu. Penso não ser mais necessário e prudente ressuscitar os argumentos do porquê está escrito ou do porquê o chefe assim o quer. Nós, seres humanos, somos tão pequenos diante da grandiosidade do universo e da vida em toda a sua extensão que, parafraseando Sócrates, o que sabemos é tão pouco diante dos mistérios do desconhecido que temos por desvendar e conhecer, que o nosso saber é um quase nada.

Questionar sempre tudo e todos os conceitos, ousar transgredir e quebrar paradigmas, continuar impaciente diante dos novos desafios e das novas provocações do desconhecido, constituir-se humilde para aprender a precisar do outro, paciente para caminhar, passo a passo, com uma história que se constrói na força das várias mãos e, ainda, constituir-se eternamente curioso por aprender mais, para mais e melhor poder ser com os outros, construtor de pontes e construtor de esperanças, são um grande e gostoso desafio.

“Dói-nos a fome, porém, nos dói, mais ainda, a perda da liberdade de sermos como queremos” (MATUS, 1989, p. 16).

Referências

- BENJAMIN, César et al. **A opção brasileira**. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 1999.
- BURNS, Edward McNall. **História da Civilização Ocidental**. 2. ed. Porto Alegre, RS: Globo, 1970. v.1.
- CBJP – IBRADES. **A Globalização Equivocada**. São Paulo, SP: Loyola, 1999.
- CNBB. **Análise de conjuntura**. Brasília, DF: 1999.
- D’AMBROSIO, Ubiratan. Uma visão transdisciplinar de valores. Vivenciando valores na escola: quais e como? **Pátio Revista Pedagógica**, Porto Alegre, RS: ARTMED, ano 4, n. 13, p. 16-20, 2000.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1999.
- _____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 3. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1997.

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 27. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1999.
- HESSEN, Johannes. **Filosofia dos Valores**. Tradução de L. Cabral de Moncada. 5. ed. Coimbra, PT: Editor Sucessor, 1980.
- INOUE, Ana Amélia; MIGLIORI, Regina de Fátima; D'AMBROSIO, Ubiratan. **Temas transversais e educação em valores humanos**. São Paulo, SP: Peirópolis, 1999.
- JAMES, Carlos. **Espiritualidade Cristã e Compromisso com a vida no seguimento de Jesus**. Brasília, DF: Ibrades, 1999.
- JUNGES, José Roque. **Bioética, perspectivas e desafios**. São Leopoldo, RS: Unisinos, 1999.
- _____. O respeito à dignidade humana como fundamento de todo o humanismo. In: OSOSWIKI, Cecília Irene (Org.) **Teologia e Humanismo Social Cristão: traçando rotas**. São Leopoldo, RS: Unisinos, p. 143-169, 2000.
- MATUS, Carlos. **Adeus Senhor Presidente – Planejamento, Antiplanejamento e Governo**. Recife, PE: Litteris, 1989.
- ORLANDI, Eni P. **Discurso e Leitura**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2000.
- SACRISTÁN, J. Gimeno. **O Currículo, uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2000.
- SARAMAGO, José. **Se o Timor-Leste não for salvo, nós não nos salvaremos**. In: Jornal da Juventude do Brasil, Brasília, DF: ano XI, n. 111, p. 8, 1999.
- SCHLICKMANN, José Wilson. **Dimensão Espiritual, Valores, Currículo e Práticas Educativas**. Dissertação (Mestrado), São Leopoldo: Unisinos, 2002.
- SUPERIORES SJ: **O Neoliberalismo na América Latina**, São Paulo, SP: Loyola, 1995.
- ZABALZA, Miguel. Como educar em valores na escola. Vivenciando valores na escola: quais e como? **Pátio, Revista Pedagógica**, Porto Alegre, RS: ARTMED, ano 4, n. 13, p. 21-24, 2000.

